



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**Quando a mídia comercial pauta a Empresa Brasil de Comunicação (EBC):
Uma análise das publicações de portais jornalísticos em 2023**

Mariana Amaral de Sousa

Brasília - DF

2025

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**Quando a mídia comercial pauta a Empresa Brasil de Comunicação (EBC):
Uma análise das publicações de portais jornalísticos em 2023**

Mariana Amaral de Sousa

Brasília - DF

2025

Quando a mídia comercial pauta a Empresa Brasil de Comunicação (EBC):
Uma análise das publicações de portais jornalísticos em 2023

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação, defendida sob avaliação da Banca Examinadora constituída por:

Prof. Dr. Elton Bruno Barbosa Pinheiro

Universidade de Brasília – UnB

(Presidente | Orientador)

Profa. Dra. Gisele Pimenta de Oliveira

Universidade de Brasília – UnB

Centro Universitário IESB

(Examinadora)

Profa. Dra. Mariana Martins de Carvalho

Secretaria de Políticas Digitais (SPDIGI – SECOM/Presidência da República)

(Examinadora Externa)

Prof. Dr. Fernando Oliveira Paulino

Universidade de Brasília – UnB

(Suplente)

Resumo

Este trabalho se propôs a analisar como a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi retratada pela mídia comercial em portais jornalísticos na internet, durante o primeiro ano do terceiro mandato do governo Lula. Para formar o *corpus* da pesquisa foram selecionadas 113 publicações que tiveram a EBC como temática no período, nos portais G1, R7, Folha/Uol, CNN e Metrópoles. Por se tratar de um momento de retomada de um discurso favorável à mídia pública, ao menos na teoria, este projeto buscou analisar a reação da mídia comercial a este cenário, utilizando a técnica da Análise de Conteúdo (Sampaio; Lycarião, 2021) para mapear os termos, temáticas e opiniões em relação à empresa pública, combinada a uma análise de enquadramento que mescla os *generic frames* (Iyengar, 1991; Semetko e Valkenburg, 2000). Como resultado, essa análise permite compreender e explicar de que forma a mídia jornalística comercial pautou, em seus portais, a empresa em suas coberturas no ano de 2023 e quais enquadramentos marcaram o tema “EBC” neste tipo de mídia. A complementaridade entre os serviços público, privado e estatal de radiodifusão, apesar de prevista constitucionalmente, ainda é pouco equilibrada no Brasil (Souto & Del Bianco, 2022). São os veículos de mídia comerciais, advindos da iniciativa privada, que tradicionalmente detêm a hegemonia do setor e compõe o que podemos chamar de “grande mídia” no país. Levando em conta a forma como a comunicação midiática no Brasil foi estruturada, é possível constatar a posição subalterna, em relação a sua representatividade e legitimidade social, que veículos de mídia pública ocupam (Del Bianco; Esch, 2017) no cenário brasileiro. A criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), entretanto, foi uma das poucas iniciativas, em termos de políticas públicas de comunicação, no sentido de fortalecer, unificar o Serviço de Radiodifusão Público (SRP) e pensar bases para uma produção baseada na participação social e no interesse público. Porém, a conclusão ou avanço do projeto de comunicação iniciado na criação da empresa foi tensionado por atores diversos, sendo a mídia comercial um agente importante na manutenção de um “passivo simbólico” (Bianco; Esch; Moreira, 2013) que classifica a mídia pública como “aparelhada”, “chapa-branca” ou mesmo “inútil” (Oliveira, 2021) e sem razão de existir no atual cenário de transformações digitais (Pinheiro, 2019) e midiaticização da cultura (Sodré, 2016).

Palavras-chave: EBC. Radiodifusão Pública. Enquadramento. Mídia. Hegemonia.

Abstract

This research aimed to analyze how Empresa Brasil de Comunicação (EBC) was portrayed by commercial media in online news portals during the first year of Lula's third term. To form the research corpus, 113 publications that featured EBC were selected over the period from the portals G1, R7, Folha/Uol, CNN, and Metrôpoles. Given that this was a moment of renewed discourse in favor of public media, at least in theory, this project sought to analyze the reaction of commercial media to this scenario, using the Content Analysis technique (Sampaio; Lycarião, 2021) to map terms, themes, and opinions regarding the public company, combined with a framing analysis that blends generic frames (Iyengar, 1991; Semetko and Valkenburg, 2000). As a result, this analysis allows us to understand and explain how commercial news media framed the company in its coverage in 2023 and which frames marked the topic "EBC" in this type of media. Despite the constitutional provision for the complementarity of public, private, and state broadcasting services, this balance remains precarious in Brazil (Souto & Del Bianco, 2022). Commercial media outlets, driven by private initiative, traditionally hold hegemony in the sector and constitute what can be termed "mass media" in the country. Given the structure of media communication in Brazil, it is possible to observe the subordinate position, in terms of representativeness and social legitimacy, occupied by public media (Del Bianco; Esch, 2017) in the Brazilian scenario. The creation of the Empresa Brasil de Comunicação (EBC) was one of the few initiatives, in terms of communication public policy, aimed at strengthening and unifying the Public Broadcasting Service and developing foundations for production based on social participation and the public interest. However, the completion or advancement of the communication project initiated with the creation of the company was challenged by various actors, with private media being a significant agent in maintaining a "symbolic liability" (Bianco; Esch; Moreira, 2013) that classifies public media as "apparatus," "whitewashed," or even "useless" (Oliveira, 2021) and with no reason to exist in the current scenario of digital transformations (Pinheiro, 2019) and the mediatization of culture (Sodré, 2016).

Keywords: EBC. Public Broadcasting. Framing. Media. Hegemony.

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E TABELAS

QUADROS

Quadro 1 - Síntese esquemática dos portais analisados na pesquisa

Quadro 2 - Alterações na lei da EBC

Quadro 3 - Medidas de reestruturação da EBC no governo Lula

Quadro 4 - Síntese - Aspectos gerais

Quadro 5 - Síntese - Conclusões

Quadro 6 - Alterações na lei da EBC

Quadro 7 - Exemplos de publicações do corpus agrupadas em temáticas gerais

Quadro 8 - Organização das subcategorias “Debates externos”, “Embates internos”

Quadro 9 - Livro de Códigos

Quadro 10 - Publicações por editoria

Quadro 11 - Quantidade de publicações por jornalista

Quadro 12 - Tipos de fonte

FIGURAS

Figura 1 - Veículos associados ao grupo Folha

Figura 2 - Veículos associados ao grupo Globo

Figura 3 - Veículos associados ao grupo Record

Figura 4 - Nuvem de palavras - Conjunto de Portais

Figura 5 - Publicação do G1

Figura 6 - Publicação da Folha/Uol

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Proporção de publicações entre os portais

Gráfico 2 - Publicações por data

Gráfico 3 - Quantidade de fontes por publicação

Gráfico 4 - Quantidade de publicações por temática

Gráfico 5 - Presença de críticas

Gráfico 6 - Enquadramentos genéricos 1

Gráfico 7 - Enquadramentos genéricos 1.1

Gráfico 8 - Enquadramentos genéricos 2

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a mim mesma. Sou grata ao meu esforço, à minha vontade de fazer ciência e pensar o mundo, à minha coragem de perseguir meus objetivos, e de tentar realizá-los da melhor forma possível. Toda mulher que persegue uma questão, que se questiona e busca explicar os eventos ao redor por meio de suas observações merece meu agradecimento neste momento. Agradeço a todas as mulheres questionadoras que me precederam, e me sinto muito realizada de agora fazer parte deste grupo. Obrigada a mim.

Para além do meu exercício de auto validação, é preciso destacar que para realizar essa dissertação eu tive casa, comida e roupa lavada, no sentido figurado. Sendo a casa, o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação, local ao qual retornei após anos da graduação, e que me recebeu como se estivesse revendo uma antiga amiga. A FAC, seus funcionários, corredores, salas de aula e estúdios continua sendo um lugar de criatividade e criação, e foi muito bom poder habitar de novo esse ambiente e poder interagir com ele de novas formas. A comida, no caso, o conhecimento, me foi oferecido por muitos professores e pesquisadores com quem tive contato durante esse período, e neste assunto, não posso deixar mencionar e agradecer ao meu orientador, professor Elton Bruno, sempre disposto a me preparar um banquete de informações, perspectivas e contextualizações. Agradeço a todo empenho e atenção que me foi dado, e que contribuíram enormemente para que minha trajetória tenha sido proveitosa. A roupa lavada foi cortesia dos colegas de turma e amigos, que por meio de conversas sobre pesquisas, trabalhos em grupo e reuniões me fizeram ter segurança para lidar com os percalços e dificuldades de realizar um trabalho como este. Sem o contato com a pesquisa de outros colegas, dificilmente eu teria conseguido observar com clareza o que era exigido de mim e como eu gostaria de realizar esse trabalho. As trocas são muito importantes.

Uma pesquisa de mestrado é feita a muitas mãos. São muitos trabalhos que precisam ser feitos antes que o trabalho seja feito, e nenhuma etapa é menos importante que a anterior. Para construir o presente trabalho foi preciso o esforço conjunto de uma família, a minha, no caso. E felizmente, pude contar com o apoio de pessoas que me criaram e de pessoas que me escolheram. Até o apoio de uma pessoa que eu mesma fiz foi necessário para começar e continuar esse processo: eu quis ser pesquisadora para que minha filha, Nina, tivesse em mente que isso é possível para ela, apesar do que o mundo diga.

Todas essas pessoas, tão importantes na minha vida, são parte deste trabalho, pois sem elas ele simplesmente não seria possível. Minha mãe e pai, que me abrigaram durante os

momentos de disciplinas obrigatórias em Brasília e que me formaram para estar ocupando exatamente o espaço que ocupo agora, são parte tão importante neste momento, que sinto que esta conquista é deles. Minha querida irmã, que tanto me apoia e que compartilha comigo o interesse pela ciência, foi um alento para os dias em que achei que não seria capaz. Mas talvez a pessoa mais responsável por ter garantido que esse trabalho pudesse ser feito se chama Pedro. Meu companheiro de vida, meu melhor amigo, que com seu trabalho de cuidado e carinho foi capaz de continuar tornando nossa casa um lar, mesmo quando precisei me ausentar. Agradeço a ele também por sempre me instigar intelectualmente com seus questionamentos e sabedoria tão perspicaz. Agradeço todos os dias por ter o privilégio de saber que poderei contar com seu apoio, independente da aventura escolhida.

Por fim, agradeço à vida e aos seus mistérios. Estarei sempre disposta a apreciá-los da mesma forma que buscarei sempre desvendá-los.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. QUEM FALA DA EBC? SOBRE HEGEMONIA, PORTAIS JORNALÍSTICOS ON-LINE E SUAS PERSPECTIVAS.....	18
1.1 O jornalismo em crise, plataformização, desinformação e integridade da informação.....	18
1.2 A crítica da mídia de Gramsci e uma proposta metodológica.....	23
1.3 Especificidades dos gêneros e formatos na web.....	31
1.4 Situando a atuação dos portais da mídia privada escolhidos e suas linhas editoriais.....	33
1.4.1 Folha/Uol.....	36
1.4.2 Metrópoles.....	39
1.4.3 G1.....	41
1.4.4 CNN.....	43
1.4.5 R7.....	46
1.5 Síntese.....	48
2. O QUE É E PARA QUE SERVE A EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO?....	50
2.1 O histórico do Serviço de Radiodifusão no Brasil: um bem público à serviço do privado	50
2.2 O Sistema de Radiodifusão Pública e os debates em torno da criação da EBC....	55
2.3 As consequências da mudança da lei da EBC e sua trajetória política - momentos de ruptura com o projeto original.....	61
2.4 EBC em 2023/2024.....	72
3. ESTUDANDO A EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO PELO OLHAR DA MÍDIA PRIVADA.....	80
3.1 Da revisão sistemática de literatura.....	80
3.2 Conclusões dos estudos revisado.....	83
4. REFLEXÃO SOBRE O MÉTODO E TÉCNICAS.....	91

4.1 A leitura e a crítica das abordagens à temática.....	91
4.2 Adentrando a Análise de Conteúdo Categorical e noções de enquadramento.....	93
4.3 Criação do Livro de Códigos.....	99
5. ANÁLISES E DISCUSSÃO.....	110
5.1 Análises gerais por categoria.....	110
5.1.1 Categoria 2: Publicações por data.....	110
5.1.2 Categoria 3: Publicações por editoria.....	114
5.1.3 Categoria 4: Publicações por jornalista.....	116
5.1.4 Categoria 5: Coleta de manchetes.....	121
5.1.5 Categoria 6: Publicações por quantidade de fonte.....	123
5.1.6 Categoria 7: Tipos de fonte.....	124
5.1.7 Categoria 8: Publicações por temática.....	128
5.1.8 Categoria 9: Presença de críticas.....	138
5.1.9 Categoria 10: Enquadramentos genéricos 1.....	140
5.1.10 Categoria 11: Enquadramentos genéricos 2.....	144
5.2 Análise por portal.....	147
5.2.1 Folha/Uol.....	147
5.2.1 Metrópoles.....	150
5.2.2 CNN.....	152
5.2.3 G1.....	154
5.2.4 R7.....	155
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS.....	161
Apêndice 1.....	166
Apêndice 2.....	173
Apêndice 3.....	174
INTRODUÇÃO	

A importância da Comunicação e das políticas relacionadas ao campo para manutenção da democracia é uma questão que se evidencia na proporção em que a sociedade se mediatiza: com o atravessamento da mídia, em diversas instâncias da vida e do cotidiano, se torna difícil negar o poder de influência, em moldar e conformar a realidade, dos meios de comunicação. Pensar, então, a comunicação e o acesso à informação como um direito e, sobretudo como um serviço público, é uma proposta que entende a natureza política, social e educativa dos meios. Esta pesquisa parte da visão norteadora de que as políticas de comunicação não só estão estritamente relacionadas com os processos democráticos, mas que elas são necessárias para a manutenção e ampliação da democracia.

Essa visão, entretanto, esbarra na realidade do campo, no Brasil. Ainda que esteja no centro de questões urgentes na atualidade, como o impacto da desinformação nos processos eleitorais, a radicalização pela extrema-direita em plataformas de redes sociais, entre outras, a Comunicação, e mais especificamente a Radiodifusão, foi historicamente tratada como uma questão mercadológica atrelada aos interesses de lucro de pequenos grupos políticos e empresariais. O histórico do Serviço de Radiodifusão no Brasil revela um domínio da iniciativa privada em um ambiente de regulamentação limitada, onde interesses mercadológicos e políticos frequentemente se sobrepõem ao direito constitucional à informação.

A Constituição de 1988 tentou estabelecer princípios para emissoras de rádio e televisão, no capítulo que tratou sobre a Comunicação Social¹, mas as políticas públicas permanecem frágeis, permitindo a perpetuação de práticas que concentram não só a produção, mas os próprios meios sob interesses de um pequeno grupo de atores. A concentração midiática, exacerbada por oligopólios, continua a desafiar a democratização da comunicação, como evidenciado por análises recentes do coletivo Intervozes, na obra “Quem controla a mídia?”, que demonstrou como poucas famílias controlam os principais veículos de comunicação no Brasil e concentram tanto a audiência quanto a produção jornalística sob interesses de grupos pequenos, que fazem pressão política e até elegem representantes para avançar seus interesses.

Neste contexto, existe ainda, após diversas tentativas de desmonte, extinção e privatização, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), nascida de um anseio político de

¹ CF, Capítulo V - Da comunicação social, Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

garantir o direito à comunicação e atender ao interesse público, fruto de intensos debates entre agentes públicos, jornalistas, cineastas, pesquisadores, representantes dos movimentos sociais e dirigentes de TVs públicas que culminaram, em maio de 2007, no I Fórum Nacional de TVs Públicas, em Brasília. No evento do Fórum, o grupo de trabalho estudou modelos de serviços de mídia públicos e elaborou as bases para a Medida Provisória 398², propondo a criação de uma nova empresa pública federal, com a missão institucional de implantar e gerir os serviços de radiodifusão pública no Brasil. A própria criação da EBC está intimamente ligada com o contexto político do país: idealizada em um ambiente em que a participação de atores diversos para a composição do projeto foi valorizada (ou ao menos esteve presente), essa mesma participação foi sendo interrompida uma vez que o contexto político se alterou.

A radiodifusão pública, ainda que desvalorizada e enfraquecida no cenário contemporâneo, não deixa de ser também frequentemente atacada, sob olhar da mídia comercial, tanto pela classe política quanto pelas pressões dos grupos comerciais de comunicação no país. Sendo assim, estudar as visões expressas pela mídia comercial ao pautar veículos de mídia pública, e no caso da pesquisa, a EBC, é uma oportunidade de entender como se expressam as opiniões desse setor em relação ao outro.

O tema desta pesquisa são os enquadramentos da mídia privada, especialmente de portais jornalísticos, sobre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) no primeiro ano de terceiro mandato do Governo Lula (2023). Este tema relaciona o histórico político da empresa, sua missão e sua atuação, com a visão de veículos de mídia privados, expressa em sua própria produção jornalística. Essa relação revela também uma disputa política entre os diferentes segmentos, que coabitam o campo da Comunicação Social no Brasil em desigualdade de condições em sentidos amplos: a comunicação foi por muito mais tempo (e ainda é) tratada como uma questão de mercado, do que como uma questão de interesse público e direito à informação, tanto pela classe política quanto pela mídia.

O histórico de domínio mercadológico fez da mídia privada, em termos gramscianos (Gramsci, 2002), hegemônica no país. Porém, analisar o jornalismo produzido por veículos de mídia comerciais (e no caso desta pesquisa, os portais mantidos na web por esses veículos) é também levar em conta preceitos dessa produção.

Se os fatos falassem por si, a tarefa dos jornalistas talvez fosse mais fácil de levar a cabo, mas também seria por certo mais técnica e burocratizada. Mas os fatos [...] não são por si informação e não podem ser colocados ao dispor dos

² Medida Provisória nº 398 de 2007: Instituiu os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública e autorizou o Poder Executivo a criar a Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

interessados se não for através da sua enunciação, isto é, através da linguagem, através de códigos e convenções socioculturais. Os profissionais do jornalismo têm necessariamente de, em cada momento, mediante complicados processos de seleção e avaliação, construir relatos e interpretações, a partir de dados e informações que procuram e recolhem de diferentes modos e em diversas fontes. O processo produtivo ocorre frequentemente em condições de pressão – desde logo de espaço e de tempo – que exigem a definição de critérios de classificação e a implementação de rotinas de produção, para fazer face à imprevisibilidade e multiplicidade de áreas das ocorrências da vida social. (Pinto, 1999, p. 84).

Em um contexto midiaticizado, os fatos e acontecimentos recebem uma ampla visibilidade, afetando o processo de produção da notícia, que se transforma e também se acelera. Assim, para Sodré (2009, p. 38), "a midiaticização é hoje o processo central de visibilização e produção dos fatos sociais na esfera pública. Por isso, o enquadramento midiático é a operação principal pela qual se seleciona, enfatiza e apresenta (logo, se constrói) o acontecimento. Sodré (2009) e outros autores observam que ao selecionar suas notícias, a mídia não só mostra o que quer, ela também seleciona suas pautas na intenção de captar um espectador que tem interesses próprios. Dessa forma, e imersos nas lógicas midiáticas, tanto o público quanto os jornalistas são suscetíveis a adotar o olhar da mídia enquanto seu próprio e assumir como verdade o que pode ser apenas discurso.

O tema do nosso estudo também é necessariamente atravessado pelo contexto político específico do Brasil no ano de 2023, com a volta de um governo progressista que supostamente defende a manutenção de um sistema público de radiodifusão que possa alcançar sua missão de contribuir para a formação crítica dos cidadãos. Após seis anos de desmonte gradual, 2023 inaugurou uma nova época da administração da EBC. Ainda que as ameaças de privatização tenham cessado e que a empresa tenha saído do plano de privatizações proposto por Bolsonaro, durante o governo Lula, o caráter público da empresa ainda não foi plenamente restabelecido.

As sinalizações neste sentido por parte do governo federal e da direção da EBC são pouco promissoras: no início de setembro de 2024, mais de 90% dos jornalistas da EBC aderiram a uma paralisação de 48h, em reação à proposta da direção da empresa para o Plano de Cargos e Remunerações (PCR). Na prática, a proposta da empresa rebaixa os salários da carreira dos jornalistas em comparação a outros grupos de trabalhadores, criando um critério de remuneração por hora e ferindo a jornada especial da categoria, prevista na Seção XI da CLT desde 1943. Em meio a paralisação dos trabalhadores, a TV Brasil recebeu em seu

programa “Sem Censura” a presença de José Bonifácio, o Boni, ex-diretor da TV Globo, que teceu críticas à existência de uma empresa pública de comunicação e às televisões públicas, classificando-as como “desnecessárias”. Tal posicionamento não foi rebatido pela bancada de apresentadores do programa, e a presença de Boni foi celebrada nas redes sociais da diretora de jornalismo Antônia Pellegrino, que comparou a visita de Boni à de um “papa” da televisão. A EBC, neste terceiro mandato de governo Lula, como em outros momentos, parece ignorar sua própria missão e concordar com a visão dos conglomerados de mídia que dominam os meios de comunicação no país.

Após o enxugamento de seu propósito público, a reestruturação da empresa parece lenta e a prestação de serviço ao governo federal mais evidente. Ainda que alguns movimentos já tenham sido iniciados (a “TV Brasil Gov”, antiga NBR e emissora prestadora de serviço ao governo federal, agora se tornou o “Canal Gov”, em uma tentativa de desvincular as emissoras governamentais geridas pela empresa da produção de comunicação pública representada pela TV Brasil), as contradições entre o discurso de reestruturação promovido pelo governo Lula e as práticas atuais internas à EBC ficam impossíveis de ignorar.

De outra forma, ainda que os veículos de mídia privada escolhidos atuem em concorrência, e muitas vezes em antagonismo, buscamos entender se há diferenças relevantes no enquadramento e no posicionamento ao noticiar a EBC. A pesquisa aborda as temáticas de mídia, política e sociedade, buscando entender por meio de teorias e metodologias de pesquisa em comunicação e jornalismo como os enquadramentos, o viés e próprio olhar de veículos de comunicação privados se expressam em suas publicações jornalísticas. Nesse sentido, serão evidenciados os processos comunicacionais, o ecossistema midiático, os princípios da radiodifusão pública e o enquadramento da mídia privada, temas de importância inquestionável para a linha de pesquisa.

Portanto, o objeto da pesquisa proposta neste projeto são os enunciados dos veículos digitais de mídia privados ao enquadrar a EBC em suas coberturas no ano de 2023. O que se pretende revelar, como objetivo central do trabalho, é como a mídia privada abordou a EBC em suas publicações e o que essa abordagem, na perspectiva do enquadramento midiático e da hegemonia dos meios privados, nos diz sobre a visão desses meios sobre a EBC no primeiro ano de governo.

Tal objeto será materializado em um *corpus* que contém peças jornalísticas (notícias, notas, colunas, editoriais) publicadas no ano de 2023 em portais de notícia on-line, em que a Empresa Brasil de Comunicação tenha sido a temática central ou periférica. Para dar

representatividade ao setor, e explorar visões críticas ao projeto da EBC, foram selecionados cinco portais: 1.Folha-Uol, 2.G1, 3.R7, 4.CNN, 5.Metrópoles. Os portais representam veículos comerciais de mídia com históricos diversos e que publicam em meio on-line. O conjunto dos portais abrange veículos vinculados aos canais de televisão aberta (G1, R7), canal de televisão paga (CNN), jornal impressos de grande circulação (Folha) e portal nativo do ambiente on-line (Metrópoles). Essa diversidade em relação à natureza dos suportes é capaz de trazer um panorama múltiplo dos olhares dos veículos comerciais à EBC e ser representativa dos posicionamentos gerais do setor.

O que se pretende entender melhor são os enquadramentos dos veículos privados analisados sobre a temática EBC, neste novo período político. Pesquisas anteriores (Oliveira, 2021; Santana, 2017; Miola, 2010) demonstraram que os argumentos de que a EBC seria “inútil” por não cumprir sua missão, “dispendiosa” para os cofres públicos e “aparelhada” politicamente por governos de ocasião foram frequentes e deram o tom do posicionamento de meios privados sobre a empresa ao longo dos anos. Sendo assim, considerando: a) os novos desafios que a empresa enfrenta neste novo contexto político, com a volta de um governo que criou a EBC; e b) o desmonte físico, estrutural e ideológico pelo qual a empresa foi sujeita nos últimos seis anos de administração Temer e Bolsonaro; é importante refletirmos analiticamente sobre as condições limitadas de estrutura e independência da EBC na atualidade e as especificidades do discurso mais recente da mídia comercial sobre a empresa. A pesquisa se apresenta como um esforço de compreender o estado atual da questão na dialética da produção jornalística privada e pública, atravessada necessariamente pelo contexto político particular do Brasil e das transformações tecnológicas, e desvendar as dinâmicas de poder e enquadramentos que meios hegemônicos expressam ao noticiar a Empresa Brasil de Comunicação.

Essa pesquisa não perde de vista a forma como o jornalismo profissional de empresas privadas tensiona a existência de empresas públicas de comunicação, no caso a EBC, pela maneira recorrente com que esses veículos têm construído seus discursos. A forma como a EBC é retratada na mídia privada faculta a permanência do "passivo simbólico" de que a Empresa e o serviço público de mídia no geral, são atrelados às agendas dos governos de plantão.

Para abordar a questão, na primeira seção deste trabalho colocaremos em perspectiva a crise de legitimidade atual do jornalismo, a partir de conceitos como plataformização,

desinformação e Integridade da Informação³. Dessa forma, debateremos a produção jornalística da mídia comercial brasileira, destacando a crise pela qual passa a prática jornalística e seus impactos na produção e consumo de informação. A migração do consumo de notícias para a internet, aliada à lógica de visualizações e algoritmos das redes sociais, redefiniu o papel dos veículos de comunicação tradicionais, que perderam espaço tanto em termos de audiência quanto em sua principal fonte de receita, a publicidade, mas ainda assim, antigos conglomerados de mídia se atualizaram para manter seu domínio nos novos meios. Neste contexto, o uso de redes sociais para disseminação de informações, incluindo as "fake news", tem desafiado o papel tradicional da mídia como "guardião da verdade" e como responsável pela formação da esfera pública.

Abordaremos a questão da desinformação, amplificada por atores políticos, que tornou-se uma ameaça à integridade da informação e à democracia, um fenômeno evidenciado em muitas democracias atuais, como o Brasil, a Argentina, e os EUA. Discutiremos a crise do jornalismo também em contexto global, onde o capitalismo e a mercantilização da informação geram uma tensão entre o interesse público e o lucro das empresas de comunicação. Na mesma seção também abordaremos a crítica à mídia comercial e o papel da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) no contexto das políticas de comunicação no Brasil, utilizando o conceito de "hegemonia" de Antonio Gramsci para compreender as disputas ideológicas que envolvem a mídia pública e a comercial.

"Hegemonia" foi considerado um conceito essencial para entender como as classes dominantes estabelecem sua liderança política e ideológica, moldando a percepção pública e influenciando decisões políticas e eleitorais. Essa hegemonia é alcançada não apenas por meio da dominação direta, mas também através da construção de consensos, frequentemente camuflados por ideias que parecem neutras, mas que sustentam as relações de poder estabelecidas. Argumentamos que a disputa pela hegemonia no campo midiático é visível na oposição da mídia privada à ideia de uma mídia pública forte, que possa oferecer uma comunicação plural e democrática, distante dos interesses mercadológicos. Assim, a EBC, embora tenha sido criada para representar um projeto de democratização da comunicação, frequentemente se vê subjugada a pressões políticas e ideológicas, inclusive dentro de sua própria estrutura. Esse conflito interno se reflete na dificuldade da EBC em cumprir sua missão de promover uma comunicação pública de qualidade, sem ser influenciada por

³ Conceito desenvolvido pela ONU, presente na cartilha:

<https://brasil.un.org/pt-br/304997-guia-de-integridade-da-informa%C3%A7%C3%A3o-no-contexto-da-crise-clim%C3%A1tica-no-rio-grande-do-sul>

interesses privados ou partidários. A seção também discute como a mídia comercial atua para consolidar seu poder, produzindo notícias e conteúdos que reforçam sua visão de mundo, o que é facilitado por seu controle sobre a estrutura de comunicação do país.

Ainda na seção 1, aprofundaremos sobre as especificidades do jornalismo na web, destacando a transformação e adaptação das práticas jornalísticas ao meio digital. A produção de notícias na internet em portais obedece a uma arquitetura aberta e permite uma comunicação mais direta com diferentes tipos de leitores, seja para aqueles que buscam informações específicas ou para os que navegam por notícias de forma mais exploratória. A convergência tecnológica e o crescimento dos dispositivos móveis contribuem para uma nova dinâmica de consumo de notícias, mas também trazem desafios em relação à concentração de mídia. Assim, destacaremos a concentração de audiência e a propriedade cruzada de meios de comunicação no país como fatores prejudiciais à pluralidade da informação, o que impacta diretamente a diversidade de vozes no jornalismo e, por consequência, na democracia. Dedicaremos tópicos para analisar os portais escolhidos pela pesquisa (Folha/Uol, Metrôpoles, CNN, G1 e R7), suas atuações no mercado brasileiro e suas linhas editoriais, assim como apresentaremos o histórico dos conglomerados de mídia do qual fazem parte.

A seção 2 apresenta o histórico do serviço de radiodifusão pública no Brasil, com o intuito de investigar o passado formador do que hoje é representado pela Empresa Brasil de Comunicação. Analisaremos os meios de comunicação (mais precisamente a radiodifusão) como um bem público que foi apropriado pela iniciativa privada e por grupos políticos no país, e como isso conformou a atuação do campo por décadas antes da criação da EBC. A partir daí seguiremos para exposição dos debates e atores envolvidos no I Fórum Nacional de TVs Públicas, de 2007, que traçou diretrizes que resultaram na Lei de Criação da EBC, e os embates entre visões e modelos possíveis para a criação de um sistema de rádio e televisão pública nacional. Uma vez descrito o contexto e resultado da criação da empresa, partiremos para a discussão sobre as consequências da mudança da lei da EBC em 2016 e seu impacto na independência e no projeto original da empresa, destacando os momentos de ruptura e os atores e forças políticas envolvidos.

O período entre 2016 e 2022 será abordado como o recorte temporal em que a empresa passou por um desmonte de estrutura física e institucional, promovido por presidentes como Michel Temer e Jair Bolsonaro, e que afetaram profundamente sua capacidade de realizar um projeto de radiodifusão pública participativo, plural e com foco no cidadão. Por fim, nesta seção, abordaremos a atualidade da EBC em 2023, e o contexto político de sua reestruturação.

Em seguida, na seção 3, aprofundaremos os conhecimentos já obtidos de trabalhos anteriores, que investigaram as coberturas de veículos comerciais sobre a EBC e sobre a Radiodifusão Pública. Nesta seção, faremos uma revisão sistemática de literatura com trabalhos que exploraram este viés, como de Miola (2012), Santana (2019) e Oliveira (2021), em que destacamos as metodologias e abordagens de cada um, para em seguida propor um modelo próprio de análise que vai se adequar às necessidades do presente trabalho. Nesta seção, delimitaremos a temática, o objeto e o problema de pesquisa com mais detalhamento, atentando para os aspectos da política atual que conformam o contexto no qual a questão habita. Também sistematizamos as conclusões dos referidos estudos revisados, que contribuem como ponto de partida da compreensão do tema.

Já na seção 4, iniciaremos as reflexões sobre os métodos e técnicas propostos pela pesquisa, onde descreveremos as aplicações de Análise de Conteúdo Categorical (AC) (Sampaio e Lycarião, 2021) e conceitos aplicados à Análise de Enquadramento (Iyengar, 1991 e Semetko, Valkenburg), em suas vertentes genéricas, assim como apresentaremos as justificativas para a escolha de tais métodos para responder a questão principal da pesquisa (a saber, o que foi dito por veículos de mídia comercial sobre a EBC em 2023) sua aplicabilidade e os instrumentos usados para extrair dados e informações das publicações jornalísticas selecionadas. A partir das 113 publicações selecionadas pelo corpus da pesquisa, explicitamos a construção do Livro de Códigos, com as categorias determinadas e testadas em três momentos da classificação, possibilitando assim a reprodução da categorização a posteriori.

Na última seção do presente trabalho, seção 5, percorremos o caminho da descrição e interpretação dos achados, apresentando os resultados separados pelas categorias de análise já pré-definidas nas seções anteriores. Os resultados serão apresentados de forma geral, e em seguida segmentados em uma análise específica para a cobertura de cada portal analisado. Dessa forma, poderemos visualizar os resultados de forma abrangente, considerando todos os portais, e também teremos a chance de adentrar as minúcias e particularidades de cada veículo, levando em contas suas características de produção jornalística.

1. QUEM FALA DA EBC? SOBRE HEGEMONIA, PORTAIS JORNALÍSTICOS ON-LINE E SUAS PERSPECTIVAS

Nesta seção analisaremos a cobertura sobre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) pela mídia comercial brasileira em um contexto marcado pela crise do jornalismo tradicional, pela ascensão das plataformas digitais e pela proliferação da desinformação. Relacionarmos a importância de um serviço de radiodifusão pública para a manutenção da democracia frente aos desafios causados pela perda de credibilidade do jornalismo na atualidade, pela competição com as plataformas digitais e pela influência da desinformação. Tensionaremos a busca por audiência e receitas, característica do modelo de negócio da mídia comercial, que tem levado à produção de conteúdos cada vez mais sensacionalistas e simplificados, o que compromete a qualidade da informação e a construção de um debate público mais aprofundado. Em seguida, apresentaremos uma análise crítica da cobertura da EBC pela mídia comercial brasileira, utilizando a teoria da hegemonia de Gramsci para compreender as relações de poder e os conflitos ideológicos envolvidos nessa disputa.

1.1 O jornalismo em crise, plataformização, desinformação e integridade da informação

Os enquadramentos selecionados por portais de mídia comercial ao noticiar uma empresa pública de comunicação no cenário brasileiro são raramente uma visão desinteressada. O posicionamento da mídia comercial sobre a existência da EBC, desde sua criação, foi de caracterizar o esforço no sentido de institucionalizar e integrar a radiodifusão pública no país como um desperdício de recursos públicos e como uma forma de aparelhamento da mídia por governos progressistas.

Para entender a visibilidade concedida à questão, é importante articular considerações a respeito tanto das propriedades da EBC como política pública, quanto da própria arena que é a imprensa no sistema da política midiática. Neste sentido, a cobertura da mídia comercial sobre questões que envolvem a empresa teve um papel importante na manutenção do "passivo simbólico" sobre a missão e relevância da EBC. Segundo Oliveira (2021, p.248), existe um não reconhecimento absoluto do modelo de radiodifusão pública que a EBC representa, ainda que em pleno ideal, pela mídia comercial.

Desde a criação da EBC até o presente cenário de 2024, a mídia comercial foi também responsável pelo pouco entendimento sobre a EBC e o Sistema de Radiodifusão Pública, por meio de seus agendamentos e posicionamentos em notícias, notas, editoriais, análises e críticas. Ignorando as práticas consolidadas pela experiência da EBC, a preocupação de fundo dos veículos comerciais, segundo Oliveira (2021, p.248), não foi de blindar o sistema público

de interferências governamentais, mas sim abrir um caminho de justificativas para defender o desmonte do projeto da EBC.

Pensar o jornalismo produzido atualmente é também pensar em um setor em crise. A internet, e a produção de informação nas redes sociais, tensionaram de tal forma o papel antigamente exercido pela imprensa tradicional, que há hoje uma desconfiança dos veículos de comunicação que não existia há 20 anos atrás. O jornalismo passou a competir com a produção de conteúdo no contexto plataformizado (D’Andrea, 2020), por visualização e relevância, e não pôde se furtar de estar presente como perfis nas plataformas digitais de mídia. Ainda que possuam domínios próprios, todos os portais jornalísticos analisados na pesquisa (assim como a grande maioria) estão presentes no *Facebook*, *Instagram*, entre outras plataformas. Esta lógica parece mandatória no jornalismo atual. Veículos tradicionais perderam espaço também em sua fonte de receita: os anunciantes passaram a ver vantagem na produção de publicidade voltada às plataformas, em detrimento da publicidade para veículos de radiodifusão.

O papel do jornalismo (enquanto “quarto poder”, “*WatchDog*”, ou “*Gatekeeper*”) também está em crise por sua legitimidade, uma vez que o debate público se alterou com a presença de plataformas de mídias sociais. A ideia de que a mídia em geral é propagadora de “*fake news*”, repetida por governantes populistas de direita como Donald Trump, Jair Bolsonaro, entre outros, nas últimas eleições estadunidense e brasileira, e em diversas ocasiões registradas, ganha força popularmente nas redes e cresce uma rejeição ao discurso, prática e a própria persona do jornalista. O uso dos meios digitais de comunicação, assim como as redes sociais como arma política de imperialismo digital também ficou mais evidente recentemente com o conflito que culminou no banimento do *X* (antigo Twitter) no Brasil, após sucessivos descumprimento das legislações do país. Após a compra da plataforma pelo bilionário Elon Musk, em 2022, o *X* viu triplicar o número de jargões racistas, e falhou em combater 99% dos posts com discurso de ódio publicados por assinantes da plataforma (Center for Countering Digital Hate, 2023). Segundo o Intervozes (2024), antes do banimento do *X*, os usuários estavam mais expostos à desinformação. Ainda que a crise atual pela qual passa o jornalismo (enquanto conceito e prática) não seja a temática da presente pesquisa de mestrado, é importante situar o presente momento histórico, para voltar-se à compreensão das ações (e impactos) dele neste contexto de tensionamento do Serviço de Radiodifusão Pública pela grande mídia comercial.

A escolha pelos meios digitais se deve ao seu papel de protagonismo nos últimos anos, em que a internet foi palco das maiores disputas políticas e de narrativa no país. Com

isso, entre outros aspectos, o meio teve crescimento expressivo de audiência e atração de verbas publicitárias, reforçando o papel de relevância nos últimos anos. O share da mídia digital passou de 21,2% para 26,7% segundo o CENP-Meios, e o consumo de notícias por meio da internet também se alastrou por boa parte das classes sociais. A força do consumo de mídia no Brasil está em destaque global quando olhamos para o acesso à leitura de notícias na internet: Através do estudo Target Group Index Global Quick View (Kantar Ibope Media, 2023), que traz dados de 35 países, vemos o Brasil na 1ª colocação na leitura de notícias via Internet. A escolha por veículos que publicam em ambiente *online* (ainda que sejam advindos de canais de televisão e jornais impressos) se deu no sentido de explorar o ambiente onde a notícia e as opiniões estão sendo cada vez mais emitidas e consumidas.

Em um contexto midiaticizado, os fatos e acontecimentos recebem uma ampla visibilidade, afetando o processo de produção da notícia, que se transforma e também se acelera. Assim, para Sodré (2009, p. 38), "a midiaticização é hoje o processo central de visibilização e produção dos fatos sociais na esfera pública. Por isso, o enquadramento midiático é a operação principal pela qual se seleciona, enfatiza e apresenta (logo, se constroi) o acontecimento." Sodré (2009) e outros autores observam que ao selecionar suas notícias, a mídia não só mostra o que quer, ela também seleciona suas pautas na intenção de captar um espectador que tem interesses próprios. Dessa forma, e imersos nas lógicas midiáticas, tanto o público quanto os jornalistas são suscetíveis a adotar o olhar da mídia enquanto seu próprio e assumir como verdade o que pode ser apenas discurso.

O jornalismo de veículos comerciais no ambiente da internet obedece às regras específicas do meio, em que o regime de visualizações, compartilhamento, *clicks*, dentro da lógica do algoritmo, dita qual conteúdo receberá o alcance desejado. Assim, a informação é tratada como um meio em busca desse fim comercial, e o texto é produzido no sentido de facilitar o compartilhamento e gerar reações, simplificando contextos e capturando o leitor. A mudança na produção jornalística causada pelo processo de mediatização (Hjvard, 2014) vem acompanhada com a mudança do ambiente da Esfera Pública, como localizada por Habermas no século XVII. Segundo o conceito clássico, a Esfera Pública é formada nos espaços públicos de discussão, e é povoada por ideias tornadas públicas a partir de sua divulgação via panfletos, jornais e livros. A entrada de temas na Esfera Pública depende, em boa medida, do uso de mídias responsáveis por dar publicidade - no sentido de "tornar público" - a temas que precisam ser colocados em discussão.

No entanto, na passagem do século XVIII para o XIX essa noção de Esfera Pública começa a enfrentar algumas contradições e problemas. O capitalismo se consolida como modelo econômico

dominante, e os interesses de mercado começam a entrar em conflito com os interesses políticos. O jornalismo, até então um instrumento de ação político, progressivamente se transforma em uma mercadoria, produto elaborado pelas empresas de comunicação. (...) Como resultado, passa a haver uma tensão constante entre o interesse público e o interesse do mercado na constituição da Esfera Pública que, por sua vez, deixa de ser apenas um espaço de debates políticos para se converter em um lugar de disputa entre os interesses do Estado, das empresas e das corporações. (Martino, 2015, p. 93).

A mercantilização da informação, como citada por Luís Mauro de Sá Martino, em um cenário dominado por meios comerciais, como no Brasil, possibilita a proliferação de desinformação por motivos políticos e ameaça a própria constituição da democracia no país. As tensões por quais passam tanto a prática jornalística quanto seus conceitos e funções estão relacionadas com a construção política do campo das comunicações no Brasil, visto tradicionalmente como mercadológico e sujeito aos interesses do lucro e que, assim como em outros países, percebeu o impacto da desinformação em seu processo eleitoral de forma sem precedentes nas últimas eleições. Tal panorama explica, talvez de forma mais evidente do que em outros momentos históricos, a necessidade de um campo público da comunicação, focado no interesse do cidadão, orientado pela pluralidade de vozes e presença do contraditório e atrelado às demandas da sociedade, que seja capaz de garantir a Integridade da Informação enquanto princípio norteador.

O conceito de Integridade da Informação, utilizado no informe *Integridade da informação nas plataformas digitais*⁴ (ONU, 2023), refere-se à precisão, consistência e confiabilidade da informação, que é ameaçada pela desinformação, pela informação falsa e discurso de ódio⁵. O informe sugere respostas regulatórias para garantir o fortalecimento da integridade da informação e cita os recentes esforços legislativos que foram feitos para abordar a questão nos níveis regional e nacional, incluindo a estrutura adotada pela União Europeia em 2022, que compreende a Lei de Serviços Digitais, a iniciativa sobre transparência e direcionamento de publicidade política e o Código de Conduta sobre Desinformação. A Lei dos Serviços Digitais estabelece novas regras para usuários, plataformas digitais e empresas que operam on-line na União Europeia. O informe também caminha ao encontro do Código de Conduta sobre Desinformação da União Europeia, que

4

<https://www.abcd.usp.br/noticias/onu-principios-globais-integridade-da-informacao/#:~:text=A%20integridade%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20s%C3%B3,e%20protegendo%20os%20direitos%20humanos.>

⁵ Embora não haja definições universalmente aceitas desses termos, as entidades das Nações Unidas desenvolveram definições de trabalho dos mesmos.

estabelece princípios e compromissos para plataformas on-line e para o setor de publicidade com a finalidade de combater a disseminação de desinformação on-line, os quais seus signatários concordaram em implementar (ONU, 2023). O documento insta os signatários a buscar respostas das plataformas sobre melhorar sua transparência no acesso e uso de dados pessoais dos usuários, além de facilitar o acesso a dados para pesquisadores para além dos EUA e União Europeia. Outra diretriz, como o *Empoderamento do Usuário*, sugere o aprimoramento do pensamento crítico, que pode tornar os usuários mais resilientes contra a manipulação digital e cita especificamente a alfabetização digital como forma de ensinar os usuários a avaliar melhor as informações que encontram on-line e a transmiti-las de forma responsável. O documento também encoraja o fortalecimento da mídia independente como outra prioridade, além da necessidade de aumentar a prevalência de iniciativas de checagem de fatos e sustentar reportagens confiáveis, precisas e de interesse público. O informe aponta que o debate público real depende dos fatos, contados com clareza e relatados de forma ética e independente, por meio de repórteres éticos, com formação e condições de trabalho de qualidade, com competências para restabelecer o equilíbrio diante da desinformação (ONU, 2023).

É interessante notar que as premissas e diretrizes expressas no informe da ONU tangenciam e se interconectam com a missão de meios públicos de comunicação. Assim como sugere o informe, a EBC (e outras empresas públicas de comunicação pelo mundo) tem como parte de sua missão (ainda que atualmente enfraquecida) precisamente a formação crítica de seu público, a transparência e controle social de seus conteúdos, o que aproxima mais as empresas públicas da possibilidade de fortalecimento da Integridade da Informação do que as iniciativas privadas. O informe pretende que as diretrizes sejam seguidas por veículos de mídia pelo mundo, inclusive veículos comerciais, porém, uma questão importante continua em aberto: como garantir a aplicação das diretrizes para o fortalecimento da integridade da informação, quando tais ações forem de encontro ao lucro? Como trazer a informação de volta para o campo do direito e afastá-la da noção de mercadoria em um ambiente em que os meios são controlados por poucas empresas que tem como objetivo final o acúmulo de capital? A alternativa pública se apresenta então como a mais possível, ou talvez única, via em direção à integridade da informação.

Uma vez que o tema desta pesquisa são os enquadramentos da mídia comercial em seus portais jornalísticos on-line, sobre a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) no primeiro ano de terceiro mandato do Governo Lula (2023), é importante relacionar o ambiente de produção dessas publicações com o conteúdo expresso nas mesmas. O contexto da produção

jornalística no Brasil, atualmente atravessado pela crise de legitimidade, pelo paradigma da plataformização e pelas ameaças da desinformação informa sobre a produção de notícias na grande mídia comercial assim como contexto das políticas de comunicação no Brasil pode informar sobre a visão dos meios comerciais sobre os meios públicos. Essa relação revela também uma disputa política entre os diferentes segmentos, que coabitam o campo da Comunicação Social no Brasil em desigualdade de condições em sentidos amplos: a comunicação foi por muito mais tempo (e ainda é) tratada como uma questão de mercado, do que como uma questão de interesse público e direito à informação, tanto pela classe política quanto pela mídia.

1.2 A crítica da mídia de Gramsci e uma proposta metodológica

A grande corporação de mídia realiza limpidamente a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania. (Ianni, 2019, p. 17).

A posição da Empresa Brasil de Comunicação atual é estranha: ainda que represente um projeto democrático de mídia pública, seu histórico e desmonte impossibilitam que a empresa se posicione como opção pública e independente no cenário dominado pelos meios comerciais, e suas contradições internas evidenciam que a defesa do caráter público não é um consenso entre os que ocupam posição de direção, nem no governo federal atual. Para abordar tal questão, assim como para oferecer as lentes pelas quais observaremos a produção de notícias sobre a EBC nos veículos comerciais, é importante definir o conceito de "hegemonia", que vai permear toda a compreensão do objeto aqui proposto. Para entender quais os interesses e qual embate de forças que se instala quando a mídia privada fala sobre a mídia pública, este trabalho propõe articular o conceito desenvolvido pelo filósofo italiano e marxista, Antônio Gramsci.

Para Gramsci, a hegemonia é definida como a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. Além de congregar as bases econômicas, a hegemonia tem a ver com entrechoques de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política (Gramsci, 2002b, p. 65). O autor salienta que toda relação de hegemonia é necessariamente um processo pedagógico, o que se verifica em nível nacional e internacional. Ao se inserirem nessas ambiências interacionais mediatizadas, os sujeitos aprendem a se constituir socialmente, culturalmente e politicamente, engajando-se com ideologias que nem sempre se apresentam como tal. Em um cenário de

disputa pelo consenso, a construção da hegemonia na contemporaneidade cada vez mais se baseia em disputas ideológicas e culturais que influenciam e condicionam o imaginário social, a opinião pública, os sentidos de compreensão da realidade e as decisões eleitorais (Moraes, 2016, p. 15).

Na história moderna e seus desenvolvimentos na filosofia política, o conceito surge para explicar o processo da aliança de classe operário-camponesa na revolução russa, como elo intelectual político entre a teoria e a prática revolucionária sob a liderança do operariado (Lênin, 2009). Ainda que o conceito possa ser identificado preliminarmente nos ensaios desenvolvidos por Plekhanov (1976) na Alemanha, é em Lênin que estão os fundamentos teóricos e políticos utilizados por Gramsci (1999) em seus escritos, que ressaltam “a importância filosófica do conceito e da realidade da hegemonia” (p. 242) desenvolvida por Lênin. Em “Que Fazer?”, o russo articula seu pensamento partindo da necessidade de entender a formação social específica da Rússia e prossegue em formular as tarefas do proletariado, em uma compreensão que tem o partido revolucionário como conexão essencial entre a teoria da hegemonia e a tarefa histórica do proletariado como direção do processo revolucionário (Bastos, 2022, p.3).

Uma das principais constatações de Lênin é de que o proletariado não chega a uma consciência política por si só, o que lhe permitiria ser o dirigente nesse processo. A ideia, entretanto, não é simplesmente de que a teoria revolucionária não seja elaborada dentro o proletariado, mas só estando fora das relações econômicas e podendo ter assimilado a cultura burguesa é possível perceber dialeticamente as posições determinadas e, bem como, formular sua "superação", como assinala Gruppi:

Estamos verdadeiramente diante do conceito hegeliano de superação (Aufhebung) enquanto negação e adoção: um negar que é assumir, superar. Estamos diante da negação e da superação dialética, que é também adoção crítica das contribuições e dos resultados da cultura burguesa mais avançada. Essa é uma concepção sobre a qual Lênin voltará, nos anos 20, quando da sua polêmica contra o proletkult, ou seja, contra aquela tendência que pretende contrapor uma cultura à outra, como blocos separados, mas sim de uma contraposição que é adoção, superação crítica, dialética." (Gruppi, 1978, p. 35).

A hegemonia, portanto, é um conceito que considera que as classes articulam concretamente projetos de mundo para o conjunto da sociedade na prática, e esse engajamento pode tanto servir para sustentar a hegemonia vigente quanto possibilitar substrato sensível

para a construção da hegemonia popular (Bastos, 2021a; 2020b). Trata-se de um conceito desenvolvido e operacionalizado para pensar a práxis e a constituição dos sujeitos como classe e as suas articulações políticas com outras classes para se constituir como força hegemônica. Dessa forma, ao pensar sobre o histórico de domínio mercadológico da mídia comercial no Brasil, é possível dizer que, em termos gramscianos (Gramsci, 2002), o campo comercial das comunicações no país é hegemônico tanto politicamente quanto ideologicamente. Uma vez que a hegemonia é também alcançada através de estratégias de argumentação e persuasão, ações concatenadas e interpretações convincentes sobre o quadro social (Moraes, 2010), a produção de notícias de veículos de mídia comercial atua para manter pressupostos sobre a radiodifusão pública que lhes interessam, porque dizem respeito a aspectos econômicos e políticos que atravessam também a existência e rentabilidade do sistema privado de radiodifusão.

Um sistema público de radiodifusão fortalecido, com reconhecimento e participação social, ocupando espaço não só nos sinais de rádio e televisão, mas também na internet, significa, em alguma proporção, a perda de parte do monopólio, hegemonia econômica e política de meios comerciais. Acostumados a dominar e prevalecer, qualquer avanço no sentido de democratizar a comunicação por meio de sistemas públicos é visto pelos meios privados com desconfiança e como ameaça. Argumenta-se aqui que é improvável que a parcialidade das posições da mídia comercial não se manifeste em sua produção de notícias. Se, na perspectiva gramsciana, a hegemonia pode (e deve) ser preparada por uma classe que lidera a constituição de um bloco histórico que articula e dá coesão a diferentes grupos sociais em torno da criação de uma vontade coletiva, a proposta contra-hegemônica de radiodifusão pública que a EBC representa é também parte dessa articulação política da sociedade civil na arena de embates das políticas de comunicação.

Ainda que a empresa tenha tido como propósito representar este projeto de democratização e inserção pública, não é possível atestar, apenas pela experiência da EBC, que esse fim tenha sido atendido. O percurso histórico de embates políticos tanto na criação de seu projeto quanto em sua atuação ao longo dos anos demonstra, na verdade, a extensão e profundidade do conflito de classes que envolve as políticas de comunicação no Brasil e a tentativa de se estabelecer um Serviço público de radiodifusão em seu território. Guido Liguori (2007) propõe que há nos Cadernos do cárcere “uma teoria ‘materialista’ da ideologia”, uma vez que a luta ideológica não se resume a “batalha de ideias”, pois essas ideias se sustentam em base material, “articulam-se em aparelhos” (pp. 90-91). As referências ao “aparelho hegemônico” são originárias da formação do conceito de hegemonia por

Gramsci. O autor explicita, em seu Caderno 10, a vinculação entre hegemonia e ideologia e como o aparelho hegemônico serve para criar “novo terreno ideológico”, para consubstanciar uma “reforma filosófica”, uma “nova concepção de mundo” (Liguori, 2014, p. 77). Por isso, autores como Bastos (2021) afirmam que o próprio conceito de comunicação contra-hegemônica, amplamente utilizado, é impreciso, baseando-se no fato de que os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia se relacionam com a totalidade, com relações políticas e de classe que medeiam os processos comunicativos (Bastos, 2021b).

Não é a comunicação em si que é contra-hegemônica, mas a maneira como os movimentos, coletivos, grupos ou organizações se posicionam e agem com relação às lutas da sociedade, como utilizam, pensam, são formados e também se constituem nessas lutas por meio da comunicação. Sendo assim, a práxis, a luta política se insere em um projeto hegemônico ou contra-hegemônico, que tem na comunicação uma instância fundamental de organização e luta pelo comum. Portanto, seria mais preciso falar de uma comunicação para outra hegemonia ou, ainda, uma comunicação para a hegemonia popular. (Bastos, 2021b, p. 4)

Refletindo sobre a noção de “Bloco Histórico” de Gramsci, Almeida (2011) pontua as diferenças entre o contexto midiático italiano da década de 20 e a realidade de 2010, pontuando que “a mídia contemporânea não se encaixa na articulação do “Bloco Histórico” da mesma forma que na época pensada por Gramsci”. Antes superestrutural, e agora “especial”, pois, ao mesmo tempo em que passa a ter uma expressão superestrutural mais acentuada, transformou-se num setor de ponta da estrutura econômica. Ou seja, o campo das comunicações parece ainda mais comprometido e “dependente” dos movimentos do grande capital, pois faz parte do núcleo central da economia. O próprio capital se tornou midiaticizado, neste sentido. E, deste modo, também mais diretamente dependente das decisões políticas e regulatórias do estado. Se os meios de comunicação privados no Brasil se comportam como os agentes da hegemonia, os portadores materiais das ideologias que buscam consolidar apoios na sociedade civil, seja para manter a dominação, seja para contrariar seus pressupostos (Moraes, 2010), é interessante que eles sejam vistos de tal forma, e que seus enunciados sejam analisados com a desconfiança proposta por Gramsci. Abordar a mídia comercial como o bloco hegemônico no âmbito das políticas de comunicação, que também acaba por influenciar e se estender, em considerável medida, ao campo dos hábitos de consumos de mídia pelos cidadãos e cidadãs, no Brasil é, de algum modo, contribuir para a compreensão do contexto em que os discursos são produzidos, e descortinar interesses

próprios desses veículos. Como bem demonstrou Gramsci (1999), a partir de seu conceito de bloco histórico, a ideologia é mais didática do que prática, “já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (p. 238). Além disso, conforme afirma Williams (2011, p.69), os meios de comunicação são também meios de produção, já que seus “meios materiais” são intrínsecos às formas de trabalho e organização social, portanto “indispensáveis tanto para as forças produtivas quanto para as relações sociais de produção”.

O pensamento hegemônico, propagado pelos meios comerciais, sobre a mídia pública no Brasil é que ela não cumpre sua função e é desnecessária, e que a iniciativa privada movida pelo lucro é a arena mais adequada para garantir o acesso à informação em sua diversidade de fontes. Tal visão perpassa não só o campo comercial da comunicação, e, no caso da EBC, é possível perceber em diversos momentos de sua história que a própria direção da empresa também a enxerga dessa maneira, ou a vê como atrelada aos interesses do governo de ocasião por missão.

Como já citado brevemente neste trabalho, um exemplo recente que confirma essa assertiva, e deixa explícita a complexa articulação de forças envolvidas na questão, foi a veiculação da entrevista com José Bonifácio Sobrinho, ex-diretor da TV Globo, no tradicional programa da TV Brasil, da EBC, “Sem Censura”, atualmente apresentado por Cissa Guimarães. A transmissão da entrevista coincidiu com a paralisação dos jornalistas da empresa, que protestavam contra um ataque à categoria na proposição do novo Plano de Cargos e Remunerações (PCR) em setembro de 2024, sob a direção de Jean Lima. Ainda que sob este contexto, a diretora de Conteúdo e Programação da EBC, Antonia Pellegrino (nome ligado à esquerda e ao PSOL), ovacionou a presença de Boni no programa, em suas redes sociais. A diretora escreveu o seguinte em seu perfil no *Instagram* na ocasião:

“Hoje foi um dia muito especial dentro da trajetória de reposicionamento da @tvbrasil, que estamos construindo desde 2023. Porque a gente recebeu ninguém menos que o BONI, no Sem Censura. Boni foi durante dois anos do Conselho Curador da EBC. Pra quem é de televisão, receber o Boni é como receber o Papa. É beber na fonte de um dos grandes criadores disso que a gente entende por tevê brasileira. E, sendo ele o cara de sucesso que ele é, a gente sabe que o Boni não sai de casa pra se meter em roubada. Ele sai pra golear - e foi o que ele fez na tarde de hoje, com todo

seu humor, inteligência e sinceridade. Uma aula!” (Pellegrino, 2024)⁶.

A primeira sentença de sua fala joga luz sobre um aspecto importante: o reposicionamento da TV Brasil no governo Lula, e sua diferenciação da administração de Bolsonaro. Tal “reposicionamento” foi comemorado no início do governo, uma vez que o presidente eleito reiterou em sua campanha seu compromisso de parar o processo de desmonte e retomar o fortalecimento do caráter público da empresa. Mas de que forma a presença de Boni seria um indicativo desse movimento? Um ex-diretor da maior rede de televisão comercial do país, com histórico de participação em momentos em que o jornalismo (ou o mau jornalismo) foram capazes de mudar os rumos eleitorais no Brasil, é a pessoa mais adequada para reiterar o compromisso com o caráter público da empresa? A TV Brasil se reposiciona mirando a Globo? Pellegrino relembra que Boni foi membro do Conselho Curador da EBC, órgão extinto e ainda não reabilitado dentro da empresa, que garantia sua independência editorial e incentivava a participação social dentro da EBC. Ainda que Boni tenha sido um conselheiro, sua participação não foi memorável e também contou com oposição. A visão de Boni sobre a televisão e a comunicação pública é, naturalmente, o ponto de vista dos veículos comerciais os quais ele representou e representa, como deixou claro com suas falas durante a entrevista. Quando perguntado sobre sua opinião em relação à TV Brasil, o suposto “papa da televisão” (conforme fala de Pellegrino) disse o seguinte:

“Vou falar uma coisa aqui que talvez você não gostasse de ouvir. Acho perfeitamente nos dias de hoje dispensável a tv pública. Porque tudo de informação que existe, você tem na Internet. Eu vejo como única saída para a TV pública operar vários canais e operar programas na educação” (Boni, Entrevista concedida ao Programa Sem Censura, 2024)⁷.

Sua fala não encontrou questionamento durante o programa, ainda que a bancada estivesse sendo ocupada por jornalistas empregados da TV pública em questão. Seria esta a “goleada” a que Pellegrino se referiu em sua publicação? Questionado se a TV pública teria mais liberdade, Boni disse que uma TV pública, vinculada ao governo, possui uma liberdade relativa. *“Você continuar sendo pública e ser do governo? Por que que ela é livre? Essa história de liberdade é relativa. Enquanto o governo interfere na EBC? Essa liberdade é*

⁶ Depoimento na rede social instagram, em 3 de setembro de 2024. Disponível em:

https://www.instagram.com/reel/C_eNKxuJBgw/?igsh=ZzQ5d3Bjc2RpZWV6

⁷ Sem Censura, TV Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Me_5ni2rSdo

relativa. A liberdade absoluta não existe". Ainda que enviesada, a fala também repercute a crítica do polo em defesa do caráter público da EBC, que postula, desde sua criação, que o vínculo com a presidência da república enfraquece a independência e autonomia do serviço.

A questão, entretanto, é ofuscada pela visão de que a EBC deveria cumprir um papel subalterno na produção de informação, apenas educativa, que não incomodasse ou concorresse com o trabalho do jornalismo "real" que é feito por veículos comerciais em ambiente digital. Boni sabe que ecoa a opinião pública em sua visão, e como pontuou Gramsci (2007a, p. 95), a opinião pública realiza a mediação e a sustentação do "consenso da maioria", expresso por seus órgãos como jornais e associações, possibilitando o exercício da hegemonia por meio da combinação equilibrada de força e consenso. É, portanto, no interior da própria empresa, em um dos programas de mais tradição da TV Brasil, e em um momento de embate político interno, que a direção decide por um posicionamento entreguista que expõe a missão da empresa à crítica dos interessados pelo seu fim.

Dessa forma, é possível entender que a EBC não se defende enquanto instituição porque há em seu interior uma contradição que impossibilita sua missão, uma vez que visão hegemônica sobre a comunicação no país atravessa não só a percepção da classe mantenedora dos meios de produção, mas também se instala no centro dos movimentos que buscam romper a lógica da informação enquanto mercadoria. Como deixa clara a conhecida 11ª tese sobre Feuerbach de Karl Marx (1990), trata-se de coerência teórica e política buscar compreender os conceitos na totalidade em que se inserem e identificar os limites destes em uma perspectiva de emancipação social. Assim, o jornalismo produzido em veículos de mídia privados no Brasil, com seu histórico de monopólio e livre mercado, atua como o pólo dominante neste contexto, com interesses tanto econômicos quanto políticos de manter o estado atual e seu próprio *status* e relegando a mídia pública a uma posição subalterna, de desconhecimento.

A mídia pública, em contrapartida, é o espaço em que a informação é tida como direito, em que a participação social e controle do cidadão podem funcionar direcionando a produção jornalística e de conteúdo em geral para o interesse público. É por meio do enfraquecimento dessas noções e exercendo a hegemonia tanto prática quanto ideológica, que a mídia comercial consegue se manter no cenário brasileiro, normalizando seu monopólio e descaracterizando iniciativas públicas. Nos últimos anos, a EBC sofreu ataques que comprometeram sua função enquanto serviço público, e foi alvo de intervenções políticas ao mesmo tempo que se argumentava sobre sua possível privatização. Ainda assim, a relação do campo em defesa do projeto de radiodifusão que a EBC representa com o governo federal é

ainda de embate, no decorrer do governo Lula. E, paralelamente, jornalismo produzido em veículos de mídia privados no Brasil, com seu histórico de monopólio e livre mercado, atua como a classe dominante neste contexto, que articula a opinião e a produção de informação com os próprios valores, tornados hegemônicos por processos que são descritos enquanto com interesses tanto econômicos quanto políticos de manter o estado atual e seu próprio *status* e relegando a mídia pública a uma posição subalterna, de desconhecimento.

Em conclusão, ao abordar o setor da radiodifusão, entendemos, assim como o filósofo sardo (Gramsci, 2001, p. 20), que há dois grandes planos superestruturais que atuam neste embate: a sociedade civil, de um lado, e o conjunto dos organismos privados, que se manifestam em dois pólos, a grande mídia comercial e o governo federal. A relação entre o governo federal de ocasião e a mídia comercial varia em grau em sua colaboração com a visão desses meios e estes pólos vão corresponder à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre o conjunto da sociedade, definidos como aparelhos de hegemonia. Essas funções são “organizativas e conectivas” para o exercício da hegemonia e do governo político, ou seja, também ensinam a própria visão, e vão definir a organização dos atores envolvidos nesta questão.

1.3 Especificidades dos gêneros e formatos jornalísticos na web

O termo “notícia” é central em nossa investigação, uma vez que constitui um eixo importante nos estudos do jornalismo. A notícia, como a entendemos, é a forma como o jornalismo, enquanto uma atividade intelectual de produção de conhecimento, cujo objetivo é fornecer informações, se materializa. Porém, o jornalismo também se materializa como discurso, expresso por meio de narrativas que teriam a notícia - um relato, texto elaborado com a intenção de comunicar e transmitir informações organizadas, adaptado aos veículos rádio, jornal, TV e ao meio digital - como modelo ou unidade básica de construção de significados (Jorge, 2007).

Sobre este assunto, Couldry e Andreas (2017) vão pontuar que o mundo social e a sua realidade cotidiana não são apenas um dado, mas sim socialmente construídos pelos seres humanos. Desta forma, os fatos não são uma construção aleatória, ao contrário, a construção do mundo social baseia-se em muitos padrões de prática cuja validade é geralmente aceita e também contestada. Portanto, os autores enxergam a relação como um paradoxo, uma vez que as características específicas e relativamente estáveis do mundo social fazem parte da construção que as diversas instituições (entre as quais, a mídia) se esforçam para sustentar.

Couldry e Andreas (2017) destacam que a comunicação, entendida por eles como qualquer forma de interação (ação mutuamente orientada) é fundamental para que haja um mundo social – embora a construção da realidade cotidiana também envolve muitos processos não comunicativos (Braga, 2021). Dessa forma, é possível entender que, ao mesmo tempo que a mídia produz significados que vão se tornar a opinião pública, ela é influenciada pela visão dos que a produzem.

Se os fatos falassem por si, a tarefa dos jornalistas talvez fosse mais fácil de levar a cabo, mas também seria por certo mais técnica e burocratizada. Mas os fatos [...] não são por si informação e não podem ser colocados ao dispor dos interessados se não for através da sua enunciação, isto é, através da linguagem, através de códigos e convenções socioculturais. Os profissionais do jornalismo têm necessariamente de, em cada momento, mediante complicados processos de seleção e avaliação, construir relatos e interpretações, a partir de dados e informações que procuram e recolhem de diferentes modos e em diversas fontes. O processo produtivo ocorre frequentemente em condições de pressão – desde logo de espaço e de tempo – que exigem a definição de critérios de classificação e a implementação de rotinas de produção, para fazer face à imprevisibilidade e multiplicidade de áreas das ocorrências da vida social. (Pinto, 1999, p. 84).

O jornalismo contemporâneo desenvolveu-se a partir do século XIX, após se desvincular formalmente dos partidos políticos, e acompanhou o crescimento da alfabetização, do nacionalismo e dos sistemas de informação do governo. Lewis (2019) afirma que, com a industrialização dos jornais, o jornalismo passa a se referir à atividade econômica engajada em elaborar e divulgar notícias, e o jornalista, com isso, passa a ocupar um espaço visível como repórteres e escritores. A prática se profissionaliza a partir do século XX e se direciona ao interesse público, o jornalista, então, coloca-se como observador ético, autônomo e “neutro“. Assim, o jornalismo pode ser definido como uma prática social complexa e consequente, que tem um significado particular porque busca observar e comunicar o que é importante para a vida social, ou seja, as notícias. Ao fazê-lo, cria um público e envolve-o numa conversa sincronizada consigo próprio (Braga, 2021).

O jornalismo também adapta suas práticas ao meio em que é desenvolvido. Dessa forma, o jornalismo on-line, ou webjornalismo, possui características específicas ao meio digital, mas que mantém em suas dimensões fundamentais os princípios do jornalismo. Segundo Pinto (1999), a busca incessante pela verdade é uma dessas dimensões, porém, para além de seus fundamentos, mais importante do que determinar a suposta verdade é o processo de procura, de aproximação, de percepção, de construção, de versões da realidade – o que só

se torna possível por meio de estratégias de indagação, de relacionamento dos fatos, de contextualização histórica e sociocultural (Jorge, 2013). Portanto, ainda que tenha visto uma mudança em sua prática cotidiana, a produção de notícias ainda depende de uma abordagem estruturada, fundamentada em conceitos tradicionais que guiam a profissão.

Quando pensamos na produção de notícias na Web, devemos ter em mente que elas obedecem a arquiteturas abertas e interativas, permitindo uma resposta mais eficaz a duas tipologias de leitores: 1) os que procuram uma informação específica, e por isso estão disponíveis para explorar itinerários pessoais de leitura; 2) os que simplesmente navegam numa notícia e precisam de ser guiados pelas qualidades estruturais do formato (Lowrey & Choi, 2006). Ainda que, no contexto da comunicação multimídia, os formatos audiovisuais e gráficos tenham recebido um enfoque especial, o texto continua a ser um elemento chave na era da internet, e atua como uma coluna vertebral, sustentando e estruturando as peças informativas multimídia. Dessa forma, o texto atua como elemento de contextualização e de documentação por excelência; informa o utilizador sobre os aspectos essenciais da informação que este tem diante de si, ao mesmo tempo que se apresenta como a via mais eficaz para oferecer dados complementares (Jorge, 2007). Segundo Jorge, (2007), de todos os formatos comunicativos disponíveis, o texto oferece o conteúdo mais racional e interpretativo, indica o conceitual, face à espetacularidade e emotividade característica de outros formatos.

Vinte anos após o surgimento das primeiras publicações jornalísticas na internet, o meio se consolidou como fonte de consumo de notícias. O Brasil, neste aspecto, tem um volume de usuários on-line crescente, e o brasileiro cada vez mais busca pelo jornalismo on-line para se manter informado, em detrimento do jornal impresso. Os meios digitais também vivem um momento de exploração narrativa e descobrimento de novos formatos. Canavilhas (2014), elenca fatores que contribuem para esta efervescência: 1) a simplificação dos processos de publicação de conteúdos audiovisuais na internet; 2) a dinâmica de comunicação unilateral facilitada pelas redes sociais, que proporcionam uma contribuição de conteúdos cada vez mais ativa por parte dos internautas; 3) o auge dos dispositivos móveis, enquanto dispositivos de captação, distribuição e consumo de conteúdos multimídia; e 4) a estratégia de diferenciação adotada por certos meios de comunicação e pelos seus concorrentes, procurando oferecer formatos multimídia bastante avançados.

A diversidade formal do jornalismo online, assim como na televisão, desafia a delimitação precisa de gêneros. A identificação de um gênero depende da convergência de elementos como objetivos comunicacionais, temas recorrentes, estilo, construção

composicional e contexto sociocultural. Charaudeau (2010) destaca três desafios inerentes a qualquer gênero informativo: visibilidade, inteligibilidade e espetacularização. Os títulos, especialmente relevantes no contexto digital, assumem um papel central na atração do leitor e na construção de uma primeira impressão sobre o conteúdo. Essa importância é ainda maior no jornalismo online, onde os leitores frequentemente acessam fragmentos de textos por meio de links ou buscas. A análise da estrutura e composição dos títulos, portanto, revela-se crucial para a caracterização e diferenciação dos novos gêneros jornalísticos, uma vez que esses elementos podem conter as fórmulas discursivas distintivas de cada gênero, como sugere Moirand (2007).

1.4 Situando a atuação dos portais da mídia privada escolhidos e suas linhas editoriais

Os portais Folha/Uol, G1, R7, CNN e Metrôpoles foram escolhidos como representantes das visões dos meios comerciais tanto por suas semelhanças quanto por suas diferenças. Investigar as possíveis divergências e semelhanças entre as coberturas de portais com históricos distintos, mas interesses não tão distintos assim, pode ajudar a compreender como o setor se organiza como um todo ao falar da EBC. Entre as semelhanças dos veículos analisados estão o fato de serem portais jornalísticos vinculados à iniciativa privada, reconhecidos socialmente como fonte de notícias e que flutuam entre os portais mais acessados no Brasil. Os portais são, no contexto brasileiro, uma face de como a concentração da mídia afeta a pluralidade jornalística, uma vez que esses veículos são parte de conglomerados midiáticos que concentram não só os recursos, mas também as audiências, e disputam o espaço on-line (mas também sonoro e televisivo) em desigualdade de condições, sobretudo em relação à mídia pública, educativa ou independente. Neste ponto, é importante citar novamente a pesquisa "Monitoramento da Propriedade da Mídia" (Media Ownership Monitor, ou MOM), realizada no Brasil pelo Intervozes em parceria com a Repórteres Sem Fronteiras, que desvelou o problema da concentração de propriedade e de consumo de mídia no território brasileiro. A pesquisa pontua que é impossível ter uma democracia efetiva sem pluralidade e diversidade de vozes em circulação, porém, no caso brasileiro, os indicadores de riscos à pluralidade na mídia apontam para um cenário preocupante: a elevadíssima concentração de audiência e a propriedade cruzada de meios de comunicação, que são os temas mais destacados dos riscos ao pluralismo midiático no Brasil, segundo a pesquisa.

Um dos apontamentos relevantes da MOM-Brasil é que, apesar de toda a diversidade regional existentes e das dimensões continentais de seu território, os quatro principais grupos

de mídia brasileiros concentram uma audiência nacional exorbitante em cada segmento analisado (TV, rádio, mídia impressa e online), ultrapassando 70% no caso da televisão aberta, meio de comunicação mais consumido no país.⁸ A chamada "convergência tecnológica", ou seja, o cenário de produção para múltiplos dispositivos de comunicação, suscitou estratégias de adaptação de alguns dos grupos brasileiros e, ao invés de dificultar a permanência de oligopólios, permitiram que os mesmos ampliassem sua fatia de mercado. Essas estratégias muitas vezes envolvem a redução da quantidade de profissionais contratados e ampliam as responsabilidades de seus jornalistas para atuarem em múltiplos meios, gerando inclusive o acúmulo de funções.

Segundo Intervozes (2023), as dimensões econômicas, regulatórias e culturais do consumo de informações permanecem favorecendo a concentração desse poder em poucas mãos, como é o caso dos conglomerados e grupos políticos dos quais os portais estudados na presente pesquisa fazem parte. Por exemplo, o grupo Record e o grupo Globo, que controlam os portais R7 e G1, respectivamente, foram destacados pela MOM-Brasil por sua propriedade cruzada de meios de comunicação, ou seja, quando um mesmo grupo controla diversos tipos de mídia, como a internet, a televisão, rádio e veículos impressos. Indicadores de riscos à pluralidade na mídia no Brasil (2019) consideraram o cenário brasileiro de “risco alto” nas questões como Concentração de Audiência, Proteção legal: concentração de propriedade (horizontal), Concentração de propriedade cruzada, Controle Político sobre o Financiamento da mídia e Proteção legal: transparência no controle da mídia. Sendo assim, os veículos estudados por essa pesquisa são parte deste pólo dominante da comunicação, e concentram as opiniões e visões da iniciativa privada, que mantém e legitima este controle sobre a informação no país.

Para dar dimensão à extensão do problema, o Grupo Globo, por exemplo, possui veículos ou redes centrais em todos os mercados de mídia. Na TV aberta, comanda a Rede Globo, líder disparada de audiência; na TV paga, é proprietário da programadora Globosat, que produz conteúdos que incluem o canal de notícias 24 horas GloboNews e mais de trinta outros – além de parcerias internacionais com importantes estúdios; na Internet, possui o maior portal de notícias brasileiro, Globo.com, que engloba entre outros, o G1; no rádio, tem duas de suas redes figurando entre as dez principais do país: Globo AM/FM e CBN; na mídia impressa, possui jornais de grande relevância como O Globo, Extra, Valor Econômico e

8 Relatório disponível em: <https://brazil.mom-gmr.org/>

Expresso da Informação e revistas como a *Época*, *Crescer*, *Galileu*, *Marie Claire* e tantas outras. Possui, ainda, uma das principais agências de notícias do país, a Agência O Globo (AOG) (MOM-Brasil, 2017). Também de acordo com a pesquisa, ao dominar tantos mercados, o Grupo Globo alcança sozinho uma audiência maior do que as audiências somadas do 2º, 3º, 4º e 5º maiores grupos brasileiros. Ao comparar os indicadores de riscos à pluralidade na mídia com os de outros dez países analisados pelo Media Ownership Monitor, o Brasil apresenta o cenário mais grave de riscos ao pluralismo. Uma das razões que a pesquisa apresenta para este cenário é a ausência de um marco legal eficiente que combata a monopolização e a oligopolização e promova a pluralidade de vozes na comunicação brasileira, vista como uma lacuna que traz graves consequências à circulação de ideias, à diversidade no jornalismo e, sobretudo, à democracia.

Ao mesmo tempo, as diferenças entre os portais aparecem, em primeiro momento, como mais numerosas e intencionais. Os veículos, ainda que comerciais, atuam e se posicionam de maneiras distintas em relação à própria produção jornalística e adicionam, desta forma, maior abrangência dessas possíveis diferentes visões do mesmo campo. Assim, o corpus foi composto de portais que: 1) Fazem parte de grupos de Comunicação que atuam na radiodifusão, no caso, o G1, do grupo Globo, e o R7, da Rede Record, 2) Relacionados com canais de TV à Cabo internacionais (CNN), 3) Ligados a um jornal impresso tradicional (Folha.uol) e 4) Nativo digital (Metrópoles). Mesmo que os veículos escolhidos atuem em concorrência, e algumas vezes em antagonismo, buscamos entender se há diferenças relevantes no enquadramento e no posicionamento ao noticiar a EBC, assim como revelar de que forma a temática “EBC” se articula no interior de cada cobertura.

Desta forma, a cobertura que cada portal concedeu ao tema “EBC” no ano de 2023 foi distinta em quantidade e qualidade. A Folha/Uol e Metrôpoles tiveram uma cobertura mais numerosa, com 35 e 44 publicações respectivamente. Ambos também publicaram quantidades expressivas de notícias, notas, editoriais, colunas e entrevistas tendo a EBC como a temática principal ou secundária. Para efeito de comparação com outros portais avaliados na pesquisa, os portais publicaram 35 (Folha/Uol) e 44 (Metrôpoles) textos jornalísticos no período, em comparação aos portais G1 (10), R7 (12) e CNN (20). A cobertura mais intensa de ambos demonstra um interesse maior nas temáticas que cercam a EBC. A seguir, sintetizamos o histórico de cada portal em tópicos distintos, para uma visão mais aprofundada sobre a linha editorial de cada veículo, além do posicionamento do próprio veículo sobre sua produção jornalística.

1.4.1 Folha/Uol

A Folha de São Paulo, enquanto jornal impresso e também on-line, já teve sua cobertura analisada quanto a sua produção sobre a EBC em outras pesquisas e momentos históricos, como citado anteriormente. Na avaliação de Oliveira (2021) e Santana (2017), os posicionamentos do jornal em relação à mídia pública foram historicamente direcionados à crítica e ao pouco entendimento (talvez proposital) sobre a missão e a necessidade de veículos públicos de Comunicação. Em 2023, após a posse de Lula, a Folha manteve a posição crítica ao governo e às primeiras medidas da administração, como por exemplo, a retirada de empresas públicas do Plano de Privatizações proposto por Bolsonaro.

Sobre o tema, a Folha/uol produziu editoriais e artigos de opinião (como em “Prejuízos estratégicos”⁹, editorial publicado em 21 de fevereiro de 2023, e “Privatizar não é tabu”¹⁰, editorial publicado em 9 de abril do mesmo ano) que criticaram a medida e questionaram a validade das empresas continuarem públicas. A opinião do veículo se mostrou clara: segundo a Folha, empresas públicas são deficitárias, não cumprem sua função, e seriam melhor geridas se passassem a ser controladas pela iniciativa privada. Ao se referir às empresas públicas, a Folha sentenciou em seu editorial “Prejuízos estratégicos” que o governo federal dispõe de estatais que, “embora tenham nome e condição de empresas, não geram receitas suficientes para manter sua operação e dependem do dinheiro do contribuinte. Na prática, são repartições públicas, mas de propósitos nem sempre claros”. Ao citar a EBC, enquanto uma empresa “deficitária”, o editorial pontua: “Outras (empresas) teriam dificuldade em preencher critérios de interesse público, como a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a Codevasf, de obras regionais, ou a Imbel, de material bélico”, deixando clara a visão do veículo de que uma empresa pública de comunicação não é capaz de servir ao interesse público por informação, por mais contraditório que a fala pareça. Por conta desses achados e partindo das conclusões anteriores de pesquisadores sobre o tema, iniciamos a investigação da cobertura do portal Folha/uol sobre a EBC tendo em mente a histórica animosidade que o veículo mantém contra a radiodifusão pública e, no contexto de 2023, atravessada pela crítica ao governo Lula em si.

A Folha/uol faz parte de um conglomerado midiático do Grupo Folha, controlado pela família Frias. O grupo Folha atua majoritariamente no mercado editorial e on-line, com

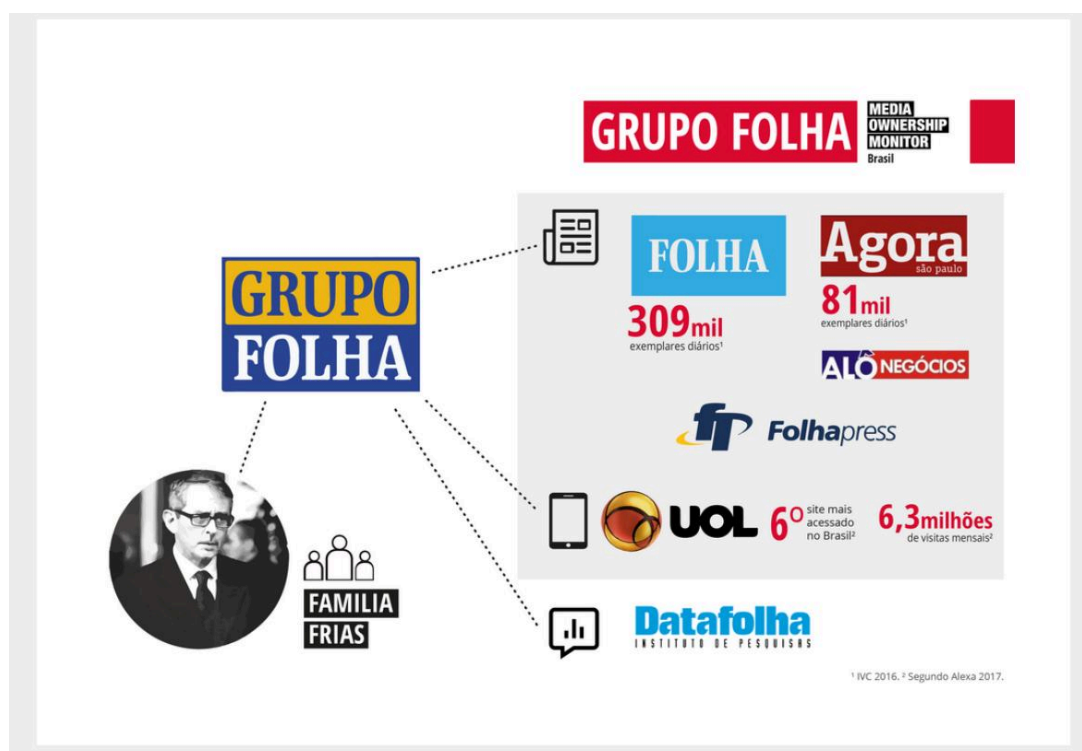
⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/02/prejuizos-estrategicos.shtml>

¹⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/04/privatizar-nao-e-tabu.shtml>

veículos impressos (Folha de São Paulo, Agora São Paulo, editora (Folha press), instituto de pesquisa (Data Folha) e o portal de notícias Uol, o sexto mais acessado do Brasil. O jornal A Folha de São Paulo foi fundado em 1921, e se consolidou como um dos principais jornais do Brasil, atingindo apelos significativos na década de 1990, com circulação média de dois milhões de exemplares aos domingos. O grupo expandiu sua atuação com a criação da versão online em 1995, chamada Folha.web, que se notabilizou por ser o primeiro site de notícias em tempo real do país. No cenário digital emergente, a Folha se associou ao UOL (Universo Online), lançado em 1996, marcando o início da transformação da Folha da Manhã S.A. em um grupo de comunicação. Luís Frias, presidente do Grupo Folha, enfatizou que o negócio não era apenas sobre mídia impressa, mas envolvia a ampliação de sua presença no setor de comunicação como um todo.

Figura 1

Veículos associados ao grupo Folha



Fonte: MOM-Brasil

A presença da Folha on-line não se resume ao seu portal, uma vez que o veículo possui uma verdadeira rede de produção de conteúdos em *podcasts*, que vão desde programas jornalísticos diários (como o popular “Café da Manhã”, que repercute as notícias que estarão nas páginas do jornal on-line e impresso, “Boletim Folha”, entre outros), conteúdos

narrativos investigativos (“Sufrágio”, “O caso das 10 mil”), documentários (“Autoritários”) e programas de cultura e estilo de vida (“Modos de viver”). Dessa forma, os temas com relevância na atualidade que são agendados pelo grupo Folha podem ser abordados em uma diversidade de formatos por seus variados veículos.

A história da Folha também é marcada por seu apoio a eventos que culminaram no golpe militar de 1964, tendo posteriormente adotado um caminho de distanciamento em relação ao regime militar, buscando uma posição pretensamente “neutra” em relação aos governos. Em seu site (www.folha.uol.com), o veículo descreve seus princípios “sob o pressuposto de que a difusão de informações confiáveis e opiniões qualificadas estimula o exercício da cidadania e contribui para o desenvolvimento das ideias e da sociedade”, e em seguida declara seus compromissos de confirmar a veracidade de toda notícia antes de publicá-la, de praticar um jornalismo que ofereça resumo criterioso e atualizado do que acontece de mais relevante em São Paulo, no Brasil e no mundo, com ênfase na obtenção de informações exclusivas, de priorizar temas que sejam considerados de interesse público, e de promover os valores do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos, da livre-iniciativa, dos direitos humanos e da evolução dos costumes¹¹.

Ainda que sob a égide da neutralidade jornalística, a Folha de São Paulo representa um grupo de interesse cujos objetivos se mostram claros em situações de conflito. Um exemplo recente, a Folha/uol foi acusada pelo jornal *The Intercept* de “jornalismo declaratório” ao apenas reportar uma informação falsa emitida pelo governador de São Paulo, Tarcísio Freitas, ao fim da campanha eleitoral pela prefeitura da cidade de São Paulo. Na ocasião, o governador disse que o PCC havia orientado o voto em Boulos e o jornal publicou sua declaração em título de matéria, sem nenhum comentário que explicitasse que a fala de Tarcísio era baseada em uma informação falsa. O *The Intercept* declarou que “essa é a maneira mais fácil para os jornalistas conseguirem cliques e também servirem como propagandistas com um pingão de disfarce de “apenas fazendo meu trabalho”, em newsletter.

Sendo assim, o que se esperou encontrar em análise da cobertura da Folha/Uol sobre a EBC foi a presença das críticas mais comumente endereçadas à empresa pelo portal, ou seja, que a EBC é cara e aparelhada por governos do PT. Além disso, é também possível antever um questionamento ou um “não agendamento” de medidas do governo Lula em relação à empresa.

¹¹ Projeto Editorial da Folha/Uol, disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/introducao.shtml>

1.1.2 Metrôpoles

O Metrôpoles é um portal nativo digital, criado em 2015. Pertencente ao *Grupo Metrôpoles*, ligado ao Grupo *OK* (grupo de construções e incorporações do DF), que reúne empresas do ex-senador, Luiz Estevão, o Metrôpoles foi criado enquanto seu dono ainda cumpria pena em prisão do DF por corrupção. Como um "braço" da comunicação nas empresas da construtora, o Metrôpoles exemplifica bem a ligação umbilical entre políticos brasileiros e o controle da mídia, outro aspecto característico do contexto das políticas de comunicação do país (Intervozes, 2023). Ainda que o portal esteja ligado a um grupo não necessariamente de mídia, e liderado por um ex-senador, sua proximidade física com temas da política nacional, por ser uma redação inicialmente baseada em Brasília, permite que o portal se valha de furos de reportagens e acesso a fontes privilegiadas que movimentam *clicks* e visualizações. O Metrôpoles conta também com a Editora Metrôpoles, que se propõe a publicar livros produzidos pelos jornalistas e colunistas da redação e a Metrôpoles FM (104,1). Além da página na *web*, o grupo de comunicação mantém uma produtora de eventos e uma produtora de filmes. O portal aponta como um de seus objetivos informar os fatos que ocorrem no Distrito Federal, como também no Brasil e no mundo, por meio de conteúdo gratuito de forma interativa, com presença intensa nas redes sociais, que compartilham e direcionam o usuário ao site.

Até mesmo por seu pouco tempo de existência, o Metrôpoles não foi ainda estudado sob a perspectiva de noticiar a radiodifusão pública, ainda que já tenha sido objeto de estudo pela perspectiva do sensacionalismo e o caráter policialesco de suas coberturas. O portal se autodenomina como um veículo de comunicação ágil, com linguagem acessível e totalmente focada no digital. O Metrôpoles aponta que “Informar, escutar, interagir, debater, denunciar, diversificar, entreter e prestar serviço à sociedade do Distrito Federal e do país” são especialidades do portal. Segundo o próprio site, o Google Analytics aponta um tráfego de 86 milhões de usuários únicos e afirma que “de acordo com relatórios divulgados pela ComScore, somos líderes de audiência no DF e o mais acessado do Centro-Oeste entre os players locais.”

Desde 2017, a página mantém parceria com uma gama de veículos e empresas (Livre, Melhores Destinos, Mais Goiás, Manaus Alerta, Águas Lindas News, Comunique-se, T5, TV Bries, Bahia Notícias, Teleguiado, Ultrapop, Portal do Nerd, entre outros), e foi eleito pelo Jornalistas & Cia como o veículo de comunicação brasileiro mais premiado de 2020 e 2022.

Apenas a Folha de S. Paulo havia conseguido desbancar a Rede Globo, que tradicionalmente lidera essa pesquisa. Foi a primeira vez que uma publicação de fora do eixo Rio-São Paulo liderou o ranking. Em comparação aos outros portais estudados na presente pesquisa, o Metrôpoles é um veículo recente e emergente, adaptado ao ambiente on-line, e que dialoga com novas formas de consumo de informações na internet. O portal não esconde seu direcionamento de busca pelo *click* e visualizações, e por isso investe em pautas quentes, com títulos chamativos para atrair o leitor de imediato, muitas vezes o leitor que não lê a matéria por completo. Portanto, o que se esperou encontrar da cobertura do Metrôpoles sobre a EBC foi uma abordagem diversa e pouco aprofundada, que tivesse relação com pautas quentes e relacionadas com as políticas de governo em 2023.

1.2.3 G1

O Globo.com é o portal de internet do Grupo Globo, o maior conglomerado de mídia da América Latina, que atua no mercado editorial, no jornalismo impresso, no meio musical, e possui canais de rádio e televisão aberta, canais à cabo e *VOD (video on demand)*. O grupo também agrega os maiores portais de notícias de interesse geral ou segmentadas do país, como o G1, o Globoesporte.com, o Globo Play (vídeos). A empresa Globo.com também atua como fornecedora de serviços e de suporte estratégico e tecnológico na internet para todos os outros negócios de mídia do grupo. Possui destaque na distribuição na web de alto volume e é responsável pelo maior público simultâneo de streaming de vídeo no país. Pelo menos 187 sites integram o portal Globo.com, que têm relevância em termos de produção editorial e audiência próprias. O Grupo Globo figura no ranking dos principais trinta proprietários de mídia do mundo, o Zenith Top Thirty Global Media Owners, publicado desde 2007. Na edição de 2017 desse ranking, que leva em consideração apenas uma parte da receita dos conglomerados, sua receita de publicidade, o grupo ocupou a 19ª posição do ranking, abaixo da 14ª posição que ocupou em 2016, e da 17ª em 2015 (Intervozes, 2023).

Figura 2

Veículos associados ao grupo Globo



Fonte: MOM-Brasil

A concentração do mercado midiático brasileiro nas mãos do Grupo Globo é tal que sua audiência individual supera a soma das audiências de seus principais concorrentes. Essa hegemonia, autoproclamada em campanhas publicitárias que reivindicam o alcance de cerca de metade da população nacional (Globo.com, 2019), levanta sérias questões sobre a pluralidade da mídia no país. A dominância de um único conglomerado sobre o cenário comunicacional nacional compromete a diversidade de vozes e perspectivas, configurando um cenário preocupante para a democracia.

Lançado em 2006, o G1, braço de jornalismo do Globo.com, tem 52 seções temáticas diretamente vinculadas (chamadas de “verticais de conteúdo”), incluindo páginas de notícias locais e regionais. O portal também tem ligações de afiliação a importantes grupos regionais para a produção de conteúdo local em todos os estados do país, inclusive com produção especialmente voltada para regiões específicas. Essas páginas são mantidas pelos grupos de comunicação aos quais estão vinculadas as emissoras afiliadas da Rede Globo de Televisão. Antes da criação do G1, a Globo.com já tinha investido na criação de alguns sites jornalísticos, mas nenhum deles estruturado com uma redação própria inteiramente dedicada à cobertura noticiosa em tempo integral. O portal G1 foi então a primeira iniciativa de conteúdo jornalístico da Globo criada e pensada para o digital, e, logo em seu lançamento em

2008, assumiu a liderança na audiência dos portais de notícias do Brasil. O G1 conta com redações em todos os estados do Brasil, está presente nas principais redes sociais e tem versões para aplicativos IOS e Android. A partir de 2010, a Globo orientou os grupos locais de comunicação a montar estruturas próprias do G1 "local", ampliando ainda mais seu alcance no interior do país.

Assim, esperava-se que a cobertura do portal em relação à EBC seria episódica, no sentido de não aprofundar em questões que pudessem vir à tona no contexto específico da radiodifusão pública. Uma hipótese de trabalho (Braga, 2005) presume que a cobertura do portal não relacione os eventos que valem a notícia sobre a EBC com seu histórico ou necessidade e trate a empresa como uma questão governamental, ligada diretamente ao governo Lula.

1.2.4 CNN

A Cable News Network (CNN) é um canal de televisão criado em 1980 que tem sede em Atlanta, nos EUA. É conhecido por sua cobertura de notícias *breaking news* e chegou ao mercado brasileiro em 2020. A marca foi licenciada para um consórcio liderado por Douglas Tavolaro, ex-vice-presidente da Record TV, e Rubens Menin, empresário do setor imobiliário. Douglas Tavolaro é coautor da biografia de Edir Macedo — seu tio, líder da Igreja Universal do Reino de Deus e dono da emissora — e deixou o cargo de CEO da CNN em 2021. Já Rubens Menin, é dono da construtora MRV Engenharia, além de ser um dos fundadores do Banco Inter, que foi anunciante de veículos de comunicação ligados a Igreja Universal, como o portal R7, *Folha Universal*, além de ser um dos patrocinadores do filme *Nada a Perder*, sobre a vida de Edir Macedo.

As orientações políticas dos diretores do veículo e suas ligações com a Record podem explicar a contratação de jornalistas e comentaristas situados à direita ou à extrema direita na formação do canal, como Janaína Paschoal, Caio Coppolla, Alexandre Garcia, entre outros. Em seu portal, a CNN Brasil afirma ser o primeiro canal de notícias do país a estreiar primeiro no digital e depois na televisão. A programação do canal é multiplataforma 24 horas, portanto, é possível acompanhar a CNN Brasil tanto pelas principais operadoras de TV por assinatura, quanto pelo site www.cnnbrasil.com.br, pelas redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter e LinkedIn), pelo Youtube e por plataformas de podcast.

CNN Brasil afirma também em seu portal contar com um Conselho Editorial autônomo responsável por todo conteúdo da programação do veículo, com o objetivo de

reafirmar o compromisso da CNN Brasil com a sua independência editorial, “em consonância com os princípios empresariais das maiores referências em jornalismo de credibilidade no mundo”. O Conselho Editorial da empresa é composto por oito profissionais, sendo sete jornalistas e um advogado com especialização na área de mídia e comunicação, e segundo a CNN “tem total e irrestrita independência editorial em relação ao Conselho de Administração”. Cabe ao Conselho responder pelo conteúdo veiculado em todas as plataformas, definir a política e os parâmetros editoriais e zelar pelo News Standards & Practices Policy Guide da CNN. A CNN também disponibiliza em seu site o Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios referente ao 2º semestre de 2024, afirmando que: “A proporção de homens e mulheres em nossos quadros não interfere em nossas práticas remuneratórias”. O relatório apresentado pela empresa demonstra que no segundo semestre de 2024, a razão entre salários de homens e mulheres deu o resultado de 84%. Ainda assim, o relatório também deixa claro a pouca representatividade de pessoas negras em seu corpo de funcionários, apenas 8,5% das mulheres e 9% dos homens empregados da CNN são negras e negros.¹²

A emissora, embora vinculada a uma das maiores redes de notícias do mundo, apresenta características particulares, tanto em sua estrutura societária quanto em sua trajetória. Desde a sua estreia, o canal CNN Brasil tem sido palco de diversas polêmicas, algumas delas gerando debates acalorados na mídia e nas redes sociais. A forma como a CNN Brasil cobre a política brasileira já foi alvo de acusações de parcialidade e viés ideológico, além de críticas ao sensacionalismo e falta de profundidade na abordagem de determinados temas. A emissora foi por algumas vezes envolvida em denúncias e processos judiciais ligados à prática de racismo e assédio moral nas redações contra jornalistas negros da empresa, como os casos de Fernando Henrique de Oliveira e Renan de Souza, que ingressaram em processos judiciais contra a CNN, atualmente em fase de recursos. Os jornalistas que processam o canal alegam que a emissora só começou a contratar jornalistas negros após a polêmica contratação de William Waack, demitido da TV Globo por racismo, além de relatarem assédio moral e discriminação no ambiente de trabalho, segundo testemunhas ouvidas em uma reportagem do portal “Alma preta Jornalismo”. Apesar disso, a CNN continuou a praticar discriminação, pagando salários menores aos jornalistas negros e

¹² Relatório CNN disponível na seção “sobre a CNN” no portal: <https://conteudos.cnnbrasil.com.br/sobre-a-cnn-brasil/>, acesso em 5 de dezembro 2024.

os relegando a funções menos importantes¹³.

Já em dezembro de 2022, a CNN fechou a sede do Rio de Janeiro e realizou uma série de demissões. Ao todo, mais de 100 funcionários foram demitidos, sendo a maioria das dispensas de jornalistas. Nem todos os demitidos eram da sucursal carioca, como o caso de Monalisa Perrone, que trabalhava em São Paulo e era um dos principais nomes da emissora. De acordo com um documento, divulgado pelo colunista Gabriel Vaquer, do portal Notícias da TV, os funcionários demitidos acusam a empresa de burlar horas extras e de constranger jornalistas que trabalham na redação paulista. Também no documento, as pessoas demitidas frisaram que houve uma demissão em massa, o que deveria ser acordado ou avisado previamente. A ação de demitir diversos funcionários ao mesmo tempo foi destacado pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, que informou que irá "discutir coletivamente a questão e como poderemos agir diante disso"¹⁴. Em 22 de novembro de 2024, a CNN voltou a demitir em massa seus funcionários, anunciando uma profunda reestruturação, em que a empresa passará a funcionar por editorias, em que equipes extremamente enxutas, que precisarão se revezar nas diferentes funções jornalísticas: de redator, repórter, produtor, editor, entre outras. O Sindicato dos Jornalistas em São Paulo ressaltou que a medida precariza ainda mais o trabalho jornalístico e prestou solidariedade aos demitidos.

Ainda em meio a um clima de incertezas, em outubro de 2024, a CNN Brasil anunciou que terá um segundo canal no país. A promessa é a CNN Money, canal que será dedicado essencialmente ao tema de finanças que entra no ar a partir de 4 de novembro. Embora as notícias sobre a movimentação de bolsas de valores e variações de câmbio já sejam abordadas na programação regular da CNN Brasil, segundo o portal "Meio e Mensagem"¹⁵, a diretoria da emissora acredita que existia uma lacuna na mídia nacional para que tais assuntos fossem comentados de forma mais aprofundada.

Tendo em vista o recente histórico da CNN no Brasil, suas conexões e sua linha editorial, esperou-se que a cobertura do portal sobre a EBC fosse de crítica ao projeto, enxergando a empresa enquanto "parte" do governo Lula.

¹³ Publicação disponível em:

<https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/cnn-brasil-responde-processo-por-racismo-apos-exigencia-a-jornalista-com-dreads/>

¹⁴ Publicação do sindicato dos jornalistas de SP, disponível em:

<https://sjsp.org.br/cnn-brasil-realiza-novas-demissoes-e-sobrecarrega-jornalistas-com-reestruturacao/>

¹⁵ Publicação na rede social Instagram do perfil "Meio e Mensagem", disponível em:

<https://www.instagram.com/p/DA1CjkFOedE/?igsh=enExZjI1b2p2Z3B4>

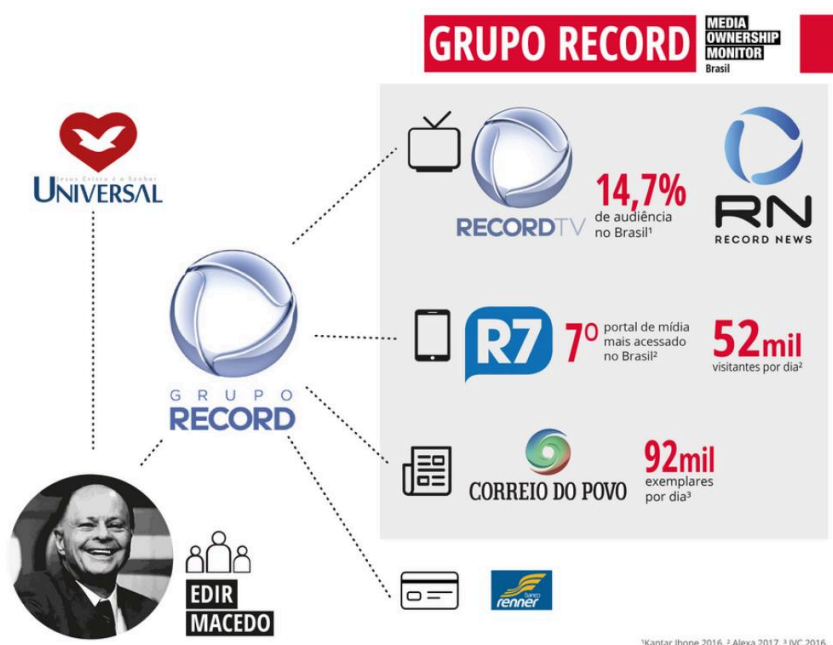
1.3.5 R7

O R7 é um portal ligado ao Grupo Record, um conglomerado midiático que tem como seu carro chefe o canal aberto Record TV, no ar há mais de 70 anos. A Rede Record pertence ao bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, que controla também a Rede Aleluia de rádio e produz o jornal impresso de maior tiragem no Brasil, a Folha Universal, de distribuição gratuita. Macedo é uma figura controversa, para dizer o mínimo, e entre as polêmicas que acumula já foi réu em uma ação que o investigava por lavagem de dinheiro, e que prescreveu, sem uma sentença para o caso.

Em dezembro de 2017, uma série de reportagens produzida pelo canal português de TV a cabo TVI24 revelou que Edir Macedo, sua família e a Igreja Universal do Reino de Deus mantiveram uma rede de tráfico internacional de crianças em Portugal¹⁶, onde diversas crianças foram retiradas ilegalmente do convívio com os seus pais biológicos e foram posteriormente entregues a membros da Igreja Universal, inclusive às próprias filhas de Edir Macedo. Macedo se recusava a interromper os cultos presenciais pelo país durante a pandemia em 2020, e também apareceu em vídeo endossando um médico que desacreditava a gravidade da COVID-19. A Record, segundo canal de televisão mais assistido no país, alinhou-se editorialmente ao governo de Jair Bolsonaro e a emissora foi escolhida para a primeira entrevista exclusiva após a divulgação do resultado das eleições.

¹⁶ Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/emails/gabriel-perline/tv-portuguesa-acusa-igreja-universal-de-promover-trafico-internacional-de-criancas/?srsltid=AfmBOorP3xu7TQzyiGeX8gfScNDIKRzOorv-P0Tr-uXXEU3wUgjoatlB>
acessado em 2 de janeiro de 2025.

Figura 3**Veículos associados ao grupo Record**

Fonte: MOM-Brasil

Em um cenário de concorrência acirrada com o Grupo Globo, a Record investiu na criação do portal R7, buscando rivalizar com o G1. A estratégia de ambas as empresas inclui parcerias com veículos locais para a produção de conteúdo regional, evidenciando a valorização desse tipo de produção no mercado brasileiro. A disputa entre os dois conglomerados também se manifestou na fundação da Abratel em 1999, em oposição à Abert, liderada pela Globo. Entretanto, como as relações entre os grupos de comunicação no Brasil são marcadas por alianças e conflitos fluidos, moldados por interesses momentâneos, tal disputa acontece dentro de um mesmo campo, com interesses semelhantes, e não se concretiza como um antagonismo real, como demonstra a trajetória da Record e de seu dono em seus relacionamentos com outros grupos religiosos e políticos.

O R7 se intitula como “o primeiro portal com linguagem popular do país”, e estreou em 27 de setembro de 2009 com a proposta de atrair o leitor “que não se sentia representado pelas versões online dos veículos tradicionais”. O portal também afirma ser o único a ter surgido com a clara intenção de se dirigir de maneira simples e direta às classes C e D. Em

2019, o então diretor de Conteúdo Web, Domingos Fraga, responsável pela redação do R7, explicou que, ao longo dos dez anos de existência, o portal mudou o seu enfoque, deixando, paulatinamente, “de atender a um público ávido apenas pela vida das celebridades e do entretenimento para a realização de matérias mais profundas, sem deixar de lado a simplicidade que o marcou desde o início”.

O R7 foi fundado na gestão de Alexandre Raposo como presidente da Rede Record de Televisão (2005-2013), que teve a gestão marcada por um maior investimento do Grupo Record em dramaturgia, esportes e jornalismo. O portal reúne conteúdo produzido com apoio dos diferentes veículos do Grupo Record, como a RecordTV e a RecordNews, além de conteúdo elaborado pelas empresas afiliadas em diferentes estados do Brasil, seguindo a mesma estratégia de um de seus maiores concorrentes, o portal G1. As páginas regionais são: Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, o R7 traz links para os portais regionais do próprio Grupo Record – o jornal Correio do Povo e a RecordTV RS – e para portais pertencentes a grupos de comunicação afiliados: o A8 Sergipe, do Grupo Atalaia de Comunicação, o TNH1, do Pajuçara Sistema de Comunicação e a Folha Vitória, do Grupo Buaiz. Enquanto grupo de comunicação alinhado ao bolsonarismo e às igrejas evangélicas, esperava-se que o portal, em sua cobertura sobre a EBC em 2023, se posicionasse contra o projeto de comunicação que a empresa representa e vinculasse a existência da EBC com um projeto de governos petistas.

1.5 Síntese

O quadro a seguir representa de forma esquemática as informações relatadas nos tópicos anteriores.

Quadro 1

Síntese esquemática dos portais analisados na pesquisa

Portal	Grupo ao qual faz parte	Dono	Data de criação do portal	Características	Veículos Associados
Folha/Uol	Grupo Folha	Família Frias	1995 (folha web)	- Acesso restrito a assinantes - Ligado a um grupo atuante no mercado editorial, e de jornalismo on-line e impresso	A Folha de São Paulo, UOL
G1	Grupo Globo	Família Marinho	2008	- Livre acesso - Ligado a um grupo atuante na radiodifusão, <i>streaming</i> , mercado musical, editorial entre	TV Globo, canais Globosat, Globoplay,

				outros - Grupo número 1 em audiência na radiodifusão brasileira	globo.com
R7	Grupo Record	Edir Macedo	2009	- Livre acesso - Ligado a um grupo atuante na radiodifusão, no mercado editorial, <i>streaming</i> - Alinhado ao bolsonarismo abertamente	TV Record
Metrópoles	Grupo Metrôpoles (associado ao Grupo OK)	Luiz Estevão	2015	- Livre acesso - Nativo digital - Localizado	Metrôpoles FM
CNN	Turner International, Warner Bros. Discovery	Rubens Menin (no Brasil)	2020	- Livre acesso - Emissora recente no Brasil, ligada a um grupo internacional - Emissora enfrenta crise e demite em massa seus funcionários	canal CNN Brasil

Fonte: elaborado pela autora

2. O QUE É E PARA QUE SERVE A EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO?

O histórico do Serviço de Radiodifusão no Brasil é permeado por contradições, ambiguidades e pouca tradição em debates democráticos que se concretizam em políticas públicas para o setor. Em um cenário dominado pela iniciativa privada, as comunicações foram historicamente relegadas a um espaço de pouca regulamentação e fiscalização no Brasil, o que contribuiu para que interesses mercadológicos e políticos pudessem avançar suas demandas, à revelia do direito constitucional à informação e da complementaridade exigida dos serviços desde a Constituição de 1988. Nesta seção faremos um retorno ao histórico do serviço no Brasil e sua importância nas discussões sobre EBC atual, abordando os embates políticos que guiaram as discussões que culminaram no modelo de radiodifusão presente no país hoje. Tensionamos, portanto, as noções de público, privado e governamental.

2.1 O histórico do Serviço de Radiodifusão no Brasil: um bem público à serviço do privado

Nascido na primeira metade do século XX e a partir de uma lógica comercial, o histórico de criação do serviço de radiodifusão (rádio e TV aberta) no Brasil se assemelhou mais ao modo como esse processo se deu nos EUA do que comparado aos sistemas europeus “que nasceram estatais e evoluíram ao longo do tempo para a forma de corporações públicas, mais ou menos livres de controles governamentais” (Ramos, 2007, p.19). Diferentemente do processo estadunidense, entretanto, no Brasil, a criação de um serviço de radiodifusão não veio acompanhado da participação efetiva da sociedade civil e nem de instrumentos que promovessem o debate mais amplo sobre o tema, tendo sua regulamentação basicamente instituída por decretos presidenciais.

Neste sentido, é importante mencionar que órgãos como a Organização das Nações Unidas consideram a estruturação dos sistemas de comunicação como um indicador de desenvolvimento democrático das sociedades, tendo como outro fator importante para estes indicadores a constituição da comunicação como um serviço público, se está no rol das garantias fundamentais e se o acesso a diferentes fontes de informação e de expressão social está sendo garantido para a construção do espaço público e do ambiente simbólico (Carvalho, 2009, p. 28). No Brasil, essas garantias são historicamente postas à prova ou levadas ao seu limite, uma vez que o setor opera em um ambiente de hegemonia cultural, como definido por Bolaño e Brittos (2008). O autor desenvolve o conceito, pontuando que:

(...) O controle da informação e poder de censura passam das mãos do Estado para as de um grupo extremamente reduzido de empresas, responsáveis agora pela organização do debate público, com consequências nefastas para a democracia, a depender do grau em que o próprio Estado nacional se submete aos interesses particulares da oligarquia que controla os grandes meios de comunicação (Bolaño e Brittos, 2008, p. 91).

Logo, no Brasil, o papel das comunicações em garantir o direito à informação é atravessado necessariamente por interesses da iniciativa privada, seja ela nacional ou estrangeira, o que compromete não só o acesso a esse direito, como a própria noção da comunicação como pilar da democracia. O autor defende ainda que as indústrias culturais não são simples mediadoras da realidade social desigual: elas ampliam essa desigualdade” (Bolaño; Brittos, 2008, p.84), dessa forma não é de assustar que a classe política que detém os meios de produção da radiodifusão no Brasil (políticos e conglomerados de mídia comercial) legisle em causa própria.

Como instituído pelos decretos 20.047/1931 e 21.111/1932, foi estabelecido o regime de outorga de concessões, sob o controle exclusivo da União, que ficaria a cargo de delegar à iniciativa privada as concessões públicas para a exploração do serviço de radiodifusão, por meio de decreto do presidente da República, por um período máximo de dez anos, “renovável a juízo do governo” (Brasil, 1932; Barros, 2014; Ferreira, 2016). Tal regime, entre poucas alterações, vigora até os dias de hoje e permitiu que grupos políticos de ocasião e organizações ligadas aos interesses comerciais “passassem a boiada” nas concessões de radiodifusão, concentrando canais e estações em poucas famílias e grupos privados tradicionalmente ligados ao campo. Tal prática também reflete sobre a percepção da população brasileira, que não associa a atividade de radiodifusão ao serviço público ou a um bem público, e que pode acreditar que os oligopólios que controlam as concessões sejam de fato os “donos” das frequências que ocupam (Souto, 2023).

Segundo Souto (2023, p. 24), foi durante a ditadura militar brasileira que o modelo de exploração da radiodifusão sustentado em oligopólios comerciais se expandiu, amparado na consolidação da televisão como o principal meio de comunicação de massa do país. Segundo a pesquisadora, após a ditadura, e durante o período pré-constituente, no total, Sarney e ACM, em três anos e meio, distribuíram 1.028 outorgas, sendo 25% delas em setembro de 1988, mês que antecedeu a promulgação da Constituição. A prática fez com que 40% de todas as concessões de rádio e TV ofertadas até o final de 1993 estivessem sob o controle de

governadores, prefeitos, ex-parlamentares ou de seus sócios e familiares (Jambeiro, 2000 apud Souto, 2023). No governo Fernando Henrique, a outorga de concessões se concentra sob as emissoras educativas e retransmissoras (RTVs) e expõe o perfil do serviço brasileiro de radiodifusão, marcado historicamente por uma “apropriação do público pelo privado”, sustentada pelo clientelismo, pelo patrimonialismo e por favoritismos de ordem política (Del Bianco, 2018).

O processo constituinte de 1987/1988 teve o tema da Comunicação Social como um dos capítulos mais polêmicos, segundo Murilo César Ramos (2012), e foi em um clima de grande tensão legislativa que a comunicação tornou-se a única área temática da Constituinte a não enviar relatório aprovado para a Comissão de Sistematização, superando em polarização questões como reforma agrária e previdência social, por exemplo (Ramos, 2012). Por conta do impasse, coube à própria Comissão de Sistematização elaborar um texto para a comunicação, que transformou-se no que é hoje o Capítulo V, do Título VIII, Artigos 220 a 224, da Constituição Federal. O que ocorreu com a área da comunicação durante a elaboração da Constituição de 1988 é ainda revelador por deixar claro que o Capítulo da Comunicação Social da Constituição Federal resultou de uma miscelânea de interesses conflitantes construída de última hora, o que torna mais fácil a compreensão das suas contradições e inconsistências (Ramos, 2008). O referido pesquisador também entende que o constituinte brasileiro de 1988:

(...) Inspirado na matriz normativa estadunidense, fundiu estatal com governo e tratou de forma excludente o público e o estatal. Com isto, atingiu, deliberadamente ou não, dois objetivos paradoxais: afirmar um sistema privado que a própria Constituição nega no caput do Artigo em questão; e negar igualmente a própria essência da República Federativa do Brasil, visto que, diferentemente da forma monárquica, a forma republicana das democracias contemporâneas, inclusive nos Estados Unidos, é aquela que se sustenta na relação indissociável entre a res publica, a coisa pública, e o estatal. (Ramos, 2008, p. 3).

Tal legislação definiu os princípios que devem orientar a produção e a programação das emissoras de rádio e TV aberta, ainda que eles não sejam utilizados como critério para outorga, cancelamento e/ou renovação das concessões. O Artigo 221 da Constituição define que esses princípios são: preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; regionalização da produção cultural, artística e jornalística; e respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. Dessa forma, os princípios atuam apenas como orientações gerais que são pouco ou apenas convenientemente atendidas.

Também não é utilizada como critério a determinação Constitucional de que os meios de comunicação não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio (§ 5o do Artigo 220) e nem o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal (Artigo 223), (Lima, 2008).

Neste processo de contínuo enfraquecimento democrático, que marca as relações entre os sistemas político e de mídia no Brasil, a própria produção de notícias dos meios comerciais parece alheia à política que lhe cerca, ou ativamente contrária à qualquer regulação que possa minimamente diminuir sua hegemonia. Como pontuou Venício Lima (2008), no contexto da Campanha por Democracia e Transparência nas Concessões de Rádio e TV, lançada em outubro de 2007, que:

Há, todavia, um obstáculo formidável a ser vencido na mobilização da opinião pública e promoção desse debate democrático: a instituição que tem e exerce o maior poder de definir a agenda pública de discussão – a própria mídia – não se interessa pelo debate e, mais do que isso, boicota a cobertura jornalística das iniciativas e eventos que tentam promovê-lo. Dessa forma, permanece inteiramente possível a utilização de um serviço público – as emissoras de rádio e televisão – para o benefício de uns poucos interesses privados, contrariando a Constituição e perpetuando uma prática antidemocrática na sociedade brasileira (Lima, 2008, p.125).

Este cenário de poder midiático concentrado no sistema de radiodifusão brasileiro não se altera apenas pelas transformações tecnológicas no campo da comunicação nos últimos anos. O coletivo Interozes lançou em 2023 a coletânea: “Quem controla a mídia?: dos velhos oligopólios aos monopólios digitais” e traçou as correspondências da concentração da mídia e a falta de democratização midiática. No artigo “Vozes concentradas: propriedade e consumo de mídia no território brasileiro”, o pesquisador André Pasti cita a pesquisa “MOM-Brasil” (*Media Ownership Monitor*)¹⁷, que utilizou diversas fontes medidas de audiência para compreender o alcance efetivo dessas redes de comunicação e identificou que a concentração de vozes (historicamente e geograficamente) e de audiência é um dos principais problemas do setor no Brasil para o alcance do pluralismo midiático, apesar de toda a diversidade regional e das dimensões continentais do território brasileiro (Interozes, 2023).

Analisando o cenário brasileiro, o MOM-Brasil conclui que o ambiente on-line é fortemente dominado, em especial no segmento noticioso, pelos agentes que já controlavam o poder comunicacional antes da popularização da internet e que as estratégias de adaptação

¹⁷ Disponível em: <https://brazil.mom-gmr.org/br/>

dos principais grupos de comunicação brasileiros ao cenário de múltiplos dispositivos e convergência dos meios permitiram que eles ampliassem sua fatia no mercado e mantivessem sua hegemonia no setor. O relatório também buscou aferir de que forma o cenário midiático concentrado pode afetar a democracia, construindo indicadores que avaliaram os riscos à pluralidade na mídia, verificando, por exemplo, a existência ou não de controle político dos meios de comunicação, de controle político sobre o financiamento da mídia, de proteções regulatórias à diversidade e à pluralidade na mídia e de instrumentos que impeçam a concentração no setor e da audiência (Intervozes, 2023). Resumidamente, a pesquisa identificou, por meio de seus indicadores e considerando a propriedade e o consumo de informações no território brasileiro, uma situação de grave risco à democracia pela ausência de pluralidade e diversidade da mídia e pela concentração geográfica e de propriedade do poder comunicacional.

Um dos aspectos metodológicos mais valiosos da pesquisa "MOM-Brasil" é justamente identificar as relações de interesse dos donos da mídia, evidenciando, para além da propriedade cruzada de diversos meios de comunicação, seus interesses de negócio, políticos e de outras dimensões relevantes e que devem estar expostas de forma transparente no debate público. (Pasti, in Intervozes, 2023, p. 45).

Se nos aventuramos a pensar em uma “cultura da mídia brasileira”, nos termos definidos por Douglas Kellner, não podemos perder de vista as formas políticas e ideológicas dessa cultura. Por isso, para que possa ser lida criticamente é necessário considerar o contexto sociopolítico e econômico, mas também considerar de que modo os componentes internos de seus textos codificam relações de poder e dominação, servindo para promover os interesses dos grupos dominantes à custa de outros, para opor-se às ideologias, instituições e práticas hegemônicas, ou para conter uma mistura contraditória de formas que promovem dominação e resistência (Kellner, 2001).

O autor defende, portanto, que ler politicamente a cultura da mídia significa situá-la em sua conjuntura histórica e analisar o modo como suas imagens dominantes, seus discursos e seus elementos estético-formais incorporam certas posições políticas e ideológicas e produzem efeitos políticos. Desta forma, para entender as forças que movem as políticas de comunicação no Brasil historicamente é necessária atenção não só para os marcos temporais dessa evolução, mas todo o contexto político e social que envolvem este debate, seus atores,

as ambiguidades legais e regulatórias e o ambiente perene de dominação comercial que o sistema de radiodifusão e a mídia em geral está inserido no país.

“A hegemonia não contesta a hegemonia”, pontuou o sociólogo Eric Klinenberg (2003), ao se referir ao processo de fortalecimento dos oligopólios estadunidenses de mídia nos anos 1990, e tal colocação, de acordo com Souto (2023), pode ser aplicada a todo processo brasileiro, uma vez que, enquanto força política, os interesses comerciais da radiodifusão brasileira não são reconhecidos pela própria mídia que os produzem, que por ser hegemônica, trata seu conteúdo como questões de interesse público. No Brasil, portanto, a presença de uma legislação antiga, que desconsidera os debates acerca da democratização do setor, e a falta de regulação dos meios de comunicação facilitaram a construção e manutenção da hegemonia dos oligopólios de mídia, que por sua vez, criam uma cultura midiática que justifica o controle dos meios por grupos políticos e afasta a própria discussão sobre a pluralidade e democratização do debate público.

2.2 O Serviço de Radiodifusão Pública e os debates em torno da criação da EBC

Um sistema cada vez mais subordinado a lógicas econômicas transnacionais, cujas intervenções em cada contexto nacional estão condicionadas por interesses privados, que se beneficiam, em vários países, de legislações anacrônicas de regulação. (Canclini, 2014, p. 129).

Por conta dos fatores citados em 1.1, foi com grande timidez e pouco incentivo democrático que os veículos públicos começaram a atuar no Brasil. Fortemente ligada ao Estado, a radiodifusão pública tem um histórico que evidencia a disputa em torno do próprio conceito de “público”, e os limites entre o que diferencia um veículo público de um estatal. O Estado brasileiro se firmou como o principal ator da radiodifusão pública, ainda que sem estabelecer instrumentos de autonomia, e sem favorecer um desenho equilibrado entre o estatal e o privado. Desta forma, as emissoras públicas no Brasil nascem de um interesse governamental da ditadura militar em garantir seu espaço no espectro televisivo e por ondas de rádio, e disseminar os ideais que correspondiam aos interesses ditatoriais. Foi desta forma que no período foram criadas emissoras públicas com caráter educacional e cultural (integrantes do Sistema Brasileiro de TV educativa) e também a Radiobrás (Empresa Brasileira de Radiodifusão).

A Radiobrás, empresa estatal de radiodifusão, teve como objetivo "proteger e preservar a cultura nacional", e recuperou ideias que já circulavam nas discussões sobre o

Estado brasileiro desde os anos 1930, mas que não haviam sido colocadas em prática. O desafio de fazer do Estado o operador de radiodifusão só foi levado adiante em 1975, porém com caráter complementar ou secundário em relação aos concorrentes privados que dominavam o setor (Pereira Filho, 2015). Já o Sistema Brasileiro de TV Educativa ganha força nos anos 1960 devido a dois fatores, segundo Jambeiro (2007, p. 120), uma ofensiva internacional, liderada pela Unesco, que pressionava pelo uso da TV para atender necessidades educacionais em países em desenvolvimento; e, como um resultado do processo acelerado de industrialização, que segundo Jambeiro tinha como uma das marcas dessa iniciativa o autoritarismo do modelo institucional. A TVE (Centro brasileiro de TV educativa) foi instituída em 1967, com o objetivo de centralizar a produção de programas educativos para tais emissoras. As emissoras apenas poderiam transmitir aulas, conferências ou debates, fazendo com que na prática, seu funcionamento carecesse de autonomia. Para Jambeiro, a experiência das TVs educativas teve o selo do fracasso.

A despeito de tanto suporte legal, a TV educativa atravessou a segunda metade do século XX desacreditada e fortemente criticada por ineficiência. Chegou-se a dizer que ela gastava muito dinheiro para fazer nada. Sua programação carece de coerência e afirma-se que ninguém sabe que programa será transmitido para cada segmento de sua pequena audiência, ou porque se busca atingir um segmento e não outro. No que se refere à sua missão educativa, alguns críticos argumentam que com os recursos que ela gastou durante sua existência teria sido mais barato e provavelmente mais eficiente pagar um professor particular para cada um dos seus alunos, ou mandá-los estudar nas melhores escolas privadas do país. (Jambeiro, 2007, p. 122).

Desde o período anterior à promulgação da Constituição de 1988, entretanto, um movimento centrado na ideia de uma alternativa pública de radiodifusão foi tomando forma. Ainda assim, tal ideia permaneceria latente, até o início do primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a criação da Empresa Brasil de Comunicação. Entretanto, neste ínterim, processos político-legislativos e iniciativas localizadas reforçaram a ideia de um serviço público de rádio e televisão e pavimentaram o caminho para o que tomaria forma na figura da EBC.

Um marco que não pode ser ignorado da história da radiodifusão pública brasileira é a criação da TV Cultura, em 1969. A emissora era gerida por um Conselho Curador e com autonomia de gestão garantida pela figura jurídica de direito privado da Fundação Padre Anchieta. Considerada por muitos a experiência mais bem sucedida de veículo público no Brasil, no quesito audiência e no reconhecimento da qualidade da programação, a TV Cultura

concorreu no principal mercado brasileiro, em São Paulo. Ao longo das décadas, a TV Cultura angariou telespectadores e, nos anos 1990, chegou a incomodar as emissoras comerciais com produções infantis de qualidade. Ainda assim, a TV Cultura passou por seguidos processos de desmonte e enfraquecimento de sua independência nas décadas seguintes, o que impossibilitou em muitos sentidos sua manutenção, e garantiu o declínio em seu reconhecimento e alcance.

Outro exemplo desses processos foi a legalização das rádios comunitárias, reivindicação do movimento social da radiodifusão comunitária, criando uma lei específica, a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que instituiu formalmente o Serviço de Radiodifusão Comunitária no país. Segundo Ramos (2012), dada a força política do lobby da radiodifusão comercial no Congresso Nacional, a lei encapsulou o novo serviço em um formato extremamente restritivo. Podemos citar também um segundo processo legislativo, que institui a Lei nº 8.977, de janeiro de 1995, a chamada Lei da TV a Cabo, considerada o primeiro e único instrumento legislativo que resultou de um amplo processo de discussão na sociedade, que durou cerca de quatro anos, e possibilitou a criação de canais de acesso público – legislativos, universitários e comunitários e educativo-culturais e, posteriormente, também um canal reservado ao Poder Judiciário. Essa organização associativa entre os canais legislativos, universitários e comunitários, geraram novas entidades [a Associação Brasileiras de Televisões e Rádios Legislativas (ASTRAL), a Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU), a Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM), e a mais abrangente Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC)] que foram fundamentais para, junto da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, organizar uma discussão que culminaria com a realização, de 11 a 14 de abril de 2007, do I Fórum Nacional de TVs Públicas (Ramos, 2012).

Os debates e articulação em torno do I Fórum Nacional de TVs Públicas permitiu que a sociedade civil chegasse a um conjunto de reivindicações para o sistema público de mídia, ainda que boa parte dessas propostas não tenham sido concretizadas em políticas. Convocado pelo Ministério da Cultura em 2006, o encontro reuniu as associações nacionais de televisões universitárias, legislativas, comunitárias e público-educativas, além de pesquisadores, representantes de movimentos sociais e integrantes de oito ministérios do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Durante as etapas preparatórias, foram sistematizados estudos e propostas para o setor, e em maio de 2007, o Fórum foi realizado em Brasília. Como resultado, foi produzida uma carta com reivindicações, gerada a partir dos debates, e entregue ao Presidente da República, que já tinha expressado, naquele período, a vontade de

consolidar uma “rede pública nacional” de televisão. Foi a partir dos debates no Fórum, em que diferentes projetos da sociedade civil para a TV Pública foram apresentados, que o Governo Federal anunciou a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), para gerir os serviços de radiodifusão na esfera federal, e também um canal público de televisão, que iria ao ar em dezembro de 2007.

Não se pode dizer que havia um projeto homogêneo de radiodifusão pública naquele momento. Pelo menos entre os participantes do Fórum, o consenso que existia era em torno da atenção que o assunto merecia do Poder Público, seja por meio de incentivo às instituições existentes ou pela criação de uma nova organização, que agregasse as emissoras que já operavam. Entretanto, a ideia de que o Estado deveria direcionar políticas para o setor não era (e ainda não é) opinião generalizada na sociedade, já que não faltaram protestos depois do anúncio de criação da TV Brasil, sob o argumento de que o governo “desperdiçava” dinheiro público e pretendia oferecer ingerência sobre as comunicações, como frequentemente expressos em editoriais de veículos comerciais (Stevanim, 2013).

A Carta de Brasília é um manifesto em defesa do apartidarismo e da independência das televisões públicas, gerada como documento-síntese do I Fórum e que recebia positivamente o projeto já anunciado de criação de uma rede pública de TV pelo Executivo Federal, além de recomendar que esta deveria “ampliar e fortalecer, de maneira horizontal, as redes já existentes” (I Fórum Nacional de TVs Públicas, 2007), com o propósito de tornar vigente a complementaridade entre os sistemas de radiodifusão, a sociedade civil organizada entendia como projeto ético-estético da TV pública “a expressão maior das diversidades de gênero, étnico-racial, cultural e social brasileiras, promovendo o diálogo entre as múltiplas identidades do País” (ibidem). Desse modo, tanto as competências de gestão e de fiscalização quanto a definição das diretrizes de programação deveriam partir de um órgão colegiado, composto por segmentos sociais e culturais representativos – portanto, a reivindicação era de um sistema público vinculado mais à sociedade e menos ao Estado.

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) nasceu, em 2008, de antigas aspirações do movimento social pela democratização da comunicação no Brasil, expressas ao longo de décadas por meio de diferentes propostas de organização jurídica, administrativa e de financiamento, mas que mantiveram uma demanda constante: era necessário dotar o país de um sistema de radiodifusão de serviço público, não comercial, capaz de estabelecer um contraste cidadão com as emissoras comerciais hegemônicas. (Ramos, 2012, p. 16).

Iniciado com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em 2008, este projeto buscava unificar as televisões e rádios públicas e educativas em um serviço público de radiodifusão, e tornava a empresa representante do que já estava previsto na constituição brasileira em termos de complementaridade entre os serviços público, privado e estatal de radiodifusão.

Entretanto, como cita Eugênio Bucci, a EBC nasceu com um problema de origem: entre todas as alternativas possíveis sugeridas no I Fórum, foi feita a opção por dar à EBC a natureza de uma empresa estatal, nos moldes da velha Radiobrás com algumas poucas modificações, que segundo Bucci e Vannuchi (2021) resultaram inexpressivas ou insuficientes. Ao optar pela estrutura de empresa estatal – em que o poder é exercido por um conselho de administração e uma diretoria, ambos constituídos por representantes nomeados pelo Executivo (Presidência da República e ministérios) –, ainda mantinha a empresa fundamentalmente ligada ao governo. É verdade que alguns instrumentos de gestão implementados pela EBC, como uma ouvidoria e um conselho curador que se propunham a reservar quinze das vinte cadeiras à sociedade civil e a buscar por representatividade de raça, gênero e orientação sexual, pelo menos em tese, teriam a missão oxigenar as instâncias decisórias e assegurar o que, na ocasião, foi chamado de “diversidade” e de “pluralidade de vozes” na programação. Segundo Bucci e Vannuchi (2021) tais instrumentos não foram o suficiente para garantir o alcance de tal missão e assumiram em seu limite a aparência de mera maquiagem institucional.

Afetando sua independência, a EBC ficou vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), cujo ministro assumiu a prerrogativa de indicar o presidente do Conselho de Administração, órgão superior de direção da estatal. O vínculo institucional da EBC com a presidência da República segue sendo a principal distinção do modelo brasileiro em relação às outras experiências em nível internacional, e anda também na contramão dos melhores princípios de uma radiodifusão de fato pública. Bucci também ressalta a importância de atentar para o fato de que a Secom em 2008 (e até os dias de hoje) não era um organismo com finalidades culturais e suas incumbências giravam (e ainda giram)¹⁸ em torno da defesa dos interesses imediatos da Presidência da República. O que cabe à Secom é gerenciar a publicidade do Governo Federal, a compra de espaço publicitário nos

¹⁸ É importante mencionar, entretanto, as ações agregadas à Secom, no terceiro mandato de Lula, como a criação da Secretaria de Políticas Digitais, que tem ampliado o debate em torno de temas atuais como “integridade da informação” e “educação midiática”. O site da Secretaria pode ser acessado em:

<https://www.gov.br/secom/pt-br/composicao/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-politicas-digitais>

meios de comunicação privados, e cuidar da assessoria de imprensa da Presidência da República, trabalhando para promover uma imagem favorável do presidente. Tal função não poderia ser mais distante da necessidade de independência de veículos públicos do governo federal e compromete terminantemente o caráter público de qualquer meio de comunicação. Em termos de ética jornalística é no mínimo contraditório que um organismo dedicado à assessoria de imprensa e a comprar publicidade em veículos de imprensa supervisione uma empresa pública encarregada de informar com objetividade e isenção. Até em termos gerais, as finalidades e os métodos da assessoria de imprensa – tanto em órgãos públicos quanto privados – não são compatíveis com os propósitos e os métodos do jornalismo.

Ao designar o presidente do Conselho de Administração da EBC, a Secom se transformou, naturalmente, em um conflito de interesses com status de ministério. Se o governo Lula queria de fato uma EBC jornalística, não poderia ter vinculado a empresa à Presidência da República. O jornalismo público e independente – atividade que existe, com brilho, em diversas democracias – não teria como prosperar dentro de uma estrutura tão próxima à Presidência da República. (Bucci, Vannuchi, 2021, p.215).

Nos primeiros anos de sua existência, a EBC tentou seguir uma linha menos estatal e mais pública. Era notável o esforço para alavancar a qualidade da programação da TV Brasil, adequando os conteúdos a uma perspectiva pluralista e diversa, que desse espaço para a variedade de sotaques presentes no território brasileiro e a atrações que contribuíssem para desenvolvimento crítico da audiência. Tal esforço, é importante destacar, foi fundamental para o salto de qualidade da emissora. Ainda assim, a intenção de transformar a EBC num conjunto de emissoras verdadeiramente públicas (estações de TV e rádio, além da Agência Brasil, na Internet) foi um projeto que jamais foi alcançado plenamente. O principal motivo, segundo Bucci, era o fato de que a instância máxima da EBC e da TV Brasil não estava dentro delas mesmas: estava no Palácio do Planalto. De acordo com o artigo 19 da Lei 11.652, de 7 de abril de 2008 (que efetivou a Medida Provisória de 2007), ficou estabelecido que cabia à Presidência da República nomear o Diretor-Presidente e o Diretor-Geral da empresa, e esse mecanismo já era o suficiente para comprometer o caráter público da EBC.

Dentre os vícios e as virtudes que permeiam o projeto que criou a EBC, Murilo Ramos ressalta que a principal virtude da empresa pode ser resumida no simples fato histórico de ter, após décadas de debates e expectativas, se tornado um fato concreto no cenário da radiodifusão brasileira. Porém, a virtude da simples existência, por mais relevante

que seja, não pode abafar o debate sobre os vícios que ameaçam o que devia ser a essência de uma radiodifusão não comercial de serviço público: a sua autonomia (Ramos, 2012). Os vícios que marcaram o processo de criação da EBC, nomeadamente, sua ligação e dependência do governo federal, caracterizada tanto em seu modelo institucional como tornada prática no percurso político da empresa, são evidenciados nas alterações à Lei 11.852, decretadas durante o governo Temer, que sedimentaram a falta de autonomia da EBC perante o governo federal e desmontaram os mecanismos de controle e participação social dentro da empresa, impossibilitando sua missão pública. Dessa forma, a radiodifusão pública no Brasil e a própria EBC estiveram, ao longo da história, marcadas por um impasse: ainda que com missões pública definidas, o controle governamental (e seu consequente descontrole) foi ao mesmo tempo o que lhes deu origem e o que as impede de realizar sua missão. Pode-se entender que o campo público das comunicações é atravessado tanto pela hegemonia dos meios privados quanto pelos interesses políticos dos governos de ocasião (que muitas vezes agem atravessados por interesses privados), tornando o tripé da complementaridade entre o público, o privado e o estatal em uma narrativa nunca posta em prática no campo das comunicações.

2.3 As consequências da mudança da lei da EBC e sua trajetória política - momentos de ruptura com o projeto original

Para entender a EBC de atualmente é necessário ter em mente o contexto político que permitiu sua criação e também seu desmonte. Para os interesses desta pesquisa, daremos ênfase em três momentos/processos que consideramos de maior ruptura com o projeto que deu origem à empresa: 1) as alterações na Lei n. 11.652, de criação da EBC, decretadas em 2016 durante o governo interino de Michel Temer, e 2) a fusão editorial entre TV Brasil (pública) e NBR (do governo federal) durante o governo de Jair Bolsonaro, em 2019, e 3) a inclusão da EBC no Plano Nacional de Desestatização, também durante Governo Bolsonaro. Tal abordagem é uma forma de pôr em contexto e tentar compreender as consequências para a radiodifusão pública em geral, e para a Empresa Brasil de Comunicação em específico, nos dias de hoje.

Ainda assim, é importante notar que os elementos que possibilitaram a ruptura com o que havia de caráter público em seu projeto original já estavam presentes no momento de sua formulação. Souto (2021), se refere à captura liberal da mídia e ao contexto de captura do Estado quando reflete sobre as políticas e normativas decretadas para a radiodifusão pública

durante o governo Bolsonaro, e argumenta, sob a luz de Márquez-Ramírez e Guerrero (2014) que a concepção:

(...) se refere à estratégia que submete sistemas de mídia nacionais ao alinhamento de interesses entre elites políticas contemporâneas e econômicas ligadas à comunicação de modo a ampliar o crescimento e a consolidação – também no ambiente “democrático” – de um modelo comunicacional fundamentalmente mercadológico e sustentado, muitas vezes, na preservação de estruturas de poder locais já consolidadas, ainda capazes de moldar as regras do jogo (Márquez-Ramírez; Guerrero 2014 apud Souto, 2021).

No Brasil, com o histórico do setor visto anteriormente até aqui, é no contexto de disputas políticas e embate entre força hegemônica e resistência civil que as tímidas tentativas de estabelecer um sistema público de radiodifusão aconteceram. A captura liberal do setor de comunicações no Brasil não é um fenômeno contemporâneo à criação da EBC, ou ao seu desmonte posterior, mas sim elemento fundador do campo, em que o Estado atua muitas vezes como mantenedor dos interesses comerciais para o setor. Conforme acrescentam os autores, um número importante de estudos têm utilizado o conceito de captura do Estado para “avaliar formas com que interesses diversos têm controlado espaços – geralmente enfraquecidos – de construção de leis e políticas” públicas com capacidade significativa de manobra (Márquez-Ramírez; Guerrero, 2014, p. 13, tradução da autora). Uma expressão desse fenômeno é justamente a fabricação brasileira do paradoxo da radiodifusão (Ramos, 1997), constituído para a preservação no Brasil, mesmo em um período de abertura político-democrática, de um sistema de mídia voltado predominantemente para o mercado (Souto, 2023).

Entretanto, foi com grande expectativa que atores comprometidos com a pauta da democratização da comunicação, na esperança de que o capítulo da Constituição Federal destinado ao setor pudesse ser finalmente regulamentado, receberam a eleição à presidência em 2002 de Luiz Inácio Lula da Silva. Com um nome com origem na classe trabalhadora e com uma aproximação ideológica histórica entre a demanda e o governo eleito, além do apoio de setores progressistas às candidaturas de Lula, era esperado que fossem adotadas políticas de comunicação mais democráticas para o país de modo a conter o cenário de forte concentração dos meios e de ausência de fontes mais diversas de informação. De fato, a construção da EBC em 2008 estava intimamente ligada com as aspirações e mudanças políticas prometidas durante o primeiro mandato de Lula, e veio em conjunto com outras

medidas que reformaram instituições e lhes atribuíram um caráter mais participativo e conectado à sociedade. Parecia que, pela primeira vez, o tema constitucional da Comunicação seria levado a sério no país.

Ainda que permeado pelo vício inerente à sua vinculação à secretaria de comunicação da presidência da república, a lei de criação da EBC previa instrumentos de controle e autonomia interna que aproximavam a empresa de uma organização pública, como por exemplo o mandato de 4 anos do presidente da empresa, a composição da diretoria, que era feita por nomeação sob critérios internos da EBC e a presença de um Conselho Curador, de caráter consultivo e deliberativo, composto por representantes da sociedade civil.

A organização institucional da EBC, até 2016 indicava que:

- 1) a EBC (Artigo 12 e 13) era administrada pelo Conselho de Administração, pela Diretoria Executiva, contando ainda em sua estrutura com um Conselho Fiscal e o Conselho Curador. O Conselho de Administração, nomeado pelo Presidente da República, é integrado pelo Ministro- Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, que é o seu presidente; pelo diretor-presidente da diretoria executiva; por conselheiro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; por conselheiro indicado pelo Ministro de Estado indicado pelo Ministério das Comunicações; e por conselheiro indicado nos termos do Estatuto da EBC.
- 2) Quanto à Diretoria Executiva (Artigo 19), ela era composta por um Diretor-Presidente e um Diretor Geral, nomeados pelo Presidente da República, e até 6 (seis) diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração. De acordo com o § 2º do Artigo 19, o mandato do Diretor-Presidente será de 4 (quatro) anos, podendo, entretanto, ser destituído nas hipóteses legais ou se receber 2 (dois) votos de desconfiança do Conselho Curador, no período de 12 (doze) meses, emitidos com intervalo mínimo de 30 (trinta) dias entre ambos. Esse processo de destituição (§ 3º do Artigo 19) é aplicável aos demais membros da Diretoria Executiva.
- 3) No que concerne à participação da sociedade na administração e funcionamento da EBC, ela se dava por meio do Conselho Curador, na forma do Artigo 15, de acordo com o qual aquele Conselho é órgão “de natureza consultiva e deliberativa”, integrado por “22 (vinte e dois) membros, designados pelo Presidente da República”. O Conselho Curador tinha quatro níveis de representação: a) do Poder Executivo; b) do Poder Legislativo; c) dos funcionários da empresa; e, d) da sociedade civil. Essa representação da sociedade civil, que totaliza 15 (quinze) membros, será escolhida,

nos termos do Inciso IV do § 1º, “segundo critérios de diversidade cultural e pluralidade de experiências profissionais, sendo que cada uma das regiões do Brasil deverá ser representada por pelo menos 1 (um) conselheiro”. Quanto aos representantes do Governo, são 4 (quatro): o Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social, à qual a EBC está subordinada; o Ministro da Cultura; o Ministro da Educação; e o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação. O Senado Federal e a Câmara dos Deputados têm 1 (um) representante de cada Casa legislativa; e a representação dos funcionários e de 1 (um) membro. Os representantes da sociedade civil e do Congresso Nacional têm mandatos de 4 (quatro) anos, renováveis uma única vez. O representante dos funcionários tem mandato de 2 (dois) anos, não renovável. Os ministros representantes do Governo não têm mandato definido, permanecendo no Conselho Curador enquanto estiverem em seus cargos.

Tal estrutura organizacional foi facilmente alterada, uma vez que o contexto político mais amplo do Brasil foi tensionado. Em 2016, após um articulado e midiático processo de *impeachment*, a presidenta eleita Dilma Rousseff foi afastada do cargo, em um continuum de enfraquecimento do projeto político, em tese progressista, que representava, sucedendo o governo Lula. O ano de 2016 sedimentou o fim de quase 15 anos de tentativas de fortalecimento democrático do campo progressista no Brasil, e levou consigo a força de instituições que, outrora, foram criadas no intuito, ainda que em teoria, de incentivar a participação social. A Empresa Brasil de Comunicação, como exemplo, tem como um de seus princípios a “participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira” e justamente esse caráter participativo (ainda que carente de autonomia) que foi posto como alvo nas mudanças que se sucederam à partir de 2016.

Como uma das primeiras medidas do governo interino de Michel Temer, a Lei 11.652 foi modificada por meio da Medida Provisória 744/2016, que vetou trechos importantes para autonomia da empresa e extinguiu instâncias máximas de participação social e controle da EBC pelos cidadãos, como o Conselho Curador. O ataque ao caráter público da EBC era tão óbvio quanto paradoxal: ao mesmo tempo que se criticava um “alinhamento político” do jornalismo público da EBC aos governos anteriores, a administração do interino acabava com a pouca autonomia legal da empresa, vinculando-a ainda mais ao governo federal e suas decisões. Enquanto uma empresa de comunicação nacional estruturada como a EBC, era visível, até para governos que atacavam a sua existência, a importância estratégica que a

comunicação representava para a consolidação de interesses governamentais. Ou seja, enquanto desmontava o “público”, a administração Temer se certificou de controlar e expandir o “estatal”.

O texto da MP 744/2026 foi avaliado como inconstitucional pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), que fez parte do Ministério Público Federal (MPF), e emitiu uma nota técnica enviada ao Congresso Nacional após a promulgação da medida provisória. Os membros do Ministério Público afirmaram que uma das intenções da MP 744 é “enfraquecer a autonomia na formulação da linha editorial e da programação da emissora, buscando, assim, torná-la mais vulnerável em face do mercado e, em especial, do Poder Executivo”¹⁹. Ainda assim, a matéria foi aprovada pelo Senado em fevereiro do ano seguinte. O interesse no controle direto da EBC pelo governo do interino se torna ainda mais evidente no imbróglio de sucessão no cargo de diretor presidente da empresa: a nomeação de Ricardo Melo nos últimos momentos do governo Dilma foi resolvida em uma “canetada”. Extinguiu-se o mandato assegurado de quatro anos do presidente da empresa e vinculou sua nomeação apenas à Presidência, que teria poder de substituir quem ocupasse o cargo pelos seus próprios parâmetros. Ricardo Melo foi então substituído por Laerte Rimoli, ex-porta-voz de Temer e nome adequado para avançar o desmonte e aparelhamento da EBC, o que de fato fez.

A MP, tornada lei em seguida, determinou que a EBC seja administrada por um Conselho de Administração e por uma diretoria executiva, contando ainda com o Conselho Fiscal e o Comitê Editorial e de Programação. Durante os governos Temer e Bolsonaro, entretanto, o Comitê Editorial e de Programação (que herdaria algumas das atribuições do Conselho Curador) não foi sequer formado, deixando a EBC por 6 anos em um limbo editorial preenchido pela Secom e sem instrumentos de participação social ou controle cidadão. Além disso, o presidente Michel Temer vetou trechos da lei que permitiam ao Comitê Editorial decidir sobre planos editoriais propostos pela diretoria executiva para os veículos da EBC, tratar sobre alterações na linha editorial da programação veiculada pela EBC e convocar audiências e consultas públicas sobre conteúdos produzidos. Outro item vetado é o que previa mandato de quatro anos para os membros da diretoria executiva, e dispositivo que determinava a nomeação do diretor-presidente da estatal pelo presidente da

¹⁹ Depoimento disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2016/10/08/medida-de-temer-contr-a-ebc-e-inconstitucional-affirma-ministerio-publico>

República somente após aprovação de sua indicação pelo Senado Federal (Orth, Soares, 2020).

A extinção do Conselho Curador da EBC, embora o mesmo não fosse o ideal e nem o mais autônomo, é fundamental para entender como o caráter público da EBC foi alvo central das investidas do governo interino. É importante também ressaltar que as contradições existentes no funcionamento do Conselho não apagam a relevância de sua existência no interior de uma empresa pública de comunicação, e nem desabonam sua finalidade de promover a participação da sociedade nos rumos da empresa, algo que não é mais realidade. Relacionando os ataques sofridos pela EBC no período de governo interino Temer com o ambiente político geral do Brasil, é visível a investida contra direitos sociais, com consequências devastadoras que afetaram diretamente a classe trabalhadora e sobretudo, os mais pobres, ampliando as desigualdades e o desequilíbrio de forças no país.

Dito isso, os pontos mais marcantes das alterações na Lei da EBC podem ser resumidos na tabela a seguir:

Quadro 2

Alterações na lei da EBC

Alterações na Lei da EBC (11.652/2008 -> 13.417/2017)	Antes	Depois
Composição da Diretoria	Nomeação por critérios próprios da EBC	Nomeação pelo Presidente da República
Critérios de escolha	Critérios próprios da EBC	Critérios da Lei das Estatais (13.303/2016)
Autonomia da EBC	Maior autonomia da EBC	Centralização do poder no Executivo
Composição dos Conselhos	Conselhos com participação social	Conselhos nomeados pelo governo
Definição de programação	Programação definida pela EBC	Programação alinhada às políticas do governo

Fonte: elaboração da autora

As mudanças mais significativas dizem respeito à autonomia, composição dos órgãos de gestão e definição da programação da empresa, assim, as alterações legislativas na EBC resultaram em uma redução da autonomia e em um maior controle do governo sobre a sua gestão e programação. Essa centralização teve impacto na diversidade de conteúdo, na pluralidade de vozes, na independência jornalística da EBC, e na relação entre Estado e Mídia, uma vez que a programação passa a ser mais alinhada às políticas do governo. O

governo Temer ainda reduziu significativamente o número de empregados concursados da EBC, com planos de demissão voluntária que desfalcaram setores inteiros e precarizaram a produção de conteúdo da empresa.

O segundo momento de maior ruptura com o projeto original da Empresa Brasil de Comunicação foi a fusão da TV NBR (TV do Governo Federal) com a TV Brasil (TV pública), em 2019, durante o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro. Até outubro de 2018, ainda constava no site da EBC a descrição das duas emissoras de TV da empresa, distinguindo especificamente cada uma de suas atribuições: a TV Brasil, pública, com a finalidade de complementar e ampliar a oferta de conteúdo das emissoras de televisão brasileiras, oferecendo uma programação de natureza plural, informativa, cultural, artística e científica, e, por outro lado, a NBR, TV do governo federal, herdeira da Radiobrás e responsável pela cobertura da agenda da Presidência da República no Brasil e no exterior, além acompanhar as pautas presidenciais, da casa civil e as agendas dos ministros (Empresa Brasil de Comunicação, 2018). Contudo, após 100 dias de governo Bolsonaro, no dia 10 de abril de 2019, o Diretor de Operações da EBC, Alexandre Graziani Junior, assinou a Portaria no 216, unificando as programações da TV Brasil e da NBR em um só canal, que passou a ter também um outro slogan: UMA NOVA TV BRASIL (Empresa Brasil de Comunicação, 2019).

Jair Bolsonaro, é importante frisar, durante sua campanha e também após tomar o poder, sempre que teve oportunidade, mencionou o suposto “grande desperdício de recurso público” que a EBC representava, chamando a EBC de “TV do Lula” e adjetivando a empresa como “cabide de emprego petista”, inclusive se comprometendo com a privatização da EBC como uma de suas propostas de governo.

A fusão entre a TV Brasil e a NBR foi denunciada por representantes do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC), que alegaram que a fusão das TVs, além de inconstitucional, era ilegal, tendo em vista a própria Lei de criação da EBC (Lei no 11.652/2008), que prevê a produção de programação com finalidades educativas, artísticas e culturais, vedando o proselitismo político (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, 2019). Não se pode perder de vista que a fusão entre as TVs não significou necessariamente apenas um “acúmulo de funções”, mas uma tomada de comando da TV pública pela TV governamental e veio acompanhada de uma distribuição de cargos de diretoria da EBC para militares ligados ao governo.

A fusão entre missões contraditórias resultou em um aparelhamento efetivo da programação das emissoras da EBC, que passou a transmitir a agenda governamental de

Bolsonaro na TV pública, a TV Brasil. A fusão também tem o componente de confusão: ambas as TVs levaram o nome “TV Brasil”, sendo a antiga NBR, “TV Brasil Gov” durante o governo Bolsonaro, associando a marca TV Brasil com a comunicação governamental e ignorando seu caráter público diferenciado.

“A Nova TV Brasil” de Bolsonaro sintetizou práticas antigas de uso indevido pelo governo dos canais públicos de comunicação, com uma programação que incluía um programa em defesa da reforma da Previdência (quatro episódios com 30 minutos cada), outro para o agronegócio, este com uma programação fixa, bem como inserções de hora em hora na programação com as agendas do presidente e de ministros. Além disso, foram criados quatro programas específicos para as Forças Armadas: dois para a Marinha do Brasil, um para o Exército e outro sobre a Missão Antártica, que também envolve a participação da Força Aérea Brasileira (FAB). Em suma, além de ser dirigida por militares, a EBC de Bolsonaro também contou com uma programação exclusiva para contemplar a própria classe, de maneira muito similar ao que era realizado em termos da comunicação no Brasil nos anos de Ditadura Militar (1964-1984). Dessa forma, a gestão da EBC nos quatro anos de governo Bolsonaro reflete o enfraquecimento das instituições democráticas brasileiras, que sucumbiram aos atos de desestruturação da democracia que ocorreram no país como um todo. Ainda que, em abril de 2019, a pauta da fusão das TVs da EBC tenha sido debatida em audiência pública na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, ocasião em que representantes de entidades e coletivos de comunicação alegaram que a fusão fere o artigo 223 da Constituição, a medida permaneceu efetiva até o fim do governo Bolsonaro. A EBC alegava à época, por meio do presidente da empresa, Alexandre Graziani, o argumento da economia de recursos e a racionalização administrativa (Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação, 2019). Ou seja, entre 2018 e 2022, a TV Brasil se tornou a única TV da EBC, o que cada vez mais desvirtua dos pilares de Comunicação e de Radiodifusão Pública da atuação da empresa, tornando-se uma simples reprodutora de propaganda governamental. É o aparelhamento da TV Pública brasileira sendo realizado com ares de constitucionalidade, o que já era característico na história mascarada da radiodifusão no Brasil, agora, torna-se público e notório: uma TV Pública sendo porta-voz de governo (Ministério Público Federal, 2019 *apud* Orth, 2020).

Ao fim de 2022, a EBC parecia um mero espantalho de si mesma. Sem autonomia, controlada por militares sem experiência em TV, rádio ou empresas de comunicação e cada vez mais comprometida em silenciar divergências internas. A perseguição de jornalistas concursados por meio de assédio moral promovido pela diretoria da empresa foi tema da

quarta edição do Dossiê de Censura e Governismo na EBC, lançado em agosto de 2022 pela Comissão de Empregados da EBC, Ouvidoria Cidadã da EBC e pelos Sindicatos dos Jornalistas do Distrito Federal (DF), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) e Sindicato dos Radialistas do DF, SP e RJ. O documento traz 64 casos de censura, 228 casos de governismo e 245 de coberturas de pautas irrelevantes, envolvendo as redes e mídias da EBC.²⁰

Os jornalistas da empresa sofriam também com a censura de pautas de interesse público, principalmente as relacionadas com a defesa dos direitos humanos. O uso de Bolsonaro dos veículos da EBC ficou ainda mais evidente durante o processo eleitoral, com destaque para caso emblemático da cobertura do “7 de Setembro” pela Agência Brasil, data oficial que foi utilizada por Bolsonaro como palanque eleitoral e promoção de manifestações golpistas, transmitida com a cumplicidade da chefia da agência²¹.

É também importante ressaltar que a partir de 2020 a EBC reduziu para quase a metade a estrutura de sua sede em Brasília, algo que só foi possível com a redução em massa de funcionários por meio de dois planos de demissão voluntária. Tais movimentos devem ser compreendidos dentro da dinâmica do capitalismo em sua atual fase. O neoliberalismo atrelado à visões populistas incindiou diretamente no desmonte das políticas sociais que atingem a classe trabalhadora, acentuando as contradições de classe e as expressões da questão social, esse processo incide em todos os âmbitos do Estado brasileiro. Neste contexto, após um período de grande instabilidade e ameaças à integridade da empresa, que atravessou os governos Temer e Bolsonaro chegando ao ponto de quase completa liquidação, os dilemas de legitimidade, de independência financeira e de autonomia política tornaram-se ainda maiores, e os horizontes de participação social e independência parecem ainda mais distantes na EBC.

O terceiro momento de maior ruptura com o projeto original da EBC, a inclusão da empresa no Plano Nacional de Desestatização de Bolsonaro, pode ser tido como o fim de um processo iniciado no primeiro momento de ruptura, ou seja, na alteração da lei da empresa durante o governo Temer. Ao alterar a lei da empresa, o que se buscava era o ambiente propício e o desmonte necessário para justificar a privatização futura da EBC. Como já dito anteriormente, Jair Bolsonaro usou, enquanto plataforma de campanha, o argumento de que empresas públicas eram deficitárias e ineficientes, e que seu governo delegaria à iniciativa

²⁰ Dossiê de Censura e Governismo na EBC pode ser acesso em:
<https://diplomatie.org.br/a-encruzilhada-da-comunicacao-publica-e-os-caminhos-da-ebc/>

²¹ Análise do Coletivo Intervenções sobre o 7 de Setembro de 2022, disponível em:
<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervencao/ebc-fez-cobertura-oficial-escala-e-foi-assessora-de-bolsonaro-no-7-de-setembro/>

privada a gestão dessas empresas.

Em seu plano de governo apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Bolsonaro propunha “reduzir em 20% o volume da dívida por meio de privatizações, concessões, venda de propriedades imobiliárias da União e devolução de recursos em instituições financeiras oficiais que hoje são utilizados sem um benefício claro à população brasileira”. O posicionamento do ex-presidente não era um ponto fora da curva, ao contrário, sua base eleitoral e suas alianças (que mesclavam uma antiga classe política, com militares, religiosos e extremistas) solidificaram um bloco de ataque às instituições públicas, vistas por eles como empecilho ao desenvolvimento livre dos interesses mercadológicos e privados. Quando eleito e indagado se levaria adiante a então promessa eleitoral de privatizar ou extinguir a EBC, se manifestou da seguinte maneira:

Está decidido essa questão [de levar adiante a privatização]. Salim Mattar [então Secretário de Privatizações] está tratando do assunto. Agora você pode ver mais de 80% dos funcionários [da EBC] são concursados, o que fazer com este pessoal? É um número enorme de concursados, que partiu para essa linha no passado por interesses dos governos anteriores. [...] Tem que extinguir aquilo lá [a EBC]. E você vai ter que realocar aqueles funcionários. [...] Continua [respondendo sobre o plano de extinguir/privatizar a EBC]. Porque interessa pra gente. (SBT, 2019).

Ao analisar a fala do presidente, Pinheiro (2021), expressa que tal declaração não deixa margem para dúvidas quanto a intenção de Bolsonaro em deslegitimar a Radiodifusão Pública brasileira. O tom autoritário do início (“está decidido [sic] essa questão”) é complementado por um enunciado que evidencia seu interesse pessoal no desmonte da Empresa Brasil de Comunicação (“Porque interessa pra gente”), em prol das suas intenções políticas (Pinheiro, 2021). O pesquisador também observa, partindo da perspectiva weberiana da “ação social” com fins particulares, que nenhum outro governo, desde a redemocratização, apresentou de maneira tão explícita a postura de um presidente da república contra o Serviço de Radiodifusão Pública como no governo Bolsonaro.

A ótica da ação social com fins particulares também pode ser estudada a partir da reflexão a respeito de como a própria mídia comercial aborda esse assunto a partir do comportamento de Bolsonaro sobre o tema, ora pautando as falas do referido presidente e de seus ministros sobre o tema de modo a reverberá-las sem aprofundar-se no assunto, ora omitindo o contraditório, corroborando, assim, em considerável medida, para o enraizamento de uma compreensão limitada por parte da sociedade em relação à

importância e missão dos meios públicos e fortalecendo, assim, as ações políticas-partidárias de Bolsonaro contra um modelo de comunicação previsto na Constituição Federal (Pinheiro, 2021, p.90).

Os ataques não ficaram apenas no campo do discurso durante o período de 2018 a 2022: somou-se aos planos de privatização e às ameaças de extinção inúmeras intervenções na própria programação e conteúdos veiculados pela emissora, desviada de seu caráter público ao ser, via Decreto presidencial em 2019, acoplada à TV estatal NBR. Desde então, pautas e abordagens temáticas passaram a ser controladas/censuradas pelo governo Bolsonaro e a cobertura de atos políticos e partidários de governo passou a ser prioridade na grade (Pinheiro, 2021). Os exemplos são inúmeros e também emblemáticos: desde a censura à cobertura do caso Marielle Franco, que se tornou nome proibido na cobertura jornalística da empresa, passando pelo julgamento da parcialidade de Sergio Moro nas causas que envolvem o ex-presidente Lula, chegando nas intervenções na cobertura dos efeitos da pandemia da Covid-19 em todo o Brasil. A perseguição a jornalistas internamente também se tornou prática cotidiana, mais explicitado no caso de Kariane Costa, jornalista concursada da EBC e, na época, Conselheira representante dos empregados no Conselho de Administração, que pediu apuração de denúncias de assédio e censura dentro da Diretoria de Jornalismo à Ouvidoria em 2021.

Já em setembro de 2022, durante o período eleitoral e após ter seu processo vazado para diretoria da empresa, Kariane foi punida com uma recomendação de demissão por justa causa, acusada, ela, do mesmo assédio moral que denunciou. Em um processo viciado, que permitiu não só que os assédios internos continuassem, mas como reverteu a situação à seu favor ao tentar punir a jornalista, a EBC de Bolsonaro mostrava como era possível controlar as dissidências dentro da empresa e silenciar quem tentasse denunciar as irregularidades internas. O processo, assim como o processo de privatização da EBC, só foi interrompido com o fim do mandato de Jair Bolsonaro.

Desta forma, os três momentos de maior ruptura com o projeto original da Empresa Brasil de Comunicação, nomeadamente, as alterações na Lei 11.652 pela Medida Provisória 744/2016, a fusão entre as emissoras de televisão pública e estatal da EBC (TV Brasil e NBR respectivamente) e a inclusão da EBC no Plano Nacional de Desestatização de Bolsonaro ilustram o contínuum de um processo de desmonte tanto na estrutura da EBC como em sua missão primordial como empresa pública de comunicação.

O projeto político alavancado com o governo Temer, após um pacto nacional "com o Supremo e com tudo", de esvaziar o Estado e deslegitimar o público à favor da iniciativa

privada e interesses comerciais de elites políticas, religiosas e de mercado foi intensificado pelo viés ultradireitista de Bolsonaro, que talvez só não tenha conseguido efetivar a privatização da EBC por não ter se reeleito. A radiodifusão pública como um todo e a EBC em específico enfrentaram neste período os maiores ataques à sua existência, que comprometeram os tímidos avanços conquistados até 2016. Assim como a própria democracia brasileira, a EBC sai deste processo (se é que podemos dizer que saiu) enfraquecida e distante de seus propósitos, necessitando de profundas reformas para que sejam restaurados instrumentos que garantam sua independência ou possam avançar sua missão pública.

2.4 EBC em 2023/2024

Em 2023, o governo Lula assume a presidência e recebe o desafio de encarar uma EBC bastante diferente da empresa criada em 2008. Sem um Conselho Curador (ou "Comitê Editorial de Programação"), com uma Ouvidoria enfraquecida inclusive de legitimidade²², com apenas uma emissora de televisão, que teve seu caráter público abandonado frente à prestação de serviços ao governo federal, controlada por militares, com a estrutura física e o quadro de funcionários reduzido, a EBC parece apenas um espantalho do que já foi um dia. O processo de desmonte a que a empresa foi submetida, entretanto, tem paralelo com outros veículos públicos internacionais nos últimos anos: em 2013, o então primeiro-ministro grego, Antónis Samarás, surpreendeu o país anunciando o encerramento das atividades da TV pública nacional, a Hellenic Broadcasting Corporation (ERT). A medida, que estava inserida em um pacote de ações que reduziram os gastos públicos e atendia aos acordos negociados com a União Europeia, determinou subitamente a demissão de cerca de dois mil funcionários e o fim das operações da empresa mantida pelos cidadãos há 75 anos.

Mais recentemente na Argentina, o presidente Javier Milei decretou a intervenção na mídia pública, exonerando a direção colegiada que dirigia as emissoras e veículos públicos de comunicação do país e colocando no lugar interventores nomeados diretamente pelo governo. Os canais e sites públicos foram bloqueados na tentativa de abrir caminho para privatização dessas empresas, sendo essa uma das promessas de campanha de extrema direita de Milei. Em um movimento global, associado ao populismo de direita e ao neoliberalismo, de

²² Frente em Defesa da Democratização da Comunicação cria a "Ouvidoria Cidadã" em contraponto à Ouvidoria da EBC e que denuncia o desmonte da participação social na EBC. <https://ouvidoriacidadaebc.org/>

desmantelamento do serviço público em geral e da regulamentação das comunicações em específico, o ataque às empresas públicas não cessou apenas com a mudança de governo no Brasil. O ambiente político que se desenha em 2023, ainda que diferente do período entre 2016-2022, é fortemente marcado por embates entre visões sobre a própria democracia e sua extensão.

A reconstrução do caráter público da EBC esteve presente tanto na campanha de Lula quanto nos primeiros acenos após a vitória na eleição de 2022, mas principalmente na expectativa do campo em defesa da democratização da comunicação e pelo fortalecimento da Radiodifusão Pública, que via no retorno do governo Lula uma esperança também na volta de políticas de comunicação voltadas ao campo público. A questão da EBC foi tratada durante o Grupo de Trabalho de Comunicação do governo de transição ao final de 2022, no contexto do restabelecimento do Ministério da Cultura e suas atribuições. Já na transição foi vista a necessidade de separar a redação dos canais da TV Brasil, com a recomendação de retorno ao modelo adotado nos governos do PT, quando a NBR era a emissora governamental, com transmissão de atos oficiais do Executivo, e a TV Brasil funcionava como emissora pública. Neste momento, a transição ainda discutiu o destino da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), responsável pela assessoria de imprensa e publicidade do Palácio do Planalto e sua ligação com a empresa. Foi levantada a possibilidade da EBC ser subordinada ao Ministério da Cultura, demanda antiga que buscava desvincular as decisões da empresa dos interesses do governo de ocasião, mas que foi descartada pela manutenção do vínculo entre a EBC e a Secretaria Especial de Comunicação da Presidência da República, causa talvez da primeira frustração com as expectativas em relação ao terceiro mandato do governo Lula.

Muitas ações simbólicas foram tomadas no início de 2023 em relação à EBC. Os militares ligados a Bolsonaro que ocupavam cargos em diretoria foram exonerados e Kariane Costa empossada como diretora-presidente, após ter seu processo administrativo fruto de perseguição política arquivado, se tornando a primeira diretora-presidente do quadro de empregados concursados da empresa. A presidência de Kariane foi breve, talvez breve demais, e logo em 14 de fevereiro de 2023, o nome de Hélio Doyle foi indicado como futuro sucessor. Utilizando de artifícios criados pelos governos anteriores, que permitiam a troca de presidente da EBC por determinação exclusiva da presidência, o governo Lula pôde tanto apaziguar as expectativas dos empregados e defensores do campo público nomeando uma jornalista do quadro para presidente, quanto limitar essa participação: uma vez que o mandato de Kariane não durou mais que dois meses, a medida se aproximou mais de um aceno simbólico do governo do que uma intenção de promover a autonomia da EBC.

Dentre as ações simbólicas no início do governo Lula em relação à EBC, é possível destacar que houve sinalização e até comprometimento em reverter o que chamamos aqui de “os três momentos de ruptura com o projeto original da empresa”, situados entre 2016 e 2022, sendo: 1) A mudança na Lei da EBC, 2) a fusão entre as emissoras e, 3) a inclusão da EBC no plano de privatização. Dessa forma, eram esperadas as seguintes ações para o restabelecimento do caráter público da empresa no contexto do terceiro mandato do governo Lula: 1) Medidas para garantir a autonomia da empresa, como a regulamentação do Comitê Editorial e de Programação, órgão que substituiu o Conselho Curador, mas passou de 2016 a 2022 sem regulamentação 2) A separação entre as emissoras de TV da EBC, com maior independência para a TV Brasil, e 3) A saída da empresa de Planos de Desestatização, com garantias de uma EBC pública e plural. Tais demandas ecoam na ala em defesa da radiodifusão e comunicação pública, como a Frente em Defesa da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e da Comunicação Pública, que apresentou ao Grupo de Trabalho de Comunicações do governo de transição a carta “Comunicação democrática é vital para democracia - uma agenda para o novo governo Lula”. No documento, a Frente reforçou a necessidade de separação entre a comunicação governamental e a comunicação pública, revertendo ações adotadas pelo governo Bolsonaro, como a fusão da emissora pública TV Brasil com a emissora estatal TV Nacional Brasil (NBR), e tinha, naquele momento, também como pautas a desmilitarização da EBC, a retomada de seu Conselho Curador e demais mecanismos que dão autonomia para a comunicação pública.

A nomeação de Hélio Doyle, jornalista e professor de Comunicação por quase três décadas, entretanto, também foi um aceno aos antigos vínculos da EBC com instituições de ensino. Sua gestão, também breve, durando apenas até outubro de 2023, foi marcada por atritos com o Ministro da Comunicação na época, Paulo Pimenta. A saída de Hélio Doyle da presidência da empresa se deu após uma manifestação do jornalista em seu perfil no X (antigo Twitter), em que criticava os apoiadores de Israel nos ataques à Faixa de Gaza. Ainda que após este evento, o governo Lula também tenha criticado os crimes de guerra cometidos por Israel contra o povo palestino - e também tenha sido criticado pela oposição por esta crítica - o momento dos tweets de Doyle encontrou um governo ainda reticente em se manifestar sobre o conflito internacional, o que amplificou o distanciamento entre Doyle e o alto escalão. Após o “mal estar” entre o presidente da EBC e o governo, Doyle foi exonerado. Tal situação exemplifica como a alteração legal no mandato do presidente da EBC gera incertezas para a administração da empresa, que pode ser modificada aos ventos das relações governamentais. Tal prerrogativa garantiu não só a Temer e Bolsonaro o poder de decidir

sobre a presidência da EBC, mas também foi utilizada para sanar desavenças no terceiro mandato do governo Lula. Em substituição a Doyle, Jean Lima foi nomeado como presidente da empresa, nome com menos experiência e currículo em Comunicação que Doyle, porém mais integrado com a política do Partido dos Trabalhadores (PT) atual.

Entretanto, um dos pontos importantes da gestão de Hélio Doyle foi a reorganização administrativa da EBC, o que resultou na criação da Superintendência de Serviços de Comunicação, responsável por prestar serviços para outros entes e operar o Canal Gov, emissora do governo federal, que foi criada em 25 de julho de 2023, restituindo a separação entre a TV Brasil, pública e o canal voltado para a cobertura das ações do poder executivo. Na época da criação do novo canal e da reestruturação da separação entre os veículos, Rita Freire, que integra a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública e ex-presidente do Conselho Curador da EBC, ressaltou que a medida por si só não garante as condições necessárias para que a TV Brasil opere com independência: "É necessário financiamento, concurso e reposição de forças de trabalho. Então a nossa luta continua, porque a luta é pela comunicação pública."

Ainda que desde novembro de 2022, durante o período de transição de governos, tenha se formado um grupo de trabalho para tratar sobre participação social no interior da EBC, foi apenas em julho de 2024 que o GT de Comunicação Pública e Participação Social, instituído pela Portaria Secom/PR nº 19, de 15 de novembro de 2023, entregou seu relatório. Após oito reuniões ao longo de um ano e meio, o GT assumiu como compromisso debater propostas e diretrizes para aprimorar a participação social na EBC, fortalecendo o pressuposto básico da definição do que é a comunicação pública. O GT foi composto por representantes da Secom, da EBC, dos trabalhadores e da sociedade civil, e seu texto previa criação e regulamentação do Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão pela EBC no prazo de 60 dias.

Além disso, o texto também previa a criação de um Sistema Nacional de Participação Social na Comunicação Pública, que deverá integrar o Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão, a Ouvidoria, o Comitê Editorial e de Programação e também a Assessoria de Participação Social e Diversidade, a ser criada também pela EBC.

Na lista de atribuições dos integrantes do Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão da EBC estão: 1) Acompanhar as diretrizes da programação veiculada pelas emissoras de comunicação pública operadas pela EBC no que tange à participação social, diversidade social, cultural, regional e étnica e da pluralidade de ideias na abordagem dos

fatos, 2) propor e realizar audiências e consultas públicas sobre comunicação pública e criar grupos internos para debater assuntos relacionados às competências do Comitê, 3) apoiar a estruturação das instâncias de participação social nas emissoras que compõem a Rede Nacional de Comunicação Pública e propor um banco de pautas colaborativas e de outros conteúdos e por fim, 4) sugerir e realizar cursos, oficinas, seminários e cartilhas para produção conjunta com a EBC para ampliar o conhecimento da sociedade sobre a comunicação pública. (Agência Brasil, EBC, julho, 2024).

Até a metade de 2024, entretanto, em quase um ano e meio de governo, a EBC permaneceu sem um Comitê Editorial atuante, ainda que o atual presidente, Jean Lima, tenha reforçado o compromisso em cumprir o prazo definido no relatório para a criação de todo esse sistema de participação social, garantindo, inclusive, “a representação da diversidade cultural e territorial” do país. Ele ainda acrescentou que a Assessoria de Participação Social “vai ter esse papel de introdução, com todos os segmentos da sociedade, de fazer o diálogo com os dois comitês dentro de uma rede do sistema de participação social”²³. Tais promessas demonstram um direcionamento ainda não concretizado no caminho de mais mecanismos de controle da sociedade dentro da empresa, mas a morosidade do processo chamou a atenção inclusive de defensores do campo público da Comunicação: na 25ª Plenária Nacional do FNDC, durante a mesa “Os desafios para a efetivação do sistema público de comunicação no Brasil”, Rita Freire afirmou que o Brasil tem uma dívida com a comunicação pública e que houve uma frustração com as expectativas de retomada dos instrumentos de autonomia da empresa. “Entendemos as dificuldades do governo no Congresso Nacional, mas a sociedade civil espera que o governo Lula resolva sua dívida com a comunicação pública, que é restabelecer a participação social na EBC”, pontuou a ex-conselheira da EBC na ocasião.

Já em dezembro de 2024, o Comitê Editorial e de Programação (Comep) e o Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão (Cpadi), dois fóruns que fazem parte do Sistema Nacional de Participação Social na Comunicação Pública (SINPAS), foram eleitos e as listas tríplexes divulgadas²⁴. Dessa forma, as medidas do governo Lula em relação à EBC após um ano e meio de governo pode ser resumidas conforme a tabela a seguir:

²³ Publicação no portal da EBC sobre o GT de comunicação pública
<https://www.ebc.com.br/sala-de-imprensa-redes-sociais/noticias/2024/07/gt-de-comunicacao-publica-e-participacao-social>

²⁴ Divulgação dos resultados da eleição de conselheiros e a lista tríplex:
<https://www.ebc.com.br/imprensa/2024/ebc-divulga-resultado-final-da-votacao-para-os-foruns-do-sinpas>

Quadro 3

Medidas de reestruturação da EBC no governo Lula

Demandas	Antes (2016-2022)	Depois (2023 - 2024)
Escolha e mandato do presidente da EBC	Nomeação pelo Presidente da República, sem mandato garantido.	Nomeação pelo Presidente da República, sem mandato garantido
Conselho Curador, ou Comitê Editorial	Comitê Editorial sem regulamentação e inoperante	Processo de Regulamentação do Comitê Editorial e eleições e formação da lista triplíce
Separação entre as emissoras públicas e estatais	Fusão: TV Brasil e TV Brasil Gov	Criação do Canal Gov e separação editorial entre os veículos
Desmilitarização	Militares em cargos de direção	Exoneração de militares

Fonte: elaboração da autora

Como visto na tabela, o avanço mais concreto na direção de fortalecimento do campo público na EBC durante o primeiro ano e meio de governo Lula foi a criação do Canal Gov e sua consequente separação editorial da TV Brasil. Entretanto, é importante destacar que apenas a separação editorial entre os veículos não garante a autonomia e pluralidade da programação da TV pública, a TV Brasil, uma vez que sem um Conselho Curador ou Comitê Editorial que represente a sociedade brasileira e delibere sobre a produção e programação, a TV ainda permanece em um limbo em sua missão pública. A desmilitarização da empresa também foi realizada logo no início do governo Lula, na troca de direção que retirou os militares das funções de confiança, sendo substituídos por atores próximos à visões sobre comunicação pública do novo governo. A “desmilitarização” da EBC, enquanto demanda dos movimentos como a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, foi levada à cabo sem garantias de que a empresa não poderia ser militarizada novamente: uma nova troca de governo ainda pode reconduzir militares aos cargos de direção da EBC, uma vez que não há mecanismos de controle interno que garantam que os cargos de direção não sejam impactados pelas escolhas da presidência.

A movimentação no sentido de recuperar o caráter público da EBC durante o início do governo Lula não foi recebida pela oposição, inclusive pela mídia comercial, sem questionamentos. Ao contrário, ao longo do primeiro ano de governo Lula, críticas direcionadas à empresa como um “desperdício de dinheiro público” continuam ecoando tanto na classe política quanto na opinião pública. Como um exemplo recente no Brasil, até a

participação dos atletas brasileiros nas Olimpíadas de 2024 foi usada de pretexto para a proposição de um projeto de lei que previa a venda da EBC para custear a reforma da Vila Olímpica do Rio de Janeiro. Na proposição, o deputado Fernando Máximo (União-RO) justificou que a privatização da EBC “seria uma forma de manter sua sustentabilidade financeira e operacional” e também prevê que o orçamento destinado à empresa pública, em torno de R\$ 600 milhões, seja destinado para um programa de formação de atletas paralímpicos.”²⁵ Proposições como essa demonstram não só o desprezo de atores políticos em relação à EBC, mas também um interesse contínuo em seu desmonte e privatização, ainda que agora em um ambiente de um governo favorável à existência da empresa.

Outro exemplo marcante do período foi a repercussão em *blogs* candangos da matéria da Agência Brasil (agência pública da EBC) “*Crise na saúde pública do DF pode ser investigada em CPI na Câmara Legislativa*”, que reportava uma série de ocorrências envolvendo casos de deficiência no atendimento de diversas unidades de saúde do Distrito Federal. Os eventos foram amplamente cobertos por empresas privadas de comunicação, com destaque para os meses de maio a junho de 2024, em que o governo do GDF se viu em meio à uma crise de saúde, repercutindo nacionalmente. A reportagem da Agência Brasil, como outras, abordava a possibilidade de que os casos resultassem na abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar o estado dos serviços de saúde pública no Distrito Federal. Embora o tema estivesse sendo tratado em diversos veículos de comunicação, foi essa publicação em particular que incitou a reação de blogs políticos-jornalísticos do Distrito Federal, com uma série de conteúdos em resposta à publicação (e sem citá-la), com críticas e comentários direcionados à EBC e ao seu presidente, Jean Lima. Foram 18 publicações, em 17 blogs, veiculadas entre 3 e 19 de junho de 2024. Em todas as publicações, a EBC é acusada de “atacar” o GDF e usar sua estrutura de jornalismo para perseguir o governador, ainda que a Agência Brasil tenha publicado apenas uma reportagem sobre o tema. As publicações também acusam o presidente, Jean Lima, que já fez parte do governo de Ibanês no DF antes de aceitar o cargo na EBC, de ingratidão, como se a pauta da crise de saúde fosse uma estratégia direcionada de enfraquecer o governo do DF. Em meio às acusações a Jean Lima, as publicações reforçam um suposto “aparelhamento” da Agência Brasil, e da EBC como um todo, pelo governo do PT, com manchetes como “Gabinete da Fake: Governo Lula

²⁵ Fala do deputado disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/amp/colunas/painelsa/2024/07/olimpiadas-deputado-propoe-venda-da-ebc-para-financiar-vila.shtml#https://fenaj.org.br/plenaria-cobra-ao-governo-lula-a-participacao-social-na-ebc/>

monta estrutura para detonar adversários” e “Uso político da Empresa Brasil de Comunicação sob a gestão de Jean Lima”.

É bom ressaltar mais uma vez que a Agência Brasil publicou apenas uma reportagem sobre a crise de saúde do DF, que relatava a intenção de deputados da Câmara Legislativa do DF em abrir uma CPI para investigar a situação. A “estrutura montada para atacar os adversários” pode ser vista então como uma fabricação narrativa da real questão. O governador do DF, Ibaneis Rocha, é aliado político de Bolsonaro, e patrocina, por meio do Banco de Brasília (BRB) e outros fundos, uma grande parte dos portais que repercutiram a matéria da Agência Brasil como um ataque ao GDF. No entanto, é curioso notar que, ao acusar a EBC e seu presidente de usar a empresa para perseguir inimigos políticos, as publicações de blogs candangos evocam argumentos em defesa da comunicação pública para justificar a crítica ao suposto aparelhamento dos veículos da EBC. Como em “Presidente da EBC, Jean Lima, usa o meio de comunicação para tentar prejudicar GDF” publicada no portal *Estrutural Online* em 4 de julho de 2024, que argumenta que “A conduta do petista, fere não só o direito da população à uma boa informação e jornalismo sério, como descaracteriza os princípios constitucionais do sistema público de comunicação para o qual a EBC foi fundada.”

Dessa forma, as tentativas de restaurar os mecanismos que garantem a autonomia da empresa e seu caráter público esbarram atualmente não só na dificuldade intrínseca de reestabelecer um projeto de comunicação mais direcionado à participação social e ao interesse público, mas também em narrativas políticas antidemocráticas que negam a necessidade de emissoras públicas ou que as enxergam como instrumento de controle estatal da informação, algo que essas emissoras, tendo a EBC como exemplo, podem sim se tornar. O ambiente político de 2024, após ameaças golpistas à democracia, ao desmonte das instituições e campanhas de desinformação como estratégia de controle, é terreno nebuloso que dificulta um processo tão calcado na democracia e na participação social como o estabelecimento de um Sistema Público de Radiodifusão, porém, enquanto um processo dialético, possui os elementos de sua própria contradição em seu interior.

3. ESTUDANDO A EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO PELO OLHAR DA MÍDIA PRIVADA

Não é difícil reconhecer a variedade de temas que atravessam a criação e manutenção de uma empresa pública de comunicação. Incidindo na própria democracia e refletindo o processo democrático brasileiro, o Serviço de Radiodifusão Público brasileiro, tendo a Empresa Brasil de Comunicação como sua maior representante da atualidade, pode ser analisado por inúmeras perspectivas. O surgimento tardio de uma empresa pública focada em produzir conteúdo de interesse para o cidadão, alterou, em alguma medida, um cenário dominado pela visão mercadológica da comunicação e por empresas privadas.

A presença da EBC denunciou o cenário pouco democrático e tradicionalmente comercial dos meios de comunicação brasileiros, trazendo à tona também as diferenças entre as práticas e políticas do setor, no Brasil, e em outros lugares do mundo. Por conta do seu impacto no cenário das políticas de comunicação no Brasil, a EBC foi objeto de pesquisa acadêmica e pauta na imprensa comercial em proporções similares. Enquanto objeto de pesquisa, a empresa foi estudada sob diversas perspectivas: desde os desafios enfrentados pela empresa pública no contexto da convergência digital (Pinheiro, 2019), pelo impacto da dissolução de seu Conselho Curador no caráter público da EBC (Strozi, 2019), pela noção de seus empregados sobre a comunicação pública (Duarte, 2020), pela análise orçamentária dos recursos destinados à empresa (Piranti, 2019), e também pela perspectiva da mídia comercial sobre a EBC (Oliveira, 2021), (Santana, 2017) e (Miola, 2012). Neste tópico, trataremos especificamente sobre as pesquisas que já investigaram o olhar, ou as visões, da mídia comercial sobre a EBC e quais conclusões podem servir de ponto de partida para a presente pesquisa.

3.1 Da revisão sistemática de literatura

O interesse pela abordagem da mídia privada em relação à construção da EBC parte do pressuposto de que há um embate para além da noção constitucional de complementaridade entre os sistemas. Ainda que não estejam em competição e que a função da EBC não esteja relacionada à busca de audiência e lucro (atuando justamente onde as empresas privadas não veem possibilidade de faturamento, como em áreas remotas do Brasil), a recepção do jornalismo comercial sobre a existência da empresa costuma ser

bastante crítica, como demonstram os estudos supracitados. Porém, longe de apontar as fragilidades visíveis no modelo de criação e manutenção da EBC, a visão jornalística de veículos comerciais, em geral, é de que a empresa surgiu para sanar interesses políticos de líderes progressistas e de que custava aos cofres públicos mais do que seria necessário.

Ao mesmo tempo, a imprensa comercial também pauta a EBC em suas coberturas de política, opinião e editoriais, sob variadas temáticas e perspectivas ao longo dos anos, e essa cobertura foi observada e analisada não só por sua importância temática, mas também pelo volume de material produzido nesses meios sobre a EBC. Dessa forma, pensar sobre a produção jornalística e tensiona-la em sua relação com os meios públicos de comunicação é adentrar o terreno que põe em jogo visões políticas e de hegemonia. Para entender o que foi produzido sobre as abordagens da mídia comercial em relação à Empresa Brasil de Comunicação foi necessário buscar por dissertações e teses que tivessem o interesse nesta relação dialógica entre os meios, ou que buscassem analisar o texto jornalístico de veículos privados quando pautam veículos públicos. Para além de toda a literatura científica que tomou a EBC como objeto de estudo, foi importante para essa pesquisa em especial identificar autores que já possam ter trabalhado com a perspectiva de investigar o olhar da mídia privada ao noticiar a empresa. Para ir ao encontro de tal produção foi necessária uma revisão sistemática que será apresentada a seguir.

A realização de uma revisão de literatura é um método que evita a duplicação de pesquisas, e também pode promover o reaproveitamento e a aplicação de pesquisas em diferentes escalas e contextos. A revisão também permite conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram brechas na literatura trazendo real contribuição para um campo científico; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadoras de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência (Galvão, Ricarte, 2020).

Dessa forma, foi necessário entrar em contato com a literatura já produzida sobre o tema para traçar inferências de como a relação da mídia comercial com a EBC se dá nos dias de hoje. A revisão sistemática, além de ser uma revisão de literatura, constitui-se em um método de pesquisa rigoroso que busca sintetizar de forma sistemática e transparente as evidências científicas disponíveis sobre um determinado tema. Esse método, caracterizado por sua reprodutibilidade, envolve a definição clara de critérios de inclusão e exclusão de estudos, a utilização de estratégias de busca precisas e a avaliação crítica dos artigos

selecionados. Ao final, a revisão sistemática fornece um panorama abrangente e confiável da literatura, auxiliando na tomada de decisões em diversos contextos.

As revisões sistemáticas seguem protocolos específicos. Assim, a fim de contribuir para que as revisões de literatura ganhem em qualidade, serão discutidas, neste tópico, algumas etapas que compõem seu desenvolvimento, como a delimitação da questão a ser tratada na revisão; a seleção das bases de dados bibliográficos para consulta e coleta de material; a elaboração de estratégias para busca avançada; a seleção de textos e sistematização de informações encontradas; bem como serão apresentados alguns aspectos sobre a composição da equipe para elaboração da revisão (Galvão, Ricarte, 2020, p. 6).

Para buscar as teses e dissertações que analisam como a mídia comercial noticia a EBC foi necessário usar o banco de teses e dissertações da CAPES, que reúne boa parte da produção brasileira. O recorte temporal se deu a partir de 2008, ano de fundação da EBC, e as palavras chaves que auxiliaram na busca foram “EBC” e “Mídia comercial”. Pela leitura dos resumos dos resultados, foi possível selecionar três trabalhos que lidam diretamente com a visão de veículos comerciais sobre a Empresa Brasil de Comunicação em suas coberturas jornalísticas. Ainda que semelhantes em temática, os trabalhos de Miola (2012), Santana (2017) e Oliveira (2021) abordam a questão de forma metodologicamente diferente, ao mesmo tempo que também buscam responder perguntas diversas. Uma vez que a revisão aqui proposta se dá por meio de pesquisas qualitativas, que vão impactar outra pesquisa, também qualitativa, a intenção desta revisão sistemática é elaborar uma meta-síntese do que já foi produzido sobre o assunto. Dessa forma, avaliar também historicamente o que já foi analisado da mídia privada em períodos diferentes do percurso político da EBC é uma maneira de referenciar seu passado e contextualizar o momento presente.

(...) a meta-síntese, também denominada de meta-etnografia e/ou meta-análise qualitativa é apropriada quando uma revisão visa integrar a pesquisa qualitativa. O objetivo de uma meta-síntese é sintetizar estudos qualitativos sobre um tópico a fim de localizar temas, conceitos ou teorias-chave que forneçam novas ou mais poderosas explicações para o fenômeno sob análise (Siddaway; Wood; Hedges, 2019, apud Galvão, Ricarte, 2020).

A partir da meta-síntese, esta revisão organizará os resultados encontrados nos três estudos analisados (Miola, 2012; Santana, 2017; Oliveira, 2021), de forma a facilitar a visualização e esquematização de cada corpus, referencial teórico, recorte temporal e conclusões. Tal síntese também poderá delinear como a presente pesquisa se diferencia das

pesquisas anteriores e o potencial de contribuição do trabalho para o campo de estudos sobre Políticas da Comunicação para a Radiodifusão Pública.

3.2 Conclusões dos estudos revisados

Como dito anteriormente, os três trabalhos revisados nesta pesquisa são: 1) *O sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: a criação da empresa brasil de comunicação em debate no congresso e na imprensa* (Miola, 2012); 2) *A construção discursiva do desmonte da empresa brasil de comunicação (EBC) nos suportes Folha de S. Paulo e Brasil de Fato* (Santana, 2017); e 3) *O campo da Radiodifusão Pública no Brasil: disputas simbólicas e legitimidade sob a ótica da grande imprensa comercial* (Oliveira, 2021). Tais pesquisas foram organizadas na Tabela 1, que sintetiza aspectos como a constituição do *corpus*, sua delimitação e o referencial teórico adotado em cada investigação.

Quadro 4

Síntese - Aspectos gerais

Título	Autor(a) / Ano	Período abordado	Veículos analisados	Referencial teórico / Metodológico
Sistema Deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: A criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na imprensa	Edna Miola, 2012	2007 e 2008	Folha de São Paulo e O Globo (impressos)	Análise de momentos deliberativos
A construção discursiva do desmonte da empresa brasil de comunicação (EBC) nos suportes Folha de S. paulo e Brasil de Fato	Everton da Silva Santana, 2017	2016, 2017 e 2018	Folha de São Paulo (Portal) Brasil de Fato (Portal)	Análise do posicionamento discursivo
O campo da Radiodifusão Pública no Brasil: Disputas simbólicas e legitimidade sob a ótica da grande imprensa comercial	Gisele Pimenta de Oliveira, 2021	1975 à 2019	Folha de São Paulo, O Globo, Estadão (impressos)	Análise à partir da perspectiva de campo, de Bourdieu

Fonte: elaboração da autora

Miola, 2012, investigou o processo de debate público em torno da criação da EBC. A tese discutiu o sistema deliberativo e as tensões entre público e privado, pautando o debate sobre a criação da EBC na mídia e no congresso. A pesquisa abordou o tema pelo entendimento que a formação da opinião pública e a produção discursiva de decisões

políticas acontecem em um Sistema Deliberativo, composto de contextos que condicionam o debate de temas de interesse geral. Para tal, a autora analisou as dinâmicas argumentativas em dois momentos deliberativos: (1) Nos mass media, principal arena de visibilidade e representação da opinião pública nas democracias contemporâneas, e (2) no Parlamento, esfera de produção da decisão calcada na dimensão discursiva da representação política (Miola, 2012). Os “momentos deliberativos” discutidos pela autora atuam em espaço e tempo, sendo os espaços o mass media e o parlamento, e os tempos consistindo nas fases de Tematização, Implementação e Avaliação. Refletiu-se sobre os contextos, os atores e os argumentos presentes em pronunciamentos de parlamentares e 235 matérias publicadas nas revistas Carta Capital e Veja e nos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, ao longo dos anos de 2006, 2007 e 2008. Miola (2012, p. 191) também pondera que a dimensão substantiva da deliberação é determinante para a articulação dos atores e para as dinâmicas argumentativas e que não é possível simplesmente aplicar uma metodologia desenhada para investigar determinado debate sem observar que o conteúdo da deliberação também tem influência sobre o processo deliberativo.

No caso analisado, o tema da radiodifusão pública e sua regulação desenharam um panorama de disputa de interesses – algumas vezes públicos, outras vezes de natureza privada. E esse tema não se configura exatamente como uma disputa de interpretações de natureza moral, mas, frequentemente, pragmática. A razão para tornar a radiodifusão pública objeto de deliberação é, portanto, confrontar diferentes entendimentos sobre os valores, as funções e as expectativas sobre o que deve ser um serviço público de comunicação. E tão importante quanto isso é iluminar os bastidores da tomada de decisão e desvelar os reais interesses em jogo quando se trata da produção de políticas de comunicação. (Miola, 2012, p. 191).

Houve, por trás da pesquisa desenvolvida, uma concepção muito definida sobre os media e os processos comunicativos que, longe de pensar a Comunicação como uma troca de conteúdos mediada por dispositivos tecnológicos, trata-se de uma investigação que aponta como objeto certos “processos humanos e sociais de produção, circulação e interpretação de sentidos, fundados no simbólico e na linguagem”, como descreve França (2001). A referida abordagem se manifesta na consideração de três aspectos fundamentais que guardam similaridade com as próprias categorias de análise da pesquisa – a ideia dos atores como parceiros da interação, a linguagem e o contexto e a experiência. A investigação empírica se dá, dessa forma, pela triangulação entre os (1) discursos parlamentares e mediáticos, (2) os

atores que participam argumentativamente desse debate e (3) o contexto que abriga e delimita essas interações. Dessa forma, Miola insere a análise da reação midiática de veículos de comerciais em relação à EBC nos diferentes contextos da discussão mais ampliada sobre a criação da empresa, atravessando os momentos de tematização, implementação e avaliação da política, ao mesmo tempo que relaciona essa reação com as discussões que aconteciam sobre o mesmo assunto no Congresso.

Ao observar as discussões na mídia e no congresso, a autora destacou que os posicionamentos apresentados pelos media demonstraram que, durante a fase de Tematização, predominaram os posicionamentos favoráveis à radiodifusão pública e à possível criação de uma empresa nacional no setor. Porém, a partir de dezembro de 2007, já na fase de Implementação, o posicionamento geral se inverteu, prevalecendo, dali por diante, os argumentos que se apresentavam como contrários à criação da EBC. Os resultados encontrados por Miola, 2012, demonstraram que, enquanto o Plenário da Câmara se dedicou a debater aqueles projetos que estão na pauta de votação, os media tiveram mais abertura para realizar debates de médio e longo prazo. Sobre a participação dos atores, verificou-se que, na imprensa, foram privilegiados aqueles atores autorizados institucionalmente a falar em nome da EBC.

Já Santana, (2017), analisou os discursos (e a diferença entre eles) de suportes jornalísticos on-line sobre o desmonte da EBC, no período entre 2016 e 2017, momento que as mudanças na estrutura e na lei de criação da empresa, promovidas pelo interino Michel Temer, subtraíram as instâncias participativas previstas na EBC. Para abordar tal objeto, o autor selecionou produtos jornalísticos – artigos de opinião, entrevistas, notas e notícias – publicados pelos sites dos jornais Folha de S. Paulo e Brasil de Fato no período de maio de 2016 a março de 2017. A intenção ao comparar a cobertura de meios privados com posicionamentos e linhas editoriais diferentes foi observar como os veículos articulam a defesa pelo projeto e independência da empresa (*Brasil de Fato*) ou o apoio ao seu desmonte e consequente privatização (*Folha de São Paulo*). A existência e o contexto do objeto foram aprofundadas por Santana, (2017) no sentido de explorar as diferenças entre a criação e manutenção de sistemas públicos na Europa, EUA e América Latina, as peculiaridades e os debates em torno da criação da EBC no Brasil. O autor também se baseia em Verón (2004, p. 239), que destaca a relevância que a imprensa escrita assume enquanto domínio para análise dos discursos. Segundo Véron (*idem*), a partir da imprensa escrita é possível descrever as transformações socioculturais, bem como os vínculos estabelecidos entre essas transformações e a evolução e entrelaçamento dos gêneros discursivos. Sendo assim, a

imprensa escrita também oferece base para o estabelecimento de uma rede de produção de discursos, que conseqüentemente requer a elaboração de um quadro conceitual capaz de fazer frente a essa complexidade.

Santana destacou que a Folha de São Paulo buscou, no período, partilhar com o leitor um juízo de valor sobre a Empresa Brasil de Comunicação, chamando a atenção, inclusive, para a necessidade da interrupção das suas atividades. Em quatro das publicações analisadas pela dissertação de Santana, a Folha de S. Paulo nomeia a EBC enquanto empresa estatal ou dá indícios de que ela é uma empresa que pode ser tomada como posse a qualquer momento pelo presidente em exercício. O autor destaca que essa caracterização constitui uma falha, pois um dos elementos que diferencia as empresas estatais das públicas é o seu processo de gestão. Enquanto as primeiras respondem às instâncias as quais são vinculadas, as públicas, de fato, têm o povo como gestor.

A existência do conselho curador composto por representantes diversos, inclusive da sociedade civil, se torna essencial neste ponto. A inexistência do conselho é uma das características que contribuem para o processo de desmonte da EBC, que estamos nos referindo nesse trabalho. A repetição do termo “estatal” nas publicações para se referir a EBC, tanto revela um distanciamento da Folha dos seus princípios editoriais, quanto também expõe a sua aproximação com os grupos político-empresariais conservadores presentes no país. Grupos estes que desde o início das atividades da EBC, tentam associar a sua gestão e atividade a decisões políticas do Executivo, como forma de deslegitimar sua existência e tencionar o encerramento das suas atividades. (Santana, 2017, p. 123).

Pelos critérios organizados na dissertação, Santana pontuou que há na Folha de S. Paulo uma tendência a retratar o processo de desmonte da EBC sob uma lógica amena, transpassando ao leitor, através do seu posicionamento discursivo, que a ideia as intervenções são consideradas normais ou até positivas, haja vista que, como defende no seu editorial intitulado “Canal chapa-branca”, a EBC representa um gasto de verba pública. O que pode ser constatado na construção dos títulos: “Veículos estatais deixam de usar termo ‘presidenta’ em suas publicações” (Vettorazzo, 31/05/2016); “Canal chapa-branca” (Folha de São Paulo, 25/06/2016); “Rádios e TVs do governo devem R\$ 22,8 mi em direitos autorais, diz Ecad” (Talentos, 18/07/2016). Porém, ao mesmo tempo que observa o posicionamento majoritariamente anti-EBC presente em publicações da Folha de São Paulo, o autor propõe que as construções discursivas do período do desmonte da Empresa Brasil de Comunicação

quando retratado no portal Brasil de Fato diverge em perspectiva ideológica do posicionamento da Folha, algo que pode ser explicado pela própria visão dos veículos possuem sobre si mesmos: enquanto a Folha se define como pluralista e apartidária, o Brasil de Fato tem suas bases aliadas aos movimentos sociais e grupos da esquerda política, e assume tal linha editorial em seu portal. O autor se valeu do conceito de posicionamento discursivo para analisar as 67 publicações do período selecionado.

Já a tese de Oliveira (2021) foi capaz de fornecer um apanhado histórico de como a mídia comercial pautou veículos públicos de comunicação entre 1975 e 2019, e conseguiu observar a diferença entre abordagens, marcadas por períodos de governo. Do período da criação da EBC (2008) até o final do recorte temporal, a pesquisadora pôde constatar que a empresa dominou a temática quando pautada na imprensa comercial, e passou a ser também o principal alvo de críticas voltadas aos veículos públicos. Seu trabalho também confirmou, pelo seu volume de amostra (mais de 1.000 publicações em veículos impressos ao longo dos anos), que a comunicação pública não foi uma pauta ignorada pela cobertura da imprensa comercial. A pesquisadora defende que, relacionando a interação entre as mídias públicas e privadas pela perspectiva bourdieusiana, pode-se considerar que a mídia privada pratica violência simbólica contra a existência dos meios públicos e por meio de suas produções jornalísticas. Para compor seu *corpus*, a autora delimitou suas reflexões ao campo das matérias de três jornais de grande circulação e consumo no país, a saber, O Globo, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, delimitando que:

O foco aqui é mapear como os argumentos usados por essas coberturas têm impacto perante a construção simbólica do reconhecimento, prestígio e legitimidade do serviço de radiodifusão pública. Ainda assim, é válido o registro de que os períodos que a radiodifusão pública recebe maior atenção da mídia comercial (...) se interseccionam aos contextos, em geral político, normativo ou institucional, que ameaçam alterar ou mudam, de fato, as regras ou a ordem do jogo vigente para o campo da radiodifusão – e, consequentemente, implicam em provável enfraquecimento ou fortalecimento das emissoras públicas de rádio e televisão (Oliveira, 2021, p. 116).

Ficou evidente pela referida pesquisa que entre os jornais impressos selecionados por Oliveira (2021), houve um equilíbrio tanto na quantidade de publicações que tematizam a radiodifusão pública quanto em uma certa homogeneidade no tratamento dos veículos em relação à EBC. Na divisão por cada jornal, verifica-se que a quantidade de matérias publicadas não sofre desvios de variações significativas de um veículo para outro, com leve

preponderância para a cobertura do Estadão, que reuniu 35,7% de todo o material, totalizando 830 publicações. A Folha de S.Paulo veiculou 752 conteúdos (32,3%) e O Globo, 745 (32%). Segundo a autora, o dado revela-se interessante pois sugestiona um certo consenso, tácito ou explícito, entre os principais representantes da chamada grande imprensa comercial não apenas em relação à frequência de publicação, mas também sobre os temas relacionados à radiodifusão pública que merecem nota em suas páginas. Segundo a análise da autora, tal fato representa como o segmento comercial retroalimenta, entre si, as pautas de interesses comuns.

A pesquisa também foi capaz de identificar que o período de maior cobertura da mídia comercial ao tema da radiodifusão pública foi justamente em 2007, ano em que se iniciou as discussões que resultaram na criação da EBC em 2008. Em seguida, o segundo período de maior cobertura do tema foi 2016, momento de mudança de governo após o processo viciado de impeachment que retirou Dilma Rousseff do poder e que também marca o início do processo de desmonte que se seguiu. Nestes períodos, é possível perceber como os enunciados presentes nas páginas dos jornais analisados não reconhecem na empresa, nem em sua missão, uma causa genuína. Aspectos sociais e culturais, por exemplo, nos quais a categorização da pesquisa de Oliveira (2021), enquadrrou a função, os objetivos e os princípios da mídia pública, bem como sua programação, conteúdos, participação social e aferição de audiência correspondem a menos de 10% das inserções. Uma surpresa revelada pelos dados foi a dimensão econômica, que obteve apenas 7,9% das marcações, ficando à frente apenas dos aspectos normativos. Imaginava-se que os temas envolvendo as disputas econômicas e financeiras do setor da radiodifusão ocupassem um espaço maior nas páginas dos jornais, o que não foi confirmado pela pesquisa empírica. Em relação à dimensão política, as publicações dos mandatos de Lula, ditadura, Sarney, Temer, Collor e Itamar obtiveram percentuais bem próximos à média geral, variando entre 34,1% e 39,4%. No entanto, na gestão Dilma representou somente 17,9% das inserções e 21,6% dos textos da administração de FHC. No sentido oposto, o período que compreende o governo Bolsonaro marcou 61,8% das publicações tendo questões de natureza política como temática central. As coberturas tensionam a necessidade, o custo e a eficiência da EBC enquanto empresa de comunicação, neutralizando seu próprio interesse em manter a radiodifusão comercial como a voz oficial dos interesses da população. A autora sintetiza essa compreensão em trechos como o que se segue:

No caso da radiodifusão comercial, ela se atribui o habitus de agir com neutralidade, imparcialidade e objetividade, embora

suas práticas, de fato, frequentemente contradigam essas características. Já essa mesma mídia comercial atribui à radiodifusão pública o habitus de instrumentalizada pelo governo, partidária e dispendiosa, independentemente de como essas emissoras atuem. Percebe-se também que os veículos analisados tendem a agir de forma parecida. Não há diferenças significativas nas coberturas realizadas por eles. Como agentes do pólo dominante do campo midiático, movem-se por valores e visões de mundo semelhantes. (Oliveira, 2021, p.248).

As conclusões de Oliveira (2021) são de imensa contribuição a esta análise proposta pois, em maior escala, oferece um apanhado histórico de como o tema da radiodifusão pública foi tratado ao longo dos anos pelos “agentes do pólo dominante do campo midiático” (Oliveira, 2021, p. 248). Nesse sentido, a pesquisa de Oliveira (2021) também fornece bases para que possam ser traçadas investigações correlatas, que envolvam agentes semelhantes, o que, no caso da presente pesquisa, se dá em um contexto específico, no qual os conteúdos jornalísticos analisados circulam no ambiente digital, especificamente em portais de notícias.

Quadro 5

Síntese - Conclusões

Título	Autor	Conclusões
A construção discursiva do desmonte da empresa brasil de comunicação (EBC) nos suportes Folha de S. paulo e Brasil de Fato	Everton da Silva Santana, 2017	Folha de S. Paulo uma tendência a retratar o processo de desmonte da EBC sob uma lógica amena, transpassando ao leitor, através do seu posicionamento discursivo, que a ideia as intervenções são consideradas normais ou até positivas
Sistema Deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: A criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na imprensa	Edna Miola, 2012	- Os resultados demonstraram que os media tiveram mais abertura para realizar debates sobre a criação da EBC de médio e longo prazo. - Sobre a participação dos atores, verificou-se que, na imprensa, foram privilegiados aqueles atores autorizados institucionalmente a falar em nome da EBC.
O campo da Radiodifusão Pública no Brasil: Disputas simbólicas e legitimidade sob a ótica da grande imprensa comercial	Gisele Pimenta de Oliveira, 2021	- Os veículos analisados movem-se por visões de mundo semelhantes - Os meios comerciais praticam violência simbólica contra a EBC, sua existência e missão - Após sua criação, a EBC concentrou

		as críticas direcionadas à radiodifusão pública
--	--	---

Fonte: elaboração da autora

Os três trabalhos analisados informam sobre um continuum na posição de meios comerciais sobre a presença de uma empresa pública de comunicação, a EBC, no Brasil ao mesmo tempo que explicitam a variedade de olhares possíveis para a questão da representação dos meios públicos na grande imprensa comercial. O tensionamento presente na cobertura da mídia comercial iniciou, no caso específico da cobertura sobre a EBC, na mudança de posicionamento durante os momentos deliberativos analisados por Miola, 2012, que detectou que ao longo do processo de Implementação das discussões sobre a criação da empresa, o discurso antes favorável desses meios passou a ser negativo. O posicionamento negativo de veículos tradicionais de mídia comercial em relação à EBC foi evidenciado em Santana, 2017, que ao analisar os posicionamentos discursivos presentes em publicações dos portais Folha de São Paulo e Brasil de Fato, ressaltou a naturalidade com que a Folha tratou o desmonte da empresa durante o governo Temer. Oliveira, 2021, de outro modo, contribuiu com a temporalidade dos posicionamentos da grande mídia comercial ao pautar a EBC ao longo dos anos, e sua conclusão sintetiza a tradicional animosidade desses meios em relação aos meios públicos.

A proposta do presente trabalho se diferencia dos anteriores em alguns aspectos cruciais, sendo: 1) A temporalidade, uma vez que o que se pretende abordar são as publicações do ano de 2023, que marca a mudança de governo Bolsonaro/Lula e o início do novo governo, atentando para as especificidades deste momento político, e 2) O meio em que os veículos de comunicação estudados atuam, ou seja, o meio digital. Dessa forma, as notícias, notas, editoriais e reportagens estão organizados em editorias de portais *on-line* e não no jornalismo impresso tradicional, como nas pesquisas de Miola (2012) e Oliveira (2021). O foco no jornalismo produzido para meios digitais traz uma nova dimensão para o objeto estudado, assim como possui características próprias que alteram suas condições de produção e alcance. A questão se torna importante uma vez que houve um projeto de radiodifusão pública que baseou a EBC, que esse projeto foi estruturalmente desmontado e que agora enfrenta um novo momento de sua constituição, com uma possível reestruturação. Portanto, dar seguimento ao monitoramento das visões da mídia comercial em um novo período governamental, em que a defesa de um sistema público de radiodifusão aparece ainda

que apenas em discurso, é continuar o esforço e a tradição dos estudos em Comunicação no Brasil e na UnB que abordam as relações entre os sistemas de mídia no país.

4. REFLEXÃO SOBRE O MÉTODO E TÉCNICAS

O foco deste estudo é a produção jornalística de publicações on-line sobre a temática EBC, portanto, os esforços serão direcionados na investigação do que foi produzido sobre esta Empresa vinculada ao Serviço de Radiodifusão Pública, no período já mencionado. É, portanto, por meio do texto de notícias publicadas pelos veículos selecionados que iremos organizar as temáticas e enquadramentos dados à cobertura sobre a EBC. Considera-se pertinente mencionar que a presente pesquisa não busca testar os efeitos do discurso jornalístico produzido por veículos de mídia comercial sobre a percepção do espectador, nem mensurar a noção do público sobre a EBC, portanto, reflexões sobre esses pontos foram abordados contextualmente apenas na revisão sistemática da literatura da área. O que se busca, entretanto, é entender quais visões e opiniões são expressas por veículos de mídia comerciais ao noticiar a EBC em suas coberturas jornalísticas e sob quais temas a empresa foi enquadrada no ano de 2023, início do terceiro mandato do presidente Lula.

Para confrontar o material coletado para o *corpus* da pesquisa, o método da Análise de Conteúdo (AC) categorial (Lycarião, Sampaio, 2021) se mostrou uma via coerente porque auxilia o mapeamento de temáticas, manchetes, sua frequência, tipos de cobertura, termos, expressões e opiniões assinaladas nas publicações, em um período de tempo definido, em relação à EBC. Enquanto uma das categorias da análise, utilizaremos a Análise de Enquadramento, em sua vertente *generic frames* (Valkenburg; Iyengar, 1991) para identificar os tratamentos “Temáticos” ou “Episódicos” mais frequentes nas diferentes coberturas, e também a classificação dos 5 *frames* proposta por Semetko e Valkenburg (2000). Tais métodos, são aplicados à análise de um *corpus* que delimitamos e abordamos buscando compreendê-lo/contextualizá-lo à luz do aporte teórico-filosófico dos estudos sobre o serviço de mídia pública no Brasil e pelo conceito de “hegemonia”, desenvolvido por Antônio Gramsci.

4.1 A leitura e a crítica das abordagens à temática

A presente pesquisa se enquadra no escopo de pesquisas qualitativas, com uma amostra não-probabilística, coletada a partir da busca textual, nos portais selecionados (G1,

R7, Folha-Uol, Metr  poles e CNN), pelas palavras chave “EBC e “Empresa Brasil de Comunica  o”. Para que fossem selecionadas, as publica  es deveriam: 1) Ter a EBC como temática principal ou de grande relevância contextual no corpo da publica  o, 2) Ser publica  es textuais, excluindo assim, matérias com manchete e descritivo de vídeo ou   udio. O período de análise foi definido como o primeiro ano de governo Lula, em seu terceiro mandato, ou seja, o ano de 2023. Esse recorte temporal permite tratar com especificidade o momento de retorno de um governo que defende, em tese, um projeto político de comunica  o pública que valoriza a missão da EBC, diferente dos últimos anos desde 2016. A EBC deixada pelos governos Lula e Dilma em 2015 não    a mesma de 2023, uma vez que nesse período de seis anos a empresa foi desmontada em estrutura, missão, programa  o e até em termos de força de trabalho, após massivos planos de demissão voluntária.

Pesquisas qualitativas, segundo Flick (2009), são de particular relevância ao estudo das rela  es sociais devido    pluraliza  o das esferas da vida. No caso desta pesquisa em particular,    de interesse investigar as esferas da produ  o de discursos jornalísticos, relacionada com o projeto de m  dia pública que a EBC representa, atravessados pelos interesses políticos e ideológicos de setores em disputa, que afetaram a capacidade da empresa de cumprir sua missão de pluralidade e participa  o social. O período de análise foi definido como o primeiro ano de governo Lula, em seu terceiro mandato, ou seja, o ano de 2023. Esse recorte temporal permite tratar com especificidade o momento de retorno de um governo que defende, em tese, um projeto político de comunica  o pública que valoriza a missão da EBC, diferente dos últimos anos desde 2016. A EBC deixada pelos governos Lula e Dilma em 2015 não    a mesma de 2023, uma vez que nesse período de seis anos a empresa foi desmontada em estrutura, missão, programa  o e até em termos de força de trabalho, após massivos planos de demissão voluntária. Já Lopes (1990) propôs um modelo metodológico que explora as fases da pesquisa qualitativa e as divide em quatro: 1) A defini  o do objeto, 2) A observa  o, 3) A descri  o e 4) A interpreta  o. Uma vez definido o objeto que, no caso da presente pesquisa, são os enunciados dos veículos de m  dia privados ao enquadrar a EBC em suas coberturas no ano de 2023, parte-se para a observa  o do *corpus* selecionado e a defini  o de categorias de análise a serem aplicadas.

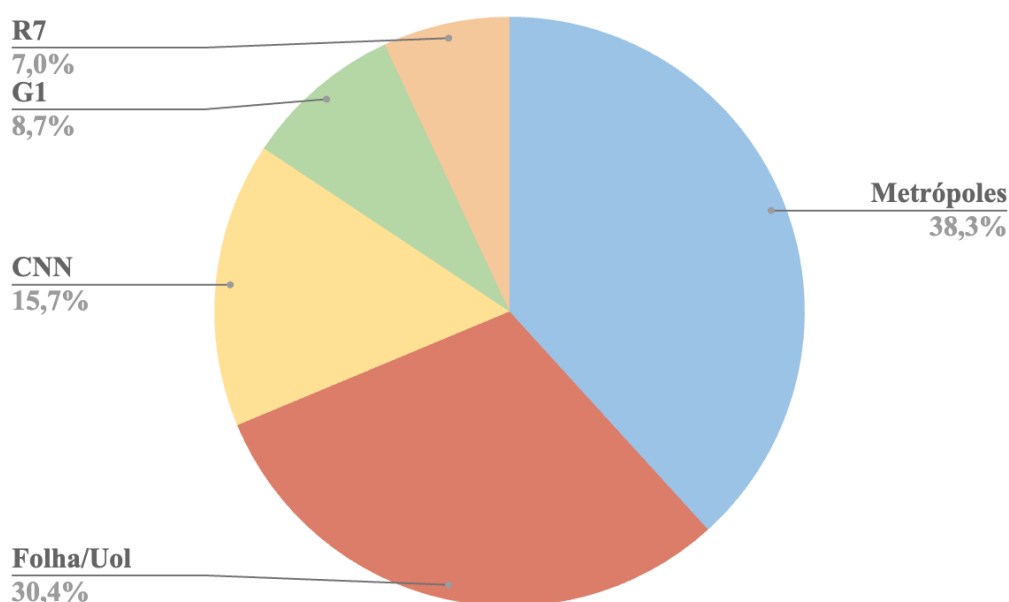
A coleta e organiza  o do material foi feita em três momentos distintos, sendo o primeiro corte de um período 1, selecionado para o primeiro pré-teste (1 de janeiro a 1 de julho de 2023), que revelou um total de 79 publica  es nos cinco portais analisados, no segundo corte de momento 2, para o segundo pré-teste, em que a análise englobou 101

publicações de (1 de janeiro a 1 de novembro) e posteriormente, o período 3, análise final de 1 de janeiro de 2023 a 1 de janeiro de 2024, totalizando 113 publicações, completando assim o período de tempo escolhido para análise.

Na observação do corpus constituído, foi possível perceber a diferença na quantidade de publicações sobre a EBC em cada portal analisado, entre as 113 publicações, sendo: 44 (38,3%) do Metrôpoles, 35 (30,3%) da Folha/Uol, 17 (15,7%) da CNN, 9 (8,7%) do G1 e 8 (7%) do portal R7. A relação entre a quantidade de publicações por cada portal pode ser melhor ilustrada pelo Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1

Proporção de publicações entre os portais



Fonte: 113 publicações coletadas

A partir das primeiras observações gerais sobre o corpus, partimos para o momento de descrição e interpretação, que serão organizados a partir das técnicas escolhidas para a análise do corpus, ou seja, a Análise de Conteúdo Categorical associada à Análise de Enquadramento. Para isso, faremos uma introdução e breve discussão sobre a aplicação da Análise de Conteúdo em pesquisas de jornalismo, sobre os conceitos de enquadramento e as vertentes de estudos utilizadas e, em seguida, apresentaremos as aplicações propostas neste presente trabalho.

4.2 Adentrando a Análise de Conteúdo Categorical e noções de Enquadramento

A Análise de Conteúdo é uma técnica extensamente utilizada na pesquisa em jornalismo, que reúne um conjunto de análises das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (Bardin, 2016, p. 48). Nas pesquisas realizadas utilizando a técnica no Brasil, Bardin ([1979] 2016) é a autora mais acionada e a definição acima (ou variações dela) corresponde à mais visitada nas pesquisas que usam da Análise de Conteúdo, segundo Sampaio e Lycariao (2021).

Entretanto, outros autores como Krippendorff (2004), já conceituaram a técnica e afirmam que análises sistemáticas de textos podem ser verificadas desde o século 17 na igreja, ainda que o termo *content analysis* não tenha sido utilizado em inglês até 1941. Há consenso, entretanto, de que as primeiras aproximações de uma técnica científica foram voltadas inicialmente para análises quantitativas dos jornais (Sampaio, Lycariao, 2021), logo, a AC é uma das técnicas que se relaciona com análises de comunicação desde seus primórdios. Em estudos sobre políticas públicas, o uso da análise de conteúdo tem se mostrado relevante devido ao poder de a respectiva metodologia gerar dados e interpretações capazes de sintetizar, comparar e testar hipóteses a partir de diferentes tipos de textos.

De acordo com Martin W. Bauer, a AC “é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada” (Bauer, 2007). Ou seja, tem-se também o entendimento de que a AC auxilia na compreensão de um conjunto de informações, que pode ser organizada e categorizada pelos interesses específicos de cada pesquisador. Entre várias outras definições existentes e disponíveis, certamente uma a ser destacada é a realizada por Kimberly Neuendorf, que busca não apenas definir a AC, mas também restringi-la a uma certa noção. Para a autora, a AC precisa, necessariamente, seguir seis preceitos, nomeadamente: 1) ser baseada no método científico; 2) possuir uma unidade de análise ou unidade de coleção ou ambos; 3) ser quantitativa; 4) ser condensadora do conteúdo sendo verificado; 5) ser aplicável a todos os contextos; e 6) ter todas as características das mensagens disponíveis de forma que seu conteúdo possa ser analisado (Neuendorf, 2002). Tendo isso em vista, Neuendorf define a técnica da seguinte maneira:

Análise de conteúdo é uma análise quantitativa condensadora que se baseia no método científico (incluindo atenção a objetividade-intersubjetividade, design anterior, confiabilidade, validade, generalização, replicabilidade e teste de hipóteses) que não é limitada para os tipos de variáveis que podem ser medidas ou a

contexto no qual as mensagens são criadas ou apresentadas (Neuendorf, 2002, p. 10).

Ainda que haja discussões sobre o caráter quantitativo da AC, e de sua aplicação qualitativa, assumimos aqui a característica híbrida da técnica, como proposto por Sampaio e Lycarião (2021). A Análise de Conteúdo, em sua vertente Categorical, é uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contexto (Lycarião, Sampaio, 2021). Enquanto técnica, a AC Categorical organiza os principais conceitos sobre a Análise de Conteúdo e sistematiza sua aplicação em pesquisas quantitativas e qualitativas. Para tanto, o manual de aplicações da AC Categorical desenvolvido por Lycarião e Sampaio propõe oito passos para que seja desenvolvida uma análise em AC, contendo: 1. Explicações teóricas e metodológicas detalhadas, 2. Familiarização com o conteúdo, 3. Codificação inicial independente, 4. Comparação e verificação das divergências, 5. Mudanças/melhorias no livro de códigos, 6. Codificação independente, 7. Repetição dos passos 4-6 e, 8. Teste de confiabilidade-piloto. Tais passos foram seguidos e repetidos nos três momentos de coleta do material, de maneira em que as categorias foram testadas nas análises quanto a sua capacidade de agrupamento e descrição precisa. A seleção final das categorias de análise foi estabelecida no terceiro momento de coleta, assim como as regras de classificação que serão especificadas no Livro de Códigos, que abordaremos mais adiante.

O que leva a mídia comercial a produzir determinados enunciados, em quais aspectos esses discursos dizem respeito às causas ou antecedentes da mensagem e quais as consequências esses enunciados vão provocar na compreensão da importância da radiodifusão pública, tendo a EBC como sua empresa representante, são aspectos que serão abordados posteriormente pela análise de enquadramento. Dessa forma, as análises de enquadramento foram abordadas enquanto categorias dentro da AC geral, acopladas de forma a fazerem parte do grupo de categorias a serem analisadas. As noções e conceitos sobre o enquadramento que foram utilizadas para a construção das categorias de análise serão discutidas a seguir.

Para entender *como* a mídia hegemônica brasileira noticiou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) em seus portais jornalísticos no ano de 2023 foi necessário ter em vista o conceito de enquadramento. O enquadramento midiático pode parecer um conceito de

sentido auto evidente, porém contém em si um histórico de perspectivas variadas sobre sua aplicação e importância metodológica, além de basear tipos distintos de pesquisas e de possuir diferentes vertentes. Em resumo, os enquadramentos midiáticos significam princípios de seleção, exclusão e ênfase na construção do conteúdo jornalístico. Considerado como um avanço importante na tradicional análise de conteúdo das mensagens da mídia, o conceito de enquadramento se tornou um instrumento analítico constante na pesquisa sobre o papel político dos meios de comunicação. Segundo Porto (2002), apesar do seu uso crescente nos estudos sobre processos de comunicação, as primeiras revisões sistemáticas da literatura sobre enquadramento sugerem que ainda existe uma falta de clareza nos diversos usos do conceito, portanto, parte do trabalho desta pesquisa é delimitar sob quais marcos teóricos sobre enquadramentos será feita a análise do material coletado.

Originado em pesquisas da área de psiquiatria por Gregory Bateson, o termo foi apropriado pelos estudos de mídia por Erving Goffman, que definiu enquadre (frame) como o conjunto de princípios de organização que governam acontecimentos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles (Goffman, 1986, p. 10-11). Segundo o autor, quando um indivíduo participa de uma situação, se torna necessário compreender qual é o quadro que a conforma e qual posicionamento o indivíduo deve adotar perante ele.

Em *Frame analysis: an essay on the organization of experience* (1986), Goffman delimita e aplica o conceito a diversas sequências interativas, sem ter o objetivo de investigar grandes estruturas e sistemas sociais. Seu foco era nas interações cotidianas que organizam a experiência dos sujeitos no mundo, que tenta responder a questão “O que está acontecendo aqui?”. Para o autor, o enquadramento é capaz de responder essa indagação geral. O conceito de enquadramento foi posteriormente sistematizado por Robert Entman (1993), que segue como referência dos estudos da área. Segundo Entman, enquadrar é essencialmente selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida, em detrimento de outros, e evidenciá-los de forma que esses aspectos promovam: 1) A definição de um problema particular, 2) uma interpretação causal, 3) um julgamento moral e/ou 4) uma recomendação ao item descrito.

(...) enquadrar essencialmente envolve a seleção e a saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e salientá-los em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular de problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação ao item descrito. (Entman, 1993, p.52).

Entman analisou o enquadramento como uma forma de entender o poder das narrativas jornalísticas, enquanto articuladoras e fontes de informação. Tal entendimento

representa a busca por teorizar e medir de que forma os enquadramentos revelam interesses, posicionamentos e visões. Essa abordagem se torna essencial no momento atual da produção jornalística em um contexto midiático, com uma intensidade e versatilidade no consumo de notícias e novos rearranjos na disputa pelo poder, atravessados pela tecnologia.

Segundo Entman, as formas de enquadramento estão subordinadas a questões que transpassam a rotina jornalística, sendo subordinadas por questões ideológicas do grupo que controla a mídia. A seleção de informações e a frequência e repetição de termos também estão relacionados com a construção de um enquadramento da mídia, muitas vezes manifesta pela escolha de algumas palavras-chave e imagens que reforçam uma representação particular da realidade, além da omissão de outros elementos que possam sugerir uma perspectiva diferente ou desencadear um sentimento diferente. (Antonelli, Ferracioli, Rizzotto, 2017).

Existem três grandes modelos de apropriação do conceito de enquadramento (Antonelli, Ferracioli, Rizzotto, 2017). O primeiro deles é composto por estudos que enfocam e analisam a situação comunicativa, pensando como as mensagens meta comunicativas vão participar de sua definição. Uma segunda vertente inclui pesquisas que adotam o enquadramento para realizar análises de conteúdo discursivo, explorando as molduras e os enfoques produzidos por enunciados. Esta vertente, que versa sobre o enquadramento do conteúdo dos produtos midiáticos disponíveis, é especialmente importante para o presente estudo por partir do texto jornalístico para encontrar nele o enquadramento de seu enunciador. Por fim, a terceira perspectiva dedica-se ao estudo dos efeitos do enquadramento produzidos pela adoção estratégica de enunciados. (Antonelli, Ferracioli, Rizzotto, 2017).

Observando e adentrando as pesquisas que compõem cada vertente dos estudos de enquadramento, se torna evidente e ao mesmo tempo importante situar o alinhamento do presente projeto com a segunda vertente, uma vez que o interesse é desvendar como os enquadramentos presentes em textos jornalísticos dos portais de mídia hegemônica situam a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) no debate político e se esses textos são capazes de revelar o olhar e viés dessa mídia em relação ao Serviço de Radiodifusão Pública não comercial (Cf. Brasil, 2008). A atenção dessa vertente de análise de enquadramento é voltada para a percepção do modo como discursos enquadram o mundo, tornando possíveis perspectivas específicas de interpretação da realidade, como explicita Mouilaud:

[...] a moldura opera ao mesmo tempo um corte e uma focalização: um corte porque separa um campo e aquilo que o envolve; uma focalização porque, interditando a hemorragia do sentido para além da moldura, intensifica as relações entre os objetos e os indivíduos que estão compreendidos dentro do campo e os reverbera para um centro. (Mouilaud, 2002, p. 61).

Para essa segunda vertente de operacionalização da análise de enquadramento, o “framing” são estruturas que orientam a percepção da realidade. Assim como na primeira vertente de estudos, investigam-se as molduras de sentido que podem guiar o comportamento das pessoas, contudo, o interesse não está no contexto da interação, mas no próprio conteúdo dos enunciados jornalísticos. É neste conteúdo que se busca o “frame”, entendido como uma espécie de ângulo, que vai permitir uma interpretação em detrimento de outras. Ao se debruçar sobre este processo, Van Gorp destaca que a essência da produção do enquadramento é a interação social:

[...] enquadrar envolve um jogo que ocorre entre o nível textual (frames empregados pelos media), o nível cognitivo (esquemas da audiência e dos profissionais dos media), o nível extramidiático (o discurso dos defensores de certos frames [...]) e, finalmente, o estoque de frames disponível em uma dada cultura. (Van Gorp, 2007, p. 64).

Outros pesquisadores, como Neuman *et al* (1992) e, mais tarde, Semetko e Valkenburg (2000), elaboraram uma proposta de trabalho que partia de categorias pré-definidas que sugerem analisar como a imprensa cobre determinado assunto. Suas pesquisas sugerem cinco "frames" a partir dos quais realizar a análise: *conflito* (ênfase nos embates), *interesse humano* (cobertura com apresentação emocional do tema), *consequências econômicas* (ótica dos efeitos econômicos sobre um grupo ou indivíduo), *moralidade* (julgamentos em contexto moral) e *responsabilidade* (atribuir a causa de um problema a alguém) (Semetko, Valkenburg, 2000).

Ao mesmo tempo, as pesquisas de enquadramento (*frame analysis*) também podem se dividir em dois grandes grupos: de um lado estão as pesquisas pautadas nos *generic news frames*; de outro as que se orientam de acordo com os *issue specific news frames*. No primeiro caso, a análise de enquadramento pode ajudar a construir comparações entre estratégias midiáticas em diferentes períodos, localidades ou fontes, mas não permite a compreensão dos enquadramentos específicos do acontecimento. No segundo caso, mais evidente é o detalhamento específico do assunto, e a criação de categorias particulares do acontecimento. Entretanto, as pesquisas de enquadramento específico esbarram na dificuldade de padronização e na subjetividade do pesquisador. Para solucionar a lacuna de cada grupo, foi necessário neste presente projeto mesclar as técnicas de cada um sob um mesmo objeto para uma análise mais densa e criteriosa.

O presente trabalho optou por categorizar as diferentes análise de enquadramento genéricos em duas categorias distintas: 1) Enquadramentos genéricos propostos por Semetko, Valkenburg (2000), ou seja, enquadramentos de *conflito*, *interesse humano*, *consequências econômicas*, *moralidade e responsabilidade* e 2) enquadramentos genéricos propostos por Iyengar (1991), diferenciados em *Temático* ou *Episódico*.

4.3 Criação do Livro de Códigos

A categorização das publicações seguiu um Livro de Códigos criado para permitir a replicação da análise, como exige o método da AC categorial (Sampaio e Lycarião, 2020). O Livro de Códigos permite a replicabilidade da pesquisa, uma vez que as unidades decompostas da mensagem, as categorias que servem para classificá-la, devem ser definidas com tal clareza e precisão para que outros, a partir dos critérios indicados, possam fazer a mesma decomposição, operar a mesma classificação (Oliveira, 2008, p. 251 *apud* Sampaio e Lycarião, 2020, p.39).

Porém, anteriormente à criação e sistematização do Livro de Códigos realizou-se a seleção das categorias de interesse na Análise de Conteúdo Categorial para a análise do corpus, para além da categorização já pré definida pelas análises de enquadramento, em suas vertentes. Tal seleção foi baseada na necessidade de informações específicas sobre as publicações, que possam ser usadas para organizá-las em grupos coesos. Dentre as necessidades mais evidentes, como o dia, o portal, a editoria, a manchete e a assinatura da publicação, surgiram as primeiras classificações necessárias, como a “Data da Publicação”, “Portal”, “Editoria”, “Manchete” e “Assinatura”.

Tais categorizações, ainda que não demandem interpretação em sua classificação, permitem localizar as publicações de forma ampliada. A *data* em que a publicação foi postada é útil para situar o texto na cronologia da cobertura, auxiliando a identificar a repetição de temáticas e os picos temporais de publicação. A *seleção por veículo* será importante para filtrar e analisar as particularidades de cada portal e desta forma poder comparar os resultados apresentados por cada um. As *editorias*, ainda que diferentes entre os portais, como será abordado mais adiante, ajudam a entender sob quais temas gerais as publicações sobre a EBC foram classificadas dentro do próprio portal.

Outra categorização importante é a *lista dos jornalistas* que *assinam* as publicações, uma vez que pela posse dessas informações é possível detectar se há o protagonismo de algum jornalista em específico para tratar do tema EBC em cada veículo, ou não. A

categorização das *manchetes*, organizada em uma lista com os títulos de cada publicação, é capaz de oferecer uma nuvem de palavras para demonstrar a frequência do uso de termos específicos para se referir à EBC.

A categorização por *gênero da publicação* foi considerada no primeiro período da coleta e organização dos dados, baseando-se na classificação utilizada por Oliveira (2021), que diferencia os textos jornalísticos em gêneros Opinativo e Informativo. Para tal, a autora classifica o gênero de acordo com categorias do texto jornalístico, como por exemplo notas, notícias e entrevistas como do gênero informativo e editoriais, colunas e artigos de opinião como do gênero Opinativo. Entretanto, tal categorização se mostrou ambígua quando aplicada a publicações jornalísticas no ambiente on-line dos portais analisados, que por vezes publicaram textos opinativos em editorias de “Notícias” e textos informativos em Colunas de opinião. Tal ambiguidade foi detectada nas classificações iniciais, e a categoria foi eliminada da seleção. Outra categorização que seguiu um modelo proposto por Oliveira (2021), foi a *contagem e organização das fontes* utilizadas na publicação. Para tal, as fontes citadas nas publicações foram organizadas em 13 subcategorias: 1. Representantes de emissoras públicas, estatais ou educativas, 2. Ministros, secretários ou representantes do Poder Executivo, 3. Chefe do Executivo (estadual ou federal), 4. Políticos com mandato, 5. Fontes especializadas (pesquisadores, professores, técnicos), 6. Representantes de veículos comerciais de comunicação, 7. Representantes da Justiça, 8. Representantes de movimentos civis organizados, 9. Políticos sem mandato, 10. Cidadão, 11. Representantes de agências ou instituições reguladoras, 12. Membros do STF, e 13. Outros.

Partindo para categorizações que necessitam de interpretação e contextualização, a *temática* das publicações, ao contrário, é uma categorização que parte da observação dos temas percebidos pela pesquisa, assuntos que fizeram parte dos acontecimentos da política nacional e que foram reportados na mídia. Dessa forma, as temáticas são categorias que derivam do objeto e do período de estudo, por isso dependem da observação do *corpus* como um todo ao final do período. Para classificá-las foi necessário anteriormente traçar categorias gerais que pudessem agrupar as diferentes temáticas em que a EBC foi pautada nos portais. Para tal, foi necessário observar quais assuntos sobressaíam na quantidade de publicações ou temporalidade de sua cobertura e traçar categorias de temáticas que pudessem ser aplicadas ao conjunto de portais. Foram encontradas as seguintes temáticas, agrupadas de forma a abranger os temas mais abordados em todas as coberturas:

Quadro 6

Exemplos de publicações do corpus agrupadas em temáticas gerais

Temática Geral	Exemplos
1. O Anúncio/Posse/Demissão de Hélio Doyle	Noticias R7 > Brasília Jornalista Hélio Doyle vai assumir presidência da EBC GOVERNO LULA · GUERRA ISRAEL-HAMAS Postagem anti-Israel provoca demissão de presidente da EBC do governo Lula Palácio do Planalto avaliou que a permanência de Doyle se tornou insustentável      141 ... Paulo Pimenta anuncia Hélio Doyle como novo presidente da Empresa Brasil de Comunicação EBC presta serviços de radiodifusão e gerencia as emissoras de rádio e televisão públicas federais. Hélio Doyle é jornalista e foi chefe da Casa Civil do DF no governo Rollemberg. Por Pedro Henrique Gomes, g1 — Brasília 26/01/2023 19h38 · Atualizado há um ano *Publicações dos portais R7, Folha/Uol e G1 respectivamente
2. A polêmica em torno das lives da primeira dama Janja	Justiça dá 72 horas para governo explicar aparição de Janja na TV Brasil Ação foi movida pelo vereador Rubinho Nunes (União Brasil-SP), ex-integrante do Movimento Brasil Livre (MBL) Política Janja participa de live em redes da TV Brasil e recebe críticas na web Críticos do governo Lula acusam Janja de usar a TV pública para “autopromoção”. Primeira-dama diz se tratar de uma live interministerial

	Presidência usa canal oficial para divulgar live de Janja Após contato do Painel, Secretaria de Comunicação admitiu erro e diz que prática não se repetirá        *Publicações dos portais CNN, Metrôpoles e Folha/Uol respectivamente
3. O Processo/Anúncio e Posse de Kariane Costa	Brasil Jornalista Kariane Costa toma posse como nova presidente da EBC Kariane ficará encarregada de conduzir o processo de transição da empresa pública para uma nova gestão Noticias R7 > Brasília Jornalista Kariane Costa toma posse como presidente da EBC Decreto que oficializa a nomeação foi publicado na última sexta-feira (13) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva Lula destitui comando da EBC, e representante dos empregados será presidente interina Jornalista Kariane Costa foi designada para comandar transição entre as gestões. Estatal de comunicação comanda TV Brasil (que transmite eventos oficiais) e rádios públicas. *Publicações dos portais Metrôpoles, R7 e G1 respectivamente
4. Grade/Programação de veículos da EBC	Lula quer fazer live semanal nas redes sociais, mas formato ainda não está definido, diz Pimenta O ministro da Secretaria de Comunicação Social afirmou que a ideia não é "para substituir o papel da coletiva ou o contato com a imprensa" Política EBC contrata exibição de 8 filmes sobre a ditadura militar no Brasil Durante a ditadura, 434 pessoas morreram ou desapareceram. O regime, que durou 21 anos, completa 59 anos na próxima sexta-feira (31/3) < televisão TV Brasil compra série católica mexicana após descartar novelas bíblicas da Record 'Maria Madalena', produzida pela TV Azteca e sucesso na Netflix, estreia na TV pública *Publicações dos portais CNN, Metrôpoles e Folha/Uol, respectivamente

5. Contratações/Exonerações EBC	Governo nomeia criador do perfil Dilma Bolada para cargo de quase R\$ 18 mil na EBC Jeferson de Oliveira foi nomeado para a função de gerente e ficará ligado à Diretoria de Conteúdo, no Rio de Janeiro Ex-assessor de Carlos Bolsonaro é exonerado da EBC Luciano Querido, ex-assessor de Carlos, perdeu o cargo na Empresa Brasil de Comunicação (EBC) Governo anuncia exoneração de servidora da EBC que esteve em atos terroristas em Brasília Flávia Caroline Andrade Eller é apoiadora do ex-presidente Jair Bolsonaro. Em rede social, ela se disse contra atos que violem Constituição e Estado Democrático de Direito. *Publicações dos portais R7, Metrôpoles e G1 respectivamente
6. Embates Internos	Militares lotados na EBC afagam Paulo Pimenta para manter cargos No governo Bolsonaro, EBC foi aparelhada por militares e até influenciadores digitais bolsonaristas “Não vai haver perseguição política”, afirma presidente da EBC sobre cobrança para demitir bolsonaristas Empresa de comunicação reúne cerca de 1.500 funcionários ativos, sendo 421 em funções e comissões, dentre os quais 126 podem ser não concursados *Publicações dos portais Metrôpoles e CNN respectivamente
7. Debates externos	Guilherme Amado EBC retoma parceria com empresa chinesa, parada desde 2019 Estatal de comunicação tem acordo para compartilhar conteúdo e fazer intercâmbio de pessoal Efeito Milei causa angústia em empresas públicas e alerta em sindicatos Funcionários convocam assembleias, mas falam em esperar medidas concretas para 'tomar as ruas' *Publicações dos portais Metrôpoles e Folha/Uol

Fonte: Capturas de tela coletadas das 113 publicações do corpus

As publicações que reportavam o anúncio e a posse de Jean Lima, atual presidente da EBC, foram classificadas na categoria "Anúncio/Posse/Demissão Hélio Doyle e consequências" por terem ainda repercutido as circunstâncias da demissão de Hélio Doyle para justificar a posse de Jean Lima. A categoria "Grade/Programação de veículos da EBC" agrupou publicações que pautavam o conteúdo de programas da TV pública, a contratação de obras para a transmissão, novos apresentadores, etc.. Já "Contratações/Exonerações EBC" se refere às publicações que noticiam os processos administrativos do corpo diretivo da empresa, ou de profissionais de destaque, excluindo assim o cargo de presidente. Já a categoria "Processo/Anúncio/Posse de Kariane Costa" foi composta separadamente por também representar um conjunto de publicações em ordem cronológica dos acontecimentos.

As categorias "Embates internos" e "Debates externos" são classificações generalistas que agruparam publicações com temáticas com questões internas e externas à EBC. As publicações foram categorizadas como "Embate e questões internas" quando houve posicionamento de empregados que denunciam a censura, anúncio de compras e investimentos, pronunciamentos do presidente da empresa, das comissões de empregados, decisões editoriais, entre outros. Tais temas foram encontrados em publicações como: "Militares lotados na EBC afagam Paulo Pimenta para manter cargos", do Metrôpoles em 5 de janeiro; "Ministro da Secom recebe relatos de censura, assédio e pressão na EBC", do Metrôpoles, em 6 de janeiro. Já a classificação como "Debates externos" se deu quando as publicações posicionaram a EBC em debates políticos, sociais e econômicos mais amplos, como a saída da empresa do plano de privatizações de Bolsonaro, o uso de pronome neutro pela Agência Brasil (Agência pública de notícias da EBC), as equivalências da perseguição a servidores públicos na Argentina com as empresas públicas no Brasil, o uso político da EBC pelo governo Bolsonaro e as consequências do fato na perda de direitos pelo ex-presidente, entre outras temáticas.

Quadro 7

Organização das subcategorias "Debates externos", "embates internos"

Lista das temáticas específicas da Categoria "Debates externos"	Lista das temáticas específicas da Categoria "Embates Internos"
Saída de empresas públicas (EBC) do plano de privatização	Posicionamento de empregados
Debates sobre a democratização da Comunicação	Anúncio de compras e investimentos

• Críticas ao governo Lula	• Pronunciamentos do presidente da empresa, das comissões de empregados
• Violência contra jornalistas	• Decisões editoriais
• Uso ilícito da EBC por Bolsonaro	
• Outros	

Fonte: Elaboração da autora

Temas como o Anúncio/Posse/Demissão de Hélio Doyle e a polêmica em torno das Lives da primeira dama, Janja, foram classificados separadamente tanto pela quantidade de publicações sobre a mesma temática e por sua dispersão temporal, sendo possível assim criar uma linha do tempo da questão tratada nas coberturas dos portais analisados. Outra categorização interpretativa importante para esta pesquisa é a presença ou não das *críticas mais comuns* endereçadas à EBC, que segundo Pieranti (2020, p.19) serão consideradas como: 1) A EBC é cara, 2) A EBC é aparelhada, 3) A EBC não cumpre sua função pública. Tais críticas serão classificadas quando claramente expressas no texto da publicação ou quando forem apresentadas sem a presença de contraditório no interior da publicação.

Para além da abordagem Categorical, a presente pesquisa propõe submeter o *corpus* a uma análise de enquadramentos genéricos (*generic news frames analyses*). Para tal, os procedimentos serão realizados em três categorias diferentes: na primeira, as notícias serão enquadradas de acordo com os 5 enquadramentos genéricos (Neumann *et. al.*, 1992; Semetko, Valkenburg, 2000): (1) conflito, (2) interesse humano, (3) consequências econômicas, (4) moralidade e (5) responsabilidade. Dessa forma, a análise buscará categorizar as notícias selecionadas em cada um dos enquadramentos genéricos, buscando identificar qual desses enquadramentos é a perspectiva mais em evidência em cada matéria. Essa classificação será importante para explicitar qual dos *frames* é o mais recorrente quando a EBC é pautada na mídia comercial.

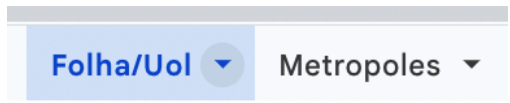
A segunda categoria que abarca a análise de enquadramento segue a classificação de Iyengar (1991), que divide os enquadramentos entre "episódicos" e "temáticos". A classificação episódica será considerada quando a publicação relatar apenas um fato, sem contextualizá-lo ou oferecer explicações detalhadas, com número de fontes reduzido e pautadas na exposição de fatos. Em contraste, o enquadramento temático será considerado quando as matérias se propuseram a abordar os temas de maneira mais aprofundada, com um viés mais amplo dos acontecimentos retratados, maior variedade de fontes. Tal classificação é

capaz de demonstrar a profundidade ou não da abordagem do tema EBC na cobertura dos veículos selecionados.

Aplicando tais procedimentos analíticos é possível que a pesquisa possa revelar e responder sua pergunta inicial: Como os veículos de mídia hegemônica enquadraram a EBC em suas publicações de notícias on-line no ano de 2023?

Quadro 8

Livro de Códigos

Categoria	Classificação	Exemplo
1.Portal	Separar tabelas por portal no <i>Google Sheets</i>	
2.Data	Retirar da data presente na página inicial da publicação. Considerar a última atualização.	Eduardo Barretto 13/01/2023 22:16, atualizado 13/01/2023 23:36 Exemplo da data e atualização no portal Metrôpoles
3.Editoria	Retirar a informação do canto esquerdo superior da página de cada portal, ou de <i>banner central</i> de Colunas, no caso do portal Metrôpoles. Considerar a editoria mais ampla em que a publicação está inserida. Categorias: 1. Colunas 2. Brasil 3. Notícias 4. Política 5. Editorial 6. Painei 7. Mundo 8. Televisão 9. Economia 10. Outra	Exemplo 1: Editoria "Brasil" no canto superior esquerdo do portal Metrôpoles Últimas notícias Brasil DF SP Blog do Noblat Guilherme Amado Igor Gadelha Rodri Brasil Entidades apresentam propostas para democratizar a comunicação Exemplo 2: Editoria "Colunas" de Guilherme Amado com <i>banner central</i>  Colunas GUILHERME AMADO Guilherme Amado Servidora que denunciou assédio moral será presidente da EBC Exemplo 3: Editoria "Política" com subeditorias "Governo Lula" e "Guerra Israel/Hamas". Considerar a mais geral, portanto, classificar como "Política".

		política > eleições 2024 governo lula stf ataque à democracia brasil hoje folhais datafolha  GOVERNO LULA - GUERRA ISRAEL-HAMAS Governo não aceita achincalhamento sobre guerra, diz ministro de Lula após demissão na EBC Hélio Doyle, ex-presidente da emissora, compartilhou mensagem que chama de idiota quem apoia Israel F S W X V P M A
4. Assinatura	Coletar a assinatura do jornalista que escreve a publicação	Exemplo: GOVERNO LULA - FOLHA MULHER - DESIGUALDADE DE GÊNERO Janja faz live retransmitida por TV Brasil e prevê agenda própria em viagens Transmissão foi feita nas dependências da EBC e deve ser a primeira de uma série F S W X V P M A Victoria Azevedo
5. Manchete	Coletar o texto do título da publicação, desconsiderar subtítulos na coleta.	- Exemplo: < televisão TV Brasil compra série católica mexicana após descartar novelas bíblicas da Record -
6. Quantidade de fontes	Selecionar quantas fontes foram citadas na publicação	Marcar de 0 em diante
7. Fontes	1. Representantes da EBC, de emissoras públicas, estatais ou educativas, 2. Ministros, secretários ou representantes do Poder Executivo, 3. Chefe do Executivo (estadual ou federal), 4. Políticos com mandato, 5. Fontes especializadas (pesquisadores, professores, técnicos), 6. Representantes de veículos comerciais de comunicação, 7. Representantes da Justiça, 8. Representantes de movimentos civis organizados, 9. Políticos sem mandato, 10. Cidadão, 11. Representantes de agências ou instituições reguladoras, 12. Membros do STF, e 13. Partidos Políticos 14. Outros	Considerar todas as fontes contidas no texto da publicação. Exemplo de classificação 13 - partidos políticos: PSDB: chamar impeachment de Dilma de “golpe” é “discurso extremista” PSDB usou as redes sociais para atacar institucionalização do termo “golpe” pelo novo governo em publicação do site oficial do Executivo Exemplo de classificação 1 - representantes da EBC, de emissoras públicas, estatais ou educativas

		A Empresa Brasil de Comunicação (EBC), vinculada ao governo federal, anunciou nesta segunda-feira (9) a exoneração da servidora Flávia Caroline Andrade Eller, apoiadora do ex-presidente Jair Bolsonaro que esteve neste domingo (8) nos atos terroristas na Esplanada dos Ministérios.
8. Temática	Aplicar as seguintes temáticas anteriormente selecionadas: 1. Anúncio/Posse/Demissão Hélio Doyle e consequências 2. Polêmica Lives de Janja e seus desdobramentos 3. Processo/Anúncio e Posse de Kariane Costa 4. Exonerações 5. Grade/Programação veículos EBC 6. Embates e questões internas 7. Debates Externos	Aplicar "Debates externos" referente à temáticas das seguintes subcategorias: - Crítica ao governo Lula - Saída de empresas públicas do plano de privatização - Inclusão na mídia - Consequências à Bolsonaro no uso político da EBC - Caso Lula Marques - Debate sobre empresas públicas na Argentina - Falas de Lula sobre planos para EBC Aplicar "Embates internos" referente à temáticas das seguintes subcategorias: - Posicionamento de empregados - Anúncio de compras e investimentos - Pronunciamentos do presidente da empresa, das comissões de empregados - Decisões editoriais
9. Presença das Críticas mais comuns à EBC	Serão consideradas críticas segundo Pieranti (2020, p.19) 1. A EBC é cara 2. A EBC é aparelhada 3. A EBC não cumpre sua função pública	Exemplo "EBC é cara"/ "EBC não cumpre sua função": Publicação - Editorial - Folha/Uol - 21.02.2023 Entre elas está a Embrapa, frequentemente citada como exemplo virtuoso. Outras teriam dificuldade em preencher critérios de interesse público, como a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a Codevasf, de obras regionais, ou a Imbel, de material bélico. Por empreguismo, interesses corporativos, aparelhamento político ou ideologias obsoletas, o Estado brasileiro custa a se livrar de estruturas perdulárias e ineficazes.
10. Enquadramento genérico (Iyengar, 1991)	Classificar entre "Temático" e "Episódico"	A classificação episódica será considerada quando a publicação relatar 1. apenas um fato, 2. sem contextualizá-lo ou oferecer explicações detalhadas, 3. com número de fontes reduzido e pautadas na exposição de fatos. O enquadramento temático será considerado quando as matérias se propuseram a abordar os temas 1. de maneira

		mais aprofundada, 2. com um viés mais amplo dos acontecimentos retratados, 3. maior variedade de fontes. A União ainda sustenta 18 estatais dependentes do Orçamento federal, de acordo com boletim do terceiro trimestre de 2022. Boa parte delas foi instituída e é mantida em nome de motivos "estratégicos", a exemplo do Ceitec. No ano passado, contavam com R\$ 24,4 bilhões em verbas e 82 mil servidores. Entre elas está a Embrapa, frequentemente citada como exemplo virtuoso. Outras teriam dificuldade em preencher critérios de interesse público, como a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a Codevasf, de obras regionais, ou a Imbel, de material bélico.
11. Enquadramentos genéricos (Neumann <i>et. al.</i>, 1992; Semetko, Valkenburg, 2000)	1. Classificar como <i>conflito</i> (ênfase nos embates), 2. interesse humano (cobertura com apresentação emocional do tema), 3. 3. consequências econômicas (ótica dos efeitos econômicos sobre um grupo ou indivíduo), 4. moralidade (julgamentos em contexto moral) e 5. responsabilidade (atribuir a causa de um problema a alguém)	Exemplo de classificação 3. <i>Consequências econômicas:</i> Correios, EBC e mais: entenda por que governo retirou empresas dos programas de privatização Determinação havia sido feita por Lula e foi oficializada no 'Diário Oficial'. Lista também inclui empresas como Dataprev, Telebras e Serpro. De acordo com o último boletim das empresas estatais federais, relativo ao terceiro trimestre de 2022, 130 empresas estatais federais estavam ativas - sendo 46 por controle direto e outras 84 por meio de controle indireto. Das estatais federais, 18 delas, em setembro do ano passado, estavam classificadas como "dependentes", ou seja, demandavam recursos do Tesouro Nacional para manter o funcionamento. Entre elas, estavam a Telebras, a EBC e a Conab.

Fonte: Elaboração da autora

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Nesta seção aplicamos o Livro de Código em formato de questionário, às 113 publicações selecionadas. As categorias foram dispostas em perguntas, por vezes em múltipla escolha (nos casos com categorias fixas), e por marcação (em casos em que mais de uma categoria possa ser assinalada). A classificação foi feita pela mesma pesquisadora em 3 momentos diferentes, e ainda que por conta das limitações de recursos e tempo, a pesquisa não tenha contado com um teste de confiabilidade de cada categoria individualmente como propõem Sampaio e Lycarião (2021), com a repetição da classificação em três momentos, foi possível eliminar categorias inconsistentes e classificações errôneas ou ambíguas que prejudicariam as análises.

5.1 Análises gerais por categoria

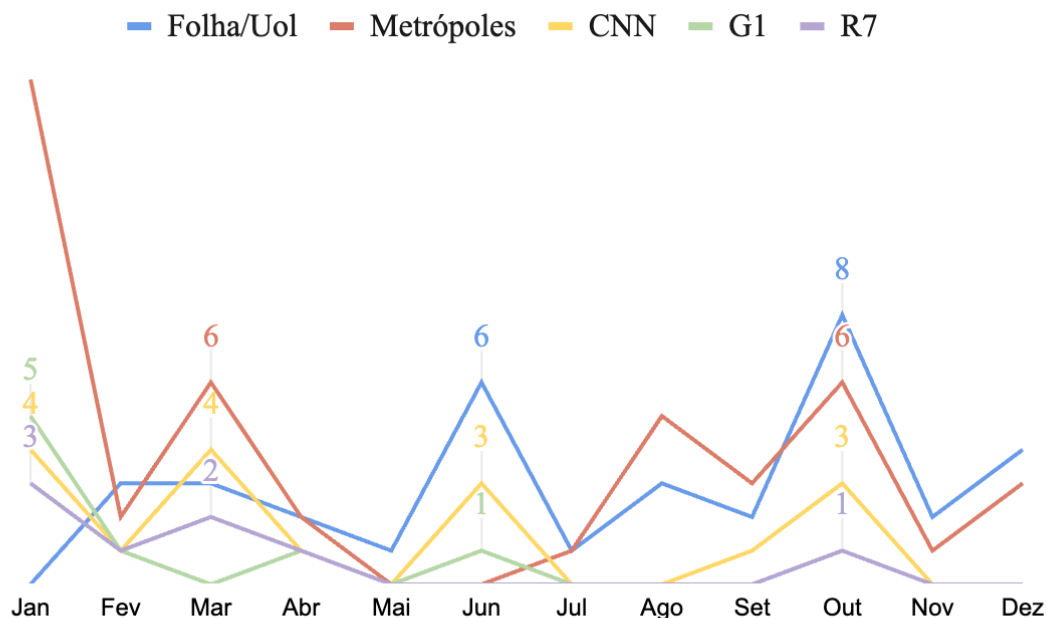
A partir das categorias selecionadas e organizadas pelo Livro de Códigos, iniciaremos as análises gerais do corpus como um todo, contemplando os cinco portais analisados como um grupo só, composto por 113 publicações. Como a primeira categoria da seleção (por portal) já foi exposta no Gráfico 1, em 4.1, iniciaremos as análises a partir da categoria 2 (por data), em diante. Em seguida, cada portal terá sua cobertura analisada separadamente.

5.1.1 Categoria 2: publicações por data

Quando classificadas pela data, as coberturas se organizaram de acordo com o gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2

Publicações por data - Filtro: 113 publicações



Fonte: Elaboração da autora.

Os meses de janeiro e outubro se destacaram na quantidade de publicações gerais, com destaque para as 15 publicações do Metrôpoles no mês de janeiro e 8 publicações da Folha/Uol em outubro. Os meses de maior volume de publicações coincidem com períodos específicos na cobertura: o mês de janeiro sendo o momento da posse de Lula e o anúncio das primeiras medidas do governo, e outubro o momento da demissão do presidente da EBC na época, Hélio Doyle. Ainda que janeiro tenha sido o mês com maior soma de publicações (27 no total), a Folha/Uol não publicou durante o período. Ignorando os anúncios de planos do novo governo para a EBC, as exonerações de militares e a posse de Kariane Costa, o portal só passou a publicar sobre a EBC em 10 de fevereiro, com a coluna de Demétrio Magnoli “Senhor Polarização”, com críticas aos primeiros atos do governo e à declarações de Hélio de Doyle.

Ainda em janeiro, o G1, o R7 e a CNN noticiaram a posse de Kariane, assim como deram ênfase nos primeiros atos assinados por Lula que incluíam a saída de empresas públicas dos Planos de Desestatização propostos por Bolsonaro. Outra temática que esteve presente na cobertura dos portais no período foi a participação de Karol Eller, apoiadora de

Bolsonaro, e, na época, comissionada da EBC, nas manifestações golpistas de 8 de janeiro de 2023, que foi seguida de sua exoneração. Já o Metrôpoles deu intensa cobertura à EBC no mês de janeiro, com 15 das 27 publicações do período, cobrindo as exonerações de comissionados indicados previamente por Bolsonaro, enquanto também deu espaço para as demandas dos empregados em publicações como: "Ministro da Secom recebe relatos de censura, assédio e pressão na EBC", de 6 de janeiro. O portal também republicou na íntegra uma matéria da Agência Brasil, com o título "Entidades apresentam propostas para democratizar a comunicação", em 24 de janeiro, que discutia as propostas sobre a democratização da comunicação levantadas em uma atividade no Fórum Social Mundial, que acontecia em Porto Alegre, em 2023. As propostas discutidas na matéria sugeriam o fortalecimento da EBC e da rede de comunicação pública no Brasil, além da ampliação do fomento da comunicação regional e popular. Neste mesmo mês, o Metrôpoles também cobriu os eventos, desde a extinção do processo contra a empregada Kariane Costa até a sua posse como presidenta interina da EBC. O caso de Kariane, jornalista concursada perseguida pela direção da EBC por denunciar o assédio moral a que os empregados eram submetidos durante a gestão alinhada ao governo Bolsonaro, e posteriormente nomeada presidenta da empresa com amplo apoio dos funcionários, foi temática de 4 publicações do Metrôpoles no mês de janeiro, ficando entre as cinco temáticas mais recorrentes na cobertura do portal.

O mês de outubro, por outro lado, foi praticamente dominado por uma temática única, a demissão de Hélio Doyle da EBC. Doyle, que presidiu a empresa de janeiro a outubro de 2023, fez comentários sobre o conflito na Faixa de Gaza, em sua conta na rede social X (antigo Twitter), que desagradaram parte da administração Lula, assim como a própria imprensa comercial. Doyle republicou um *tweet* do ilustrador Carlos Latuff, em que dizia que para não apoiar Israel bastava “não ser um idiota”, e também criticou os ataques a hospitais e civis palestinos pelas tropas israelenses. Porém, foi o *Tweet* compartilhado de Latuff o mais citado pela cobertura dos portais analisados, dando título a várias matérias produzidas no período. Ainda que o presidente Lula tenha vindo a público posteriormente para criticar as políticas sionistas e genocidas de Israel, no momento dos comentários de Doyle, o governo adotava uma postura “neutra” frente a investida israelense sob o povo palestino. O tema permeou a cobertura de todos os portais analisados, e mesmo G1 e R7, que publicaram apenas uma matéria cada durante o mês, o fizeram para noticiar a saída do então presidente da empresa.

A Folha, com 8 matérias publicadas em outubro, dedicou toda sua cobertura a este assunto, abrindo a questão inclusive para uma publicação com comentários dos leitores, com

o título “Assinantes criticam postura do ex-presidente da EBC”, e um artigo de opinião de Demétrio Magnoli, “Enterrando a Notícia”, em que o jornalista confronta o ex-presidente da EBC, em defesa de Israel. Em sua crítica, Magnoli escreveu: “Não precisa ser sionista para apoiar Israel. Ser um idiota é o bastante.” Hélio Doyle foi demitido da EBC por essa “repostagem”, que causou constrangimentos ao governo brasileiro. Antes dela, porém, em 17/10, horas depois da tragédia no hospital da Cidade de Gaza, postara o seguinte, para apontar o que lhe pareceu um escândalo jornalístico: “Juro que ouvi agora um comentarista de TV dizer que não se sabe quem atacou o hospital em Gaza”. Devia ter sido demitido por isso”. Mesmo que as postagens de Doyle tenham sido amplamente criticadas por todos os portais analisados, e tendo em vista a posterior posição do governo brasileiro em condenar o genocídio promovido por Israel, a demissão de um presidente de empresa pública de comunicação por conta de suas opiniões sobre um conflito internacional pareceu encobrir outras questões. O Metrôpoles chegou até mesmo a especular sobre os motivos reais da saída de Hélio Doyle em “Planalto teve a sensação de que presidente da EBC cavou demissão”, de 10 de outubro.

Outros meses também tiveram um número de publicações expressivo, como março e junho. O mês de março somou um total de 15 publicações, sendo 8 delas sobre a temática da veiculação do programa apresentado por Janja Silva “Papo de respeito” nas redes da antiga TV Brasil Gov (agora Canal Gov), TV do governo federal. A temática esteve presente nas coberturas do Metrôpoles, Folha/Uol, R7 e CNN. Em junho, com um total de 10 publicações, a Folha/Uol novamente repercutiu a questão da live de Janja na matéria “Janja retoma lives e, após polêmica, evita canais do governo”, ainda que a justiça tenha determinado que não houve uso indevido da EBC em transmitir um programa governamental em uma TV igualmente governamental. Após resolvido o imbróglio, a Folha/Uol voltou a publicar sobre o assunto mais uma vez em 29 de junho, agora acusando a Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom) de usar uma lista de transmissão oficial de WhatsApp, por meio da qual são informadas as agendas e notas do governo federal, para divulgar outra live de Rosângela Silva, a Janja. No mesmo mês, a CNN publicou duas matérias em que pautava uma suposta pressão ao governo federal de demitir funcionários contratados pela EBC no período Bolsonaro, mais especificamente os militares. O tema também foi assunto no Metrôpoles.

5.1.2 Categoria 3: publicações por editoria

Ainda que cada portal tenha sua própria sessão de editorias, organizadas e catalogadas de maneira diferente, as publicações foram agrupadas em relação às editorias a que pertencem em cada portal. Tais resultados podem ser observados no Quadro 9, a seguir.

Quadro 9

Publicações por editoria - Filtro: 113 publicações

Editoria	Folha/Uol	Metrópoles	CNN	G1	R7
Colunas	7	27	0	0	0
Brasil	0	11	0	0	0
Política	16	6	15	8	0
Editorial	2	0	0	0	0
Painel	4	0	0	0	0
Mundo	1	0	0	0	0
Televisão	3	0	0	0	0
Economia	1	0	1	0	0
Opinião	1	0	0	0	0
Brasília	0	0	0	1	7
Outro:	0	0	1	0	1

Fonte: Elaboração da autora.

A Folha/Uol classificou a maior parte de suas publicações na editoria de "Política" (16), assim como a CNN (15), e o G1 (8), enquanto o R7 posicionou a maioria de suas publicações relacionadas à EBC na editoria "Brasília" (7) e o Metrôpoles apresentou uma expressiva quantidade de publicações em "Colunas" (27), dedicadas aos jornalistas Guilherme Amado e Igor Gadelha. Essa organização de cada portal, entretanto, não reflete uma separação entre gêneros jornalísticos (opinativo, informativo e interpretativo): uma característica das editorias dos portais analisados na presente pesquisa é que, diferente do jornalismo impresso, a separação de gêneros opinativos, informativos e interpretativos não é necessariamente feita pelo local em que a publicação foi veiculada. As colunas de opinião do Metrôpoles contém tanto textos opinativos do jornalista que assina a seção ou outros que contribuem com a coluna, como notas meramente informativas e com pouca contextualização. Outro exemplo é a coluna de Mônica Bergamo, na Folha/Uol, que também

produz textos de cunho informativo, ainda que localizados em uma coluna de opinião. Algumas editoriais, entretanto, marcam a presença da opinião do veículo, como os Editoriais e as editoriais “Opinião”, ou até mesmo o “Painel”. Neste sentido, a Folha/Uol foi o único portal analisado que publicou diretamente a opinião do veículo sobre questões que envolvessem a EBC. Em três editoriais ("Prejuízos estratégicos" - 21.02.2023; "Privatizar não é tabu" - 09.04.2023, e "Derrapadas desgastam governo Lula na disputa política sobre guerra Israel-Hamas" 19.10.2023) a Folha/Uol apresentou críticas à própria existência da EBC. Ao lamentar a saída de empresas públicas do plano de privatização previsto por Jair Bolsonaro, temática com duas publicações extensas no portal, o editorial "Privatizar não é tabu" classificou que: "Luiz Inácio Lula da Silva (PT) contempla suas bases ideológicas e corporativistas ao retirar os Correios do programa — bem como a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e outras inutilidades mantidas com dinheiro do contribuinte".

Em "Prejuízos estratégicos", a Folha argumenta que o Estado custa a se libertar de "estruturas ineficazes", e que empresas públicas e estatais sobrevivem apenas por serem estratégicas ao governo atual. O editorial também afirma que, além de supostamente deficitária, a EBC teria "dificuldade em preencher critérios de interesse público", ignorando a posição central da comunicação e da mídia pública na consolidação da democracia, enquanto um direito. O texto inicia com a sentença: "O governo federal dispõe de estatais que, embora tenham nome e condição de empresas, não geram receitas suficientes para manter sua operação e dependem do dinheiro do contribuinte. Na prática, são repartições públicas, mas de propósitos nem sempre claros." Em uma demonstração de desconfiança no setor público, o parágrafo expressa também a noção de que as empresas públicas são bens “à disposição” do governo de ocasião, sem razão de existir além do aparelhamento governamental. Para além do editorial, tal ponto de vista perpassa a cobertura do portal em textos informativos de outras editoriais, com manchetes acusatórias na editoria de “Política”, como “Governo usa canais oficiais para promover Janja e ironizar Bolsonaro”, de 18 de março de 2023, assinada por Renato Machado e Marianna Holanda. Em junho, a publicação “Lula ignora promessa, repete Bolsonaro e usa live para ataques”, também de Renato Machado, na editoria de “Política”, continha elementos opiniosos e em consonância com o publicado nos editoriais do portal, ainda que com a roupagem de texto noticioso.

O portal R7, ao classificar todas suas publicações na editoria “Brasília” revela sua visão de que os assuntos que circundam a EBC estão necessariamente próximos ao governo, ao poder e à capital. Ainda que a empresa seja nacional, a conformação de suas temáticas dentro do portal têm a ver com o que se discute no interior do governo Lula, não em uma

abrangência maior. Assim, é possível inferir que o portal relaciona as questões que envolvem a empresa como questões de governo.

O Metrôpoles, em contrapartida, concentrou sua cobertura sobre a EBC em colunas, com 27 das 44 publicações do período neste tipo de editoria. Colunas são geralmente espaços de opinião, em que os colunistas possuem mais liberdade para expressarem seus pontos de vista, não necessariamente refletindo a linha editorial do portal, e dessa forma ocupam uma posição mais independente sobre a própria cobertura e a forma de abordagem. Entretanto, as editorias de colunas do Metrôpoles funcionam de forma híbrida: ao mesmo tempo que podem conter textos de opiniões do jornalista em questão, também contém publicações de outros jornalistas, e essas publicações mais frequentemente atuam em uma lógica da rapidez e do furo de reportagem, sendo curtos, em formato de nota, com pouca contextualização e precisão, adequados para o compartilhamento em redes sociais. Diferente da abordagem oficialista de outros portais, como da Folha/Uol, as colunas do Metrôpoles funcionam como uma central de informações privilegiadas dos colunistas e suas redes de contato. O espaço concedido pelo Metrôpoles tanto à diretoria da EBC quanto aos seus empregados pode ser percebido em algumas publicações, como em "Presidente da EBC: “Não queremos novelas da Record”, publicada na coluna de Guilherme Amado em 6 de agosto de 2023. A publicação parte de uma entrevista gravada por Guilherme Amado em formato *Podcast* com o então presidente da EBC, Hélio Doyle, em que os recortes da entrevista serviram como tema de duas publicações na Coluna de Guilherme Amado. O Metrôpoles também republicou matérias da agência pública de notícias da EBC, a Agência Brasil, em mais de uma ocasião.

5.1.3 Categoria 4: publicações por jornalista

No ano de 2023, 66 jornalistas dos veículos analisados publicaram matérias com a temática “EBC”. Dessa contagem de assinaturas soma-se, 3 assinaturas do próprio G1, 2 da CNN, 3 da Folha/Uol, 2 da Agência Brasil publicada no Metrôpoles, e uma do “leitor” publicada na Folha/Uol. A quantidade de publicações foi obtida considerando as coautorias, ou seja, em uma publicação assinada por dois jornalistas, cada um recebeu a contagem de uma publicação. A lista em ordem decrescente das assinaturas (incluindo as do próprio veículo) que publicaram mais de uma matéria sobre a EBC em 2023 pode ser vista a seguir:

Quadro 10

Quantidade de publicações por jornalista

Assinatura	Portal	Qntd.
Eduardo Barreto	Metrópoles	12
Guilherme Amado	Metrópoles	8
Renato Machado	Folha/Uol	6
Marianna Holanda	Folha/Uol	5
Mônica Bergamo	Folha/Uol	5
Fábio Zanini (edição)	Folha/Uol	3
Folha	Folha/Uol	3
Gabriel Vaquer	Folha/Uol	3
Flávia Said	Metrópoles	3
Gustavo Zucchi	Metrópoles	3
Nathália Portinari	Metrópoles	3
G1	G1	3
Demétrio Magnoli	Folha/Uol	2
Victoria Azevedo	Folha/Uol	2
Géssica Brandino	Folha/Uol	2
Matheus Teixeira	Folha/Uol	2
Agência Brasil	Metrópoles	2
Carlos Estênio Brasilino	Metrópoles	2
Evandro Éboli	Metrópoles	2
Manoela Alcântara	Metrópoles	2
Igor Gadelha	Metrópoles	2
Vitor Fuzeira	Metrópoles	2
Gustavo Uribe	CNN	2
Basília Rodrigues	CNN	2
CNN	CNN	2
Alexandre Martello	G1	2
Pedro Henrique Gomes	G1	2
Renato Souza	R7	2
Ana Isabel Mansur	R7	2

Fonte: 113 publicações

É possível perceber pela lista que os jornalistas Eduardo Barretto (Metrópoles) Guilherme Amado (Metrópoles), Renato Machado (Folha/Uol), Marianna Holanda

(Folha/Uol) e Mônica Bergamo (Folha/Uol) foram destaques no volume de publicações relacionadas à EBC em 2023.

No portal Metrôpoles, essa quantidade está ligada às publicações na coluna de Guilherme Amado, que por vezes assina suas próprias publicações, por outras cede espaço em sua coluna para outros jornalistas, como o próprio Eduardo Barreto. Em sua coluna, Guilherme Amado se orienta para o furo de reportagem, com informações privilegiadas de fontes próximas à direção e aos empregados da empresa, como demonstra em publicações como “Militares lotados na EBC afagam Paulo Pimenta para manter cargos”, de 5 de janeiro de 2023. É interessante notar que, em termos de pluralidade de vozes, a Coluna foi um dos poucos espaços em que representantes dos empregados da EBC foram ouvidos, e o único a comentar sobre o memorial à Marielle Franco na empresa e dar espaço aos empregados que denunciaram a censura durante o governo Bolsonaro, como na publicação que os impedia de citar Marielle em reportagens ou matérias nos veículos da empresa, como na publicação “Assunto proibido sob Bolsonaro, Marielle Franco recebe memorial na EBC” de 10 de março de 2023.

Guilherme Amado também fez uma entrevista exclusiva em formato podcast com o ex-presidente da EBC, Hélio Doyle, e repercutiu as falas do presidente em publicações em sua coluna, como em “Presidente da EBC: “Não queremos novelas da Record” e “Parte do governo Lula não entende TV pública, diz presidente da EBC”, ambas de 6 de agosto de 2023. Já Eduardo Barretto, jornalista que mais publicou sobre a EBC em 2023, o fez em grande parte na editoria de coluna de Guilherme Amado. Barretto, assinando individualmente e em coautoria com outros jornalistas (como o próprio Guilherme Amado, e Bruna Lima) cobriu os temas que envolviam a participação (e posterior exoneração) da comissionada da EBC e Bolsonarista Karol Eller nos atos terroristas de 8 de janeiro, como nas publicações “Youtuber bolsonarista com cargo na EBC participou de ato terrorista” e “EBC demite youtuber bolsonarista que participou de atos terroristas”, de 8 e 9 de janeiro respectivamente, e também assinou boa parte das publicações que noticiaram o processo, o anúncio e a posse de Kariane Costa à presidência da EBC, como em “Servidora que denunciou assédio moral será presidente da EBC” e “CGU arquiva ação da EBC contra funcionária que denunciou assédio moral”, de 9 e 12 de janeiro de 2023, respectivamente.

Renato Machado, da Folha/Uol, publicou três matérias sobre a demissão de Doyle, uma sobre a polêmica envolvendo a transmissão da live de Janja, uma sobre a contratação de Marcos Uchôa pela EBC, e uma sobre supostos ataques de Lula a Bolsonaro em live oficial.

Em duas das publicações, o próprio título levanta o argumento de que o presidente repete a postura de seu adversário político, como em “Governo usa canais oficiais para promover Janja e ironizar Bolsonaro”, de 18 de março de 2023, e “Lula ignora promessa, repete Bolsonaro e usa live oficial para ataques”, de 16 de junho. Marianna Holanda, por sua vez, colaborou com Renato Machado em 3 de suas 5 publicações, sendo elas “Governo usa canais oficiais para promover Janja e ironizar Bolsonaro”, “Marcos Uchôa vira face da comunicação de Lula e 'levanta a bola' para presidente” e “Governo Lula busca unificar discurso em meio a desgaste com guerra e demissão na EBC”. Marianna também cobriu, em colaboração com Débora Sabino, a demissão de Hélio Doyle em “Ministro anuncia presidente interino da EBC após demissão por postagem anti-Israel” e publicou sobre a contratação do cinegrafista ex-Jovem Pan Marcos Vinícius de Andrade em “Cinegrafista que relatou pressão de equipe de Tarcísio é contratado pela EBC sob Lula”.

Mônica Bergamo, outra jornalista com destaque em quantidade de publicações, cobriu em sua coluna na Folha/Uol o imbróglio político de Janja em duas ocasiões, apresentando a versão da empresa e em seguida a decisão favorável à EBC pela justiça, como em “EBC nega vínculo com Janja e diz que Lula não foi assunto em live do Dia da Mulher” e “Justiça rejeita ação contra Janja apresentada por Rubinho Nunes após live do Dia da Mulher”, de 24 de março e 19 de maio respectivamente. Em “TV Brasil ampliará espaço em sua grade para o cinema nacional”, de 12 de setembro de 2023, Bergamo noticia que a TV Brasil terá 78% de sua grade ocupada por filmes nacionais, em comparação com 40% da gestão anterior. A jornalista também publicou sobre o novo presidente do Conselho de Administração da EBC, Frederico Assis, nomeado de “braço direito de Celso Amorim” na publicação “Braço direito de Celso Amorim assumirá presidência do Conselho de Administração da EBC”, de 4 de agosto de 2023.

O G1 assinou 3 publicações na totalidade de suas publicações, sendo o “autor” mais frequente na cobertura do portal. Das publicações assinadas pelo portal, uma delas foi sobre a saída da EBC do plano de privatizações, abordada em “Saiba quais foram os atos assinados por Lula no primeiro dia do novo governo” de 1 de janeiro de 2023, uma sobre a posse de Kariane Costa, “Lula destitui comando da EBC, e representante dos empregados será presidente interina”, de 15 de janeiro e outra sobre a nomeação de Hélio Doyle para a presidência da empresa, “Lula nomeia jornalista Hélio Doyle para presidir a EBC, estatal de comunicação do governo”, de 14 de fevereiro de 2023. Além da assinatura do próprio portal, os jornalistas Alexandre Martello e Pedro Henrique Gomes publicaram mais de uma matéria sobre a empresa em 2023.

A CNN também assinou duas publicações sobre a temática EBC, empatando em quantidade com os jornalistas Brasília Rodrigues e Gustavo Uribe. Dentre as publicações com a assinatura do portal, um tema foi comum entre as duas publicações: o programa apresentado por Janja em 8 de março de 2023, “Papo de Respeito”, retransmitido das redes da então TV Brasil Gov, com ampla cobertura também na programação no canal de TV da CNN Brasil. Uma das publicações sobre o assunto (“Joel Pinheiro: Se for para servir ao governo da vez, melhor não ter a EBC”, de 15 de março de 2023), ecoou os comentários do agora ex-comentarista do canal Joel Pinheiro²⁶, que no programa Arena CNN de 15 de março, questionou a finalidade da EBC e a função da televisão pública, relacionando sua crítica à exibição do programa Papo de Respeito, segundo a CNN, nas redes da TV Brasil. Na publicação, a CNN publicou os comentários de Pinheiro no programa, afirmando que, em sua visão, “a EBC não teve outra função, desde sua criação, além de “prestar serviço ao governo da vez”²⁷. Na outra publicação assinada pela CNN, “Deputados debatem se aparição de Janja na TV Brasil foi para promover o governo”, também de 15 de março, o portal citou Rubinho Nunes (deputado que moveu a ação contra a EBC) e Kim Kataguirí, que considerou o fato da primeira dama ter um programa especial retransmitido pela TV que presta serviço ao governo federal “claramente há um desvio de finalidade, ferindo os princípios da administração pública.”²⁸ A CNN, entretanto, não cobriu o desenrolar da situação na Justiça, e não houve publicações no portal sobre como a ação movida por Rubinho Nunes foi rejeitada, uma vez que a TV Brasil Gov é uma TV governamental, e a promoção de políticas do governo faz parte de suas atribuições. Como a ação de Nunes afirmava o uso da TV Brasil (TV pública) na transmissão do programa de Janja, sua hipótese de uso indevido da TV pública pelo governo Lula foi descartada.

No R7, os jornalistas Ana Isabel Mansur e Renato Souza publicaram mais de uma matéria sobre a EBC em 2023, sendo as matérias de Ana Isabel sobre a saída da EBC do plano de Privatizações e a posse de Hélio Doyle, e de Renato Souza sobre a posse de Kariane Costa e outra publicação (“Site do governo federal trata impeachment de Dilma como

²⁶ Joel Pinheiro deixou a CNN poucos meses depois, em julho de 2023. Disponível em: <https://rd1.com.br/comentarista-deixa-cnn-brasil-apos-quatro-meses-e-se-pronuncia/>. Acessado em: 2 jan 2025.

²⁷ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/joel-pinheiro-se-for-para-servir-ao-governo-da-vez-melhor-nao-ter-a-ebc/>. Acesso em: 2 jan. 2025

²⁸ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/deputados-debatem-se-aparicao-de-janja-na-tv-brasil-foi-para-promover-o-governo/>. Acessado em: 2 jan. 2025

golpe”²⁹, de 18 de janeiro) que critica o uso do termo “golpe” para se referir ao impeachment de Dilma Rousseff em uma publicação do site oficial da Presidência da República, que ocorreu em um texto que anuncia a nova diretoria da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A publicação deu espaço para o MDB e o PSDB repudiarem o texto da presidência e acusarem o uso da palavra “golpe” como um ato “extremista”.

5.1.4 Categoria 5: Coleta de manchetes

As manchetes de todas as publicações foram reunidas em um arquivo para gerar nuvens de palavras que evidenciam os termos mais usados nas publicações sobre a EBC nos portais analisados em 2023. A partir de um arquivo de texto com o conjunto de manchetes das publicações selecionadas foi possível, por meio do software “Venngage”³⁰, organizar o conjunto de termos e excluir ocorrências desinteressantes para a pesquisa. Pela quantidade elevada de palavras compondo o arquivo de manchetes, foram considerados apenas termos com mais de uma ocorrência, excluindo assim termos únicos, com apenas uma ocorrência na amostra. Também foram excluídas preposições, artigos e conectores.

Em um primeiro momento, abordamos o corpus por completo, para em seguida, na análise por portal, apresentar as nuvens específicas de cada cobertura. A nuvem gerada na compilação de todas as manchetes do corpus pode ser melhor observada na Figura 4, a seguir:

²⁹ Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/site-do-governo-federal-trata-impeachment-de-dilma-como-golpe-18012023/> acessado em 2 de janeiro de 2025.

³⁰ Disponível em: <https://pt.venngage.com/>

“assédio” também tiveram relevância no ano de 2023, e se relacionam aos temas mais presentes nas coberturas dos portais analisados, como as mudanças de comando e contratações do corpo diretivo da EBC, a saída da empresa do plano de privatizações, as denúncias de assédio moral, o processo contra a jornalista Kariane Costa, e comentários do ex-presidente Hélio Doyle sobre o genocídio causado por Israel na Faixa de Gaza.

Pela análise do resultado dos termos mais frequentes nas manchetes, é possível notar a ausência de termos que se relacionem com a independência da EBC, ou a necessidade de reestruturação do Comitê de Editorial e Programação, ou até mesmo sobre a participação social no processo de reconstrução de uma TV pública. A complementaridade entre os sistemas público, estatal e privado, termo esquecido na cobertura dos canais analisados, foi um conceito também ignorado na cobertura jornalística do período ao tematizar a EBC, que, pelo resultado encontrado nas publicações dessa pesquisa, poderia muito bem se tratar de uma empresa governamental, sem nenhuma função pública que justificasse seu orçamento.

Ainda que termos como “programas”, “pública” e “novelas” estejam presente com pouca frequência, as publicações em que os termos estão inseridos não exploram o caráter público ou participativo em reestruturação na TV Brasil, nem problematiza o desmonte ao qual a empresa foi submetida de 2016 a 2022, mas os colocam em contextos de vontades presidenciais de Lula ou visões pessoais de Hélio Doyle. O próprio termo “desmonte”, um passado tão recente no histórico da EBC, não foi encontrado nem na compilação de manchetes, nem no corpo do texto das publicações. O desinteresse em historicizar ou minimamente entender a missão e para que serve uma empresa pública de comunicação ficou evidente na cobertura dos portais analisados não só pelo que disseram, mas também pelo que omitiram.

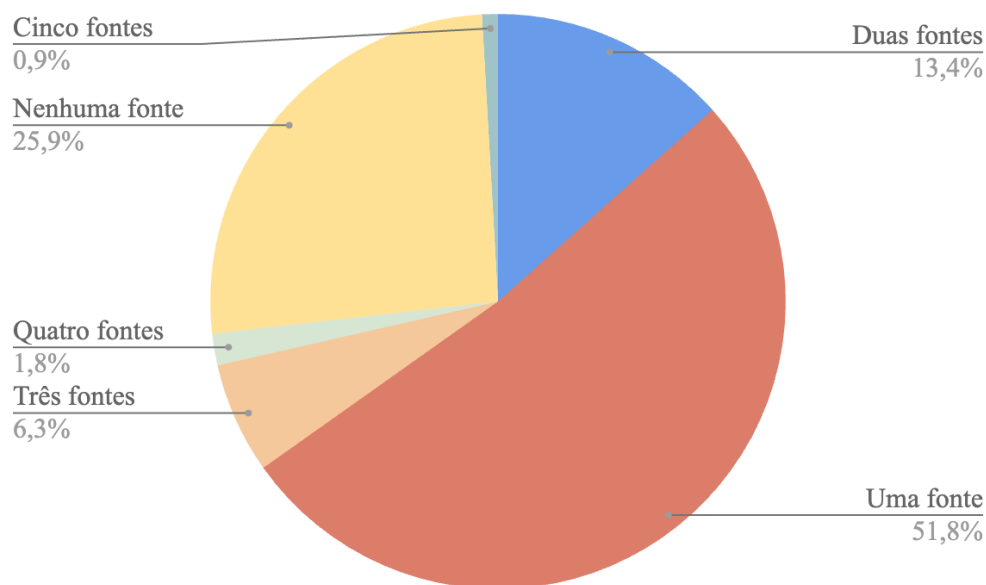
5.1.5 Categoria 6: Quantidade de fontes

Para classificar a quantidade de fontes presentes no texto da publicação foram consideradas as fontes que se manifestaram verbalmente ou textualmente para a matéria, ou seja, fontes que geraram aspas no corpo do texto. A quantidade de fontes ouvidas em um texto jornalístico revela a pluralidade de vozes e opiniões abarcadas na argumentação do texto e na exposição dos fatos e problemas noticiados. Portanto, ao observar os resultados, que mostram que mais de $\frac{2}{3}$ das 113 publicações possuem apenas uma ou nenhuma fonte, percebemos que as temáticas que foram destaque naquele período que envolviam a EBC

foram exploradas por poucos pontos de vista, muitas vezes expostos sem a presença do contraditório ou reforçando uma visão única.

Gráfico 3

Quantidade de fontes por publicação - Filtro: 113 publicações



Fonte: 113 publicações

É importante considerar, entretanto, as próprias características de textos jornalísticos on-line, que se diferenciam por serem por vezes mais curtos, de importância imediata, “quentes”, e portanto, carecem de maior apuração em relação às matérias de veículos impressos. Esse fato por si, pode explicar porque a maioria das publicações cita apenas uma ou até nenhuma fonte, enquanto apenas 9% das publicações analisadas possuem três ou mais fontes ouvidas em seu texto. Entretanto, como veremos a seguir, as fontes escolhidas pelas publicações também representam frequentemente o mesmo espectro de interesses, ao mesmo tempo que as fontes autorizadas a falar pela EBC ou em defesa de seu caráter público variam pouco além do próprio governo federal, ministros e presidentes da empresa.

5.1.6 Categoria 7: Tipos de fonte

Quando observados quais atores foram enquadrados como fonte nas publicações analisadas, selecionamos as aparições segundo as categorias sugeridas no Livro de Códigos,

que poderiam estar contidas na mesma publicação. Quando organizadas por aparição, a presença dos tipos de fonte pode ser melhor observada no Quadro 12, a seguir:

Quadro 11

Tipos de fontes

Tipo de Fonte	Qntd. de aparições
Representantes da EBC, de emissoras públicas, estatais ou educativas	38
Ministros, secretários ou representantes do Poder Executivo	21
Chefe do Executivo (estadual ou federal)	10
Políticos com mandato	8
Fontes especializadas (pesquisadores, professores, técnicos)	10
Representantes de veículos comerciais de comunicação	1
Representantes da Justiça	4
Representantes de movimentos civis organizados	3
Políticos sem mandato	2
Cidadão	2
Representantes de agências ou instituições reguladoras	2
Membros do STF	1
Partidos Políticos	4
Outros	8

Fonte: elaboração da autora

A categoria mais presente como tipo de fonte nas publicações analisadas foi “Representantes da EBC, de emissoras públicas, estatais ou educativas”, com 38 aparições. Tais fontes derivam tanto da EBC institucionalmente, ouvida por meio de diretores ou advogados, porém muito concentrada na figura do ex-presidente da empresa, Hélio Doyle, uma vez que sua contratação e demissão foram um dos assuntos mais transversalmente abordados na cobertura dos portais selecionados. O presidente interino e atualmente presidente da empresa, Jean Lima, também foi entrevistado e citado em publicações que noticiaram sua contratação e perfil, assim como Kariane Costa, ex-presidenta. Outro nome

que concentrou as menções de uma categoria foi o do Ministro Paulo Pimenta, na categoria “Ministros, secretários ou representantes do Poder executivo”, que também contou com citações da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom) e da primeira-dama Janja Silva, enquanto “representante do poder executivo”, somando 21 citações como fonte. Em “Chefes do executivo (estadual ou federal)”, a categoria foi quase completamente composta por citações de falas do presidente Lula, com 10 aparições.

Na cobertura da Folha/Uol, as “fontes especializadas”, com também 10 aparições, foram ouvidas em apoio à privatização de empresas públicas³², para explicar o uso indevido dos canais da EBC por Bolsonaro (e o consequente processo enfrentado pelo ex-presidente)³³ e para opinar sobre o caso do fotógrafo da EBC, Lula Marques, barrado em CPI por ter flagrado conversas entre os deputados³⁴. O G1 também usou de fontes especializadas para comentar a saída da EBC e outras empresas públicas do plano de privatizações³⁵, e a CNN republicou uma matéria da Agência Estado que consultou técnicos do TCU sobre uma suposta “promoção pessoal” de Lula em lives semanais em canais do governo³⁶. O Metrôpoles, entretanto, republicou em 24 de janeiro uma matéria da Agência Brasil que cobriu os encontros no Fórum Social Mundial de 2023 e contou com uma roda de conversa com entidades ligadas à democratização das comunicações, usando de fontes especializadas que apresentaram reivindicações para o fortalecimento da rede de comunicação pública e da EBC³⁷. Tal publicação, que não partiu da redação do Metrôpoles mas sim da Agência Brasil (EBC), foi a única do corpus a apresentar fontes especializadas que traziam à tona a

³² Como na publicação de 8 de abril de 2023: “Apoio à privatização dá salto e chega à 38% da população, diz Datafolha”, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/apoio-a-privatizacao-da-salto-e-chega-a-38-da-populacao-diz-datafolha.shtml>

³³ Como na publicação de 21 de junho de 2023: “Bolsonaro acumulou ilícitos em reunião que pode torná-lo inelegível; entenda em 7 pontos” <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/06/bolsonaro-acumulou-ilicitos-em-reuniao-que-pode-torna-lo-inelegivel-entenda-em-7-pontos.shtml>

³⁴ Posteriormente, o ministro Luiz Fux suspendeu a determinação do presidente da CPI do 8 de janeiro, deputado Arthur Maia (União Brasil-BA), de barrar a entrada do repórter-fotográfico da EBC no plenário da comissão. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2023/09/fux-decide-que-cpi-nao-pode-barrar-fotografo-lula-marques.shtml>

³⁵ Como na publicação de 7 de abril de 2023: Correios, EBC e mais: entenda por que governo retirou empresas dos programas de privatização”, disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/07/correios-ebc-e-mais-entenda-por-que-governo-retirou-empresas-dos-programas-de-privatizacao.ghtml>

³⁶ Publicação de 19 de setembro de 2023, disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/tecnicos-do-tcu-veem-promocao-pessoal-de-lula-em-lives-semanais-em-canaais-do-governo/>

³⁷ Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/entidades-apresentam-propostas-para-democratizar-a-comunicacao>

importância ou necessidade de se democratizar a comunicação no Brasil. Para além desta, as outras fontes especializadas trazidas nas publicações do Metrôpoles também foram ouvidas para opinar sobre o programa apresentado por Janja na TV Brasil Gov e no caso do fotógrafo Lula Marques. O R7 não publicou nenhuma matéria com fontes especializadas no período analisado.

Outra categoria representativa, com 8 aparições em publicações, foi a de “políticos com mandato”. Nesta categoria, os deputados Rubinho Nunes (União Brasil-SP), Kim Kataguiri (União Brasil-SP), Zé Neto (PT-BA) e Arthur Maia (União Brasil-BA) tiveram suas falas citadas, sendo os três primeiros ouvidos no contexto da ação movida por Nunes contra a EBC por conta da retransmissão do programa de Janja e Arthur Maia ouvido sobre sua própria ação movida para barrar o fotógrafo Lula Marques das reuniões da CPI de 8 de janeiro. A categoria “Outros”, com total de 8 citações, agrupou atores internos à empresa, como jornalistas e profissionais contratados, como Caroline Eller, ex-apoiadora e assessora na EBC ligada à Bolsonaro, (2 citações), Luiz Carlos Braga, ex-editor chefe da EBC, (2 citações), o jornalista Guilherme Portanova (1 citação), Jefferson Monteiro, criador do perfil “Dilma Bolada” (1 citação), Marcus Uchôa (2 citações).

A categoria “cidadão” obteve apenas duas aparições, em duas publicações da Folha/Uol. Tal dado pode demonstrar o distanciamento com que os veículos tratam a questão das comunicações com o interesse público. Nas matérias selecionadas na categoria, uma delas curiosamente narra a angústia de profissionais da TV pública argentina frente às investidas de Javier Milei com as empresas públicas do país³⁸. A segunda publicação que contém o cidadão como fonte citada, “Assinantes criticam postura de ex-presidente da EBC”, de 19 de outubro de 2023, traz críticas de leitores da Folha/Uol que ressoam os comentários feitos em editoriais do portal, como:

Pela extinção da EBC. Com o dinheiro economizado, faça propaganda, não autopromocional como sempre fez e faz, mas para educar o povo. O brasileiro precisa aprender a respeitar o próximo. (Neli Faria, São Paulo, SP, em comentário para publicação da Folha/uol).³⁹

³⁸ “Efeito Milei causa angústia em empresas públicas e alerta em sindicatos”, publicação da Folha/Uol, de 25 de novembro de 2023, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/11/efeito-milei-causa-angustia-em-empresas-publicas-e-alerta-em-sindicatos.shtml>

³⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2023/10/assinantes-criticam-postura-de-ex-presidente-da-ebc.shtml>
1

Assim como a categoria “cidadão”, a marcação de “representantes de movimentos civis organizados” também foi pouco representativa, com 3 aparições nas publicações analisadas. Entre as aparições deste tipo de fonte, uma publicação da Folha/Uol, na coluna de Denise Mota em 15 de junho de 2023, “Jornalistas negros, indígenas e periféricos levam a Brasília propostas de inclusão na mídia”⁴⁰, cobriu a entrega de um documento assinado por “mais de 40 organizações de todo o Brasil que reúnem grupos sub-representados atuantes em veículos de comunicação, entidades e coletivos”, entregue aos Ministérios da Igualdade Racial e das Comunicações, com reivindicações para garantir diversidade e inclusão nas políticas de comunicação e regulamentação de mídia do governo federal. A publicação trouxe a fala de Marcelle Chagas, da Rede Jornalistas Pretos pela Diversidade na Comunicação e marca a única menção da Folha/Uol a este tipo de tema. Em sua outra publicação com fontes dos movimentos civis organizados, a Folha/Uol trouxe uma declaração da Associação Brasileira de Imprensa que repudiava a ação de Arthur Maia que barrava o fotógrafo da EBC, Lula Marques. A terceira publicação com esta classificação é a matéria da Agência Brasil, “Entidades apresentam propostas para democratizar a comunicação”, republicada pelo Metrôpoles, e já citada anteriormente.

Quando analisadas quais fontes foram consultadas pelos veículos para tratar da EBC em 2023, o que se observa é uma tendência ao oficialismo e ao afastamento do tema do cidadão, mantendo a EBC uma questão de governo, observada por lentes pouco plurais.

5.1.7 Categoria 8: publicações por temática

As temáticas propostas no Livro de Códigos foram organizadas em 7 categorias, que derivam da organização prévia na fase da pesquisa exploratória. Dessa forma, duas categorias generalistas (Debates Externos e Embates Internos) agruparam diferentes subtemas, que já foram expostos no Quadro 8, no capítulo 4.3. A trajetória de Hélio Doyle, resumida na categoria “Anúncio/Posse/Demissão Hélio Doyle”, obteve o total de 30 publicações sobre a temática, sendo o tema único mais explorado pelo total das publicações selecionadas no período. Com o mesmo número de publicações seguiu a temática “Debates externos”, com também 30 publicações, enquanto publicações sobre “contratações e exonerações” na EBC somaram 13 ocorrências, seguidas pela temática “Grade/Programação”, com 12 publicações.

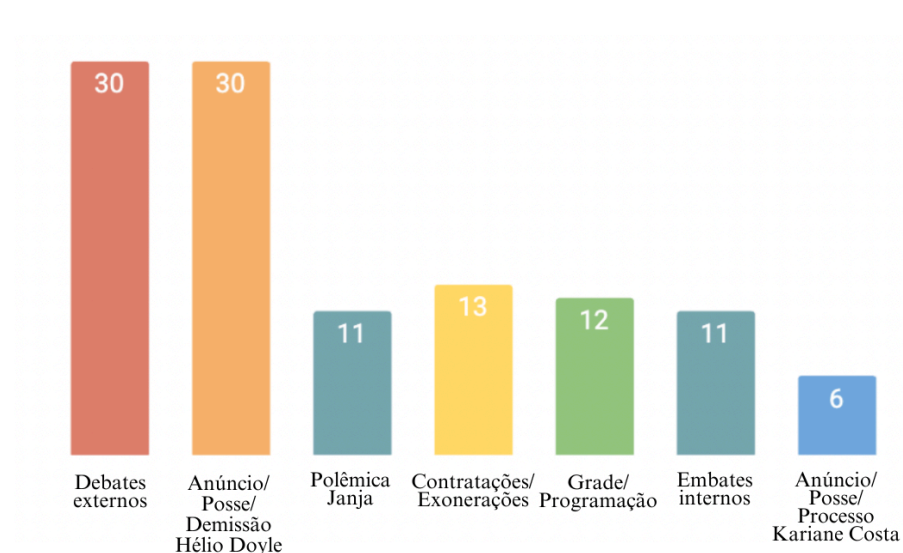
⁴⁰ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/columnas/denise-mota/2023/06/jornalistas-negros-indigenas-e-perifericos-levam-a-brasil-ia-propostas-de-inclusao-na-midia.shtml>

“Embates internos”, categoria que englobou publicações sobre questões internas à EBC, veio em seguida, com 11. Publicações que noticiaram as lives da primeira-dama Janja seguiram na categoria “Polêmicas Janja”, que também somaram 11 publicações no período. Por último, englobando desde o arquivamento do processo administrativo à que a jornalista era vítima até sua posse e exoneração da presidência da EBC, a categoria “Anúncio/Posse e Processo Kariane Costa” somou 6 publicações no período analisado. Sendo assim, as publicações foram organizadas segundo a quantidade de publicações sobre cada temática no quadro a seguir:

Gráfico 4

Quantidade de publicações por temática



Fonte: Elaboração da autora. Total: 113 publicações

Quando observadas as temáticas mais frequentes na cobertura dos portais, percebe-se que o tema com maior repercussão na análise geral foi o Anúncio, a Posse e a Demissão de Hélio Doyle, com 30 publicações durante 2023. A trajetória de Doyle, desde a indicação até sua demissão, foi a temática que atravessou todas as coberturas dos portais analisados em 2023, tomando espaço importante quando o assunto era a EBC. Apenas sobre a demissão de Doyle e seus desdobramentos, a Folha/Uol publicou 9 matérias, o Metrôpoles 3, a CNN também 3, e o G1 juntamente com o R7 publicaram apenas uma matéria. Das 10 publicações analisadas do G1 neste ano, 3 delas são sobre temáticas envolvendo Hélio Doyle, o que demonstra a abrangência do tema nas coberturas dos portais analisados.

Os portais classificaram a demissão de Doyle como um imbróglio interno do governo Lula, tendo na figura do Ministro das Comunicações Paulo Pimenta a principal fonte do governo sobre o assunto. Segundo as publicações, o ministério não se agradou dos posicionamentos do então presidente da EBC em relação ao conflito na Faixa de Gaza. Do ponto de vista da independência da empresa como fundamento de sua missão pública, a demissão de Doyle revela uma face dúbia da existência da EBC e sua relação com o governo Lula. Foi durante o primeiro mandato de Lula que a EBC foi criada, e com ela a independência do presidente da empresa com mandato de 4 anos. Tal independência foi alterada pela Medida Provisória 744/2016, promulgada pelo interino Michel Temer, e o mandato do presidente da EBC passou a ser vinculado à presidência da república.

Por conta dessa vinculação, o mesmo presidente Lula também faz uso da prerrogativa e aceita a exoneração de Hélio Doyle por supostamente ir contra as diretrizes do governo no momento específico do início do conflito e invasão de Israel à Faixa de Gaza em 2023. A justificativa de que as declarações de Doyle criticando o genocídio na Faixa de Gaza teriam causado sua demissão, não se sustentou com o tempo: pouco depois, em fevereiro de 2024, o próprio Lula veio a público repudiar as ações de Israel, o que considerou “um holocausto”.⁴¹ Ainda em outubro de 2023, o Metrôpoles considerou, em sua publicação “Planalto teve a sensação de que presidente da EBC cavou demissão”⁴², que as declarações de Doyle em seu perfil não tinham sido as primeiras demonstrações de “discordâncias” entre o ex-presidente da EBC e parte do governo Lula.

Mas não foi o primeiro gesto que o Planalto viu como um tiro no pé. Na semana passada, Doyle deu uma entrevista ao jornalista Igor Carvalho, e disse que o ministro Paulo Pimenta havia o pressionado pela demissão do jornalista Luiz Carlos Braga, após o apresentador negar numa entrevista a existência da ditadura militar, elogiar Jair Bolsonaro e criticar a eleição de Lula. (Publicação do Metrôpoles, de 19 de outubro de 2023).

Entre as publicações com a temática da demissão de Doyle, a Folha/Uol e o Metrôpoles também tornaram notícia o fato de ex-presidentes receberem ainda 6 meses de salário após demissão, nas matérias “Governo Lula vai pagar salário por mais 6 meses a

⁴¹ As declarações de Lula geraram apoio e críticas ao presidente.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-02/veja-repercussao-da-fala-de-lula-sobre-guerra-em-gaza-e-holocausto>

⁴² Disponível em:

<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/planalto-teve-a-sensacao-de-que-presidente-da-ebc-cavou-demissao>

presidente demitido da EBC”⁴³ e “Hélio Doyle, ex-presidente da EBC, vai receber seis meses de salário”⁴⁴, ambas publicadas no mesmo dia. Ainda que suas manchetes evoquem um senso de moral, ambas publicações reportam no corpo da matéria que o salário após a demissão não é uma prerrogativa apenas de Doyle, mas de todos os diretores de empresas públicas.

As temáticas agrupadas em Debates Externos dividem o primeiro lugar de temáticas mais frequentes, com 30 publicações. Tal categoria reuniu publicações que posicionaram a EBC em contexto com questões da política brasileira, em que os portais frequentemente associaram a EBC ao governo Lula. Exemplo dessas temáticas foi o ato de Lula que retirou empresas públicas (incluindo a EBC) do Plano de Desestatização proposto por Paulo Guedes durante o governo Bolsonaro, subcategoria mais volumosa dentro da classificação “Debates Externos”, com 9 publicações sobre o tema, presente em todos os portais analisados.

Outros temas que tiveram destaque dentro da categoria foi o caso do fotógrafo Lula Marques, impedido de cobrir as reuniões da CPI do 8 de Janeiro, com 4 publicações sobre o subtema. O Metrôpoles, o R7 e a Folha/Uol (em editorial) deram voz às críticas do PSDB ao uso do termo “golpe” por canais oficiais do governo federal em três publicações diferentes⁴⁵, e o uso indevido de Bolsonaro dos canais da EBC foi destaque em duas publicações⁴⁶.

Como subtema da categoria “Debates externos”, “Debates pela democratização da comunicação” foi tema de três publicações (uma da Folha/Uol e duas do Metrôpoles). Na Folha/Uol, a publicação “Jornalistas negros, indígenas e periféricos levam a Brasília propostas de inclusão na mídia”⁴⁷, a colunista da Folha/Uol, Denise Mota, citou o Coletivo de

⁴³ Publicação da Folha/Uol de 27 de dezembro de 2023, disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/12/governo-lula-vai-pagar-salario-por-mais-6-meses-a-presidente-de-mitido-da-ebc.shtml>

⁴⁴ Publicação do Metrôpoles de 27 de dezembro de 2023, disponível em:

<https://www.metropoles.com/brasil/helio-doyle-ex-presidente-da-ebc-vai-receber-seis-meses-de-salario>

⁴⁵ “PSDB: chamar impeachment de Dilma de “golpe” é “discurso extremista””, Metrôpoles, 18 de janeiro de 2023, disponível em:

<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/psdb-chamar-impeachment-de-dilma-de-golpe-e-discurso-extremista>

“Site do governo federal trata impeachment de Dilma como golpe”, R7, 18 de janeiro de 2023, disponível em:

<https://noticias.r7.com/brasil/site-do-governo-federal-trata-impeachment-de-dilma-como-golpe-18012023/> e

“Senhor Polarização”, de Folha/Uol, de 10 de fevereiro de 2023, disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/demetriomagnoli/2023/02/senhor-polarizacao.shtml>

⁴⁶ “Bolsonaro acumulou ilícitos em reunião que pode torná-lo inelegível; entenda em 7 pontos” da Folha/Uol, de 21 de junho de 2023, disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/06/bolsonaro-acumulou-ilicitos-em-reuniao-que-pode-torna-lo-inelegivel-entenda-em-7-pontos.shtml> e:

“Bolsonaro pode ter direitos políticos cassados e ficar sem salário do PL por uso da máquina”

da Folha/Uol, de 5 de julho de 2023, disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/07/bolsonaro-pode-ter-direitos-politicos-cassados-e-ficar-sem-salario-do-pl-por-uso-da-maquina.shtml>

⁴⁷ disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/denise-mota/2023/06/jornalistas-negros-indigenas-e-perifericos-levam-a-brasil-propostas-de-inclusao-na-midia.shtml>

Mulheres e o Coletivo Negro de trabalhadores da EBC como parte das organizações que participaram de elaboração de um documento “com reivindicações para garantir diversidade e inclusão nas políticas de comunicação e regulamentação de mídia do governo federal”, única publicação da Folha/Uol que menciona coletivos internos de trabalhadores da EBC, ou que pauta as ações de pressão de movimentos sociais para a regulamentação da mídia no Brasil. Em “Movimento nos bastidores pede cineasta Joel Zito na EBC”, publicação do Metrôpoles classificada como Debates externos na coleta, também sob o subtema “Debates sobre a democratização da Comunicação” o portal cita a organização dos trabalhadores da EBC para indicar um novo presidente após a demissão de Hélio Doyle, esforço que não se concretizou: Jean Lima tomou posse como interino pouco depois. Ainda que a publicação pudesse também ser enquadrada em “Embates Internos”, uma vez que trata de um suposto movimento interno dos trabalhadores da empresa, deu-se a preferência pela classificação “Debates Externos” pela temática atravessar não só as articulações internas da empresa, mas o próprio governo federal e sua prerrogativa de indicação. O Metrôpoles também republicou a matéria “Entidades apresentam propostas para democratizar a comunicação” da Agência Brasil, já citada anteriormente em 5.1.3.

As temáticas que envolvem “Contratações e Exonerações” reuniram 13 publicações no total, e podem ter seu volume explicado por 2023 ter sido um ano de troca de governo, em que funções de direção e presidência são geralmente renovadas no serviço público. Nomeações e exonerações de nomes para cargos de direção em empresas públicas é tema de interesse na mídia, tradicionalmente, o que também explica a presença da temática.

O criador do perfil “Dilma Bolada”, o publicitário Jeferson Monteiro, foi o nome mais citado por sua contratação como Gerente de Pauta da TV Brasil do Rio de Janeiro, sendo tema de 2 publicações⁴⁸ no período. Monteiro, entretanto, também foi notícia em outras 2 publicações⁴⁹ por sua exoneração, após abandonar o cargo para uma viagem à Europa e em seguida ter sido contratado pela prefeitura do Rio de Janeiro. Nomes como Cissa Guimarães, Marcos Uchôa e Guilherme Portanova foram citados por suas contratações pela EBC, todos em apenas uma publicação do corpus. Karol Eller, youtuber bolsonarista, trabalhava na

⁴⁸ “Criador do perfil ‘Dilma Bolada’ é nomeado para cargo em estatal de comunicação”, da CNN, publicada em 14 de março de 2023, disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/criador-do-perfil-dilma-bolada-e-nomeado-para-cargo-em-estatal-de-comunicacao/> e “Governo nomeia criador do perfil Dilma Bolada para cargo de quase R\$ 18 mil na EBC”, do R7 publicada em 14 de março de 2023, disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/governo-nomeia-criador-do-perfil-dilma-bolada-para-cargo-de-quase-r-18-mil-na-ebc-14032023/>

⁴⁹ “Criador do perfil ‘Dilma Bolada’ perde cargo na EBC após viagem à Europa, do Metrôpoles, publicada em 14 de agosto de 2023, disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/dilma-bolada-ebc>

Gerência de Jornalismo Web da Agência Brasil no Rio de Janeiro durante o governo Bolsonaro e participou dos atos terroristas de 8 de janeiro, o que ocasionou sua já provável demissão da EBC em 9 de janeiro de 2023. A participação da assessora nos atos foi divulgada pelo Metrôpoles⁵⁰ no dia 8 de janeiro e sua demissão no dia seguinte, também na CNN e G1, sendo a demissão mais citada do período nos portais analisados.

A “Grade/Programação dos veículos da EBC” foi temática de 12 publicações analisadas. Na categoria, a Folha/Uol noticiou o fim das transmissões de séries bíblicas produzidas pela Record na TV Brasil⁵¹ e a compra de série católica mexicana em seguida⁵², e também a ampliação do espaço para o cinema nacional na grade da TV Brasil em uma publicação⁵³. O assunto de compra de séries religiosas tanto da Record quanto de produção mexicana repercutiu nos portais Folha/Uol e Metrôpoles no mesmo mês. O Metrôpoles, portal que mais publicou na categoria, também noticiou pronunciamentos de Lula sobre criar rádios estatais em São Paulo para classes C e D, e de melhorar a TV pública fazendo algo “tipo a BBC de Londres”⁵⁴. O portal também anunciou o programa de entrevistas com Leandro Demori⁵⁵ e repercutiu a entrevista na TV Brasil com Roger Water, vocalista da banda Pink Floyd⁵⁶. A CNN publicou uma matéria na categoria, comentando uma fala de Paulo Pimenta em que discute uma possível transmissão semanal do presidente Lula pelas redes sociais para tratar de assuntos específicos e ter um canal direto com a sociedade, que poderia ser produzida pelos veículos da EBC⁵⁷.

⁵⁰ “Youtuber bolsonarista com cargo na EBC participou de ato terrorista” do Metrôpoles, publicada em 8 de janeiro de 2023, disponível em:

<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/youtuber-bolsonarista-com-cargo-na-ebc-participou-de-ato-terrorista>

⁵¹ Disponível em:

<https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2023/08/presidente-da-tv-brasil-diz-que-governo-vai-parar-de-comprar-novelas-da-record-nao-queremos.shtml>

⁵² Disponível em:

<https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2023/11/tv-brasil-compra-serie-catolica-mexicana-apos-descartar-novelas-biblicas-da-record.shtml>

⁵³ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2023/09/tv-brasil-ampliara-espaco-em-sua-grade-para-o-cinema-nacional.shtml>

⁵⁴ Lula, em declaração, disponível em:

<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/lula-fala-em-melhorar-tv-publica-e-fazer-algo-tipo-a-bbc-de-londres>

⁵⁵ Disponível em:

<https://www.google.com/url?q=https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/ebc-lancara-programa-de-entrevistas-com-jornalista-leandro-demori&sa=D&source=editors&ust=1736802115934110&usg=AOvVaw2I4GTuor74pTtmqigizZ1l>

⁵⁶ Disponível em:

<https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/roger-waters-entrevista-tv-brasil>

⁵⁷ Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-quer-fazer-live-semanal-nas-redes-sociais-mas-formato-ainda-nao-esta-definido-diz-pimenta/>

Em seguida, duas temáticas tiveram o mesmo número de publicações: “Embates internos” e “Polêmica com as lives de Janja”, ambas com 11. Em comum, temáticas tiveram a prevalência de um portal em específico afetando a quantidade de publicações: “Embates internos” foi uma categoria dominada por publicações do Metrôpoles, com 9 de 11 publicações, enquanto das 11 publicações sobre as “Polêmicas com as lives de Janja”, 6 delas foram da Folha/Uol.

As questões e embates internos noticiados pelo Metrôpoles evidenciaram as lutas internas entre trabalhadores e empresa, e contextualizaram (ainda que de forma pouco aprofundada) as consequências do desmonte da EBC nos anos anteriores, diferente da abordagem de outros portais. Nesta categoria estão contidas publicações sobre os relatos de censura e perseguição dos trabalhadores no período Bolsonaro⁵⁸, as supostas tentativas dos militares lotados na empresa de permanecerem nos cargos⁵⁹, a instalação de um memorial à Marielle Franco na empresa, após o nome da deputada ser assunto proibido nas coberturas da EBC durante o governo Bolsonaro⁶⁰, assim como novas parcerias da EBC com empresas Chinesas⁶¹ e mudança da cor da marca da empresa, de volta para o azul⁶².

O Metrôpoles também publicou uma crítica do ex-presidente Hélio Doyle, em que dizia que “parte do governo Lula não entende a TV pública”⁶³. Na matéria, Doyle expõe o problema de se misturar a comunicação pública com a governamental, crítica constante dos movimentos pela defesa de uma TV pública forte no país. Esta publicação foi a única em toda a cobertura analisada que expôs a junção entre as TVs públicas e governamentais da EBC no

⁵⁸ “Ministro da Secom recebe relatos de censura, assédio e pressão na EBC”, do Metrôpoles, de 6 de janeiro de 2023, disponível em:

<https://www.google.com/url?q=https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/ministro-da-secom-recebe-relatos-de-censura-assedio-e-pressao-na-ebc&sa=D&source=editors&ust=1736855963403038&usg=AOvVaw2Y-ZGwe psXNyUWqJcWUqOO>

⁵⁹ “Militares lotados na EBC afagam Paulo Pimenta para manter cargos”, do Metrôpoles, de 5 de janeiro de 2023, disponível em:

<https://www.google.com/url?q=https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/militares-lotados-na-ebc-afagam-paulo-pimenta-para-manter-cargos&sa=D&source=editors&ust=1736856055090706&usg=AOvVaw2T PUtKV9p4snXsUxOBVV07>

⁶⁰ “Assunto proibido sob Bolsonaro, Marielle Franco recebe memorial na EBC”, do Metrôpoles, de 10 de março de 2023, disponível em:

<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/assunto-proibido-sob-bolsonaro-marielle-franco-recebe-memorial-na-ebc>

⁶¹ “EBC retoma parceria com empresa chinesa, parada desde 2019”, do Metrôpoles, de 19 de março de 2023, disponível em:

<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/ebc-retoma-parceria-com-empresa-chinesa-parada-desde-2019>

⁶² “EBC voltará a ter marca azul, após verde e amarelo sob Bolsonaro”, do Metrôpoles, de 1 de agosto de 2023, disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/ebc-marca-azul>

⁶³ “Parte do governo Lula não entende TV pública, diz presidente da EBC”, de 6 de agosto de 2023, disponível em:

<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/parte-do-governo-lula-nao-entende-tv-publica-diz-presidente-da-ebc>

período Bolsonaro, e os impactos dessa junção na missão da TV pública, por meio de uma fala de Hélio Doyle:

Para Doyle, essa incompreensão da separação entre cobertura de caráter público de um lado e governamental do outro é natural, e ressaltou que Lula tem clareza sobre o assunto. Sob Jair Bolsonaro, a EBC juntou as duas coberturas, o que levou a estatal a focar seu trabalho na propaganda do governo. Agora, essa divisão foi retomada. (“Parte do governo Lula não entende a TV pública, diz presidente da EBC”, Metrôpoles, 6 de agosto de 2023).

Para além dos “Embates internos” noticiados pelo Metrôpoles, a categoria também contou com uma publicação do R7 (em parceria com a Folha de Vitória) sobre a venda de imóveis da EBC, chamados pela publicação de “de alto custo” e “sem uso”⁶⁴, e outra da CNN, que trazia uma fala de Hélio Doyle sobre “não perseguir politicamente” trabalhadores ligados ao governo anterior que continuavam na EBC⁶⁵, insinuando uma resistência a uma “pressão” interna.

A polêmica criada a partir da retransmissão das lives do programa “Papo de Respeito”, apresentado pela primeira dama Janja Silva, nas redes da então TV Brasil Gov, foi uma temática que atravessou quase todas as coberturas, exceto o G1. Mais intensamente explorada nas publicações da Folha/Uol, que deteve notável interesse no assunto, com 6 publicações, a temática foi repercutida também na cobertura do Metrôpoles (1 publicação), CNN (3 publicações) e R7 (1 publicação).

Midiaticamente, a confusão começou após a publicação da matéria “Janja faz live retransmitida por TV Brasil e prevê agenda própria em viagens”⁶⁶, da Folha/Uol, de 7 de março de 2023, que indica a participação da TV Brasil (pública) na retransmissão do programa. Uma informação falsa, ou no mínimo imprecisa, uma vez que a live foi retransmitida na TV Brasil Gov (governamental). No dia seguinte, 8 de março, o Metrôpoles também publica sobre o tema, afirmando que “críticos do governo Lula acusam Janja de usar a TV pública para “autopromoção”⁶⁷. É possível que essas notícias tenham chamado a

⁶⁴ “EBC vai vender imóveis sem uso e de alto custo”, do R7, em colaboração com a Folha de Vitória, de 18 de fevereiro de 2023, disponível em:

<https://www.folhavitória.com.br/politica/noticia/02/2023/ebc-vai-vender-imoveis-sem-uso-e-de-alto-custo>

⁶⁵ ““Não vai haver perseguição política”, afirma presidente da EBC sobre cobrança para demitir bolsonaristas”, da CNN, de 6 de junho de 2023, disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/nao-vai-haver-perseguiçao-politica-afirma-presidente-da-ebc-sobre-cobranca-para-demitir-bolsonaristas/>

⁶⁶ Matéria retirada do ar do site da Folha/Uol

⁶⁷ “Janja participa de live em redes da TV Brasil e recebe críticas na web”, do Metrôpoles, de 8 de março de 2023, disponível em:

atenção de deputados da oposição, como Rubinho Nunes (União Brasil), que acionou a justiça para que a EBC explicasse sobre a transmissão de lives governamentais em TVs públicas. Tal ação foi registrada em duas publicações do corpus, em 14 de março, da CNN e do R7. “Justiça dá 72 horas para governo explicar aparição de Janja na TV Brasil”, da CNN e “Justiça dá à EBC e à União 72 horas para explicarem programa apresentado por Janja”, do R7, repetem ainda o argumento de que Janja teria usado dos veículos da TV Brasil para retransmissão de sua live. A CNN ainda publicou duas matérias no dia seguinte (15 de março de 2023) ouvindo deputados e críticos da EBC sobre o assunto, uma das publicações sendo um comentário de Joel Pinheiro afirmando que “se for para servir ao governo da vez, melhor não ter a EBC”⁶⁸.

Ainda que as publicações tenham constado os posicionamentos emitidos pela empresa, que argumentaram que a transmissão foi feita em canais da TV Brasil Gov, que é uma TV governamental e que as lives de Janja tinham interesse interministerial e promoviam apenas as políticas do novo governo, os veículos persistiram em trazer posicionamentos de críticos que imputaram o uso de canais públicos pelo governo, mesmo que esse não tenha sido o caso, como foi confirmado pela Justiça posteriormente. Apenas em 19 de março, a Folha/Uol trouxe na publicação “Justiça rejeita ação contra Janja apresentada por Rubinho Nunes após live do Dia da Mulher”, em que explica finalmente:

O programa foi veiculado nos canais da TV Brasil Gov, marca que substituiu a antiga TV Nacional do Brasil (NBR) e é destinada à divulgação de ações e políticas públicas do Executivo. Ao acionar a Justiça Federal, o vereador Rubinho Nunes afirmou que a primeira-dama teria usado a estrutura da TV Brasil, que é um canal público, para enaltecer as "supostas bondades" de seu marido, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em afronta aos princípios da administração pública. (Publicação na Folha/Uol, 19 de março de 2023).

Com a questão resolvida na justiça, entretanto, a Folha/Uol seguiu dando destaque às ações da primeira dama no governo, como na publicação “Janja retoma lives e, após polêmica, evita canais do governo”⁶⁹, de 26 de junho. Na publicação, a Folha/Uol repete a

<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/janja-participa-de-live-em-redes-da-tv-brasil-e-recebe-criticas-na-web>

⁶⁸ Fala do ex-comentarista da CNN, Joel Pinheiro. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/joel-pinheiro-se-for-para-servir-ao-governo-da-vez-melhor-nao-ter-a-ebc/>

⁶⁹ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/06/janja-retoma-lives-e-apos-polemica-evita-canais-do-governo.shtml>

informação de que Janja usou meios públicos para retransmissão de seu programa logo no subtítulo da matéria: “Alvo de críticas depois do uso da TV Brasil, primeira-dama anuncia projeto quinzenal, mas transmite em perfil pessoal”. Ignorando o que foi decidido judicialmente, a Folha/Uol prosseguiu em sua própria narrativa:

Na ocasião, a primeira-dama e o Executivo sofreram críticas por terem sido usados canais oficiais do governo na retransmissão da conversa —ela foi retransmitida pelos perfis nas redes sociais da TV Brasil, veículo público de comunicação da EBC (Empresa Brasil de Comunicação).

Em outra publicação, de 29 de junho de 2023, a Folha mais uma vez trouxe a falsa polêmica à tona em “Presidência usa canal oficial para divulgar live de Janja”, desta vez argumentando que a Secom da presidência usou uma lista de transmissão oficial de WhatsApp, por meio da qual são informadas as agendas e notas do governo federal, para divulgar nova live de Janja. Na ocasião, a Secom se desculpou com a Folha/Uol, como se a divulgação das novas lives por meio de canais do governo fosse de alguma forma imoral ou pouco ética. A publicação traz a argumentação da EBC sobre a live anterior, mas não trouxe a decisão judicial e a própria explicação da Folha/Uol para tal em sua publicação anterior de 19 de março. Neste período os outros portais já haviam parado de publicar sobre o assunto. A CNN não trouxe a resolução da questão na justiça, e a cobertura foi interrompida logo nas acusações, mesmo que a decisão judicial tenha saído no mesmo mês. O Metrôpoles e o R7 também não publicaram sobre a decisão judicial a favor de Janja e EBC.

A última categoria de temáticas organizadas neste trabalho, com apenas 6 publicações no total analisado, foi o “Anúncio, posse e processo de Kariane Costa”. O tema foi mais explorado na cobertura do portal Metrôpoles, com 4 publicações sobre o assunto, mas também presente na cobertura do G1 (uma publicação) e do R7 (uma publicação). O Metrôpoles cobriu a pauta desde que a CGU assumiu o processo administrativo aberto pela gestão alinhada à de Bolsonaro, que acusava Kariane Costa de injúria e difamação por ter denunciado assédio moral dos gestores contra os empregados da empresa⁷⁰. O portal deu seguimento com uma publicação que anunciava a presidência de Kariane⁷¹, e também

⁷⁰ “CGU assume processo da EBC contra servidora que relatou assédio moral” publicação do Metrôpoles de 12 de janeiro de 2023, disponível em:

<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/cgu-assume-processo-da-ebc-contra-servidora-que-relatou-assedio-moral>

⁷¹ “Servidora que denunciou assédio moral será presidente da EBC”, publicação do Metrôpoles, de 13 de janeiro de 2023, disponível em:

<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/servidora-que-acusou-assedio-moral-sera-presidente-da-ebc>

divulgou sua posse⁷², com o perfil da jornalista, empregada da EBC há 10 anos. Mais tarde, em 21 de fevereiro, o Metrôpoles também publicou sobre o arquivamento do processo ao qual Kariane era ré⁷³.

5.1.8 Categoria 9: Presença de críticas

A categorização de críticas presentes nas publicações sobre a EBC foi feita baseada em críticas diretas à empresa ou que sejam feitas sem a presença de contraditório. Para tal, organizamos as publicações entre críticas “Ausentes”, e as três críticas mais comuns endereçadas à EBC, segundo Pieranti (2020), sendo elas: “A EBC é cara”, “A EBC é aparelhada” e “a EBC não cumpre sua função pública”. Do total de publicações analisadas, 28,3% (ou 32 das 113 publicações) apresentam críticas diretas à EBC no corpo ou no título da publicação. Ainda que o percentual não pareça alarmante, apenas críticas diretas e opiniosas foram categorizadas, excluindo assim um possível viés ou enquadramento específico sobre as questões. Críticas voltadas apenas ao presidente da empresa também não foram contabilizadas. Individualmente, a Folha/Uol marcou 11 críticas em 35 publicações, o Metrôpoles 15 críticas em 44 publicações, a CNN com 4 críticas em 17 publicações, o G1 com uma crítica em 9 publicações e o R7 com 4 críticas em 8 publicações, obtendo a maior média. A frequência da presença ou ausência de críticas pode ser melhor observada no Quadro a seguir:

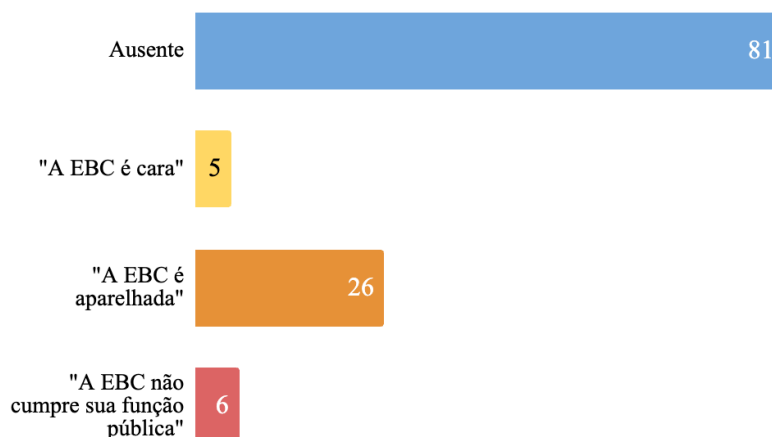
⁷² “Jornalista Kariane Costa toma posse como nova presidente da EBC”, publicação do Metrôpoles, de 16 de janeiro de 2023, disponível em:

<https://www.metropoles.com/brasil/jornalista-kariane-costa-toma-posse-como-nova-presidente-da-ebc>

⁷³ “CGU arquiva ação da EBC contra funcionária que denunciou assédio moral”, publicação do Metrôpoles de 21 de fevereiro de 2023, disponível em:

<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/cgu-arquiva-acao-da-ebc-contra-funcionaria-que-denunciou-assedio-moral>

Gráfico 5
Presença de críticas



Fonte: elaboração da autora

O “aparelhamento” político da EBC foi a crítica mais presente nas coberturas no período, em que relacionavam as intervenções do governo Lula na direção da empresa, frequentemente sem contextualizar o processo de desmonte que enfraqueceu a independência da EBC do governo federal, do governo Temer em diante. O aparelhamento foi visto pelos portais como uma questão fundadora da EBC, uma vez que os portais tiveram dificuldade em classificar a empresa como um todo. Por vezes chamada de “empresa ligada ao governo federal”, “estatal de comunicação”, a EBC foi pouco lembrada por seu caráter público, exceto em publicações sobre a polêmica com Janja, em que a Folha/Uol, a CNN e o R7 acusaram a empresa de usar a TV Brasil para transmitir ações do governo, atentando apenas neste momento para a missão pública da empresa e necessidade de sua independência do governo federal. Em outros momentos, a mesma TV Brasil foi chamada de “TV que transmite eventos oficiais”⁷⁴. Dessa forma, o suposto aparelhamento político da EBC foi tratado indistintamente entre o governo Lula e a administração anterior de Bolsonaro.

Em seguida, 6 publicações continham a crítica de que a EBC “não cumpre sua função pública”. Entre elas, duas da Folha/Uol, uma do Metrôpoles, uma da CNN, uma do G1 e uma do R7. A Folha/Uol publicou um editorial e um painel de leitores que continham críticas à

⁷⁴ Em subtítulo, o G1 disse: “Estatual de comunicação comanda TV Brasil (que transmite eventos oficiais) e rádios públicas.”

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/15/lula-destitui-comando-da-ebc-e-representante-dos-empregados-sera-presidente-interina.ghtml>

EBC por não cumprir sua função pública feitas diretamente. Nessas publicações, o portal opinava que a EBC teria “dificuldade de preencher critérios de interesse público”⁷⁵, e publicou o comentário de uma leitora em que pediu “pela extinção da EBC”⁷⁶. O Metrôpoles, curiosamente, trouxe uma crítica do próprio ex-presidente da EBC, Hélio Doyle, que argumentou pela necessidade de separação entre os veículos públicos e governamentais, algo que dificultava o cumprimento da missão pública da empresa⁷⁷.

Outras cinco publicações criticaram a empresa por ser “cara”. O Metrôpoles noticiou a compra de 5 celulares para produção de conteúdo da empresa de radiodifusão por R\$50 mil, um valor compatível com o mercado da produção digital⁷⁸, o G1 contabilizou a economia que seria aos cofres públicos se a empresa fosse privatizada⁷⁹ ao lamentar a saída da EBC do plano de privatizações, e o R7 criticou o fato da EBC manter imóveis sem uso⁸⁰. A Folha/Uol esteve presente na categoria com a publicação de comentários dos leitores, já abordada anteriormente na análise.

5.1.9 Categoria 10: Enquadramentos Genéricos (Iyengar, 1991)

Iniciando a análise de enquadramentos genéricos propostos por Iyengar (1991), classificamos as publicações enquanto “temáticas” e “episódicas”. Enquadramentos midiáticos foram tomados nessa pesquisa como operação principal pela qual se seleciona, enfatiza e apresenta (logo, se constrói) o acontecimento, assim, significam princípios de seleção, exclusão e ênfase na construção do conteúdo jornalístico.

⁷⁵ “Prejuízos estratégicos”, editorial da Folha/Uol de 21 de fevereiro de 2023, disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/02/prejuizos-estrategicos.shtml>

⁷⁶ disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2023/10/assinantes-criticam-postura-de-ex-presidente-da-ebc.shtml>

⁷⁷ “Parte do governo Lula não entende a TV pública, diz presidente da EBC”, publicação do Metrôpoles, de 6 de agosto de 2023, disponível em:

<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/parte-do-governo-lula-nao-entende-tv-publica-diz-presidente-da-ebc>

⁷⁸ Disponível em:

<https://www.metropoles.com/colunas/paulo-cappelli/ebc-compra-5-celulares-por-r-50-mil-para-producao-de-conteudo>

⁷⁹ Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/07/correios-ebc-e-mais-entenda-por-que-governo-retirou-empresas-dos-programas-de-privatizacao.ghtml>

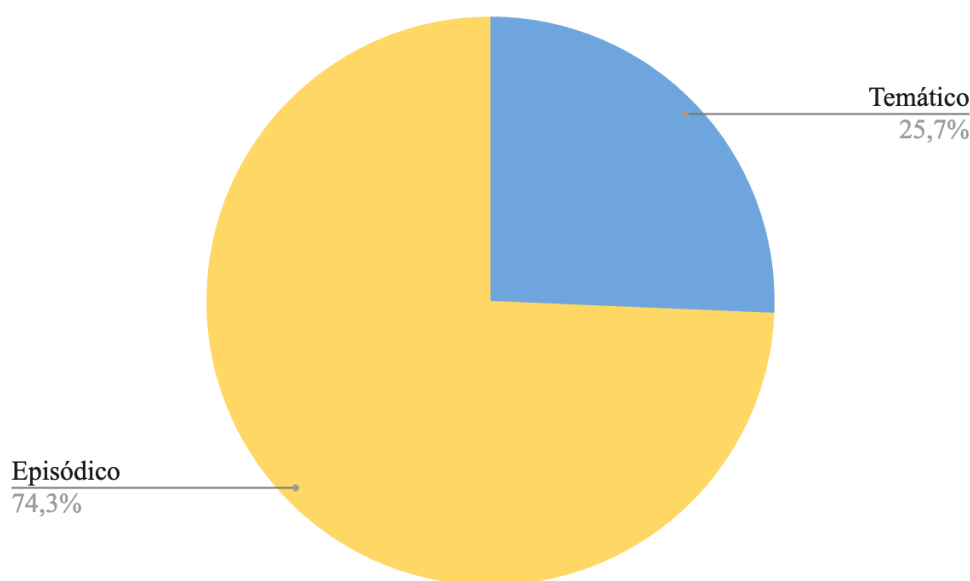
⁸⁰ Disponível em:

https://www.google.com/url?q=https://www.folhavoria.com.br/politica/noticia/02/2023/ebc-vai-vender-imoveis-sem-uso-e-de-alto-custo&sa=D&source=editors&ust=1736972716432872&usg=AOvVaw1TpEZqst_rd7X_MdD_r2RK

A classificação em enquadramento temático envolveu noções de pluralismo e equilíbrio, que podem então ser considerados como elementos capazes de conduzir à superação da fragmentação, superficialidade e tendência ao entretenimento contidos nos enquadramentos episódicos. O pluralismo corresponde a um tratamento compreensivo de causas, consequências e da diversidade de fatores que concretamente influenciam a definição e a implementação de políticas públicas. Fatos e acontecimentos complexos e relevantes devem ser noticiados de maneira abrangente, verificando-se seus antecedentes e implicações, relações historicamente constituídas. (Rothberg, 2007, p. 5).

Os resultados gerais da análise de enquadramento genérico (Iyengar, 1991) podem ser melhor observados no Gráfico 6, a seguir:

Gráfico 6
Enquadramentos genéricos 1



Fonte: elaboração da autora

Ao observar os resultados, é possível perceber que a cobertura dos portais analisados em suas publicações sobre a EBC foram enquadradas como episódicas, de forma predominante, com 74,3% das publicações nesta categoria, enquanto 25,7% foram classificadas como temáticas. Assim, quase $\frac{3}{4}$ das publicações abordaram os temas que circundam a EBC de forma a dar ênfase sobre o potencial de disputa envolvido nos

movimentos dos políticos. Assim, os significados mais gerais de ações ou movimentos do governo, os embates pela democratização da comunicação e fortalecimento de um Sistema Público de Radiodifusão ou mesmo os avanços em direção ao desmonte e o aniquilamento das políticas de comunicação promovidos por grande parte da classe política nos últimos anos, são negligenciados para favorecer o enfoque jornalístico sobre consequências dos choques políticos, dentro de dinâmicas dos partidos ou do congresso e, no caso do tema desta pesquisa, frequentemente focado na crítica ao governo atual. Assim, boa parte da cobertura sobre a EBC pelos portais de mídia comercial, ao ignorar antecedentes, critérios ou resultados já estabelecidos, se torna a cobertura dos bastidores da política no terceiro mandato do governo Lula.

Uma característica presente em todas as coberturas analisadas é a ambiguidade e pouca precisão em classificar *o que é* a EBC, como ela é organizada institucionalmente e por que a empresa *existe*. Em 2023, os portais analisados exploraram pouco as relações entre o histórico da EBC e as consequências que tornam a empresa o que é hoje, e quando o fizeram, foi segundo poucas perspectivas, frequentemente as mesmas. As expectativas de empregados da empresa, dos movimentos sociais e até mesmo da academia não foram consideradas em parte significativa das publicações que, em muitos exemplos, assumiu sua incompreensão sobre a EBC. Os exemplos abaixo evidenciam como os portais demonstram sua confusão sobre a empresa, afirmando que a TV Brasil, que é pública, transmite “atos do governo”, ou que a “estatal EBC” é “ligada ao governo federal” na Figura 5 e após a resolução na justiça sobre a retransmissão da live de Janja na TV Brasil Gov, em que a Folha/Uol permaneceu afirmando que Janja usou a TV pública, ao mesmo tempo que se refere à TV Brasil como “canais do governo”, Figura 5:

Figura 5



Fonte: Portal G1

Figura 6

Publicação da Folha/Uol

GOVERNO LULA

Janja retoma lives e, após polêmica, evita canais do governo

Alvo de críticas depois do uso da TV Brasil, primeira-dama anuncia projeto quinzenal, mas transmite em perfil pessoal



Victoria Azevedo

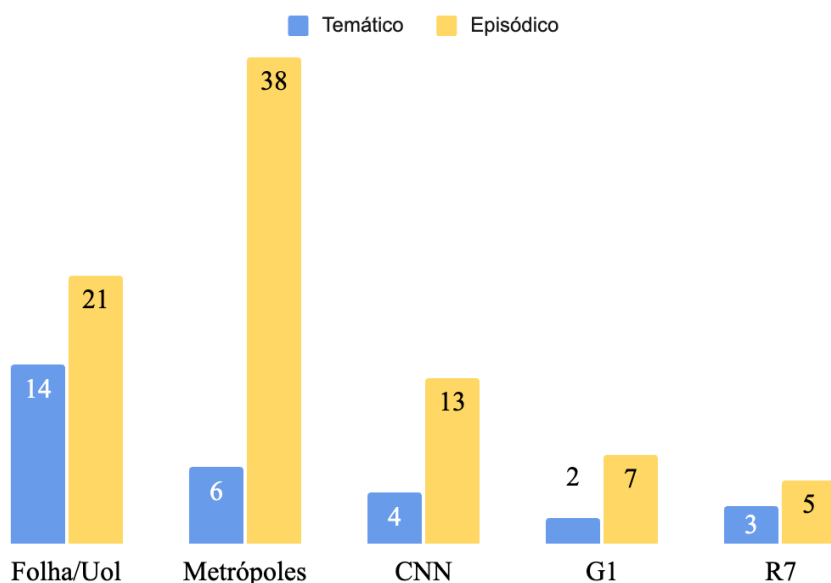
Fonte: Portal folha.uol.com

Ainda que não tenha sido tema desta pesquisa, é de se pensar em quão dificultoso é para um leitor ou cidadão se informar a partir dessas publicações sobre o que é a radiodifusão pública ou do que se trata uma empresa pública de comunicação. Dessa forma, a abordagem episódica predominante dos portais trouxe consigo embates e conflitos pontuais do período analisado que foram simplesmente confrontados, carecendo de explicações para as diferenças e deixando de explorar o alcance de eventuais contradições das visões distintas tanto sobre a EBC e seu destino político. Os debates e embates sobre a retomada do fortalecimento aos meios públicos foram considerados minoritários, ou apenas excluídos do interesse jornalístico em grande parte das publicações, como foi visto até o momento.

Para entender como as publicações de cada portal foram classificadas, produzimos também a análise específica, que demonstra como, interiormente, cada veículo analisado organizou sua cobertura sobre a EBC no período em relação aos enquadramentos genéricos, e as diferenças entre eles.

Gráfico 7

Enquadramentos genéricos 1.1



Fonte: elaboração da autora

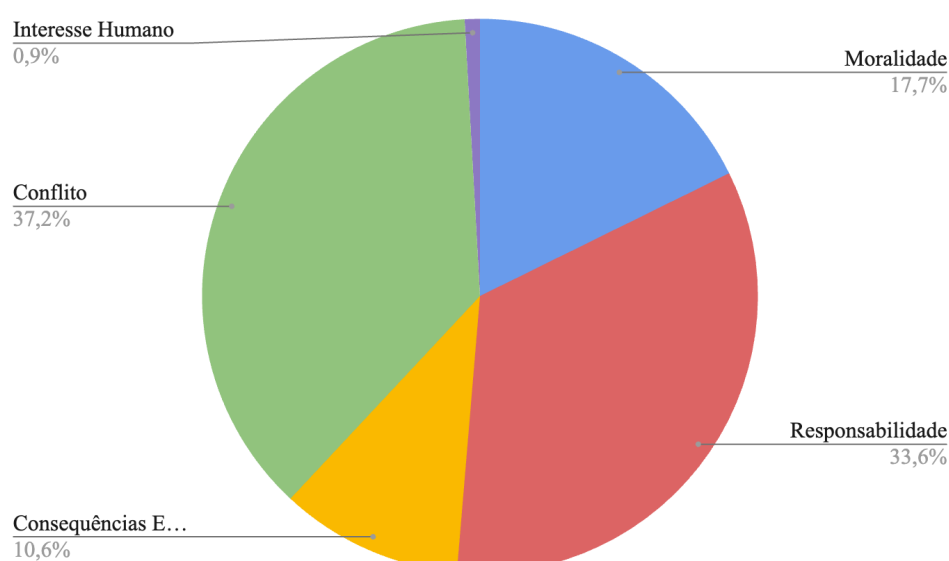
Os resultados revelam que, dadas as proporções nas diferenças de quantidade de publicações por portal, 40% das publicações da Folha/Uol foram classificadas como “temáticas”, seguida de 37,5% do R7, 23,5% da CNN, 22,2% do G1 e por fim 13,6% do Metrôpoles. Estes resultados podem refletir a linha editorial dos veículos analisados, diferentes entre si, porém, em todos os portais analisados as publicações de enquadramento episódico são mais numerosas. Neste quesito, o portal Metrôpoles é destaque tanto por ser o portal que mais publicou sobre a EBC em 2023 quanto por ter a maior quantidade de publicações com essa classificação. Em sua cobertura, o portal deixou proliferar fontes em off, com um jornalismo diário apressado, com informações ainda em desenvolvimento e publicações em colunas de opinião. Essa característica, apesar de acentuada nas publicações do Metrôpoles, é comum a todos os portais que fizeram parte da pesquisa.

5.1.10 Categoria 11: Enquadramentos Genéricos (Sametko, Valkenburg, 2000)

A segunda vertente de enquadramentos genéricos analisados da pesquisa advém do modelo proposto por Sametko e Valkenburg, (2000) que classifica os enquadramentos em: *conflito* (ênfase nos embates), *interesse humano* (cobertura com apresentação emocional do tema), *consequências econômicas* (ótica dos efeitos econômicos sobre um grupo ou

indivíduo), *moralidade* (julgamentos em contexto moral) e *responsabilidade* (atribuir a causa de um problema a alguém) (Semetko, Valkenburg, 2000). Ainda que as publicações possam conter mais de um enquadramento, selecionamos a opção que mais evidenciasse o texto como um todo. Os resultados à partir da análise das 113 publicações do corpus foram organizados no Gráfico 8 a seguir:

Gráfico 8
Enquadramentos genéricos 2



Fonte: elaboração da autora

Os enquadramentos de *Conflito* e de *Responsabilidade* foram os mais numerosos do período, com 37,2% e 33,6% das publicações respectivamente. Os conflitos mais explorados no período se relacionam com as polêmicas em torno das lives de Janja, como já mencionado no trabalho, e que teve ênfase nos embates entre opositores do governo (com sua visão amplificada pela cobertura dos portais) que acusavam a primeira-dama de uso dos canais públicos para promover ações do governo, enquanto a EBC explicava que a live de cunho interministerial foi transmitida na TV Brasil Gov (antiga TV NBR, com missão de divulgar ações do governo).

Outros conflitos enquadrados no período tiveram como temática a ação de Arthur Maia contra o fotógrafo da EBC, Lula Marques, de Hélio Doyle com a Secom da Presidência e consequentemente seu ex-ministro. O conflito entre os atores que circundam a existência da

EBC foram frequentemente associados a figuras políticas ou de autoridade, como o presidente da empresa. O choque entre os mandatários, sem uma compreensão ou exposição do que seria a empresa em questão, ou que ela significa no contexto das comunicações no país, privou os leitores de uma abordagem que evidenciasse a complexidade do tema.

O enquadramento de *Responsabilidade*, segundo mais presente, foi classificado quando as matérias sugeriram que alguma esfera do governo tinha habilidade para resolver um problema em questão, ou quando sugeriam que alguma esfera do governo era responsável pelo problema. Dessa forma, as publicações atribuíram responsabilidade a um grupo de atores: o governo Lula, o presidente da EBC, a primeira dama Janja, aos presidentes da EBC, Hélio Doyle e Jean Lima posteriormente, à Secom de ao ex-ministro Paulo Pimenta, mas também à própria EBC.

O enquadramento da *Moralidade* veio em seguida com 17,7% das publicações. As matérias selecionadas abordaram aspectos morais ou éticos dos temas e apresentaram julgamentos sobre a empresa. Nesta categoria estão as colunas de Demétrio Magnoli na Folha/Uol, que por mais de uma ocasião teceu julgamentos sobre a EBC e o presidente da empresa. A Folha/Uol também se destacou na categoria pelas publicações que acusavam Janja de usar as emissoras públicas da EBC. A moralidade esteve em foco em uma narrativa que constantemente associavam os atores próximos à EBC ao uso indevido de bens públicos, e ao aparelhamento governamental. O portal R7 também se destacou na categoria com 4 de suas 8 publicações sob este enquadramento, seja em publicações sobre a contratação do criador do perfil Dilma Bolada pela EBC, ou por canais do governo terem se referido ao impeachment de Dilma Rousseff como golpe.

O enquadramento de *Consequência Econômicas* foi encontrado em 10,6% das publicações, concentrados no assunto da saída da EBC do plano de privatizações, que frequentemente abordaram os custos das empresas públicas e a economia que supostamente representaria sua privatização. E por último, *Interesse Humano*, com apenas 0,9% das publicações foi composto por publicações com ênfase nos aspectos emocionais da temática, como em “Ex-Globo, Guilherme Portanova pede demissão da Record após 4 anos e vai para TV Brasil”, da Folha/Uol, em que a publicação faz uma retomada da história do jornalista contrato pela EBC, que foi sequestrado pelo PCC e feito de refém, abordando os impactos que o evento teve na vida de Portanova.

Dessa forma, a análise dos enquadramentos genéricos revelou coberturas focadas no *Conflito*, em que a EBC foi posta em contexto em relação aos embates entre seus atores políticos, frequentemente ligados às ações do governo federal e do próprio presidente Lula.

As coberturas também atribuíram responsabilidade à EBC em relação às contratações e demissões, e em eventos como as lives de Janja.

5.1.3 Categoria 6: Análise por portal

Daremos seguimento às análises organizadas por portal, partindo do que já foi exposto nos subitens anteriores.

5.1.3.1 Folha Uol: a recorrente abordagem da relação entre a EBC e o governo federal

A Folha/Uol publicou o total de 35 matérias sobre a EBC em 2023, segundo o levantamento da presente pesquisa. O portal teve seu pico de publicações no mês de outubro (8 publicações), mês da exoneração do presidente da EBC, Hélio Doyle, e em junho, momento da contratação do jornalista Marcos Uchôa e do início da programação de *lives* e pronunciamentos de Lula. Em março, entretanto, a Folha/Uol inicia sua cobertura sobre Janja e sua agenda de lives no dia 7, cobertura que se estendeu no portal até outubro, mês após a resolução do imbróglia político em relação ao seu programa de 8 de março, a Folha. Em comparação, a presidência de Kariane Costa foi sumariamente ignorada na cobertura da Folha/Uol, que passou a pautar a EBC no ano de 2023 apenas em fevereiro, momento em que Hélio Doyle já assumia a cadeira de presidente.

A Folha/Uol classificou a maior parte de suas publicações sobre a EBC na editoria de "Política", com 17 publicações, seguida de "Colunas" com 10 e "Televisão" com 3 publicações. A Folha/Uol também produziu três editoriais ("Prejuízos estratégicos" - 21.02.2023; "Privatizar não é tabu" - 09.04.2023, e "Derrapadas desgastam governo Lula na disputa política sobre guerra Israel-Hamas" 19.10.2023) que apresentam críticas à própria existência da EBC. Ao lamentar a saída de empresas públicas do plano de privatização previsto por Jair Bolsonaro, temática com duas publicações extensas no portal, o editorial "Privatizar não é tabu" classificou que: "Luiz Inácio Lula da Silva (PT) contempla suas bases ideológicas e corporativistas ao retirar os Correios do programa —bem como a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e outras inutilidades mantidas com dinheiro do contribuinte"⁸¹. Em "Prejuízos estratégicos", a Folha argumenta que o Estado custa a se libertar de "estruturas ineficazes", e que empresas públicas e estatais sobrevivem apenas por serem estratégicas ao

⁸¹ "Privatizar não é tabu", editorial da Folha/Uol de 9 de abril de 2023, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/amp/opiniao/2023/04/privatizar-nao-e-tabu.shtml>

governo atual. O editorial também afirma que, além de supostamente deficitária, a EBC teria "dificuldade em preencher critérios de interesse público"⁸² ignorando a posição central da comunicação e da mídia pública na consolidação da democracia, enquanto um direito. O texto inicia com a sentença:

O governo federal dispõe de estatais que, embora tenham nome e condição de empresas, não geram receitas suficientes para manter sua operação e dependem do dinheiro do contribuinte. Na prática, são repartições públicas, mas de propósitos nem sempre claros. (Editorial da Folha/Uol “Prejuízos estratégicos”)

Em uma demonstração de desconfiança no setor público, o parágrafo expressa também a noção de que as empresas públicas são bens “à disposição” do governo de ocasião, sem razão de existir além do aparelhamento governamental. Para além do editorial, tal ponto de vista perpassa a cobertura do portal em textos informativos de outras editorias, com manchetes acusatórias na editoria de “Política”, como “Governo usa canais oficiais para promover Janja e ironizar Bolsonaro”, de 18 de março de 2023, assinada por Renato Machado e Marianna Holanda. Em junho, a publicação “Lula ignora promessa, repete Bolsonaro e usa live para ataques”, também de Renato Machado, na editoria de “Política”, continha elementos opiniosos e em consonância com o publicado nos editoriais do portal, ainda que travestido de texto noticioso.

A Folha/Uol teve como terceira categoria mais frequente em suas temáticas a polêmica envolvendo a primeira dama, Janja Lula da Silva (6 publicações das 35), e em especial no evento em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres. Janja Silva começou a ser pautada pelo portal dia 7 de março, no anúncio do seu programa de entrevistas "Papo de Respeito" em comemoração à data do 8 de março. No dia, o programa foi retransmitido pelo canal da, então, TV Brasil Gov, nas redes sociais.

A referida TV Brasil Gov representava, neste momento, a antiga TV NBR, gerida pela EBC e que presta serviço ao governo federal. A repercussão dada pela Folha associou a retransmissão pela TV Brasil Gov (que realmente retransmite atos do governo) ao uso dos canais públicos (TV Brasil) pela primeira dama, o que foi desmentido pela EBC e posteriormente arquivado pela justiça. Mesmo após o esclarecimento da empresa e da absolvição das acusações feitas de uso da TV pública por deputados da oposição, a Folha/Uol continuou lembrando a pauta até os meses de maio e junho e fiscalizando as transmissões

⁸² “Prejuízos estratégicos”, editorial da Folha/Uol de 21 de fevereiro de 2023, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/amp/opiniaio/2023/02/prejuizos-estrategicos.shtml>

da EBC com a participação da primeira dama nas outras edições de seu programa "Papo de Respeito".

A intensa cobertura sobre Janja pela Folha/Uol reflete também as críticas e o escrutínio a que o próprio governo Lula foi sujeito pelo veículo em seus editoriais. As contratações e exonerações do corpo diretivo da empresa foram a quarta temática mais recorrente da cobertura da Folha/Uol no período, com 4 publicações das 35. Tal temática compreendeu publicações sobre exonerações de funcionários ligados ao governo Bolsonaro e também figurou na classificação do portal Metrôpoles. Dentre as contratações e exonerações mais comentadas em ambos portais no período esteve a de Marcos Uchôa.

No ano de 2023, 12 jornalistas da Folha/Uol publicaram conteúdos que pautavam a EBC. O portal também assinou publicações como "Folha" e "F5", sua editoria separada para conteúdos da televisão. Das publicações analisadas da Folha/Uol, 20% continham a crítica de que a EBC “é aparelhada”, expressa diretamente na publicação ou sugerida no corpo do texto sem a presença de contraditório. Tal crítica apareceu na cobertura da Folha/Uol em seus editoriais, mas também em suas publicações na editoria de Política, e fez referência tanto a um suposto aparelhamento do governo Lula, quanto ao do governo Bolsonaro indistintamente. A Folha/Uol também dedicou uma publicação em sua editoria "Painel do Leitor" que contou com comentários dos leitores da Folha/Uol que apresentavam as três críticas simultaneamente, como: "Pela extinção da EBC. Com o dinheiro economizado, faça propaganda, não autopromocional como sempre fez e faz, mas para educar o povo. O brasileiro precisa aprender a respeitar o próximo", de Neli Faria (São Paulo, SP).

A cobertura da Folha teve 40% de suas publicações classificadas como de “enquadramento temático”, mas tal classificação não refletiu o desprezo com que as definições sobre a EBC foram abordadas. O portal raramente seguiu um padrão de checagem ao se referir à empresa ou aos veículos da EBC⁸³ ou como cada um se organizava no período, e a empresa foi classificada como “empresa estatal”, e seu veículo público como “TV que presta serviço ao governo federal” em frequentes publicações.

A ligação do governo federal com a EBC foi explorada ao limite de ser a única abordagem oferecida pelo veículo, com raras exceções, oferecidas apenas por colunistas eventuais. Em 2023, a Folha/Uol deixou claro, por meio de seus editoriais, que a grande falha de Bolsonaro em relação à EBC foi não ter privatizado a empresa quando teve chance, e que

⁸³ Durante o período analisado, as TVs operadas pela EBC se chamavam “TV Brasil” e “TV Brasil Gov”, confusão criada por Bolsonaro ao mudar o nome das TV NBR, aproximando e obscurecendo os limites entre a produção de radiodifusão governamental e pública. Tal confusão foi revertida em 2023, em que foi criado o “Canal Gov”, como TV do governo federal.

agora a antiga “TV do Lula” pode voltar a ser notícia por ser usada sem descrição pelo governo federal. O portal não reconhece qualquer resquício de luta política interna ou externa que entenda a EBC enquanto um instrumento público de promoção da democracia, ou que veja algum valor social em veículos de comunicação pública no contexto do Brasil. A visão da Folha/Uol, que ecoa entre seus leitores, é a visão do mercado e de boa parte da classe política brasileira, em última instância.

5.1.3.2 Metrôpoles: uma cobertura baseada em fontes

O Metrôpoles publicou o total de 44 matérias sobre a EBC em 2023, segundo o levantamento da presente pesquisa, sendo o portal com maior volume de publicações sobre a EBC entre os veículos estudados. O portal deu intensa cobertura à EBC no mês de janeiro, com 15 publicações sobre o tema, em um momento em que o governo Lula anunciava as mudanças na direção da empresa e as visões do governo sobre o setor. Neste primeiro mês de governo, o Metrôpoles cobriu as exonerações de comissionados indicados previamente por Bolsonaro e deu espaço para as demandas dos empregados na publicação: "Ministro da Secom recebe relatos de censura, assédio e pressão na EBC", de 6 de janeiro. O portal também republicou na íntegra uma matéria da Agência Brasil, com o título "Entidades apresentam propostas para democratizar a comunicação", em 24 de janeiro, que discutia as propostas sobre a democratização da comunicação levantadas em uma atividade no Fórum Social Mundial, que acontecia em Porto Alegre, em 2023. As propostas discutidas na matéria sugeriam o fortalecimento da EBC e da rede de comunicação pública no Brasil, além da ampliação do fomento da comunicação regional e popular. Neste mesmo mês, o Metrôpoles também cobriu os eventos, desde a extinção do processo contra a empregada Kariane Costa até a sua posse como presidenta interina da EBC, sendo o portal que mais publicou sobre o assunto.

Na organização por editoria o Metrôpoles concentrou sua cobertura sobre a EBC na editoria de "Colunas" (27), seguido de "Brasil" (11), "Política" (6). O portal apresentou uma expressiva quantidade de publicações em "Colunas" dedicadas aos jornalistas Guilherme Amado e Igor Gadelha. As colunas de opinião do Metrôpoles contém tanto textos opinativos do jornalista que assina a seção, como notas meramente informativas e com pouca contextualização e funcionam como uma central de informações privilegiadas dos colunistas e suas redes de contato. O espaço concedido pelo Metrôpoles tanto à diretoria da EBC quanto aos seus empregados pode ser percebido em algumas publicações, como em "Presidente da

EBC: “Não queremos novelas da Record”, publicada na coluna de Guilherme Amado em 6 de agosto de 2023. A publicação parte de uma entrevista gravada por Guilherme Amado em formato *Podcast* com o então presidente da EBC, Hélio Doyle. Os recortes da entrevista serviram como tema de duas publicações na Coluna de Guilherme Amado. O Metrôpoles também republicou matérias da agência pública de notícias da EBC, a Agência Brasil, em mais de uma ocasião. Portanto, em ambos portais a classificação de gêneros jornalísticos independe da editoria em que a matéria foi publicada.

O Metrôpoles produziu 8 publicações sobre programas, anúncios e novidades da grade de programação da EBC, como em "EBC contrata exibição de 8 filmes sobre a ditadura militar no Brasil", de 27 de março de 2023, "Presidente da EBC: 'Não queremos novelas da Record'", de 6 de agosto e "Após rejeitar novelas bíblicas, EBC investe em filmes nacionais", de 10 de agosto de 2023. O portal também produziu publicações que foram categorizadas como "Embates internos", a quarta temática mais recorrente em sua cobertura com 9 publicações das 44 do período, que centralizou temas que envolveram questões internas da EBC enquanto empresa. Nesta categoria estão presentes enquanto fonte de informação atores como os empregados da empresa, os sindicatos e organizações em defesa da democratização da comunicação, como em "Ministro da Secom recebe relatos de censura, assédio e pressão na EBC" de 6 de janeiro, "Na EBC, preocupação é com a perda de mensagens por emails", de 16 de janeiro, "Assunto proibido sob Bolsonaro, Marielle Franco recebe memorial na EBC", de 10 de março, "EBC compra 5 celulares por R\$ 50 mil: 'Produção de conteúdo'", de 20 de julho e "EBC voltará a ter marca azul, após verde e amarelo sob Bolsonaro", de 1 de agosto.

Metrôpoles teve 20 jornalistas envolvidos na produção de publicações com a EBC como temática, 11 deles publicaram mais de uma vez sobre o tema. A lista com os jornalistas que publicaram mais de 2 matérias sobre a EBC no período deixou em evidência o protagonismo de Eduardo Barreto e Guilherme Amado, com 11 e 9 publicações, respectivamente, no portal Metrôpoles. Os jornalistas são os responsáveis pela grande quantidade de publicações na editoria de Colunas no portal, uma vez que a Coluna de Guilherme Amado (na qual Eduardo Barreto também publicou) foi a que mais publicou sobre a EBC entre todas as editorias analisadas. As publicações de Guilherme Amado também demonstram uma proximidade com atores que são ignorados pela cobertura da Folha/Uol, como sindicatos, representantes dos empregados e organizações em defesa da democratização da comunicação.

Das 44 publicações do portal, 14 delas possuíam críticas diretas à EBC, sendo “a EBC é aparelhada” a mais frequente, com 12 publicações contendo essa crítica, enquanto outras

duas criticavam a empresa por ser “cara”. O Metrôpoles também teve o menor índice de enquadramento temático, com apenas 5 publicações, o que reforça o caráter de tablóide do portal. Metade das publicações foram classificadas com enquadramento do “conflito”, o que também caracterizou a cobertura do portal.

5.1.3.3 CNN: Espaço para crítica e posicionamento da classe política contrária à EBC

O portal CNN publicou no período analisado 17 matérias sobre a EBC. Deste total, 16 publicações foram alocadas na editoria de Política e uma na editoria de Economia. Os meses com maior volume de publicações foram janeiro e março, com 4 publicações cada. Em janeiro, os temas em destaque na cobertura da CNN foram a saída das empresas públicas do plano de privatizações, a demissão de Karol Eller, bolsonarista comissionada da EBC na época, a nomeação de Hélio Doyle como presidente da empresa e um suposto “favoritismo” de Antônio Pellegrino para o cargo de presidente, fato que não se concretizou uma vez que a roteirista se tornou Diretora de Conteúdo e Programação⁸⁴, cargo que ocupa até o momento da escrita desta dissertação.

Em março, a CNN deu intensa cobertura à retransmissão do programa Papo de Respeito pela primeira dama Janja, com 3 das 4 publicações do mês. A questão foi abordada pelo portal de forma a convidar deputados da oposição e comentaristas da emissora na época (como Joel Pinheiro) para opinar sob o argumento de que o governo Lula, na figura da primeira dama, estaria usando canais públicos da EBC para promover o governo. Nas publicações, a CNN afirma que a live teria sido transmitida na TV Brasil⁸⁵, informação incorreta também recorrente na cobertura sobre o assunto em todos os portais analisados. A temática, entretanto, foi esquecida pelo jornalismo do portal, que não deu seguimento aos fatos que se desenrolaram a seguir, como o arquivamento do processo por se tratar de uma transmissão realizada nas redes da TV Brasil Gov (da época).

Também no mês de março, a CNN noticiou a nomeação de Jeferson Monteiro, o criador do perfil Dilma Bolada, para o cargo de gerente-executivo de Gerência de Produção Educativa/Gerência Executiva de Produção, Aquisições e Parcerias de Conteúdos Educativos/Diretoria de Conteúdo e Programação na EBC do Rio de Janeiro. Na publicação,

⁸⁴ Disponível em:

<https://www.ebc.com.br/lei-de-acesso-a-informacao/antonio-pellegrino-diretora-de-conteudo-e-programacao>

⁸⁵ Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/justica-da-72h-para-governo-explicar-aparicao-de-janja-na-tv-brasil/>

a EBC é chamada de “estatal de comunicação”. As notícias supracitadas sobre a live Janja são, inclusive, as duas publicações assinadas pela CNN na análise do corpus, demonstrando que, ainda que não tenha publicado editoriais no período, a voz do veículo se manifestou particularmente neste assunto.

Em relação às fontes presentes nas publicações da CNN, em 10 das 17 publicações apenas uma fonte é citada no interior do texto, com aspas ou citações. Em 4 publicações não há nenhuma fonte citada, em 2 publicações 2 fontes são citadas e em apenas uma publicação, “Justiça dá 72 horas para governo explicar aparição de Janja na TV Brasil”⁸⁶, 3 fontes são citadas, sendo elas os deputados Rubinho Nunes e Kim Katagiri e a própria EBC.

Os atores mais citados nas publicações da CNN são “Representantes da EBC, de emissoras públicas, estatais ou educativas”, focados na figura dos ex-presidente Hélio Doyle, mas também ouviu chefes do executivo, Ministros, secretários ou representantes do Poder Executivo, Representantes de veículos comerciais de comunicação, Fontes especializadas e Políticos com mandato. As temáticas mais frequentes da cobertura do portal no período analisado foram respectivamente Anúncio/Posse/Demissão Hélio Doyle e consequências (29,4%), Debates externos (23,5%), e em terceiro lugar, empatados com 17,6% das publicações, a Polêmica Lives de Janja e Contratações/Exonerações.

Além dessas temáticas, apenas uma publicação “Não vai haver perseguição política”, afirma presidente da EBC sobre cobrança para demitir bolsonaristas”⁸⁷, foi classificada como “Embates internos”, e uma sobre a Grade ou Programação de veículos da EBC, “Lula quer fazer live semanal nas redes sociais, mas formato ainda não está definido, diz Pimenta”⁸⁸.

A crítica mais frequente em relação à EBC na cobertura da cobertura da CNN foi que a empresa “é aparelhada”, presente em 4 publicações. Tal crítica foi mais comum nas publicações sobre as lives de Janja, mas também foi encontrada em uma publicação sobre a contratação de Jeferson Monteiro e outra em que questionava a legalidade de lives do presidente Lula⁸⁹. As publicações foram mais frequentemente enquadradas como episódicas, com apenas 4 das 17 matérias sendo classificadas como temáticas, e na perspectiva da

⁸⁶ Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/justica-da-72h-para-governo-explicar-aparicao-de-janja-na-tv-brasil/>

⁸⁷ Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/nao-vai-haver-perseguido-politica-afirma-presidente-da-ebc-sobre-cobranca-para-demitir-bolsonaristas/>

⁸⁸ Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-quer-fazer-live-semanal-nas-redes-sociais-mas-formato-ainda-nao-esta-definido-diz-pimenta/>

⁸⁹ Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/tecnicos-do-tcu-veem-promocao-pessoal-de-lula-em-lives-semanais-em-canaais-do-governo/>

Responsabilidade (52,9%), frequentemente classificando o governo federal ou a própria EBC como causa de problemas relatados nas publicações. No geral, o grupo de publicações da CNN que fazem parte dessa pesquisa demonstrou sua tendência em pautar assuntos que atribuem à EBC o caráter de aparelhada, ou como parte das estratégias de publicidade do governo Lula.

5.1.3.4 G1: desimportância

O portal G1 publicou no período analisado 9 matérias sobre a EBC e, juntamente com o Metrôpoles com 8 publicações, foi um dos portais que menos publicou sobre a empresa em 2023, entre os analisados. Do total coletado no G1, quase a metade foi publicada no mês de janeiro (4 publicações) e abordaram os atos assinados por Lula no primeiro dia do novo governo, a exoneração de Karol Eller, a posse e processo de Kariane, e foi o único portal a noticiar a violência contra jornalistas (entre eles, jornalistas da EBC) que cobriram os atos terroristas de 8 de janeiro. No resto do ano, a EBC só foi notícia pela nomeação e demissão de Hélio Doyle, com 3 publicações sobre o assunto, pela saída do plano de privatizações e sobre o programa “Conversa com o presidente”, da EBC, em que Lula anuncia programa de infraestrutura⁹⁰.

O portal assinou três publicações em sua cobertura, sendo o autor mais frequente em suas publicações. Dessas publicações assinadas pelo G1 constaram as temáticas sobre os primeiros atos do governo, sobre a posse e o processo de Kariane Costa e sobre a nomeação de Hélio Doyle. Nas manchetes sobre a EBC do portal, “Lula diz”, “Lula nomeia” e “Lula destitui” foram os termos correlatos mais frequentes. Em termos de fontes presentes nas publicações, apenas uma publicação continha mais de uma fonte, enquanto 3 publicações não traziam nenhuma e 5 publicações apenas uma fonte. Entre as fontes citadas, o tipo mais frequente foi “Ministros, secretários ou representantes do Poder Executivo”, focada na figura do ex-ministro Paulo Pimenta. O G1 teve como sua temática mais frequentes os “Debates externos”, com 4 publicações das 9 (44,4%), e entre os subtemas presentes na temática, a saída da EBC do plano de privatizações foi o mais frequente com 2 publicações.

Apenas duas publicações das 9 traziam o enquadramento temático, uma delas explicando detalhadamente as empresas que saíram do plano de privatizações e outra que adentrava nos planos de Lula de criar um programa para ter um contato direto com o cidadão.

⁹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/13/lula-entrevista-ebc.ghtml>

Ainda que consideradas “temáticas” as publicações não necessariamente refletiam sobre a missão ou importância da EBC. O G1 também lamentou a “economia de recursos” que a privatização de empresas públicas supostamente traria aos cofres públicos. O G1 também enquadrrou a maior parte (44,4%) de suas publicações pelo enfoque da “responsabilidade”, associando os acontecimentos relatados com a responsabilização de figuras políticas ou da própria EBC.

5.1.3.5 R7: exposição de contextos para reforçar um viés

O portal R7 publicou no período analisado 8 matérias sobre a EBC, sendo o portal com menor volume de publicações do período. Deste total, janeiro foi o mês com a maior quantidade de publicações sobre o tema EBC, com 3 matérias sobre o assunto. Dentre os assuntos comentados em janeiro estava a posse de Kariane, a nomeação de Hélio Doyle e uma crítica ao governo por ter usado o termo “golpe” para se referir ao impeachment de Dilma Rousseff. Com quase 100% de sua cobertura organizada na editoria “Brasília”, apenas uma republicação da Folha de Vitória não classificou sua publicação nesta editoria, ou seja, no R7, os temas que circundam a EBC foram enquadrados em questões políticas localizadas próximas ao poder.

Em sua cobertura, a EBC foi tema principalmente pelas trocas de direção internamente, pela contratação de Jeferson Monteiro, criador do perfil Dilma Bolada, na polêmica envolvendo as lives de Janja e pela saída do plano de privatizações. A maior quantidade de fontes em suas publicações foi usada para criticar o uso do termo “golpe”⁹¹, única publicação com duas fontes na coleta do portal e que ouviu políticos com mandato da oposição. Além disso, o R7 se valeu de depoimentos de Hélio Doyle como fonte de 3 das 8 publicações. A temática “Anúncio, posse e demissão de Doyle” foi também uma das mais recorrente do período (2 publicações) empatada com “debates externos”, que envolveu publicações sobre a saída do plano de privatizações e a já mencionada crítica pelo uso do termo “golpe” em canais do governo.

Metade das publicações sobre a EBC no portal continham críticas à empresa (4 das 8), considerada “aparelhada” em 4 publicações, que associaram o suposto aparelhamento político da empresa com o governo Lula ao criticar o uso do termo golpe, ao afirmar que Janja usou de veículos públicos para promover o governo e ao desconfiar da contratação de Jeferson

⁹¹ Disponível em:

<https://noticias.r7.com/brasil/site-do-governo-federal-trata-impeachment-de-dilma-como-golpe-18012023/>

Monteiro. O portal também classificou a EBC como "cara" em uma publicação e sugeriu que ela "não cumpre sua função pública" em outra. Ainda que 3 de suas 8 publicações tenham tido um enquadramento "temático", as publicações exploraram com profundidade temas tangentes, sem necessariamente contextualizar a EBC. Entretanto, na publicação "Jornalista Kariane Costa toma posse como presidente da EBC"⁹², o R7 faz a única menção de toda a cobertura à dissolução do Conselho Curador e sua retomada no ano de 2023, afirmando que a EBC pretende voltar com o espaço dedicado à participação social. Os únicos enquadramentos genéricos segundo Semetko, Valkenburg (2000) encontrados nas publicações do R7 foram o do "conflito" e da "moralidade", com metade das publicações cada.

⁹² Disponível em:
<https://noticias.r7.com/brasil/jornalista-kariane-costa-toma-posse-como-presidente-da-ebc-16012023/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos deparar e analisar as visões da mídia comercial sobre a EBC no ano de 2023 foi uma tarefa que em muitos momentos pareceu relativamente contingente. Pouco do que foi dito nas 113 publicações sobre o tema sequer se aproximou do debate que a existência de uma empresa pública de comunicação, nos moldes debilitados em que a EBC ainda opera, possibilita. Como fortalecer a empresa para que ela cumpra sua função pública independente do governo de ocasião? Como restabelecer as instâncias de participação subtraídas no processo de desmonte? Como garantir que a programação da TV Brasil e das rádios públicas associadas sejam produções de qualidade, com conteúdo crítico e plural? Como fortalecer o quadro de funcionários para valorização dos jornalistas e radialistas da empresa? Os portais de mídia comercial analisados não pautaram tais assuntos. E por que pautariam? No contexto brasileiro, não é interessante para os conglomerados de mídia que assuntos como os citados sejam de conhecimento geral. Não é interessante para tais veículos que a existência de uma alternativa pública seja conhecida a ponto de gerar debate. O importante, durante este ano, e que atravessou a cobertura de todos os portais analisados, foi manter o desconhecimento sobre a função da EBC, evitando qualquer contextualização mais elaborada sobre o tema, por meio de uma falta de clareza ao se referir à empresa e ao relatar os acontecimentos que a envolveram, que chega no limite da ética jornalística.

Tal cenário é revelador não só do patamar em que estão as políticas de comunicação no país, mas também da dificuldade em se travar um debate que leve em conta sua complexidade. Em um momento em que a própria mídia (e o jornalismo) passam por uma crise de legitimidade agravada por discursos extremistas, o tratamento recebido pela mídia pública é de total desprezo, ignorada como alternativa democrática e desconsiderada enquanto instrumento de fortalecimento da democracia. Passados mais de 15 anos da criação da EBC, a mídia comercial ainda lhe atribui características que criticou no momento de sua formulação. Ao observar os argumentos mais frequentemente associados às críticas à empresa, como de que ela é aparelhada por governo progressistas (mais focado na figura de Lula), a impressão que se tem ao observar as publicações de 2023 é de que a EBC não sofreu um desmonte de estrutura e missão tão recentemente, e que seu desenho institucional atual não foi obra dos interessados na aniquilação de seu caráter público, como fizeram o interino Temer e Bolsonaro. As críticas ao aparelhamento político e à militarização dos cargos de direção de uma empresa de comunicação durante a administração Bolsonaro foram feitas como se tais fatos fossem inerentes à EBC, ou parte de sua missão, e não um projeto posto

em prática por forças contrárias à democratização das comunicações em qualquer âmbito ou modelo.

Em 2023, os portais analisados parecem ainda não compreender o que é ou para que serve EBC. Pelo geral das coberturas analisadas, percebeu-se uma tendência de aproximar a empresa dos desígnios do terceiro mandato do governo Lula, ignorando o passado recente de desmonte e aparelhamento promovido pelos governos anteriores. A EBC não parece ter relevância por si só: um exemplo claro foi o completo silêncio entre os cinco portais analisados em relação à maior expansão da história da Rede Nacional de Comunicação de Pública (RNCP)⁹³, coordenada pela EBC, que ampliou sua operação em 2023 para 72 novas emissoras de rádio e TV no Brasil. A criação do Canal Gov, desvinculando a marca “TV Brasil” da prestação de serviço ao governo federal, também não foi pauta dos portais analisados, nem mesmo os poucos avanços daquele ano na direção de uma reestruturação do Comitê Editorial e de Programação (antigo Conselho Curador).

A EBC foi frequentemente apresentada sem um contexto que tornasse inteligível sequer a missão da empresa, quanto mais a dimensão das forças envolvidas nas temáticas que foram destaque no ano. Sem entender do que se trata a EBC, mais difícil se torna a tarefa de informar e contextualizá-la em relação aos eventos políticos que se sucederam durante o ano. Também não foi do interesse dos veículos relacionar a existência ou as novas diretrizes para a EBC com aspectos mais amplos que conectam o acesso à informação com a democracia. Dessa forma, entender a cobertura dos portais neste ano de retorno a um projeto político esquecido desde 2016 foi importante tanto pelo que foi dito nas publicações, quanto pelo que foi ignorado.

Portanto, as poucas menções sobre o processo recente de desmonte da empresa presentes nas coberturas dos portais demonstram, no mínimo, um desinteresse sobre a pauta e, no máximo, um esforço deliberado de desinformar ou omitir aspectos importantes da existência da EBC. É importante pontuar a especificidade do período, em que novas políticas de governo se estabeleciam e a promessa de cessar o desmonte e fortalecer a EBC teve oportunidade de iniciar. Momento também imediatamente posterior às tentativas de aniquilação completa da missão da empresa, por meio das ameaças de privatização. Tal

⁹³ A RNCP, prevista na lei de criação da EBC e constituída em 2010, é formada por emissoras de TV e rádio que atuam por todo país, propiciando cultura e informação para milhões de brasileiros. Segundo a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), é a quinta maior rede de radiodifusão do país. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-10/rede-publica-de-radio-e-tv-tera-72-novas-emissoras>

contexto foi explorado, ou no mínimo mencionado, em menos de cinco das 113 publicações coletadas. Os portais também tiveram dificuldade com o próprio nome da empresa, chamada de “Empresa Brasileira de Comunicação”⁹⁴ em um número considerável de publicações.

A análise do *corpus* da pesquisa demonstrou que a cobertura dada à EBC na mídia comercial entre os portais no ano de 2023 foi aparentemente distinta, mas guardando pontos centrais de semelhança. Ainda que as características particulares de cada portal, como origem e linha editorial sejam consideradas, uma vez que elas impactam na cobertura sobre o tema, os portais seguiram assuntos semelhantes, cobriram temáticas iguais e as abordaram também de forma semelhante.

Principalmente no tange às temáticas mais encontradas, os portais pautaram assuntos semelhantes, como a exoneração de Hélio Doyle e a saída da EBC do plano de privatizações de Bolsonaro, que repercutiram em todas as coberturas. Entretanto, a Folha/Uol, assim como observado por Oliveira (2021), realizou uma cobertura superficial, imprecisa e frequentemente errônea direcionada às funções e missão da EBC, ao passo que sua relação com o governo federal são acentuadas e agendadas com repetição. O Metrôpoles, de outra forma, além de reverberar críticas comuns à empresa, garantiu espaço, por meio de seus colunistas, para atores em defesa do projeto de radiodifusão pública representado pela EBC. Tal diferenciação não significa uma defesa ao projeto da EBC pelo Metrôpoles como um todo, uma vez que o tema foi tratado sem o aprofundamento de que necessita em grande parte de suas publicações, e o portal não publicou nenhum editorial sobre o assunto. A maior pluralidade de vozes nas publicações sobre a EBC do Metrôpoles pode estar relacionada com sua origem de nativo digital: mais longe do oficialismo da Folha/Uol, o portal se vale de fontes exclusivas, e funciona de forma abrangente, rápida e com pouca investigação. A

⁹⁴ Erro presente nas seguintes publicações:

Folha/Uol:

1. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/governo-usa-canaais-oficiais-para-promover-janja-e-ironizar-bolsonaro.shtml>

2. <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/denise-mota/2023/06/jornalistas-negros-indigenas-e-perifericos-levam-a-brasilia-propostas-de-inclusao-na-midia.shtml>

3. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/apoio-a-privatizacao-da-salto-e-chega-a-38-da-populacao-diz-datafolha.shtml>

Metrôpoles:

1. <https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/na-ebc-preocupacao-e-com-a-perda-de-mensagens-por-emails>

2. <https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/ministro-da-secom-recebe-relatos-de-censura-assedio-e-pressao-na-ebc>

3. <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/militares-lotados-na-ebc-afagam-paulo-pimenta-para-manter-cargos>

presença de vozes em defesa da EBC, além de seu presidente, no Metrôpoles, na verdade, evidencia a ausência dessas mesmas vozes na Folha/Uol ou nos outros portais analisados.

A falta de independência orçamentária e política da EBC é evidenciada e criticada (por meio de enunciados como “a estatal”, “empresa do governo”, “TV ligada ao governo”) como se fosse um defeito intrínseco da empresa, ou como se sua função pública estivesse ligada a interesses partidários, principalmente do PT e dos governos Lula e Dilma. Chama a atenção o esforço das reportagens em relacionar grande parte das notícias sobre a empresa às figuras do presidente ou do executivo em atividade, o que levanta a necessidade de novos estudos que possam comparar a cobertura dada neste período de 4 anos do governo Lula com a cobertura da EBC em época de governos abertamente contrários à radiodifusão pública, como foi o caso de Bolsonaro.

Dessa forma, é possível concluir que a posição dos portais analisados atribue à EBC o *status* de projeto de aparelhamento de mídia de governos progressistas, diminuindo assim sua importância e necessidade no cenário das mídias brasileiras. A mídia comercial também se empenhou em confundir as atribuições da empresa, mesclando a Radiodifusão Pública e Governamental de forma semelhante à feita na prática por Jair Bolsonaro. Enquanto vetor da opinião dos meios dominantes, as matérias jornalísticas analisadas no contexto desta pesquisa cumpriram seu papel de desinformar sobre a EBC, argumentando recorrentemente sobre: uma “inutilidade” que atribuem à empresa; um suposto alto custo de manutenção do serviço; e sobre a questão aparelhamento da Empresa Brasil de Comunicação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jorge. A relação entre mídia e sociedade civil em Gramsci. **Revista ComPolítica**, n.1, vol.1, ed.março-abril, ano 2011.

BRAGA, J. L. Constituição do Campo da Comunicação. **Verso e Reverso**, v. 25, n. 58, p. 62-77, 2011a.

ALMEIDA, Jorge. A prática da pesquisa em Comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, **E-compós**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 1-33, jan./abr. 2011b. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/665>.

ALMEIDA, Jorge. Para começar um projeto de pesquisa. **Comunicação & Educação**, [S.l.], v. 10, n. 3, p. 288-296, 2005. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v10i3p288-296. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37542>. Acesso em: 1 dez. 2023.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Comunicação para a cidadania e hegemonia popular: aproximações, conflitos e entrelaçamentos teóricos e políticos In: SILVA, Denise Teresinha da; BASTOS, Pablo Nabarrete; MIANI, Rozinaldo Antonio; SILVA, Suelen de Aguiar (orgs.). **Comunicação para a cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva**. 1 ed. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 2021b, v.1, p. 221-248.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Hegemonia e engajamento em contexto de midiaticização e plataformização. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. e6066, 2022. DOI: 10.18617/liinc.v18i2.6066. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/6066>.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. TV pública, políticas de comunicação e democratização: movimentos conjunturais e mudança estrutural. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão, v. 10, n. 3, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epic/article/view/199>. Acesso em: 28 jan. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.652, de 7 de abril 2008**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 7 de abril de 2008.

BUCCI, Eugênio; VANNUCHI, Camilo. A EBC à mercê do governo - Qualquer governo. **E-legis**, n. 36, p. 211- 226, 2021.

CANAVILHAS, João. (org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: UBI, LabCom, Livros. LabCom, 2014

CARVALHO, Mariana Martins de. Comunicação pública: função e legitimação das tevês legislativas federais. 2014. 313 f. **Tese** (Doutorado em Comunicação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014

COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. A construção mediada da realidade. Tradução: Luzia Araújo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2020

D'ANDRÉA, Carlos Frederico de Brito. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos**. 2020.

DEL BIANCO, Nelia R; ESCH, Carlos Eduardo; DEL BIANCO, Nelia R. Radiodifusão pública brasileira: o desafio de conquistar credibilidade e representatividade social. **Mediapolis–Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público**, n. 2, p. 115-131, 2016.

DEL BIANCO, Nélia R.; ESCH, Carlos Eduardo; PINHEIRO, Elton Bruno Barbosa. Estratégias da Empresa Brasil de Comunicação para enfrentar o desafio da convergência. **Revista Rádio-Leituras**, Mariana, MG, v. 8, n. 1, p. 158-176, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.ufop.br/pp/index.php/radio-leituras/article/view/855/817>.

DEL BIANCO - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB/BR, Nelia R.; ESCH - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB/BR, Carlos Eduardo Eduardo; MOREIRA - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ/BR, Sonia V. Observatório da radiodifusão pública na América Latina: balanço de um ano de atuação. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura, São Cristovão, v. 15, n. 2, p. 58–73, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/940>. Acesso em: 29 jan. 2025.

DUARTE, Livia Dias Moreira. A construção da comunicação pública na percepção de jornalistas da EBC: potencialidades e limites. 2019. 279 f., il. Dissertação (Mestrado em Comunicação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019

ENTMAN, Robert. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v.43, n.4, 1993.

ENTMAN, Robert M. Media framing biases and political power: Explaining slant in news of Campaign 2008. **Journalism**, v. 11, n. 4, p. 389-408, 2010.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa e RICARTE, Ivan Luiz Marques. **Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação**. Logeion: Filosofia da Informação, v. 6, n.1, p.57-73, 2019.Tradução.Disponível em: <https://sites.usp.br/dms/wp-content/uploads/sites/575/2019/12/Revis%C3%A3o-Sistem%C3%A1tica-de-Literatura.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2024.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. A Sociedade sem Relato: Antropologia e Estética da Iminência. São Paulo: Edusp, 2012

GIACOMINI BOTTA, Marianna. Novos gêneros do jornalismo on-line: análise de portais e sites. Nonada: **Letras em Revista**, 2(25), 121-145, 2015.
<https://www.redalyc.org/pdf/5124/512451511012.pdf>

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012.

GOMES, Nathália Esteves da Silva. Orientador: Prof. Dr. Rafael Bellan Rodrigues de Souza. **O discurso hegemônico do agronegócio na mídia**: Uma análise gramsciana. V Seminário de Comunicação e Territorialidades, 2015.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. A comunicação como direito humano: um conceito em construção. 2007. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere** - Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. 495 p. v. 6.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HJARVARD, Stig. **A midiatização da cultura e da sociedade**. São Leopoldo: Unisinos, 2014

IYENGAR, Shanto. *Is Anyone Responsible?: how television frames political issues*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

INTERVOZES. **Quem controla a mídia?: dos velhos oligopólios aos monopólios digitais**. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2021.

JAMBEIRO, Othon. A re-configuração do ambiente regulador das comunicações na sociedade da informação. In: RAMOS, Murilo César; SANTOS, Suzy (org.) *Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas*. São Paulo: Paulus, 2007, pp. 99- 148.

JORGE, Thaís de Mendonça (org.). **Notícia em fragmentos: análise de conteúdo no jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

JORGE, Thaís de Mendonça. A notícia em mutação: estudo sobre o relato noticioso no jornalismo digital. 2007. 396 f. **Tese** (Doutorado em Comunicação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

KANTAR IBOPE MEDIA. **Data Stories** - Notícias e informação em pauta: Um passeio pelo Jornalismo na mídia - Abril/2023. Disponível em: <https://my.visme.co/view/z43kpxv1-data-stories-ed-33-noticias-e-informacao-em-pauta>. Acesso em: 25 jul. 2023.

KELLNER, Douglas. **Cultura da Mídia**. 1 Ed. Da Universidade do Sagrado Coração, 2001

KLINENBERG, Eric. A concentração das mídias nos EUA. *Le Monde Diplomatique Brasil*. abr. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3H1ILJ2>

LEAL, Plínio Marcos Volponi. Jornalismo político brasileiro e a análise do enquadramento noticioso. **Revista Compolítica, Rio de Janeiro**, 2007.

LÊNIN, V.I. **Que fazer?** Editora Hucitec: São Paulo, 1978a

LIMA, Venício. Concessões de rtv: serviço público vs. interesse privado. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2008. DOI: 10.29146/eco-pos.v11i1.1004. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/1004. Acesso em: 28 jan. 2025.

IANNI, Octávio. **O príncipe eletrônico**. Perspectivas, São Paulo, 22: 11-19, 1999.

LIGUORI, Guido. Aparelho hegemônico. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico**. Edições Loyola, 1990.

LOWERY, S. A.; CHOI, J. The web news story and cognitive flexibility. In: XIGEN, L. (Ed.). **Internet newspapers: The making of a mainstream medium**. London: Lawrence Erlbaum Associates, 2006. p. 99-117.

MARTINO, Luis Mauro Sa. Teorias das mídia Digitais. Linguagens, ambientes e redes. Petrópolis, Vozes: 2014

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, p. 187-201, 2012.

MIOLA, Edna. Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: A criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no Congresso e na Imprensa, 30/11/2012 294 f. **Doutorado** em Comunicação Social Instituição de Ensino: Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: FAFICH/BU, 2012.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010. <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/download/12420/8298/0>

MORAES, Dênis de. **Crítica da Mídia & Hegemonia Cultural**. Rio de Janeiro: Editora Mauad/Faperj, 2016.

MOUILLAUD, Maurice. **O jornal: da forma ao sentido**. 2. ed. Brasília, Editora da UnB, 2002.

NEUMAN, W Russel; JUST, Marion; CRIGLER, Ann. **Common Kno- wledge: news and the construction of political meaning**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

NONATO, C. Venício Lima: em defesa da democratização dos meios de comunicação / Venício Lima: in defense of democratization of communication medium. **Comunicação & Educação**, 19(1), 83-92, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v19i1p83-92>

OLIVEIRA, Gisele Pimenta de. O campo da radiodifusão pública no Brasil: disputas simbólicas e legitimidade sob a ótica da grande imprensa comercial. 2021. 255 f., il. **Tese** (Doutorado em Comunicação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

OLIVEIRA, Gisele Pimenta de; DEL BIANCO, Nelia Rodrigues. A mídia comercial e a legitimidade da mídia pública: uma análise temática dos editoriais sobre a EBC. **Compólitica**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 109-138, 2020. DOI: 10.21878/compolitica.2020.10.3.358. Disponível em: <https://revista.compolitica.org/index.php/revista/article/view/358>. Acesso em: 27 nov. 2024.

PEREIRA FILHO, Jorge José. **A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e o desafio da participação cidadã: estudo sobre o conselho curador (2007-2011)**. 2015. Dissertação (Mestrado) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-03022016-154746/>. Acesso em: 29 jan. 2025.

PIERANTI, Octavio Penna. A radiodifusão pública é "cara demais"? Uma avaliação do orçamento da EBC. **Eptic On-Line** (UFS), v. 22, p. 6-23, 2020.

PINHEIRO, Elton Bruno Barbosa. Radiodifusão sonora pública do Brasil: o processo de conformação do serviço e os desafios de sua integração no ambiente digital. 2019. 545 f., il. **Tese** (Doutorado em Comunicação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PINHEIRO, Elton Bruno. As ações do (des)governo Bolsonaro contra a Empresa Brasil de Comunicação: uma análise a partir da Sociologia Compreensiva. **Compolítica**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 81–106, 2022. DOI: 10.21878/compolitica.2021.11.2.535. Disponível em: <https://revista.compolitica.org/index.php/revista/article/view/535>. Acesso em: 27 nov. 2024.

PINTO, Manuel. O jornalismo como campo social e como domínio de formação. Comunicação e Sociedade, **Cadernos do Noroeste**. Série Comunicação. v. 12, n. 1-2, p. 75-95, 1999.

PORTO, Mauro P. **A mídia brasileira e a eleição presidencial de 2000 nos EUA: a cobertura do Jornal Folha de S. Paulo**. Cadernos do CEAM, Ano II, n. 6, p.11-32, 2001.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política, in A. A. C. Rubim (org.), **Comunicação e política: conceitos e abordagens**, Salvador/São Paulo, Edufba/Editora da Unesp, 2004.

RAMOS, Murilo César. **Empresa Brasil de Comunicação (EBC): uma análise do seu modelo institucional**. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2ETgSnT>.

RIZZOTTO, C. C.; ANTONELLI, D.; FERRACIOLI, P. A política nas páginas dos jornais: Uma discussão metodológica sobre o enquadramento noticioso. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 13, n. 24, 2017. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/241>. Acesso em: 29 out. 2023.

ROTHBERG, Danilo. Enquadramento e metodologia de crítica de mídia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 5. **Anais...** Aracaju, SE: Intercom, 2007.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021.

SANTANA, Everton da Silva. A construção discursiva do desmonte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) nos suportes Folha de S. Paulo e Brasil de Fato' 29/05/2017 144 f. **Mestrado em Comunicação e cultura contemporânea**. Instituição de Ensino: Universidade Federal Da Bahia, Salvador Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Reitor Macedo Costa

SEMETKO, Holli A; VALKENBURG, Patti M. Framing European Politics: A Content Analysis of Press and Television News. **Journal of Communication**, v. 50, n. 2, p. 93-109, 2000.

SODRÉ, M. Sobre a episteme comunicacional. **Revista Matrizes**. São Paulo, n. 1, p. 15-26, out. 2007.

SODRÉ, Muniz. **A Narração do Fato**: Notas para uma Teoria do Acontecimento. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SOUTO, A. C. de M.; DEL BIANCO, N. R. Política para a radiodifusão no governo Jair Bolsonaro: do discurso liberal aos indícios de captura do Estado. **RuMoRes**, [S. l.], v. 16, n. 32, p. 107-128, 2022. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2022.200122. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/200122>. Acesso em: 25 jul. 2023.

STEVANIM, Luiz Felipe Ferreira. O público em disputa: debates sobre a televisão pública nas políticas brasileiras de comunicação. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura*, São Cristóvão, v. 15, n. 2, 2013.

STROZI, Guilherme Gonçalves. Comunicação pública e participação: vida e morte do conselho curador da EBC. 2019. 330 f., il. Dissertação (Mestrado em Comunicação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

VALENTE, Jonas; PAULINO, Fernando Oliveira; URUPÁ, Marcos. Políticas de comunicação no Brasil: da Confecom ao governo Bolsonaro. In: Conferência Nacional de Comunicação 10 anos depois: velhos e novos desafios das políticas de comunicação no Brasil, São Cristóvão. Anais [...]. **ULEPICC-Brasil**, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/11uy0cAP_2v0SMZ_vtYfg0kTU9Lc7CdyA/view. Acesso em: 25 de julho, 2022.

VALENTE, J. C. L. TV Pública no Brasil: A criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira. 2009. 208f. **Dissertação** (Mestrado em Políticas de Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília. Brasília. 2009.

VALENTE, J. C. L. **Regulação democrática dos meios de comunicação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

VERÓN, E. Esquema para el análisis de la mediatización. **Diálogos**, no 48. Buenos Aires, 1997. Disponível em: comycult.files.wordpress.com/2014/04/veron_esquema_para_el_analisis_de_la_mediatizacion.pdf.

UNESCO. **La Radio y Televisión Pública**; ¿Por qué? ¿Cómo? Montreal: UNESCO - Consejo Mundial de Radio y Televisión, 2001. IANNI, Octávio. O príncipe eletrônico. *Perspectivas*, São Paulo, 22: 11-19, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo, Editora Unesp, 2011

Apêndice 1

Lista de publicações analisadas

Link:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1lt3E1kY21FfvRqkxkUJ8vjhgQB42Geo_c9Ss1NCceRrg/edit?usp=sharing

Manchete	Link:
Senhor Polarização	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/02/novo-presidente-da-ebc-relata-pedidos-de-emprego-e-se-justifica-por-nao-atende-los.shtml
Novo presidente da EBC relata pedidos de emprego e se justifica por não atendê-los	https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/02/prejuizos-estrategicos.shtml
Prejuízos estratégicos	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/janja-tera-lives-periodicas-e-agendas-proprias-em-viagens-de-lula.shtml
Janja faz live retransmitida por TV Brasil e prevê agenda própria em viagens	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/governo-usa-canais-oficiais-para-promover-janja-e-ironizar-bolsonaro.shtml
Governo usa canais oficiais para promover Janja e ironizar Bolsonaro	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2023/03/ebc-nega-vinculo-com-janja-e-diz-que-lula-nao-foi-assunto-em-live-do-dia-da-mulher.shtml
EBC nega vínculo com Janja e diz que Lula não foi assunto em live do Dia da Mulher	https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/apoio-a-privatizacao-da-salto-e-chega-a-38-da-populacao-diz-datafolha.shtml
Apoio à privatização dá salto e chega a 38% da população, diz Datafolha	https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/04/privatizar-nao-e-tabu.shtml
Privatizar não é tabu	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2023/05/justica-rejeita-acao-contrajanja-apresentada-por-vereador-do-mbl-apos-live-do-dia-da-mulher.shtml
Justiça rejeita ação contra Janja apresentada por Rubinho Nunes após live do Dia da Mulher	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/denise-mota/2023/06/jornalistas-negros-indigenas-e-perifericos-levam-a-brasilia-propostas-de-inclusao-na-midia.shtml
Jornalistas negros, indígenas e periféricos levam a Brasília propostas de inclusão na mídia	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/06/lula-ignora-promessa-repete-bolsonaro-e-usa-live-oficial-para-ataques.shtml
Lula ignora promessa, repete Bolsonaro e usa live oficial para ataques	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/06/bolsonaro-acumulou-ilicitos-em-reuniao-que-pode-torna-lo-inelegivel-entenda-em-7-pontos.shtml
Marcos Uchôa vira face da comunicação de Lula e 'levanta a bola' para presidente	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/06/bolsonaro-acumulou-ilicitos-em-reuniao-que-pode-torna-lo-inelegivel-entenda-em-7-pontos.shtml
Bolsonaro acumulou ilícitos em reunião	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/06/janja-reto

que pode torná-lo inelegível; entenda em 7 pontos	ma-lives-e-apos-polemica-evita-canais-do-governo.shtml
Janja retoma lives e, após polêmica, evita canais do governo	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/06/presidencia-usa-canal-oficial-para-divulgar-live-de-janja.shtml
Presidência usa canal oficial para divulgar live de Janja	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/07/bolsonaro-pode-ter-direitos-politicos-cassados-e-ficar-sem-salario-do-pl-por-uso-da-maquina.shtml
Bolsonaro pode ter direitos políticos cassados e ficar sem salário do PL por uso da máquina	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2023/08/braco-direito-de-celso-amorim-assumira-presidencia-do-conselho-de-administracao-da-ebc.shtml
Braço direito de Celso Amorim assumirá presidência do Conselho de Administração da EBC	https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2023/08/presidente-da-tv-brasil-diz-que-governo-vai-parar-de-comprar-novelas-da-record-nao-queremos.shtml
Presidente da TV Brasil diz que governo vai parar de comprar novelas da Record: 'Não queremos'	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/08/presidente-da-cpi-do-8-de-janeiro-baixa-ato-que-impoe-censura-a-jornalistas.shtml
Presidente de CPI mantém censura a fotos e recua de veto a documento sigiloso	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2023/09/fux-decide-que-cpi-nao-pode-barrar-fotografo-lula-marques.shtml
Fux decide que CPI não pode barrar fotógrafo Lula Marques	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2023/09/tv-brasil-ampliara-espaco-em-sua-grade-para-o-cinema-nacional.shtml
TV Brasil ampliará espaço em sua grade para o cinema nacional	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/10/presidente-da-ebc-sob-lula-cai-apos-postagem-anti-israel.shtml
Postagem anti-Israel provoca demissão de presidente da EBC do governo Lula	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/10/governo-lula-busca-unificar-discurso-em-meio-a-desgaste-com-guerra-e-demissao-na-ebc.shtml
Governo Lula busca unificar discurso em meio a desgaste com guerra e demissão na EBC	https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2023/10/as-sinantes-criticam-postura-de-ex-presidente-da-ebc.shtml
Assinantes criticam postura de ex-presidente da EBC	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/10/derrapadas-desgastam-governo-lula-na-disputa-politica-sobre-a-guerra-israel-hamas.shtml
Derrapadas desgastam governo Lula na disputa política sobre guerra Israel-Hamas	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/10/governo-nao-aceita-achincalhamento-sobre-guerra-diz-ministro-de-lula-apos-demissao-na-ebc.shtml
Governo não aceita achincalhamento sobre guerra, diz ministro de Lula após demissão na EBC	https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/10/adjunto-da-secom-e-diretores-da-ebc-sao-cotados-para-assumir-empresa.shtml
Adjunto da Secom e diretores da EBC são cotados para assumir empresa	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/10/enterrando-a-noticia.shtml
<i>Enterrando a notícia</i>	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/10/ministro-a-nuncia-presidente-interino-da-ebc-apos-demissao-por-postagem-anti-israel.shtml

Ministro anuncia presidente interino da EBC após demissão por postagem anti-Israel	https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2023/11/tv-brasil-compra-serie-catolica-mexicana-apos-descartar-novelas-biblicas-da-record.shtml
TV Brasil compra série católica mexicana após descartar novelas bíblicas da Record	https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/11/efeito-milei-causa-angustia-em-empresas-publicas-e-alerta-em-sindicatos.shtml
Efeito Milei causa angústia em empresas públicas e alerta em sindicatos	https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2023/12/ex-globo-guilherme-portanova-pede-demissao-da-record-apos-4-anos-e-vai-para-tv-brasil.shtml
Ex-Globo, Guilherme Portanova pede demissão da Record após 4 anos e vai para TV Brasil	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/12/cinegrafista-que-relatou-pressao-de-equipe-de-tarcisio-e-contrata-do-pela-ebc-sob-lula.shtml
Cinegrafista que relatou pressão de equipe de Tarcísio é contratado pela EBC sob Lula	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/12/governo-lula-efetiva-presidente-interino-da-ebc-ate-2025.shtml
Governo Lula efetiva interino na presidência da EBC até 2025	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/12/governo-lula-vai-pagar-salario-por-mais-6-meses-a-presidente-demitido-da-ebc.shtml
Governo Lula vai pagar salário por mais 6 meses a presidente demitido da EBC	https://www.metropoles.com/brasil/lula-determina-que-ministros-facam-planos-para-interromper-privatizacoes
Lula determina que ministros façam planos para interromper privatizações	https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/militares-lotados-na-ebc-afagam-paulo-pimenta-para-manter-cargos
Militares lotados na EBC afagam Paulo Pimenta para manter cargos	https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/ministro-da-secom-recebe-relatos-de-censura-assedio-e-pressao-na-ebc
Ministro da Secom recebe relatos de censura, assédio e pressão na EBC	https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/youtuber-bolsonarista-com-cargo-na-ebc-participou-de-ato-terrorista
Youtuber bolsonarista com cargo na EBC participou de ato terrorista	https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/ebc-demite-youtuber-bolsonarista-que-participou-de-atos-terroristas
EBC demite youtuber bolsonarista que participou de atos terroristas	https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/cgu-assume-processo-da-ebc-contraservidora-que-relatou-assedio-moral
CGU assume processo da EBC contra servidora que relatou assédio moral	https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/servidora-que-acusou-assedio-moral-sera-presidente-da-ebc
Servidora que denunciou assédio moral será presidente da EBC	https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/na-ebc-preocupacao-e-com-a-perda-de-mensagens-por-emails
Na EBC, preocupação é com a perda de mensagens por emails	https://www.metropoles.com/brasil/jornalista-kariane-costa-toma-posse-como-nova-presidente-da-ebc
Jornalista Kariane Costa toma	https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/

posse como nova presidente da EBC	ex-assessor-de-carlos-bolsonaro-e-exonerado-da-ebc
Ex-assessor de Carlos Bolsonaro é exonerado da EBC	https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/psdb-chamar-impeachment-de-dilma-de-golpe-e-discurso-extremista
PSDB: chamar impeachment de Dilma de “golpe” é “discurso extremista”	https://www.metropoles.com/brasil/agencia-do-governo-usa-genero-neutro-em-materia-sobre-encontro-lgbt
Agência do governo usa gênero neutro em matéria sobre encontro LGBT+	https://www.metropoles.com/brasil/entidades-apresentam-propostas-para-democratizar-a-comunicacao
Entidades apresentam propostas para democratizar a comunicação	https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/jornalista-helio-doyle-sera-presidente-da-ebc
Jornalista Hélio Doyle será presidente da EBC	https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/juridico-da-secom-disse-que-indicacao-na-ebc-nao-fere-lei-das-estatais
Jurídico da Secom disse que indicação na EBC não fere Lei das Estatais	https://www.metropoles.com/brasil/nome-de-helio-doyle-e-publicado-como-novo-presidente-diretor-da-ebc
Nome de Hélio Doyle é publicado como novo presidente-diretor da EBC	https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/cgu-arquiva-acao-da-ebc-contrafuncionaria-que-denunciou-assedio-moral
CGU arquiva ação da EBC contra funcionária que denunciou assédio moral	https://www.metropoles.com/sao-paulo/politica/lula-quer-criar-radio-estatal-em-sp-de-olho-nas-classes-c-e-d
Lula quer criar rádio estatal em SP de olho nas classes C e D	https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/janja-participa-de-live-em-redes-da-tv-brasil-e-recebe-criticas-na-web
Janja participa de live em redes da TV Brasil e recebe críticas na web	https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/assunto-proibido-sob-bolsonaro-marielle-franco-recebe-memorial-na-ebc
Assunto proibido sob Bolsonaro, Marielle Franco recebe memorial na EBC	https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/ebc-retoma-parceria-com-empresa-chinesa-parada-desde-2019
EBC retoma parceria com empresa chinesa, parada desde 2019	https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/lula-fala-em-melhorar-tv-publica-e-fazer-algo-tipo-a-bbc-de-londres
Lula fala em melhorar TV pública e fazer algo “tipo a BBC de Londres”	https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/ebc-contrata-exibicao-de-8-filmes-sobre-a-ditadura-militar-no-brasil
EBC contrata exibição de 8 filmes sobre a ditadura militar no Brasil	https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/cissa-guimaraes-sera-a-nova-apresentadora-do-sem-censura
Cissa Guimarães será a nova	https://www.metropoles.com/brasil/governo-retira-correi

apresentadora do Sem Censura	os-e-outras-estatais-de-programas-de-privatizacao
Lula retira Correios, EBC e outras estatais de programas de privatização	https://www.metropoles.com/colunas/paulo-cappelli/ebc-compra-5-celulares-por-r-50-mil-para-producao-de-cont-eudo
EBC compra 5 celulares por R\$ 50 mil: “Produção de conteúdo”	https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/ebc-marca-azul
EBC voltará a ter marca azul, após verde e amarelo sob Bolsonaro	https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/presidente-da-ebc-nao-queremos-novelas-da-record
Presidente da EBC: “Não queremos novelas da Record”	https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/parte-do-governo-lula-nao-entende-tv-publica-diz-presidente-da-ebc
Parte do governo Lula não entende TV pública, diz presidente da EBC	https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/apos-rejeitar-novelas-biblicas-ebc-investe-em-filmes-nacionais
Após rejeitar novelas bíblicas, EBC investe em filmes nacionais	https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/dilma-bolada-ebc
Criador do Dilma Bolada perde cargo na EBC após viagem à Europa	https://www.metropoles.com/brasil/fotografo-recorre-ao-stf-para-voltar-a-cobrir-cpmi-dos-atos-golpistas
Fotógrafo recorre ao STF para voltar a cobrir CPMI dos Atos Golpistas	https://www.metropoles.com/brasil/fux-suspende-decisao-que-impediu-fotografo-da-ebc-de-cobrir-cpmi
Fux suspende decisão que impediu fotógrafo da EBC de cobrir CPMI	https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/ebc-lancara-programa-de-entrevistas-com-jornalista-leandro-demori
EBC lançará programa de entrevistas com jornalista Leandro Demori	https://www.metropoles.com/brasil/helio-doyle-exonerado-ebc-apos-post-de-israel
Presidente da EBC, Hélio Doyle é demitido após posts sobre Israel	https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/planalto-teve-a-sensacao-de-que-presidente-da-ebc-cavou-demissao
Planalto teve a sensação de que presidente da EBC cavou demissão	https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/movimento-nos-bastidores-pede-cineasta-joe-zito-na-ebc
Movimento nos bastidores pede cineasta Joel Zito na EBC	https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/planalto-presidente-interino-ebc
Planalto define presidente interino da EBC	https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/roger-waters-entrevista-tv-brasil
Crítico de Bolsonaro, Roger Waters dá entrevista à TV Brasil	https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/presidente-da-ebc-decretou-aposentadoria-de-alcmin-e-marina-em-2018
Presidente da EBC decretou “aposentadoria” de Alckmin e Marina em 2018	https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/governo-lula-serie-biblica

Governo Lula investe em série bíblica mexicana	https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/criador-do-dilma-bolada-foi-nomeado-na-prefeitura-do-rio-de-janeiro
Criador do Dilma Bolada foi nomeado na prefeitura do Rio de Janeiro	https://www.metropoles.com/brasil/lula-nomeia-jean-lima-como-presidente-da-ebc-apos-tempo-como-interino
Lula nomeia Jean Lima como presidente da EBC após tempo como interino	https://www.metropoles.com/brasil/helio-doyle-ex-presidente-da-ebc-vai-receber-seis-meses-de-salario
Hélio Doyle, ex-presidente da EBC, vai receber seis meses de salário	https://www.metropoles.com/brasil/helio-doyle-ex-presidente-da-ebc-vai-receber-seis-meses-de-salario
Lula determina revogação de 8 privatizações em andamento, incluindo a Petrobras	https://www.cnnbrasil.com.br/economia/lula-determina-revogacao-de-privatizacoes-em-andamento-incluindo-a-petrobras/
Roteirista se torna favorita para comando da EBC	https://www.cnnbrasil.com.br/politica/roteirista-se-torna-favorita-para-comando-da-ebc/
Influenciadora bolsonarista é demitida da EBC após participar de atos em Brasília	https://www.cnnbrasil.com.br/politica/influenciadora-bolsonarista-e-demitida-da-ebc-apos-participar-de-atos-em-brasilia/
Hélio Doyle é convidado para assumir o comando da EBC	https://www.cnnbrasil.com.br/politica/helio-doyle-e-convidado-para-assumir-o-comando-da-ebc/
Lula oficializa jornalista Hélio Doyle no comando da EBC	https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-oficializa-jornalista-helio-doyle-no-comando-da-ebc/
Justiça dá 72 horas para governo explicar aparição de Janja na TV Brasil	https://www.cnnbrasil.com.br/politica/justica-da-72h-para-governo-explicar-aparicao-de-janja-na-tv-brasil/
Criador do perfil “Dilma Bolada” é nomeado para cargo em estatal de comunicação	https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/criador-do-perfil-dilma-bolada-e-nomeado-para-cargo-em-estatal-de-comunicacao/
Deputados debatem se aparição de Janja na TV Brasil foi para promover o governo	https://www.cnnbrasil.com.br/politica/deputados-debatem-se-aparicao-de-janja-na-tv-brasil-foi-para-promover-o-governo/
Joel Pinheiro: Se for para servir ao governo da vez, melhor não ter a EBC	https://www.cnnbrasil.com.br/politica/joel-pinheiro-se-for-para-servir-ao-governo-da-vez-melhor-nao-ter-a-ebc/
Lula quer fazer live semanal nas redes sociais, mas formato ainda não está definido, diz Pimenta	https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-quer-fazer-live-semanal-nas-redes-sociais-mas-formato-ainda-nao-esta-definido-diz-pimenta/
Governo federal é cobrado a demitir gestores bolsonaristas da EBC	https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-federal-e-cobrado-a-demitir-gestores-bolsonaristas-da-ebc/
“Não vai haver perseguição política”, afirma presidente da EBC sobre cobrança para demitir bolsonaristas	https://www.cnnbrasil.com.br/politica/nao-vai-haver-perseguiçao-politica-afirma-presidente-da-ebc-sobre-cobranca-para-demitir-bolsonaristas/
TCU avalia pedir ressarcimento aos cofres públicos por encontro com diplomatas	https://www.cnnbrasil.com.br/politica/tcu-avalia-pedir-ressarcimento-aos-cofres-publicos-por-encontro-com-diplomatas/

Técnicos do TCU veem “promoção pessoal” de Lula em lives semanais em canais do governo	https://www.cnnbrasil.com.br/politica/tecnicos-do-tcu-ve-em-promocao-pessoal-de-lula-em-lives-semanais-em-canaais-do-governo/
Governo decide demitir presidente da EBC, que compartilhou mensagem chamando apoiador de Israel de idiota	https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-decide-demitir-presidente-da-ebc-que-compartilhou-mensagem-chamando-apoiador-de-israel-de-idiota/#:~:text=O%20governo%20Luiz%20In%C3%A1cio%20Lula,de%20Israel%20s%C3%A3o%20%E2%80%99Cidiotas%E2%80%9D.
Após demissão de presidente da EBC, governo pede “bom senso” a servidores sobre postagens relacionadas à guerra	https://www.cnnbrasil.com.br/politica/apos-demissao-de-presidente-da-ebc-governo-pede-bom-senso-a-servidores-sobre-postagens-relacionadas-a-guerra/
Postagem anti-Israel foi só a ‘gota d’água’ para demissão de Doyle, dizem fontes	https://www.cnnbrasil.com.br/politica/postagem-anti-israel-foi-so-a-gota-da-gua-para-demissao-de-doyle-dizem-fontes/
Saiba quais foram os atos assinados por Lula no primeiro dia do novo governo	https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/01/veja-os-atos-assinados-por-lula-no-primeiro-dia-do-novo-governo.ghtml
Governo anuncia exoneração de servidora da EBC que esteve em atos terroristas em Brasília	https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/09/governo-anuncia-exoneracao-de-servidora-da-ebc-que-esteve-em-atos-terroristas-em-brasilia.ghtml
Terrorismo em Brasília: sobe para 14 número de jornalistas agredidos durante atos de vandalismo, diz sindicato	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/09/terrorismo-em-brasilia-pelo-menos-12-jornalistas-foram-agredidos-durante-atos-de-vandalismo-diz-sindicato.ghtml
Lula destitui comando da EBC, e representante dos empregados será presidente interina	https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/15/lula-destitui-comando-da-ebc-e-representante-dos-empregados-sera-presidente-interina.ghtml
Paulo Pimenta anuncia Hélio Doyle como novo presidente da Empresa Brasil de Comunicação	https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/26/paulo-pimenta-anuncia-helio-doyle-como-novo-presidente-da-empresa-brasil-de-comunicacao.ghtml
Lula nomeia jornalista Hélio Doyle para presidir a EBC, estatal de comunicação do governo	https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/02/14/lula-nomeia-helio-marcos-prates-doyle-novo-diretor-da-ebc.ghtml
Correios, EBC e mais: entenda por que governo retirou empresas dos programas de privatização	https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/07/correios-ebc-e-mais-entenda-por-que-governo-retirou-empresas-dos-programas-de-privatizacao.ghtml
Lula diz que lançará a partir de 2 de julho um programa de 'grandes obras de infraestrutura'	https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/13/lula-entrevista-ebc.ghtml
Presidente da EBC deixa governo após repostar mensagem ofensiva a apoiadores de Israel	https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/10/18/presidente-da-ebc-deixa-governo-apos-repostar-mensagem-ofensiva-a-apoiadores-de-israel.ghtml
Site do governo federal trata impeachment de Dilma como golpe	https://noticias.r7.com/brasil/site-do-governo-federal-trata-impeachment-de-dilma-como-golpe-18012023
Justiça dá à EBC e à União 72 horas para explicarem programa apresentado	https://noticias.r7.com/brasil/justica-da-a-ebc-e-a-uniao-72-horas-para-explicarem-programa-apresentado-por

por Janja	-janja-14032023
Governo autoriza saída de Telebras, Correios e EBC de processo de privatização	https://noticias.r7.com/brasil/governo-autoriza-saida-d-e-telebras-correios-e-ebc-de-processo-de-privatizacao-06042023
Jornalista Hélio Doyle vai assumir presidência da EBC	https://noticias.r7.com/brasil/jornalista-helio-doyle-vai-assumir-presidencia-da-ebc-26012023
Governo nomeia criador do perfil Dilma Bolada para cargo de quase R\$ 18 mil na EBC	https://noticias.r7.com/brasil/governo-nomeia-criador-do-perfil-dilma-bolada-para-cargo-de-quase-r-18-mil-na-ebc-14032023
Jornalista Kariane Costa toma posse como presidente da EBC	https://noticias.r7.com/brasil/jornalista-kariane-costa-toma-posse-como-presidente-da-ebc-16012023
EBC vai vender imóveis sem uso e de alto custo	https://www.folhavoria.com.br/politica/noticia/02/2023/ebc-vai-vender-imoveis-sem-uso-e-de-alto-custo
Presidente da EBC deixa cargo após repostar mensagem que chama apoiadores de Israel de idiotas	https://noticias.r7.com/brasil/presidente-da-ebc-deixa-cargo-apos-repostar-mensagem-que-chama-apoiadores-de-israel-de-idiotas-18102023/

Apêndice 2

Questionário aplicado via Google Forms

Link: <https://forms.gle/KyBeGC7jN8H6a2tg8>

Apêndice 3

Resultado do Questionário

Link:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Ezu0FX5RWNtS4r9m8mEvJ-p0EzN09wpaIgBbHmfPYRM/edit?usp=sharing>